

Maria Margarida Barbosa Sampaio

**SINDICALISMO PRESENTE:  
ESTRATÉGIAS SINDICAIS NO SINERGIA**

Florianópolis, agosto de 1999

Maria Margarida Barbosa Sampaio

**SINDICALISMO NO PRESENTE:  
ESTRATÉGIAS SINDICAIS NO SINERGIA**

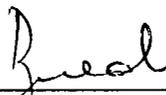
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Florianópolis, agosto de 1999

**SINDICALISMO NO PRESENTE:**  
**Estratégias Sindicais no Sinergia**

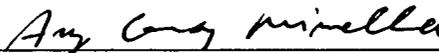
Maria Margarida Barbosa Sampaio

*Esta Dissertação foi julgada e aprovada  
em sua forma final pela Orientadora e  
Membros da Banca Examinadora,  
composta pelos Professores:*



---

Profa. Dra. Bernardete W. Aued  
Orientadora



---

Prof. Dr. Ary Cesar Minella  
Membro



---

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes  
Membro



---

Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant  
Coordenadora

Florianópolis, agosto de 1999.

## AGRADECIMENTOS

Quem tem sonhos  
Carrega dentro de si  
Fortalezas que o tempo  
Não transforma em ruínas  
Dinovaldo Gilioli  
(Linha Viva n.504, 23/4/99)

A minha preocupação aqui é com aqueles que, como eu, consideram esta uma parte muito importante. A teia de relações pessoais e profissionais do autor são abertas, possibilitando um conhecimento melhor deste e, com isso, uma maior proximidade entre quem lê e quem escreve.

Qualquer trabalho é sempre fruto de uma construção coletiva. Se, ainda, alguma possível dúvida pairasse, mais do que em qualquer outro trabalho do qual tenha participado, na elaboração deste foi possível sentir o quanto uma dissertação, mesmo com autor individual, é, de fato, uma obra coletiva. Sei, também, que a luta por uma sociedade livre, democrática e justa, na qual seja possível ser feliz, muitas vezes nos exige sacrifícios, à nossa família e àqueles com quem se tem proximidade.

Assim sendo, quero começar agradecendo à minha orientadora, Bernardete Aued, que não se limitou a um dedicado e competente cumprimento da obrigação profissional, mas pelo seu carinho e amizade.

A todos que, incognitamente, deixaram suas impressões digitais nessa pesquisa: Mauri, Raquel, Zeca, Carolina, Carlos Eduardo, Arina, Cristina e Fabio, colegas; Idaletto Aued e Silvia Araújo, professores.

Aos companheiros das entidades e categorias que compõem o Movimento Unificado Contra a Privatização que, mesmo sem perceberem o valor da contribuição, foram determinantes na elaboração deste trabalho.

Aos companheiros de luta do Sinergia, diretores e funcionários, pelo estímulo, confiança e solidariedade na construção da trajetória e auto crítica de nossas ações, entendendo o conhecimento como uma das variáveis fundamentais para o crescimento coletivo.

Agradeço, especialmente, ao Dino, Vivi e Júlia, que, não medindo esforços, tiveram que fazer muito mais para que a minha ausência do Sindicato fosse possível. Além disso,

quando esses não ficam só no convívio do trabalho, mas fazem parte do grupo de amigos, os agradecimentos têm que ser enormes. Mesmo assim, ficam pequenos se comparados ao afeto, aconchego e colo que tantas vezes me deram, agüentando as chatérrimas crises de mestrandia.

À minha amiga e companheira Adelaide, sempre tão curiosa, determinada e instigante, que além do meu, tomou conta do coração de todos da família.

À Teca, mais do que irmã, é minha grande amiga.

À minha mãe, Regina, por ter sido tão mãe em todos os momentos.

Ao Cláudio, meu marido, pelo incentivo na minha decisão de enfrentar esta empreitada acadêmica.

Aos meus 4 filhos, Luiz Antonio, Carolina, Sylvia e Luiz Flávio, quero agradecer toda a compreensão e apoio, cada qual de sua maneira, mas sempre com muito carinho. Tono, na dele mas sempre atento; Carol, companheira e solidária, assumiu tarefas domésticas rotineiras, como compras e banco, que tomam tanto tempo; Syl, acompanhando de perto, mesmo lá do Canadá; Flá, confiante e incentivador, mal tinha começado o mestrado e ele me perguntou: quando vai fazer o doutorado? Enfim, são eles que fazem o impossível valer a pena.

## ÍNDICE

Resumo.....	09
Abstract.....	10
Lista de Quadros.....	11
Lista de Anexos.....	12
Lista de Abreviaturas.....	13
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
 <b>Capítulo I – A trajetória do setor elétrico e o Sindicato entre os eletricitários</b>	
A trajetória do setor elétrico brasileiro .....	25
O setor elétrico brasileiro .....	26
O setor elétrico de Santa Catarina.....	37
Sindicalismo e singularidades.....	42
Osni Ricardo Scheidt .....	43
Dilson Dionísio de Freitas .....	44
Warnel Cruz de Souza .....	45
Walter José Ouriques .....	46
Vitor Sérgio Schmidt .....	47
Glauco Carvalho Marques .....	49
Mauro Guimarães Passos .....	50
Édio Valentim da Silva .....	51
Dinovaldo Gilioli .....	53
Arno Veiga Cugnier.....	54
Cláudio Antônio Ehrensperger .....	56
Luiz Césare Vieira .....	57
Viviani Bleyer Remor .....	59
Albertina Brasiliense .....	61
Representação e ação entre trabalhadores.....	68
Sindicalismo, ética do trabalho e valorização da figura do trabalhador.....	69
Florescimento dos movimentos político-partidário e sindical.....	72
Os eletricitários começam a se organizar.....	73
Os dirigentes sindicais lembram a Associação.....	74
O Sindicato dos Eletricitários no início da década de 1960 .....	75
Os dirigentes sindicais relembram os primórdios do Sindicato.....	76

Período da ditadura militar: sindicato e assistencialismo .....	79
Os dirigentes sindicais representam o Sindicato Assistencialista.....	80
Prenúncios de mudança no Sinergia .....	85
Os dirigentes sindicais rememoram o período pré-combativo.....	89
Uma outra forma de ser sindicato.....	93
Os dirigentes sindicais interpretam o período combativo .....	99
Novas práticas do “Sindicato Paizão”.....	99
Tempos de grande repressão na Celesc.....	102
Os trabalhadores da Eletrosul e as mobilizações.....	104
Sinergia e a relação com CNE, CUT e PT.....	107
Tempos de grande repressão na Eletrosul.....	108
Capítulo II – O Sinergia privilegiando instâncias institucionais (1990-1996)	
As transformações na segunda metade do século XX .....	115
A busca por uma resposta: Sindicato Cidadão.....	124
Os dirigentes sindicais interpretam sobre o Sindicato Cidadão.....	132
A concepção de cidadania para o Sinergia.....	133
A prática da cidadania no Sinergia.....	136
Os dirigentes sindicais interpretam sobre a Luta Contra a Privatização.....	139
O Sindicato desperta para a privatização.....	140
O Sinergia implementa a Luta Contra a Privatização.....	142
A categoria eletricitária e a luta institucional.....	143
A avaliação dessa Luta.....	145
Capítulo III – O sindicalismo no presente: um mais um é sempre mais que dois	
O Plano Contra a Privatização (março a outubro de 1997).....	150
O Seminário Contra a Privatização da Celesc e da Eletrosul.....	153
As plenárias do Plano.....	154
O Sinergia busca aliados.....	155
O Sindicato disputa a sociedade.....	156

Os dirigentes sindicais avaliam o Plano.....	158
O “Sindicato Paizão” e a categoria.....	160
A Campanha Contra a Privatização na sociedade.....	162
Redimensionamento do trabalho institucional.....	164
A Campanha e a diretoria do Sindicato.....	166
O despertar atrasado.....	168
O Movimento Unificado Contra a Privatização (a partir de outubro de 1997).....	169
A decisão de cindir a Eletrosul .....	173
As diversas tentativas de privatizar: leilões adiados .....	174
O último ato: a privatização, 15 de setembro de 1998 .....	177
Os dirigentes sindicais interpretam o Mucap.....	183
Mucap: um mais um é sempre mais que dois.....	184
As assembleias unificadas.....	185
O Apagão.....	187
A privatização da Gerasul.....	188
As repercussões da privatização.....	191
A CUT e a privatização.....	197
Perspectivas para o Mucap.....	198
Avaliação do Mucap pelas entidades .....	201
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 207
ANEXOS.....	214
BIBLIOGRAFIA .....	270

## RESUMO

Nesta dissertação procuro contribuir para uma análise do contexto de crise no movimento sindical brasileiro, a partir do estudo de caso do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Com a pesquisa busco entender por que o Sinergia na década de 1990, apesar de demonstrar uma certa combatividade, entra num período defensivo. Para explicar esse movimento, ressalto a trajetória do setor elétrico brasileiro e o movimento de internacionalização e estatização. A partir dele enfatizo a presença do eletricitário e da construção de sua organização e sua trajetória. O trabalho é desenvolvido com o aporte de categorias analíticas, tais como: transformações sociais, políticas neoliberais, invenção do trabalhismo, corporativismo, institucionalidade e emancipação social. Como objeto tem, fundamentalmente, as representações elaboradas por alguns dirigentes sindicais, e, além disso, são consultadas outras fontes, estatuto, atas de reuniões, relatórios de planejamento do sindicato e do Movimento Unificado Contra a Privatização; também o material veiculado no tablóide semanal Linha Viva e o material iconográfico desse sindicato.

## ABSTRACT

This study aims to contribute to the analysis of the context leading up to the crisis in the Brazilian union movement, based on a case study of the Union of Electricity Company workers of Florianópolis. With the research I seek to discuss the reasons why the “Sinergia” in the 1990s, though showing some resistance, enters a defensive period. To explain that movement, I concentrate on the trajectory of the Brazilian electricity sector and the internationalization movement and nationalization. Grounded on it, I emphasize the presence of the electricity company workers and the construction of their organization and trajectory. The study relies on analytical categories, such as: social transformations, neoliberal policies, invention of “workism”, “corporativism”, “institutionality” and “social emancipation”. It has, as object of study, the representations elaborated by some union leaders, as well as other sources such as statute, meeting minutes, reports of the union’s planning and of the Unified Movement Against the Privatization, and, also, the material published in the weekly tabloid *Linha Viva* and the iconographic material of the union.

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1: TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DOS ENTREVISTADOS

QUADRO 2: TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E SINDICAIS DOS ENTREVISTADOS

QUADRO 3: AS DUAS PRIMEIRAS GREVES NO SINERGIA

QUADRO 4: GREVES DOS ELETRICITÁRIOS DA CELESC E DA ELETROSUL

QUADRO 5: GREVES DOS ELETRICITÁRIOS DA CELESC E DA EELETROSUL

QUADRO 6: USINAS HIDRELÉTRICAS DA GERASUL

QUADRO 7: USINAS TERMELÉTRICAS DA GERASUL

QUADRO 8: NÚMERO DE TRABALHADORES POR EMPRESA

QUADRO 9: NÚMERO DE FILIADOS DO SINERGIA, SEGUNDO O ANO E AS  
EMPRESAS

QUADRO 10: PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO MUCAP

QUADRO 11: AVALIAÇÃO DO MUCAP EM DEZEMBRO DE 1988

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: NÚMERO DE TRABALHADORES POR EMPRESA

GRÁFICO 2: NÚMERO DE FILIADOS DO SINERGIA, SEGUNDO O ANO E AS  
EMPRESAS

## LISTA DE ANEXOS

- I - Boletim À Família Eletricitária
- II - Boletim da Campanha, primeira edição, 19/08/97
- III - Memória da 2ª Plenária Contra a Privatização – Celesc e Eletrosul
- IV - Agenda semanal da Campanha Contra a Privatização
- V - Material de convocação para o 3º Congresso dos Eletricitários de Florianópolis
- VI - Cartas do 3º Congresso dos Eletricitários de Florianópolis
- VII - Boletim Unificado Solidariedade, contra as punições da Eletrosul
- VIII - Foto dos materiais da Campanha
- IX - Exemplo de redações feitas pelos alunos das escolas visitadas
- X - Lançamento da Campanha, Jornal A Notícia, 14/10/97
- XI - Notas aos Catarinenses, 1º boletim do Movimento Unificado Contra a Privatização
- XII - Boletim Divisão da Eletrosul é Adiada
- XIII - Carta de Santa Catarina, aprovada na Sessão Especial na Assembléia Legislativa
- XIV - Boletim Não Jogue Fora o seu sonho e abaixo assinado da atividade
- XV - Boletim do Mucap informando o acontecido na tentativa de cisão da Eletrosul em  
18/12/1997
- XVI - Boletim Para trabalhador da Eletrosul, amanhã também é dia de trabalho
- XVII - Notícias dos jornais A Notícia e o Estado de 23/12/97 sobre o adiamento da Assembléia da Casan e  
ocupação da Eletrosul contra a Assembléia de cisão
- XVIII - Notícias do Jornal Diário Catarinense de 24 e 25/12/97 sobre a cisão da Eletrosul
- XIX - Boletim Você faz parte desta história, convocando os trabalhadores para uma hora de paralisação e o 1º  
Jornal Unificado
- XX - Convite para a exposição “História da Imprensa Operária e Social no Brasil (1830/1930)
- XXI - Panfletos convocando as categorias e a população para a 1ª Assembléia Geral Unificada
- XXII - Matéria sobre a manifestação do Mucap no dia da privatização da Telesc no jornal O Estado, 29/07/98
- XXIII - Convites para a 2ª Assembléia Geral Unificada
- XXIV - Panfleto Apague a Luz convocando para o Apagão
- XXV - Panfleto do Sindicato dos Bancários de Santa Maria convocando para o Apagão
- XXVI - Panfleto Liquidação Total sobre a privatização da Gerasul
- XXVII - Boletim comemorativo de 1 ano do Mucap distribuído à população

## LISTA DE ABREVIATURAS

AP – Ação Popular  
APCELESC - Associação dos Aposentados da Celesc  
AEG – Cia Sul Americana de Eletricidade S/A  
AGU – Assembléia Geral Unificada  
AMFORP – American Foreign and Power Company  
APROSUL – Associação dos Empregados da Eletrosul  
APUFSC – Associação dos Professores da UFSC  
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina  
CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento  
CCQ – Círculo de Controle de Qualidade  
CE – Centro Estudantil  
CEDEP – Centro de Educação e Evangelização Popular  
CEE – Comissão de Energia Elétrica  
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica S/A  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A  
CELOS – Fundação Celesc de Seguridade Social  
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A  
CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S/A  
CGT – Central Geral dos Trabalhadores  
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S/A  
CHEVAP – Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba S/A  
CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina  
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica  
CNE – Comando Nacional dos Eletricitários  
COMCAP – Companhia Melhoramentos Capital  
COPPE – Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CUT – Central Única dos Trabalhadores.  
DC – Diário Catarinense  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DNAEE – Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico  
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A  
ELETROSUL – Empresa Transmissora do Sul do Brasil S/A  
ELFFA – Empresa de Luz e Força de Florianópolis S/A  
ELOS – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social

EMPRESUL – Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S/A  
ENEL – Encontro Nacional dos Eletricitários  
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores e Oposição à Estrutura Sindical  
ERUSC – Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina  
FNTIU – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas  
FNU – Federação Nacional dos Urbanitários  
FORÇALUZ – Empresa Força e Luz Santa Catarina S/A  
FURNAS – Central Elétrica de Furnas S/A  
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio  
GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
INTERCEL – Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina  
INTERSUL – Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil  
LIGHT – Brazilian Traction, Light and Power  
LV – Linha Viva  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MOB – Movimento Oposição dos Bancários  
MOS – Movimento Oposição do Sindicato dos Jornalistas  
MST – Movimento dos Sem-Terra  
MUCAP – Movimento Unificado Contra a Privatização  
OLT – Organização por Local de Trabalho  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PIB – Produto Interno Bruto  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
POE – Plano de Obras e equipamentos  
PPS – Partido Popular Socialista  
PROSOL – Projeto de Solidariedade  
PSD – Partido Social Democrático  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
SAESC – Sindicato dos Administradores de Santa Catarina  
SEEB – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região  
SINDINORTE – Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado de Santa Catarina  
SINERGIA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis  
SINTAE – Sindicato dos Trabalhadores em Águas e Esgoto de Santa Catarina  
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina

SINTECT – Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos do Estado de Santa Catarina

SINTESPE – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina

SINTRASEN – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis

SINVAC – Sindicato dos Trabalhadores em Vigilância, Asseio e Conservação de Santa Catarina

TAC – Teatro Álvaro de Carvalho

TELEPAR – Telecomunicações do Paraná S.A.

TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

TFP – Tradição, Família e Propriedade

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

URGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URP – Unidade de Referência de Preços

## INTRODUÇÃO

Lâminacsa

c não será assim  
tão diferente da guerra  
a fome que mata esse povo

quem saberá das mãos calejadas  
da pocira que encharca  
os olhos maribundos

oh brasil  
de tantos brasis  
em que berço esplêndido  
dormes tu?

Dinovaldo Gilioli  
(Linha Viva n. 52. 19/05/89)

Durante 12 anos de militância no movimento sindical e dirigente, liberada para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis - Sinergia, numa conjuntura cada vez mais difícil, constato que não basta participar de corpo e alma, de maneira viva e apaixonada, é preciso, também, entender. Há necessidade urgente de repensá-lo.

Na reflexão sobre a ação sindical, seus impasses e suas perspectivas atuais, estou incorporando na construção do sujeito coletivo um momento que rompe os estreitos limites do ativismo sindical e trilha os caminhos da práxis. É esse o caminhar que, agregado à minha trajetória sindical, tem passado pelo desafio de cursar o Mestrado em Sociologia Política, na linha de pesquisa da Inovação e Trabalho e continuar sendo dirigente sindical. Ter ingressado no mestrado representa um marco “revolucionário” na minha vida. Entendia, na época, que mudanças se fariam necessárias, não imaginava quão profundas seriam. O trajeto tem sido desafiante, difícil e turbulento. A conciliação das atividades sindicais com as da academia, neste momento privatizante, somado ao esforço adicional na intenção de superar as minhas debilidades teóricas, constitui um desafio. Mudanças radicais no cotidiano doméstico e na relação com a família foram necessárias, além das mudanças pessoais exigidas pela nova rotina e nas prioridades que até então eram dadas. Tudo isto tem sido transposto e superado, as leituras e discussões têm aberto portas, indicando caminhos a serem trilhados, refletindo-se não só na prática do Sinergia como do movimento sindical, dando a certeza e a determinação da escolha correta.

A polêmica sobre a não-centralidade do trabalho é conhecida e está longe de ser esgotada.<sup>1</sup> O trabalho e o sindicato são questionados. A atualidade do tema trabalho é intensificada pelo contexto do desemprego e da ampliação do setor informal. Segundo o informe da OIT sobre emprego e desemprego, em setembro de 1998 existia 1 bilhão de desempregados no mundo.

O mesmo se pode dizer sobre os sindicatos. Considerando que estas categorias configuram-se no capitalismo, contribuem para apreender a atualidade, muito embora reconheça que a história não é linear, que há avanços, recuos e derrotas dos trabalhadores. Nela evidencio que, contra a coersão da classe dos que detêm o capital, os sindicatos têm sido fundamentais na organização da ação coletiva da classe dos que vivem da venda da sua força de trabalho.

A sociedade contemporânea tem passado por rápidas e profundas transformações que colocam os desafios sindicais em outro patamar. O neoliberalismo tem imprimido destruições em nível mundial: do meio ambiente e da força humana. O trabalho formal e estável está sendo substituído, em proporções alarmantes, pelo trabalho precarizado (terceirizado, subcontratado), além dos que estão totalmente excluídos do mercado de trabalho.

O movimento sindical brasileiro, em geral, tem vivido um período de defensiva. Opta - e não é uma opção isolada mas se insere num conjunto complexo de elementos que vai fazendo com que haja mutações - pela institucionalização, na prevalência da luta negocial, contratualista. Algumas ações mais substanciais que marcam e dão vida ao sindicalismo brasileiro principalmente na década anterior, nos anos 1980, vão se perdendo. A prática sindical passa a ser pautada nas questões conjunturais e imediatas, restringindo-se às lutas cotidianas dos trabalhadores por melhores salários, contra a demissão dos empregados e pela manutenção dos direitos sociais.

Este período de crise vivida pela Central Única dos Trabalhadores – CUT e os sindicatos que atuam no seu campo tem se caracterizado pela retração das greves e dos movimentos de massa, pela redução do número de sindicalizados, pelo declínio da militância sindical. A isto se agrega a crescente burocratização das entidades sindicais, os entendimentos de cúpula, os conflitos entre dirigentes, a priorização das instâncias institucionais (judiciário, legislativo, fóruns governamentais) em detrimento da organização

---

<sup>1</sup> A polêmica sobre a centralidade do tema trabalho é analisada por vários estudiosos, entre eles Ricardo Antunes (1995a), Sonia M. G. Larangeira (1996), Clauss Offè (1989), Nadya A. Castro e Antônio Sérgio A. Guimarães (1991).

de base e, principalmente, da falta de engajamento político-ideológico dos dirigentes e militantes.

O sindicalizado vive angustiado, inseguro e na iminência de ser mais um a engrossar a fila do desemprego. As assembleias sindicais esvaziadas parecem refletir isso. Dirigentes e categoria, ambos reconhecem que a instituição sindical encontra-se em crise:

“o sindicalismo em seus traços e tendências dominantes, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo.”<sup>2</sup>

A realidade dos eletricitários representados pelo Sinergia não é diferente dos trabalhadores em nível mundial. Sindicato cutista, representa os trabalhadores de Florianópolis e região da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – Celesc, Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A - Eletrosul, Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A e APConstruções, da Grande Florianópolis. Sua categoria soma em torno de 2.456 trabalhadores, dos quais mais de 90% são sindicalizados.

Nesse contexto, o movimento sindical dos eletricitários de Florianópolis continua na luta por melhores condições de vida, trabalho e salário e, ainda, contra a ação de privatização das empresas estatais. Entretanto, os trabalhadores são penalizados pela ausência de uma política salarial, estão frustrados pela falta de perspectiva profissional, permanentemente ameaçados pela demissão e têm participado cada vez menos das atividades promovidas pelo sindicato. As direções das empresas continuam cumprindo as determinações governamentais rumo à privatização, levando a cabo a reforma administrativa, visível, entre outros, nos Planos de Demissão Incentivada – PDI e, no Círculo de Controle de Qualidade - CCQ. O enxugamento das empresas é refletido no produto final oferecido à sociedade, a confiabilidade do sistema elétrico está abalada pela falta de manutenção preventiva e corretiva, pela insuficiência de pessoal, pela ausência de uma efetiva política de treinamento e reciclagem de força de trabalho.

Diante desses desafios a direção do Sinergia age de maneira defensiva, e a diretoria encontra-se num ativismo exacerbado, tentando responder a todas as questões impostas pela política neoliberal, tais como: privatização, reforma administrativa e previdenciária,

---

<sup>2</sup> ANTUNES, Ricardo. A crise e os sindicatos. Revista Teoria e Debate. SP. n.20. 1993. p.67.

demissões, arrocho salarial e controle sindical. Isso tem levado a um esgotamento e desencanto dos dirigentes, a uma sucessão de frustrações,<sup>3</sup> gerando conflitos internos. Em 1990, com a reforma administrativa observo uma expressiva redução do número de trabalhadores e, em decorrência, de filiados sindicais. Essa redução, por sua vez, é ainda mais agravada pela onda de aposentadorias decorrentes da reforma da Previdência e, fundamentalmente, após a privatização. O ambiente de trabalho da Gerasul, no final desta década, pode ser caracterizado como um quadro ainda mais dramático.

Na tentativa de superar a crise, algumas iniciativas têm sido tomadas pela direção dos sindicatos. O Sinergia também tem buscado dar respostas, e estas são objetivo central deste trabalho. O esforço desta pesquisa, portanto, é direcionado no sentido de descrever e compreender as diversas respostas escolhidas por este sindicato – O Sindicato Cidadão e a Luta Contra a Privatização (1990 a 1996), Campanha Contra a Privatização e o Movimento Unificado Contra a Privatização, a partir de 1997.

Contudo, no intuito de compreender o momento atual e pensar o futuro é necessário, embora não suficiente, termos uma idéia de como chegamos ao presente. Além do quê, as experiências passadas são relevantes variáveis, entre outras, para que possamos saber quais as prováveis transformações.

Nesse sentido no 1º capítulo analiso a trajetória do setor elétrico brasileiro em geral e, especificamente, do catarinense, possibilitando a compreensão da criação das empresas e da necessidade que os trabalhadores eletricitários de Florianópolis têm em criar sua entidade de classe. Destaco a presença do capital internacional desde os primórdios. Essa trajetória ressalta o movimento que começa internacional, é estatizado e, após, passa outra vez para as mãos do capital internacional privado. Nesse capítulo também apresento aspectos importantes da trajetória de construção do Sinergia, dividida em períodos relevantes.

---

<sup>3</sup> Analisando as trajetórias dos militantes do movimento sindical urbano da Região Metropolitana de Porto Alegre nos últimos 10 anos. Cattani afirma que "... os 'novíssimos militantes' sofrem com o que genericamente chamam de 'crise atual', referindo-se com isso a diferentes aspectos: a) decepção com o recrudescimento do corporativismo e da burocracia sindical, com a desmobilização e apatia da categoria; b) descontentamento com os problemas nacionais (corrupção/impunidade, inflação permanente, desmandos e rigidez do aparato legal da Justiça do Trabalho, etc.); c) desgaste pessoal com a inútil repetição de trabalhosas ações sindicais." CATTANI, A. D. Trajetórias sindicais - o esgotamento de um padrão de militância. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.15, 1991/1992, p.204. Em (Re)inventando a Cidadania, livro que conta a história do Sinergia, as autoras classificam os dirigentes deste sindicato como os "novíssimos militantes".

No 2º capítulo focalizo a crise estrutural do capital e a resposta que este constrói: o processo de reestruturação produtiva e a implantação de um projeto político ideológico, o neoliberalismo; as conseqüências trazidas ao mundo do trabalho, impondo desafios ao movimento sindical. No sentido de transpor os impasses que, apesar de iniciais, já se configuravam de maneira veloz e imperativa para o movimento sindical combativo, o Sinergia optou pela construção do Sindicato Cidadão, priorizando a luta contra a privatização.

Com o aporte desta pesquisa, é construída a segunda resposta, analisada no 3º capítulo, a Campanha Contra a Privatização e o Movimento Unificado Contra a Privatização.

Busco entender por que o Sinergia na década de 1990, apesar de demonstrar em sua trajetória momentos de combatividade, entra num período de defensiva, no qual a direção passa a priorizar ações na institucionalidade em detrimento da organização de base. A hipótese constituída é que o Sinergia entra num período de lutas defensivas, adaptado à estrutura sindical oficial, não conseguindo contrapor-se às transformações sociais e às políticas neoliberais, não conjugando as lutas táticas a um plano estratégico. Suas lutas fundamentam-se na perpetuação da classe trabalhadora e não na emancipação social.

Como objetivo geral estabeleço uma análise do contexto de crise no sindicalismo brasileiro na década de 1990, a partir do estudo de caso do Sinergia, reconstruindo a trajetória, explorando os impasses e construindo, conjuntamente, perspectivas de ações, no sentido de superá-los.

A pertinência desta pesquisa justifica-se pela gravidade da crise do movimento sindical. A bibliografia existente sobre este movimento é, principalmente, fruto da preocupação acadêmica; a produção escrita pelos próprios condutores do processo não é grande. Soma-se a isso a centralidade da pesquisa sobre o tema nas experiências do eixo Rio/São Paulo. O presente estudo está embasado numa experiência sindical em Florianópolis (SC), envolvendo uma categoria estatal e produzida por quem está envolvido no processo.

A escolha do Sinergia justifica-se por vários fatores: o conhecimento empírico e prático da pesquisadora; a relevância desta entidade no movimento sindical (regional, estadual e nacional), nos movimentos social e político e na sociedade civil; a existência de grande memória documental; e a possibilidade de a realização das entrevistas. Nesse trabalho, constitui-se uma preocupação constante tanto o necessário distanciamento crítico

entre a pesquisadora e o objeto de pesquisa, o que não quer dizer neutralidade; quanto a busca da objetividade, que requer um grande esforço quando se está diretamente envolvido, para que o objeto da reflexão seja tratado com qualidade e profundidade. Isso tem se dado através da construção de um perfil de pesquisadora crítica, de si mesma e de sua história, baseado no aprofundamento teórico-metodológico.

A pesquisa foi desenvolvida no final da década de 1990 com dirigentes do Sinergia, com o aporte de categorias analíticas como: transformações sociais, políticas neoliberais, invenção do trabalhismo, corporativismo, institucionalidade e emancipação social.

Neste trabalho foi utilizada, em parte, a metodologia da pesquisa-ação, de modo a conceber e organizar esta pesquisa de finalidade prática, de acordo com as exigências próprias da ação e com a participação dos atores envolvidos, possibilitando condições mais capazes, já que a pesquisadora pertence ao grupo, “ (...) de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vive, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora. Trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas reais.”<sup>4</sup>

Através de dirigentes sindicais do Sinergia, que trabalharam, alguns ainda trabalham, por seus contemporâneos, esta pesquisa se constrói. Isso foi possível pelas 14 entrevistas abertas feitas com os dirigentes selecionados, por representarem momentos emblemáticos, exemplos dessa trajetória sindical. Com isto, procuro enfatizar o que significa atuar no movimento sindical. É claro que sabemos que existe uma grande parcela de dirigentes que, de fato, não lideram, pois fazem parte de um corpo burocrático anti mundo do trabalho. Não é o caso do grupo de dirigentes do Sinergia. Estes estão empenhados em fazer da sua ação prático sindical, uma ação transformadora, vivificadora. Portanto, para estes atuar no movimento sindical é trabalhar e bastante, apesar desse fazer sindical ser frequentemente atacado pelos patrões, pelos meios de comunicação. Estes procuram passar para o conjunto da sociedade uma imagem de sindicalistas como baderneiros, irresponsáveis, vadios que não querem “trabalhar” mas só fazer confusão; tentam mostrar a possibilidade de uma convivência harmoniosa entre capital e trabalho, descaracterizando a luta de classes.

Perpassando as lembranças dos dirigentes mostro a importância e o valor desses “trabalhadores sindicais” que não são expoentes nacionais e nem participam das altas cúpulas das lideranças operárias, mas dedicaram, alguns ainda dedicam, sua vida ou parte dela na luta desigual, tantas vezes inglória ou não reconhecida, contra o capital.

---

<sup>4</sup> THIOLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985, p.8.

O enfoque dado à memória não foi o de refazer o passado, possibilitando organizar, ordenar o tempo e localizar cronologicamente; mas o foi, espelhado nos gregos, como fonte do presente, ou seja, vidência e êxtase. Além disso, quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, na construção social da memória, “há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos”.<sup>5</sup> O interesse estava não na reconstituição passo a passo da história, mas no que foi escolhido para perpetuar-se; as lembranças mais marcantes, as que calaram mais fundo, das experiências do mundo do trabalho. Isso, também sendo mais um aspecto tanto na construção da identidade social e política do dirigente sindical brasileiro, síntese de projetos tão diversos, quanto a constituição da figura do homem-trabalhador e de uma ética do trabalho.<sup>6</sup>

Entre os entrevistados só Osni e Dilson eu não conhecia, e foi fundamental conhecê-los. Fundadores do sindicato, relembram com entusiasmo, nitidez e detalhes os momentos iniciais da vida sindical entre os eletricitários. Suas lembranças deram concretude à história do sindicato, fortalecendo suas raízes.

O vínculo de companheirismo, confiança e amizade que eu tinha com os outros companheiros foi a base para as entrevistas e por elas foi ainda mais reforçado. Quando, recordando a vida vivida (com tanta paixão, tantas frustrações e desencantos) a emoção tomou conta da voz e dos olhos dos depoentes, eu também me emocionei. Como pesquisadora e participante do movimento, senti-me a vontade e segura:

“a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante. Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão ‘observador participante’ pode dar origem a interpretações apressadas. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes.”<sup>7</sup>

<sup>5</sup> BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. SP: Companhia das Letras, 1994, p.66 e 67.

<sup>6</sup> GOMES, A. C. *Velhos Militantes*. RJ: Zahar, 1988, p. 8-11.

<sup>7</sup> BOSI, *op.cit.*, 1994, p. 38.

Nesta pesquisa fui assim me revezando entre sujeito e objeto. Sujeito quando questionava, investigava, querendo saber sempre mais, subsidiada por elementos teóricos, mas também construindo junto uma saída para a crise; objeto quando escutava, observava, registrava, identificando insuficiência de dados e contradições.

A minha participação no sindicato foi um fator facilitador também no acesso à pesquisa documental. Esta foi importante não como documento de confronto dos fatos relatados, mas objetivando a coleta de dados e fontes que permitiram o acompanhamento das questões gerais e específicas em relação à problemática e deram consistência aos fatos narrados. Para tanto realizei uma análise dos principais documentos referentes ao Sinergia e Movimento Unificado Contra a Privatização - Mucap, e também, os referentes à Intersul, CUT, CNE e das empresas. Foram consultados: estatuto e atas das reuniões do Sinergia (da executiva, diretoria e conselho deliberativo) e do Mucap, relatórios de avaliação e planejamento, teses e resoluções dos congressos, acordos coletivos, revistas, boletins e jornais sindicais e das empresas, além da significativa produção do sindicato no que diz respeito à sua política de comunicação, tomando como referência o material veiculado no tablóide semanal Linha Viva, bem como as experiências em nível de Cultura e Formação Sindical, através dos relatórios produzidos, vídeos e material iconográfico.

*Para mim foi um privilégio ouvir da voz já cansada e arrastada do Seu Osni, “quero agradecer esta oportunidade de me chamar para uma entrevista que eu não esperava, nem nunca me passou pela cabeça voltar aqui no Sindicato para uma entrevista assim. Foi até muito gostoso esse bate-papo aqui com você, não é?”*

*Aproveito este momento para dizer: Seu Osni, nós, os amantes da história do movimento sindical, é que temos tanto a agradecer, nosso muitíssimo obrigada.*

*Do Seu Dilson recebi a deferência de querer ler o trabalho, “Eu faço questão, gostaria muito mesmo. Eu mesmo vou lembrar a minha história, a história da minha empresa.”*

*A exploração é de tal ordem na sociedade capitalista, que a vida pessoal se confunde com a do trabalho. Ainda para o velho trabalhador continuam entrelaçadas, na memória fica a fusão do trabalho com a própria substância da vida. Tudo isso me fez lembrar um trecho do bellissimo livro de Ecléia Bosi sobre memórias de velhos que diz:*

“A noção que temos de velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações. É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BOSI, E., *op.cit.*, 1994, p.81.

## CAPÍTULO I

### A Trajetória do Setor Elétrico e o Sindicato entre os Eletricitários

#### Ponto de Interrogação

Não sorveremos o cálice  
das festas palaciais,  
nem comeremos migalhas  
dos banquetes feudais

Não guardaremos nossos planos  
em porões oficiais,  
nem amordaçaremos sonhos  
por entre lâminas e cristais

Estamos fartos dos escândalos,  
de pseudo-intelectuais,  
cansamos de ser apenas sombras,  
das pirâmides monumentais

Dinovaldo Gilioli  
(Linha Viva n. 74, 26/10/89)

#### A trajetória do setor elétrico

Energia elétrica significa mais do que ter luz nas casas e nas ruas, representa a iluminação do mundo. A sua exploração a partir do final do século passado é um marco revolucionário para a humanidade. Sua utilização vai, aos poucos, crescendo, diversificando e expandindo. Hoje, como se fosse natural, as pessoas aprendem a “ligar” sua vida na tomada, a ponto de não perceberem que estão usando energia elétrica a todo momento. A não ser quando falta, então é o caos.

Com a criação da energia elétrica desencadeia uma mudança de personagens sociais. O acendedor de lampião cede lugar ao eletricitário. É verdade que entre a extinção de um e a construção de outro há um tempo histórico, nada é linear, há sobreposições e rupturas:

“é importante lembrar que uma forma histórica não se impõe até que a anterior se esgote inteiramente. Além disso, como diz Marx, a história social dos homens não mais é do que a

história individual, tenham eles ou não consciência disto. Desta feita, o profissional sintetiza uma história social e não apenas uma trajetória de profissionalização.”<sup>2</sup>

Um tempo mais longo ainda será necessário para que os eletricitários organizem a sua entidade de classe, criando, assim, identidade sindical.

## O setor elétrico brasileiro

No Brasil os primeiros experimentos com energia elétrica datam dos últimos anos do Império, incentivados por D. Pedro II. As primeiras lâmpadas são acesas em 1879, na antiga Estação da Corte da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Essa estação central, hoje denominada D. Pedro II, é iluminada por seis lâmpadas de arco, do tipo Jablockhow, cuja energia é gerada por dois dínamos.

Com a energia elétrica, que trouxe muitos benefícios à população, possibilita-se a intensificação no trabalho. Em 1881, graças à iluminação de um trecho do jardim Campo da Aclamação, atualmente Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro, os trabalhos de calçamento são realizados à noite.<sup>3</sup>

Em 1883 ocorrem dois eventos inéditos e importantes. Um em Campos, no estado do Rio de Janeiro, o primeiro serviço de iluminação pública municipal, experiência pioneira tanto no Brasil como na América do Sul, que funciona por 10 anos. O imperador D. Pedro II inaugura a máquina térmica acionadora de três dínamos, com potência de 52 kw, fornecendo energia para 39 lâmpadas de 2.000 velas cada uma. Seu serviço era de qualidade tão boa que, nos dez anos que funcionou, apenas uma vez, nas noites de 10 e 11 de junho de 1901, foi desativado.<sup>4</sup> O outro ocorre em Diamantina, Minas Gerais, onde é implantada a primeira usina geradora de energia elétrica, no rio Ribeirão do Inferno, afluente do Jequitinhonha. Pela primeira vez a energia elétrica é aproveitada para fins industriais. Porém, a estréia da

---

<sup>2</sup> AUED. B.W. *Histórias de profissões em Santa Catarina: ondas largas “civilizatórias”*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999. p.75.

<sup>3</sup> Segundo *Panorama do Setor da Energia Elétrica no Brasil*. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro. 1988. p. 30.

utilização do maior potencial energético do Brasil, os rios, é para uso privado, fornecendo energia para mineração, no processo de lavagem da terra para extração de ouro.<sup>5</sup> Outra novidade, apesar de precária e de curta duração, é a inauguração da linha Fonseca de bonde elétrico, em Niterói, Rio de Janeiro.

A primeira usina hidrelétrica de grande porte instalada no Brasil que fornece energia elétrica para iluminação pública é inaugurada em 1889, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Trata-se de um empreendimento privado, por iniciativa de Bernardo Mascarenhas, que tem a concessão obtida pelo município.<sup>6</sup> Proprietário de uma fábrica de tecidos que funciona por energia hidráulica, ele é reconhecido como “notável pelo trabalho pioneiro na criação de indústrias”. A população passar a ter iluminação nas ruas, melhorando seu padrão de vida, é o que menos importa, o que vale é que “o impulso do grande empreendimento resultou no período decisivo de desenvolvimento de Juiz de Fora, que se tornaria conhecida como a ‘Manchester’ brasileira pelas fábricas que ali se instalaram”.<sup>7</sup>

Entre as capitais brasileiras, Porto Alegre é a primeira a ter serviço público de energia elétrica, através da usina termelétrica Fiat Lux, inaugurada em 1887 e ampliada em 1890.<sup>8</sup>

Nos últimos anos do século XIX várias outras pequenas usinas são instaladas, tanto para fornecer energia para iluminação pública quanto para utilização em atividades econômicas, tais como: mineração, beneficiamento de produtos agrícolas, fábricas de tecidos e serraria. Estas são usinas privadas nas quais se verifica a presença do capital internacional. A usina hidrelétrica de Combataí, que ilumina Rio Claro, em São Paulo, é um exemplo. A partir de 1900 passa a ter a “direção da firma alemã Theodor Wille e Cia, uma

2 Citado em *A História da Eletricidade no Brasil*. Ministério das Minas e Energia. Eletrobrás. Light. Rio de Janeiro. s/d.

<sup>5</sup> Esta usina para geração de energia elétrica objetiva “movimentar duas bombas de desmonte hidráulico que, com os jatos d’água, revolviam o terreno, rico em diamantes. Uma linha de transmissão de 2 km de extensão fazia o transporte da energia utilizada pelas máquinas que extraíam cascalho na mina.” Citado em *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil*. *op. cit.* . p. 30.

<sup>6</sup> Segundo o *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil*. *op. cit.*, p. 33. “em dezembro de 1887, Bernardo Mascarenhas assinou com a Câmara Municipal de Juiz de Fora contrato que estabelecia o número de lâmpadas de arco a serem instaladas no perímetro urbano e o autorizava a fornecer lâmpadas a particulares”.

<sup>7</sup> Citado em *A História da Eletricidade no Brasil*. *op. cit.*, s/p.

<sup>8</sup> Ver em CAPELETTO, G. J. e SELVERO, W. G. *A questão energética: o que todos precisamos saber*. Porto Alegre: Sagra, 1993. p. 12.

das maiores casas exportadoras de café do país, que também se dedicava à importação de máquinas e tecidos.<sup>9</sup>

Na economia brasileira do começo do século, ainda predominam as atividades primário-exportadoras, destacando-se o café, cultivado na região Sudeste. A economia cafeeira, principalmente no oeste do estado de São Paulo, organiza-se nos moldes capitalistas. A força de trabalho é assalariada, marcada pela presença dos imigrantes europeus; a produção encontra-se parcialmente mecanizada, passando o café a ser beneficiado e conservado de maneira mais moderna e lucrativa. A produção e circulação da mercadoria exige um sistema de transporte mais eficiente, são construídas estradas de ferro, possibilitando um escoamento mais ágil do produto até as cidades e portos, onde o café é comercializado ou exportado. Há também a expansão da comunicação, com o desenvolvimento do telégrafo e telefones; e dos serviços públicos urbanos, entre eles a produção e distribuição de energia, iluminação pública, água e esgoto, além dos bondes.

O incremento da economia cafeeira produz uma larga margem de lucro, possibilitando, num primeiro momento, o desenvolvimento urbano e industrial do país. Das primeiras indústrias até as dos anos 1930/40 predomina o capital nacional, tendo sido mais desenvolvidos os setores têxtil e alimentício, produtos de consumo não duráveis. Os estabelecimentos são de pequeno e médio porte, mas concentram um grande número de trabalhadores. Estes, no processo de formação da classe engendrada no interior dos embates entre capital e trabalho,<sup>10</sup> instituem os primeiros núcleos operários no Brasil. Os trabalhadores organizam-se inicialmente nas Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo que, como o nome mesmo sugere, ajudam-se mutuamente quando em dificuldades materiais, ou seja, em época de greves ou de apuros econômicos. Essas sociedades, com o crescimento do setor industrial, vêm a dar origem aos sindicatos.

---

<sup>9</sup> Citado em Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil. *op. cit.*, p. 32.

<sup>10</sup> As classes sociais, segundo Karl Marx, explicam o desenvolvimento histórico das sociedades, pois “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”, mas, especificamente no capitalismo, “a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (...) Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados dos meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir”. O Manifesto Comunista. In: Obras escolhidas. Rio de Janeiro. Vitória. 1956. p. 21.

Se a produção industrial no Brasil, até os anos 1930, é levada a termo com a predominância do capital nacional, os serviços urbanos essenciais prestados à população, como os de infra-estrutura, transportes e setor bancário, são explorados ou financiados por empresas estrangeiras. Estas são oriundas dos países capitalistas mais desenvolvidos, em busca de investimentos mais rentáveis.

Neste bojo é que surgem as primeiras empresas elétricas, sob hegemonia do capital internacional e com concessões públicas. Prestam serviço da geração à distribuição, iniciando o caminho da construção do setor elétrico brasileiro.

O grupo Light no Brasil começa a sua trajetória em 1897, em São Paulo. É a fase de modernização e de industrialização que, a partir da expansão do setor cafeeiro, ensaia sua posterior consolidação. O oficial da Marinha italiana e empresário Francesco Antonio Gualco, residente no Canadá, alia-se ao comendador Antônio Augusto de Sousa, paulista influente no mundo dos negócios e da política, conseguindo a concessão municipal,<sup>11</sup> por 40 anos, do serviço de transporte urbano de passageiros e cargas em bondes elétricos. Mas os investidores não param por aí. Aliam-se ao capitalista norte-americano Frederick Pearson, presumindo que a cidade de São Paulo suportaria uma maior expansão urbana. Conseguem, portanto, da Câmara Municipal de São Paulo, em 1898, a concessão para instalar novas linhas de bonde. Além disto, obtêm o consentimento para atuar na geração e distribuição de energia elétrica. Assim é constituída em Toronto, Canadá, a São Paulo Light and Power, em 7 de abril de 1899, cujo objetivo:

(...) ia além da produção, da utilização e da venda de eletricidade, gerada por qualquer tipo de força (vapor, gás, pneumática, mecânica e hidráulica), abrangendo igualmente o estabelecimento de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. A empresa pretendia ainda adquirir bens móveis e imóveis, que incluíam terras, lagos, açudes, rios, quedas e correntes d'água, necessários às suas atividades.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Não existia regulamentação para obtenção de concessão municipal, estadual ou federal. São conseguidas através da influência de poder, da política, da amizade, entre outros conluios. No caso da Light São Paulo, "a concessão fora obtida com facilidade graças ao livre trânsito do comendador Sousa nos meios políticos paulistas. Seu genro, o advogado Carlos de Campos, era, naquele momento, secretário de Justiça do estado e membro influente do poderoso Partido Republicano Paulista (PRP)". Verificar em *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil*, *op. cit.*, p. 35.

<sup>12</sup> Citado em *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil*, *op. cit.*, p. 35.

Essa empresa é autorizada a operar no Brasil através de um decreto assinado pelo presidente Campos Salles em 1895. Este grupo, quando chega a São Paulo, encontra concorrência de outros grupos nacionais igualmente interessados em explorar a geração e distribuição de energia elétrica. No entanto, a presença desses outros grupos não se configura num obstáculo, pois a empresa canadense consegue tudo o que quer, beneficiada pela via política ou judicial.

Depois de estabelecido em São Paulo, em 1904, o mesmo grupo de capitalistas parte para a capital da República, em busca de novos empreendimentos. Alexander Mackenzie representa este grupo nos acordos necessários com o prefeito Pereira Passos do Rio de Janeiro e com o presidente da República Rodrigues Alves<sup>13</sup>, objetivando a instalação de uma empresa similar a de São Paulo. Neste mesmo ano, em Toronto, Canadá, é constituída a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited.<sup>14</sup>

Além da energia elétrica, nos dois centros mais importantes do país, o grupo Light monopoliza os serviços de gás e telefone. A inserção e expansão desse grupo só é possível com a eliminação, através de influência e apoio de “personalidades públicas brasileiras”, de grupos nacionais similares que também têm interesse em explorar esses tipos de serviço nessas duas cidades.<sup>15</sup>

O grupo Light também constitui a São Paulo Electric, em Toronto, que é autorizada a funcionar no Brasil em junho de 1911, passando a ser responsável pelo fornecimento de energia elétrica nas cidades do interior de São Paulo, como Sorocaba e São Roque. No ano seguinte, em 1912, o grupo Light reestrutura-se. As suas três empresas no Brasil unificam-se na *holding* Brazilian Traction.<sup>16</sup> O grupo está em plena expansão, “na década que começa

<sup>13</sup> Os entendimentos feitos foram prontamente possíveis já que a Light mantinha “excelentes relações” com o presidente da República. Verificar em Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil. *op. cit.*, p. 38.

<sup>14</sup> Existem informações de que a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited “teria sido incorporada inicialmente em Nova Jersey, Estados Unidos, em maio de 1904, por iniciativa do empresário e especulador norte-americano Percival Farquhar, que se envolveu com uma série de negócios no Brasil na área de serviços públicos. A incorporação definitiva no Canadá teria como explicação as maiores facilidades de financiamento encontradas nesse país. De qualquer modo, Mackenzie e Frederick Pearson foram indicados procuradores da empresa no Brasil, o que atesta claramente os elos entre a Rio Light e a São Paulo Light”. Citado em Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil. *op. cit.*, p. 38.

<sup>15</sup> Conferir em Panorama do Setor da Energia Elétrica no Brasil. *op. cit.*, p. 41.

<sup>16</sup> A *holding* Brazilian Traction, embora criada em 1912, já tem uma organização bastante complexa: “Reunindo um capital equivalente a 23 milhões de libras, a empresa *holding* canadense concentrava a maior parcela dos serviços de energia elétrica, bondes e telefones da região mais desenvolvida do país: o eixo

em 1910, a capacidade das usinas da Light, no Rio e em São Paulo, representava 30% do total instalado no país. Na década seguinte, já representava 44,1% daquele total.”<sup>17</sup>

A abundante oferta de energia, neste princípio de século, possibilita o crescimento urbano e industrial no eixo Rio-São Paulo e em outros pontos do país. Em busca desse potencial, outros investidores estrangeiros são atraídos, interessados no setor de energia, como a American Foreign and Power Company (Amforp), subsidiária do grupo americano Electric Bond & Share Corporation.

Essa empresa passa a atuar, a partir de 1924, na rica região cafeeira do estado de São Paulo, constituindo a Companhia Paulista de Força e Luz, resultado da incorporação de várias pequenas concessionárias. Além de instalar-se em grande parte do interior de São Paulo, entre 1927 e 1928, seu domínio expande-se (fruto da aquisição de serviços) em Recife, Salvador, Natal, Maceió, Niterói, Petrópolis, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas.

A construção do setor elétrico brasileiro é marcado na década de 1910 pelo processo de concentração de usinas por empresa. A década seguinte, porém, é caracterizada pela construção de centrais geradoras de maior porte. Estas têm como finalidade atender a ampliação do mercado de energia. Ocorre o processo de concentração e centralização das empresas concessionárias, levando o setor à quase completa desnacionalização.

Neste período de criação e desenvolvimento do setor, que é privado, não existe regulamentação no que se refere a concessões, aproveitamento dos recursos naturais, nem sobre a produção e comercialização de serviços elétricos. A primeira iniciativa no gênero dá-se em 1909, quando o presidente Nilo Peçanha solicita um projeto sobre Código de Águas, mas este permanece parado no Congresso por mais de 20 anos. A preocupação com o tema volta à tona em 1930, fazendo com que o setor comece a sentir a intervenção estatal.

---

Rio-São Paulo. No entanto, cada uma das três companhias manteve sua identidade jurídica. (...) o grupo Light era apenas nominalmente canadense. Por outro lado, os capitalistas que detinham seu controle eram, em parte, naturais dos Estados Unidos, e os métodos de gestão e de financiamento eram marcadamente norte-americanos. Por outro lado, o capital investido na companhia, em pouco tempo, passou a ser majoritariamente de origem inglesa. Estreitamente articulada aos grandes bancos de negócios, a Light não deve ser pensada simplesmente como uma empresa estrangeira de energia elétrica instalada no Brasil, mas sim como parte integrante de um vasto conglomerado financeiro e industrial, cujos investimentos não se limitavam ao nosso país, estendendo-se também ao México e a Cuba”. Citado em Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil. *op. cit.*, p. 42-43.

<sup>17</sup> Citado em A História da Eletricidade no Brasil, *op. cit.*, s/p.

Aquele projeto sobre Código de Águas serve de base para um novo, instituído em 10 de junho de 1934, através do Decreto nº 24.643. A partir deste código, os aproveitamentos hidrelétricos dependem da autorização ou concessão da União, tanto para uso privado quanto para serviço público. Este regulamenta também as quedas d'água como bem imóvel, independentemente das terras em que se encontram, porém são garantidos os direitos adquiridos. E, além disso, institui o princípio do custo histórico, base para o cálculo da tarifa,<sup>18</sup> taxando em 10% o lucro máximo permitido, e disciplina as autorizações e concessões para os aproveitamentos hidrelétricos. Tudo isso é fator limitante e inibidor do investimento de capital privado na indústria de eletricidade. Em 1939 é criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), subordinado à Presidência da República, objetivando a regulamentação e fiscalização pelo Governo Federal, visando promover o desenvolvimento do setor.<sup>19</sup> No entanto, apesar da intenção, o desenvolvimento no setor elétrico não se concretiza neste momento.

Após a deflagração da Segunda Guerra Mundial verifica-se, no nosso país, um crescimento industrial aliado ao aumento e diversificação do consumo, resultando numa série de dificuldades para o setor elétrico, especialmente naquelas regiões que tinham se desenvolvido em função da disponibilidade de energia existente naquela época.<sup>20</sup> É certo, também, que as empresas instaladas não estão investindo no crescimento. Os motivos alegados são as tarifas não adequadas e ajustadas, além da restrição imposta às empresas estrangeiras de expansão e novos investimentos. Em vista da crise que se desenha, o

---

<sup>18</sup> Antes do Código de Águas “as concessionárias eram protegidas contra a depreciação cambial, mediante um sistema segundo o qual as tarifas eram baseadas parte em ouro, parte em papel. Isso implicava reajustes mensais nas tarifas e quando a depreciação cambial era forte e o consumo de energia elétrica baixava.” Citado em DÓRIA, P. R. *Energia no Brasil e dilemas do desenvolvimento: a crise mundial e o futuro*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 88. Com o Código foi instituída a base para o cálculo da tarifa, contudo o Governo Vargas manteve congeladas até 1945, quando permitiu um aumento de 10% sobre a tarifa de energia elétrica, alegando aumento de salários para os trabalhadores do setor.

<sup>19</sup> No sentido de maior informação e aprofundamento sobre o Código de Águas e CNAEE, consultar LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.70; e Panorama do setor de Energia Elétrica no Brasil, *op. cit.*, p. 79-85.

<sup>20</sup> O domínio do grupo Light e das companhias do grupo Amforp totalizavam dois terços do suprimento de energia elétrica do país. O grupo norte-americano Amforp, por exemplo, para além das atividades de produção e distribuição de energia elétrica, empenhava-se em fazer propaganda e campanhas de vendas de eletrodomésticos no interior de São Paulo. O esforço deste grupo em aumentar o consumo de energia elétrica cessou em 1938, passando para as casas especializadas este tipo de atividade comercial.

Governo Vargas volta atrás nas medidas e autoriza as empresas a ampliarem suas instalações, mas elas não estão interessadas. Em consequência há racionamento de energia elétrica, notadamente nas regiões mais industrializadas, São Paulo e Rio de Janeiro, mas, também, em outras cidades do país.<sup>21</sup>

No Estado Novo ainda predominam no setor elétrico as empresas estrangeiras. Contudo, constata-se a formação, mesmo que embrionária, de um setor estatal. Este começa a constituir-se, não porque haja um planejamento centralizado, mas por necessidades regionais. Esboçam-se aí as primeiras iniciativas dos governos estaduais. Por parte do governo federal é criada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), em 1945. Fica a cargo da primeira empresa estatal federal construir a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, que atenderia grande parte da região Nordeste, até então precariamente servida por usinas termoelétricas.<sup>22</sup>

Neste referido setor, a partir dos anos 1950, começam a ser organizadas empresas de economia mista, que são responsáveis por obras de grande porte. Está deflagrada a efetiva intervenção federal no setor. O governo propõe, em 1954, ao Congresso Nacional, no intuito de diminuir as sucessivas crises energéticas, a aprovação: de Imposto Único sobre Energia Elétrica, que incide sobre o consumo e objetiva complementar os investimentos energéticos do Poder Público; de Fundo Federal de Eletrificação, cujos recursos provêm do Imposto

---

<sup>21</sup> Existe controvérsia em relação às localidades onde houve racionamento, exceto as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo LEITE. *op. cit.*, p. 72. “Nos anos 40 o desatendimento da demanda e o racionamento teve lugar no interior de São Paulo, notadamente na área da CPFL (Amforp) e no Distrito Federal e interior do Rio de Janeiro, nas áreas da Rio Light e da CBEE (Amforp). No Rio Grande do Sul (CEEE) houve racionamento em áreas de Porto Alegre e na zona industrial.” Em A História da Eletricidade no Brasil, *op. cit.*, “(...) surgem os racionamentos de energia elétrica, que se fazem sentir, de modo intermitente, com maior ou menor intensidade, durante 15 anos, desde 1949. Os mais severos registram-se nos sistemas de São Paulo e Rio de Janeiro, onde maior é a concentração industrial e em razão da importância da produção desses dois centros para a economia do País. Mas houve também racionamentos em Belo Horizonte, Niterói, Vitória e Curitiba.” Já no Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil, *op. cit.*, p.118, não são especificadas as localidades: “Instaurou-se no Brasil uma crise energética de grandes proporções, acarretando a adoção de uma política recorrente de racionamento, que trouxe sérios problemas não só para o conjunto da economia, mas também para os consumidores individuais. Essas dificuldades, sentidas com particular gravidade no Sudeste, estenderam-se, com intensidade variável, por toda a década de 1950, prolongando-se até os primeiros anos da década seguinte.”

<sup>22</sup> A Chesf representou a primeira iniciativa direta do governo federal no setor de energia elétrica já que as empresas do grupo Amforp deixaram a desejar. Verificar, LEITE, *op. cit.*, p. 95.

Único; de Plano Nacional de Eletrificação, que tem por fim integrar, técnica e economicamente, os programas de expansão dos governos federal e estadual e concessionárias privadas;<sup>23</sup> de incentivo à iniciativa privada no setor da indústria pesada de materiais elétricos; e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás.

Para a criação desta, o projeto permanece em debate por sete anos no Congresso, resultado do esforço, influência e oposição das concessionárias estrangeiras, contrárias à intervenção estatal. Jânio Quadros assina em 25 de abril de 1961 a Lei nº 3.890-A autorizando o governo federal a constituir a Eletrobrás, que é instalada oficialmente em 11 de junho de 1962 pelo presidente João Goulart, assinando, dois dias depois, o decreto nº 1.178 que regulamenta a sua constituição. A empresa *holding* do setor tem por função planejar e coordenar a política nacional de energia elétrica.

O período compreendido entre 1945, término da Segunda Guerra Mundial, e a criação da Eletrobrás caracteriza-se pela extensão do setor no território brasileiro. Isso é imposto pela rápida industrialização verificada no pós-guerra. A produção de bens não duráveis vai sendo substituída pela de bens duráveis, além do crescimento de bens de capital e insumos básicos, como cimento, aço e produtos químicos. Esses setores em expansão, por necessitarem de uma demanda muito maior de energia, elevam acentuadamente o consumo. Ao longo desses 17 anos a taxa de crescimento médio é de 8,9% ao ano, muito superior se comparada à de 1930-1945, 3,7% ao ano.<sup>24</sup> Este crescimento é graças à participação do setor público, representado pelas empresas federais e estaduais.

---

<sup>23</sup> O Imposto Único sobre Energia Elétrica e o Fundo Federal de Eletrificação são criados pela Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954. O Imposto Único “era fixado em termos monetários e não *ad valorem* sobre a tarifa. Os critérios de distribuição dos recursos só seriam regulamentados em 1956, por decreto do Executivo, a seguir confirmado pelo Congresso Nacional. Reservava-se para a União 40%, para os estados 50% e para os municípios 10% da arrecadação. A entrega das parcelas ficava condicionada à apresentação dos planos estaduais de energia elétrica. Cabia ao recém-criado BNDE a administração do Fundo e a repartição do imposto”. Citado em LEITE, *op. cit.*, p. 99. O Plano Nacional de Eletrificação é elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência da República, tendo sido enviado em abril de 1954 ao Congresso Nacional. “não obstante o mérito da sua amplitude, deixava sem solução a questão do equilíbrio econômico das empresas e conduzia o governo a contornar a questão central da capacidade de investir apenas por via fiscal, o que, ao mesmo tempo, se coadunava com uma atitude de descrença na iniciativa privada e na necessidade de instituição e fortalecimento de empresas sob o controle da União e dos estados”. Citado em LEITE, *op. cit.*, p. 101.

<sup>24</sup> Aprofundar em Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil, *op. cit.*, 148.

A primeira empresa federal criada, já mencionada, é a Chesf. A seguir, em 1957, é a vez da Central Elétrica de Furnas S/A – Furnas,<sup>25</sup> responsável pelo Sudeste, região mais industrializada do país, que atravessa a maior crise energética. Também é criada em 1960 a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba – Chevap, para minimizar a grave crise energética instalada na cidade do Rio de Janeiro, depois encampada por Furnas. Com a criação da Eletrobrás, as três empresas passam à condição de subsidiárias da *holding*.

As empresas públicas estaduais Cesp, Cemig<sup>26</sup> e CEEE, respectivamente dos governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, são constituídas no início dos anos 1950, antecedendo a expansão de energia elétrica em relação à estratégia do governo de Vargas, quanto à ampliação do parque energético federal. Nos outros estados a criação das empresas é acelerada na segunda metade dos anos 1950. Esta é motivada pela “pré-condição imposta pelo governo Kubistscheck de que as quotas estaduais do Imposto Único de Energia Elétrica só seriam liberadas se o CNAEE aprovasse os programas regionais de energia elétrica. Essa exigência forçou (...) os governos estaduais a montarem departamentos, autarquias ou sociedades de economia mista voltadas para o planejamento setorial.”<sup>27</sup>

No início dos anos 1960, simultaneamente com as empresas de energia elétrica federais e estaduais, continua em atividade um grande número de concessionárias municipais. Basicamente estas servem às regiões mais empobrecidas dos estados e aquelas afastadas dos sistemas elétricos existentes. A tendência do período é, contudo, as empresas estaduais absorverem esses serviços municipais e, também, as empresas privadas, na implantação de seus sistemas de transmissão.

<sup>25</sup> Quando da constituição de Furnas, o controle acionário “era exercido pelo governo federal, pelos governos estaduais de Minas Gerais e São Paulo, pela Light, por intermédio da São Paulo Light, e pela Amforp, por intermédio da Companhia Paulista de Força e Luz. Nesse primeiro momento, as duas concessionárias estrangeiras detinham cerca de 60% das ações, a maioria das quais nas mãos da São Paulo Light. Contudo, após sucessivos aumentos de capital social de Furnas, o peso de cada acionista seria substancialmente alterado. No início da década de 1960, antes da entrada em operação da usina de Furnas, o percentual da São Paulo Light, por exemplo, cairia para apenas 2%”. *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil, op. cit., p. 153-154.*

<sup>26</sup> As Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig, podemos dizer, é a empresa que serve de modelo para grande parte das outras empresas estaduais, surgidas nas décadas de 1950 e 1960. O motivo atribuído é a qualidade dos serviços prestados.

<sup>27</sup> Citado em LEITE, *op. cit.*, p. 156.

Nessa época as empresas estrangeiras já não estão mais interessadas em ampliar seus investimentos no setor, voltam-se para outras áreas de maior retorno e rentabilidade. O sistema elétrico brasileiro vive uma série de dificuldades, não suprimindo às demandas exigidas com os racionamentos cada vez mais freqüentes e constantes. O governo federal, por outro lado, necessita de energia elétrica para viabilizar seu plano de crescimento e desenvolvimento. Assim, aponta para a solução do impasse, não a exigência do cumprimento efetivo das concessões dadas ou a restituição devida ao estado, mas, aos poucos, vai encampando, trilhando o caminho da conciliação de interesses, muito mais a favor do capital internacional do que do capital do estado.

Exceções devem ser destacadas, como a do Rio Grande do Sul. Em 1959 o governo Leonel Brizola, certificado de que a concessionária norte-americana nada tem a receber como indenização mas sim a restituir, encampa, sem levar em consideração a conciliação de interesses, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense pelo preço simbólico de 1 cruzeiro, que passa para a CEEE.<sup>28</sup> Tal fato ocupa as manchetes internacionais, já que, em janeiro do mesmo ano, havia acontecido a revolução cubana, capitaneada por Fidel Castro, que, até então, nenhuma estatização tinha realizado. Recentemente questionado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, no programa Fogo Cruzado, TV Bandeirantes, em 1º/11/1998, Leonel Brizola faz questão de afirmar que, nas mesmas circunstâncias, faria tudo de novo e, também, esclarece que é movido não por uma questão ideológica, mas em defesa do interesse nacional. A situação energética caótica é um grande entrave para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Após 2 anos, o governador procede da mesma maneira com a Companhia de Águas.

---

<sup>28</sup> Esta atitude inovadora do governo do Rio Grande do Sul representa uma ameaça ao ritmo harmonioso como vinham sendo feitas as incorporações das empresas privadas pelo governo. Pelo seu caráter de excepcionalidade deve ser melhor esclarecida. “a concessão da Companhia de Energia Elétrica Riograndense (do grupo Amforp) expirara em 1948. Em 1957, uma comissão do governo avaliava o patrimônio e a remuneração anual, fixando *a posteriori* uma base para a última, como se estivesse sendo aplicado o Código de Águas, embora jamais houvesse sido feito o necessário tombamento dos bens e a implantação do serviço pelo custo. Concluíra a comissão que, em caso de encampação, a Amforp teria ainda que indenizar o Estado pelo excesso de remuneração já recebido. Em 1959, o governo Leonel Brizola, em ato espetacular, efetua a encampação da empresa, que passou à administração da CEEE. A questão judicial decorrente dessa decisão só teria solução através da aquisição, pelo governo federal, do grupo da Amforp em 1964, incluindo-se no acervo o valor da CEERG, aceito por ambas as partes, sem audiência do governo do Estado.” Citado em LEITE, *op. cit.* p. 128.

Dessa breve síntese podemos observar a presença, desde os primórdios, do capital internacional neste setor-chave da economia.

## O setor elétrico em Santa Catarina

Os primeiros experimentos buscando substituir os lampiões de gás pela energia elétrica em Santa Catarina datam de 1897, quando a administração municipal de Joinville procura dotar a cidade e arredores de iluminação. Para tanto, é oferecido a uma empresa alemã e, depois, a uma francesa a possibilidade de realização deste trabalho, porém as exigências do Conselho Municipal não são do agrado e o negócio não se concretiza. Em 1905 é concedido à Étienne Douat, por 25 anos, a primeira concessão para exploração da energia elétrica e, também, uma linha de bondes no município. Por motivos de saúde, este transfere a concessão a Domingos Rodrigues da Nova Jr, que, junto com os sócios Olímpio Nóbrega de Oliveira e Alexandre Schlemm, fundam em 24 de outubro de 1907 a Empresa Joinvillense de Eletricidade.

O fornecimento de energia elétrica é um fator decisivo para a implantação de um parque industrial nesta cidade adaptado ao desenvolvimento da indústria do país. Segundo Singer, a Zona de São Francisco do Sul, tendo, na época, Joinville como centro, possui uma relação entre potência instalada (21.080 kw) e consumo por habitante (204,9 kwh)<sup>29</sup> efetivamente superior às regiões vizinhas de Itajaí e Blumenau; “a Zona de Itajaí possuía 18.593 kw instalados, com um consumo de 204,9 kwh por habitante.”<sup>30</sup>

A partir de interesses comerciais e/ou industriais e obtendo concessão municipal, outras empresas são formadas, passando a atuar na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A tendência dessas pequenas empresas é a de virem a ser incorporadas por outras maiores. As empresas do norte do estado vão sendo incorporadas, desde 1928, a Cia. Sul Americana de Eletricidade S/A – AEG, pertencente a um poderoso grupo alemão do

---

<sup>29</sup> A sigla “kw” significa quilowatt; e “kw/h” significa quilowatt por hora.

<sup>30</sup> Citado em SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo*. Blumenau. Porto Alegre. Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1968, p. 134.

setor elétrico.<sup>31</sup> As incorporações feitas pela AEG permitem a sua participação, com capital majoritário, na formação da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S/A – Empresul,<sup>32</sup> em Joinville.

Outra importante empresa elétrica do estado é a Empresa Força e Luz Santa Catarina S/A<sup>33</sup>, responsável por atuar no ramo em Blumenau e em Itajaí. Esta empresa é constituída em 1920, tornando-se proprietária da Usina do Salto já em operação. É inicialmente financiada por uma empresa de São Paulo, que passa, então, a ser sócia. Não muito tempo depois os sócios paulistas abdicam do interesse em continuar investindo, mas os comerciantes e industriais de Blumenau levam o projeto adiante, interessados na expansão da produção de energia elétrica. Em 1924, já sem o capital paulista, há uma alteração no controle acionário,<sup>34</sup> implicando outras mudanças, como o remanejamento da sede da

---

<sup>31</sup> Segundo a pesquisa de Sergio Schmitz.: “Fizeram parte desta incorporação para dar origem a uma nova empresa: Empresa de Eletricidade Jaraguá Ltda.; Empresa de Eletricidade, Luz e Telefones de Nicolau Bley Netto; Empresa Luz e Força de São Bento de Henrique Moeller & Cia.; Empresa de Eletricidade Tijuquense Ltda., com seus bens e privilégios de concessões e com a Prefeitura Municipal de Joinville, a concessão.” (mimeo. p. 10-11).

<sup>32</sup> A Empresul “explorou os serviços de energia elétrica na região dos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Itaiópolis, Rio Negro, São Bento do Sul, Tijucas e Nova Trento, quando então as Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - Celesc investe nesta empresa e, posteriormente, a incorpora. Como esta empresa possuía capital alemão na sua constituição, representado pela AEG – Empresa Sul Americana de Eletricidade S.A. e esta dominada pela empresa alemã Berliner Handels Gassellschaft, foram suas ações incorporadas ao Patrimônio Nacional, 6.444 ações de Cr\$ 1.000,00 correntes cada uma, através do Decreto Federal 8.306, de 22.11.1945, como indenização de guerra. (...) As ações incorporadas ao Patrimônio Nacional foram doadas ao Estado de Santa Catarina pela Lei nº 290, de 15.06.1948, passando a ser o maior acionista da EMPRESUL.” Citado na pesquisa de Sergio Schmitz, mimeo., p. 14-15. Verificar, também, no Panorama do Setor e Energia Elétrica no Brasil. *op. cit.*, p. 108.

<sup>33</sup> A empresa FORÇA e LUZ Santa Catarina S/A – FORÇALUZ “foi constituída provisoriamente em 18 de maio de 1920, quando compareceu em cartório Peter Christian Feddersen e sua mulher Ella Feddersen, Carlos Jensen e sua mulher Ida Jensen, D. Dorothea Salinger, Paulo Zimmermann e sua mulher Johanna Zimmermann, Oscar Moreira, José Romão Junqueira, Augusto Meirelles Reis Fº, que resolviam fundar a empresa supra. Declararam um capital de Rs. 3.000:000\$000 (três mil contos de réis) divididos em 15.000 ações de Rs. 200\$000 (duzentos mil réis), realizando-os em bens e direitos que possuem como proprietários em comum da Usina do Salto, em Blumenau, suas instalações e contratos para exploração dos serviços de luz e força nos municípios de Blumenau e Itajaí.” Citado na pesquisa de Sergio Schmitz, mimeo., p. 18.

<sup>34</sup> Esta alteração no controle acionário “formou então um consórcio no qual participavam o grupo Hering, a maior empresa industrial de Blumenau, o grupo Renaux, o qual constituía o mais importante conjunto industrial de Brusque, a organização Hoepke, que era (e é) a maior empresa comercial do estado, o Banco

empresa para Blumenau e uma maior abrangência desta, vindo a suprir todo o Vale do Itajaí. Como afirma Singer, “a história da produção de energia elétrica em Blumenau dá um exemplo interessante de ‘imperialismo’ paulista.”<sup>35</sup>

Em várias outras cidades, de maneira geral, o caminho percorrido é o mesmo, como o caso de Lages, Videira, Concórdia, Curitiba, entre várias outras cidades. Interesses empresariais determinados buscam a concessão do município e depois, formam pequenas empresas para fornecimento de luz e força. Estas vão sendo incorporadas por empresas maiores e, entre 1961 a 1965, pouco a pouco vão sendo encampadas pela Celesc.

O sistema de energia elétrica de Santa Catarina não difere do restante do país. Desde sua formação, caracteriza-se como uma atividade tipicamente explorada pela iniciativa privada e marcada pela ausência de objetivos conjugados. Na década de 1930, a partir da promulgação do Código de Águas, prevalece o fator limitante e inibidor do investimento do capital privado na indústria de eletricidade. Igualmente como em nível nacional, a eclosão da Segunda Guerra Mundial agrava a crise já sentida neste estado. O conflito tem reflexos na indústria elétrica catarinense, que emperra as negociações comerciais com a Alemanha, resultando em problemas de suprimento de equipamentos para substituição nas pequenas usinas.

Paralelamente a isso, o consumo catarinense de energia elétrica cresce, como no restante do país, mas não acompanhado do aumento de produção. Tudo isso vai agravando o setor de energia que vivencia um estrangulamento a partir da metade da década de 1950, provocando, da mesma maneira que no âmbito nacional, a intervenção federal.

Em nível estadual a indústria de energia elétrica passa a ser alvo de investimentos do governo de Irineu Bornhausen.<sup>36</sup> Nessa época, o estado caracteriza-se pela indústria tradicional, principalmente têxtil e de alimentos.

No primeiro ano, desse governador, é criada a Comissão de Energia Elétrica – CEE,<sup>37</sup> que tem como objetivos: “efetuar um levantamento das fontes de energia elétrica

---

Agrícola e o Banco Alemão Transatlântico. de São Paulo. prosseguindo a expansão da empresa de eletricidade. sem mais óbices de fora”. segundo SINGER Paul. *op. cit.* . p. 129.

<sup>35</sup> Citado em SINGER. P.. *op. cit.*, p. 128.

<sup>36</sup> Em 1950 ganha as eleições para governo de Santa Catarina o candidato da União Democrática Nacional (UDN) Irineu Bornhausen, derrotando seu adversário Udo Decke do Partido Social Democrático (PSD), comandado pela oligarquia Ramos, que estava no poder desde 1930.

<sup>37</sup> A Comissão de Energia Elétrica – CEE é criada pela Lei nº 505, de 13 de agosto de 1951, vindo a ser a primeira lei catarinense sobre energia elétrica. Verificar Pesquisa Sergio Schmitz, p. 30.

existentes no estado, estudar as possibilidades de interligação dos diversos sistemas elétricos e planificar o aproveitamento dos recursos de energia elétrica”.<sup>38</sup> Visa, portanto, enquadrar-se no Plano Federal. No final do seu mandato cria o Plano de Obras e Equipamentos – POE,<sup>39</sup> objetivando a instrumentalização de uma ação pública planejada.”

Em 1955 vence as eleições o candidato Jorge Lacerda, apoiado pelo então governador, derrotando a oligarquia Ramos. Este mandato tem influência das idéias desenvolvimentistas, a exemplo do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek.<sup>40</sup> Nessa perspectiva o setor elétrico ocupa um espaço importantíssimo, base necessária do desenvolvimento industrial que serve de arranque à transformação da sociedade brasileira. Para tanto, abre o país à entrada maciça de capital estrangeiro, o que não é nenhuma novidade para o setor elétrico.

No entanto, esse traço preponderante que assume a energia elétrica já é uma preocupação de Kubitschek como governador de Minas Gerais. Não é à toa que cria em maio de 1952 as Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig. Esta tem como uma das suas atribuições o Plano de Eletrificação, objetivando desenvolver um projeto de eletrificação para esse estado.

A exemplo da Cemig, é constituída a Celesc,<sup>41</sup> que é embrionariamente organizada a partir do POE. Dos seus objetivos constam: promover a organização de sociedades por ações que teriam a condição de planejar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado. Faz parte dos desdobramentos da ação planejada o decreto que cria a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S/A – ELFFA,

<sup>38</sup> Citado em *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, *op. cit.*, p. 166.

<sup>39</sup> O governador Irineu Bornhausen encaminha à Assembléia legislativa a Lei nº 1.356, de 4 de novembro de 1955, que aprova o Plano de Obras e Equipamentos – POE.

<sup>40</sup> A política dos “cinquenta anos em cinco” do presidente Juscelino Kubitschek fundamenta-se em três áreas econômicas, dando o caráter industrial-desenvolvimentista ao governo. A primeira é a produção de bens duráveis a cargo do capital internacional, a segunda de bens de consumo a cargo do capital privado nacional e a terceira de bens de produção, que cabe ao estado. O capital estatal, portanto, dá sustentação ao desenvolvimento industrial que transforma a sociedade brasileira numa “sociedade moderna”. Neste contexto a energia elétrica dispõe de lugar relevante no governo federal de JK. Verificar MENDONÇA, S. R. de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. São Paulo: Graal, 1988, p. 96.

<sup>41</sup> A Celesc é criada pelo decreto Estadual nº 22, editado em 9 de dezembro de 1955, “destinada a planejar, construir e explorar o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado, operando diretamente ou através de subsidiária ou por empresas associadas.” Citado na Pesquisa de Sergio Schmitz, p. 35.

que prevê construir e explorar a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica na região de Florianópolis.<sup>42</sup> Essa empresa funciona de maneira precária, detentora de uma pequena renda e sem investimentos, ainda é depositária dos débitos acumulados do estado e da prefeitura municipal. Tudo isso faz com que os serviços prestados sejam alvo das críticas e reclamos da população.

Em 1960 há eleições presidenciais e também para governadores dos estados.<sup>43</sup> Em Santa Catarina ganha o candidato Celso Ramos, do PSD, derrotando a UDN, que estava há dois mandatos no governo. Os dois partidos são rivais, mas não inimigos de classe; o campo de atuação política é o mesmo.

Desde o momento em que é candidato, o discurso de Celso Ramos é claramente desenvolvimentista, baseando-se nos do então presidente Kubitschek. A energia elétrica é centro das atenções de ambos. Somente com o aumento da sua produção e distribuição pode haver expansão da indústria e do mercado consumidor.

A ELFFA, criada por seu rival político, é alvo dos mais duros ataques e críticas. Na campanha para eleição de Celso Ramos, ele diz que acabaria com essa empresa e assim o faz quando eleito. Em 1961 passa o controle acionário à Celesc<sup>44</sup>, tornando-se esta a empresa *holding*, seguindo os passos da Cemig.<sup>45</sup>

Empresa eminentemente distribuidora, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. é a concessionária pública estadual da região Sul que dispõe de menor parque gerador. Em

<sup>42</sup> Para maiores informações sobre a ELFFA, verificar a Pesquisa de Sergio Schmitz, p. 33-34.

<sup>43</sup> Uma síntese do embate travado, na imprensa oficial, entre os dois candidatos ao governo de Santa Catarina, tendo como ponto central a energia elétrica, é apresentado por PEDRO, J. M. e FLORES, M. B. (Coord.). *(Re)inventando a cidadania: a história do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis*. Florianópolis: Sinergia, 1994. p. 20-22.

<sup>44</sup> A Celesc atua "inicialmente como repassadora de recursos públicos para as empresas em funcionamento no estado. a Celesc assumiu posteriormente o controle acionário dessas empresas, passando a operar como uma empresa *holding*. Responsável, a partir daí, pelo planejamento do setor energético catarinense, a empresa teve como primeiras subsidiárias a Empresa Luz e Força de Florianópolis, que operava na capital do estado e na área litorânea vizinha, e a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade, com base em Joinville e servindo a outros municípios de Santa Catarina. Ainda em 1955, a empresa passou a gerar energia elétrica mediante a incorporação de três pequenas hidrelétricas: Cedros, Salto e Caveiras." Citado em *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil*, *op. cit.*, p. 166.

<sup>45</sup> Para maior aprofundamento sobre a influência da Cemig na constituição da Celesc, verificar a Pesquisa de Sergio Schmitz, mimeo, p. 36-38.

junho de 1987, a capacidade instalada da Celesc não excedia a 69.320 kw distribuídos entre 12 hidrelétricas de pequeno porte.

A usina mais importante é a de Palmeiras, construída pela Prefeitura Municipal de Palmeiras e inaugurada em 1959. Passou para o controle da empresa em 1963 e conta hoje com 17.500 kw instalados. Outra usina a ser destacada é a de Bracinho, que entrou em operação em 1931 por iniciativa da Empresul. Possuindo 16.500 kw de potência instalada, Bracinho foi incorporada pela Celesc em 1966.

Além dessas duas usinas, a empresa incorporou mais três hidrelétricas menores e construiu quatro; Garcia e Celso Ramos, ambas em funcionamento desde 1963, Pery, que entrou em operação em 1965, e Ivo Silveira, inaugurada em 1967.

Em 1985, a geração própria da Celesc supriu apenas 6,2% da energia requerida pelo mercado. O maior fornecedor foi a Eletrosul, que atendeu a mais de 90% da demanda.<sup>46</sup>

Vive-se, portanto, uma conjuntura que aponta o alvo em direção a uma sociedade urbana apoiada na proposta de expansão industrial, no progresso tecnológico e no mercado de consumo. Como suporte, está o setor de energia elétrica, considerado essencial tanto por políticos como pela população em geral. Contudo, nesta época desenvolvimentista a eletricidade, assim como a industrialização, não se converte em melhorias da qualidade de vida para os trabalhadores em geral. Especificamente Furtado verifica, “o fruto do aumento substancial de produtividade ocorrido no setor industrial não foi transferido (ou o foi cada vez menos) para a massa da população assalariada.”<sup>47</sup>

Nessa breve trajetória de criação das empresas de eletricidade muitos trabalhadores fazem parte dela. Todavia, eles não têm ainda identidade social como eletricitários. Eles existem profissionalmente desde o início do século XX, mas o sindicato, no estado de Santa Catarina, passa a se constituir somente em 1960.

## **Sindicalismo e singularidade**

Se a trajetória de um sindicato é construída por várias mãos, e não poderia ser diferente, cada uma delas, também fruto de uma construção coletiva, marca com a sua singularidade. Cada dirigente, síntese de sua própria história, influencia com a sua

---

<sup>46</sup> Citado em Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil. *op. cit.*, p. 270-271.

<sup>47</sup> Citado em FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1988. p. 34.

concepção, prática, desejos e sonhos, deixando suas impressões digitais. Essas várias mãos vão se entrelaçando, complementando, tensionando, submetendo, impondo, ajudando a dar forma, construindo a trajetória, coletiva e singular, de sua entidade de classe.

Assim sendo, evidenciamos, em breves traços, algumas trajetórias singulares daquelas pessoas que integram este movimento coletivo, sendo mais um aspecto que possibilita compreender a construção da trajetória do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. A ordem da apresentação é cronológica. Começamos, portanto, por Osni Ricardo Scheidt, que, além de fundador, é o 1º sócio do Sindicato; sua matrícula é a 01. A apresentação é feita pelos próprios dirigentes: “se desejamos saber como as pessoas se sentem - qual sua experiência interior, o que lembram, como são suas emoções e seus motivos, quais as razões para agir como o fazem - por que não perguntar a elas?”<sup>48</sup>. Então, com a palavra, os dirigentes entrevistados.

### **Osni Ricardo Scheidt**

Nasci no município de Palhoça, em 22 de agosto de 1928. Terminei os anos de estudo que aquele município oferecia e fui para a Escola Industrial em Florianópolis. De ônibus a viagem durava 1 hora, o caminho era todo de terra.

Eu me formei em contabilidade em 1952. Trabalhei na Companhia Prudência e Capitalização como auxiliar de escritório por 9 anos. Nesse período, eu estudava. Quando me formei, fui trabalhar como autônomo na firma Meier e Companhia por cerca de 1 ano e meio. Dali, me apresentei na Celesc, pois estavam precisando de um contador. Em 1957, a Celesc se chamava ELFFA, Empresa de Luz e Força de Florianópolis. Ela havia sido criada em 1956 e estava funcionando há 1 ano quando entrei para a empresa.

Eu me aposentei em 8 de janeiro de 1980, após 23 anos de trabalho, muitas vezes não tão bem recompensado nem reconhecido. Foi uma vida na Celesc.

Atualmente, não tenho pensado muito em sindicato, porque estou afastado há quase 20 anos, mas foi muito bom o período em que participei. Na sua fundação, o sindicato era chamado de Associação, depois é que se transformou em sindicato. Precisava de um período de existência para ser transformado em sindicato, fazia parte da lei. Naquele tempo, foi muito bom, porque nós conseguimos reivindicar alguns direitos. Mesmo que o Sindicato

---

<sup>48</sup> G. W. Allport

representasse pouco, conseguimos ser uma força sindical que fazia frente à administração da empresa.

## **Dilson Dionísio de Freitas**

Nasci em Florianópolis, em 17 de dezembro de 1936. Sou formado em economia pela Universidade Federal de Santa Catarina, mas também sou técnico em contabilidade.

Trabalhei 30 anos para a empresa, e os 5 anos de Escola Industrial prevaleceram para a aposentadoria. Eu me aposentei em 1º de maio de 1984, aos 47 anos, com 30 anos de serviço na Celesc e 5 na Escola Industrial. Comecei a trabalhar com 17 anos, mas, se contarmos com os 5 anos anteriores de Escola Industrial, na verdade, comecei com 12 anos e trabalhei 35 anos. Faço parte dos vagabundos que o presidente falou.

Da fundação do Sindicato, minha primeira lembrança é que era um sacrifício para conseguirmos alguma coisa. Sou da época em que a empresa de energia elétrica, a ELFFA, não existia em Florianópolis. Primeiro, o Serviço de Luz e Força pertencia à Diretoria de Obras Públicas; depois passou para a Secretaria de Agricultura e depois voltou para lá. Quando fiz 18 anos, fui para o exército. Um ano depois, voltei para o mesmo serviço, quando a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S/A, a ELFFA, já tinha sido criada.

Hoje é mais fácil ser dirigente sindical. Os trabalhadores têm maior compreensão das suas necessidades e do sindicato. O universo da força de trabalho é mais evoluído. Na época, 60% do pessoal era semi-analfabeto. A turma de caminhão, eletricitas, não tinha quase instrução nenhuma. De fato, era muito difícil incutir uma nova teoria de empregado, de emprego, relação de emprego, trabalho-empresa, reivindicação. Às vezes, era difícil convencer um grande número de empregados a participar daquilo que era direito deles. Havia um medo muito grande do patrão; um grande respeito ao patrão e às leis.

Quase todo o trabalho de conscientização nós fazíamos “boca a boca”, porque não existiam meios, recursos que pudéssemos utilizar. Tínhamos que fazer este “boca a boca” e ir convencendo. A empresa soltava, propositadamente, informações contrárias aos dirigentes sindicais e acabava conseguindo os efeitos que desejava. Assim, nós tínhamos que desmanchar aquela impressão, desfazer aquela fofoca, e isto era difícil.

Todo o pioneirismo tem este tipo de coisa. Desde aquela época, sempre quis ajudar a quem tinha mais necessidade. Consegui fazer isto através da Associação, e, hoje, a atual

diretoria continua fazendo o que implantamos. Neste ponto, me sinto um homem realizado, até profissionalmente, pois fazia aquilo que gostava. Fiz e continuo fazendo o que gosto e acho direito. Para me convencer do contrário, tem que provar.

## **Warnel Cruz de Souza**

Tenho 62 anos e sou de Florianópolis. Em 1962 entrei na Celesc e em 1963 fui ser diretor do sindicato. Entrei na diretoria como suplente. Naquela época, a gestão era de 1 ano. Fiquei afastado por um tempo e, em 1964, na revolução, eu era o 2º tesoureiro.

Naquela época, sentíamos a classe muito desunida; ninguém queria “nada com nada”; cada um, apenas, pensava em si. Para construirmos a unidade da classe, tínhamos que conversar com as pessoas. Primeiro, discutíamos o que era sindicalismo, o que era isto e o que era aquilo, tentando fazer a cabeça das pessoas no sentido de nos agruparmos, participarmos de assembleias, fazermos discussões, inclusive pressão na empresa, para a gente conseguir melhorar a situação financeira de cada empregado.

O sindicalismo sempre teve alguns momentos muito importantes na nossa vida, que foram aqueles encontros da Intersindical, onde nós procuramos unir a classe no estado todo. Aquilo mexia com o corpo da gente. Eu corria o estado inteiro. Nós fazíamos assembleias, discutíamos, conversávamos com aquele grupo de sala em sala. Isso dá uma satisfação...

Na nossa época, o pessoal do Sindicato fez um trabalho brilhante, deixamos o sindicalismo na ponta dos cascos. Lembra quando pegamos aquele Nogert Wiest? Lembro das boas coisas que nós fizemos na vida. Que brincadeira, estivemos no alto e, de repente...

É o que estou sentindo hoje. Jamais esperava que o sindicalismo brasileiro ficasse tão para baixo. Eu me sinto um cara frustrado. Antes de sair da empresa para o sindicato, sempre tive cargo de chefia. Se eu tivesse continuado na empresa, sairia aposentado com uma situação econômica dez vezes melhor. Quando você entra para o sindicato, você não tem mais promoção, não tem mais nada. Mas entrei de peito, por gostar, pela convicção de querer dar uma vida melhor para todos os trabalhadores, unir nossa categoria. Fico frustrado, porque não estou bem e vejo que os trabalhadores brasileiros também não estão.

Hoje em dia, sei que existe uma estrutura. Quando o sindicalismo começou a verter o problema partidário, em todo Brasil, o partido político, o PT cresceu, mas o outro lado se machucou. O movimento sindical se machucou, porque começou a bater de frente com o

problema partidário. Você ia como dirigente sindical e os caras te olhavam com o lado político, partidário. Foi aí que começamos a perder, no Brasil inteiro.

## **Walter José Ouriques**

Nasci em 4 de outubro de 1942. Estou com 56 anos. Entrei na Celesc em 1963 trabalhando na área técnica, onde ainda permaneço. Fiz muita coisa nesta empresa acompanhei o crescimento, a implantação da ELFFA e a própria criação da Celesc.

Naquele tempo, a gente já tinha o sindicato. Entrei na empresa assinando a fichinha para o sindicato. Hoje, tenho tudo isso e agradeço. Digo aos meus companheiros que as vantagens que possuímos são fruto de uma grande luta do sindicato, um luta de muitos anos. Não gosto de ouvir falar mal do Sindicato. Pode ter um ou outro sindicalista que destoa, que não fecha com a categoria, mas a entidade não deixa falar mal. Se temos estas vantagens, agradeço ao Sindicato. Temos que enaltecê-lo.

Comecei como aferidor, depois fui convidado a fazer um curso para operador de subestação e, mais tarde, para ser despachante de cargas, para cuidar do sistema interligado do estado de Santa Catarina, localizado no Roçado.<sup>49</sup> Ali, trabalhei 12 anos em turno. Eu tinha contato com todo o estado, usinas, subestações. Paralelo a isto, fazia o trabalho no sindicato. Na época, tinha poucas pessoas, ninguém se habilitava, me propus a ajudar naquilo que eu tinha condições, embora também um pouco limitado nas ações. Este foi um dos motivos que me levou a sair do Sindicato. Quando ele começou a crescer, a expandir, veio a Eletrosul, achei que estava na hora de dar espaço para pessoas com maior potencial, maior capacidade.

Eu via a necessidade de ajudar os companheiros, sempre tive esta vontade de ajudar as pessoas naquilo que eu podia. Dentro do Sindicato, eu sentia a necessidade de trabalhar em defesa dos companheiros naquilo que estava errado. Comecei a me interessar pela política e questionava a maneira de a empresa tratar o empregado. Discutíamos muito a este respeito. Foi por isto que me interessei pelo sindicato, para ter condições de questionar as coisas erradas. Hoje, na empresa, tenho fama de brigão.

Atualmente, nós temos um entendimento diferente. Na época, eu entendia que deveria ter alguém que defendesse os companheiros. Fiz isto muitas vezes, inclusive, me

---

<sup>49</sup> Roçado é um bairro da cidade de São José em Santa Catarina.

comprometendo com a família e sendo muito prejudicado no salário. Apesar de alguns amigos não receberem bem a minha atitude, fiz com consciência, porque achava certo ajudar os companheiros.

### **Vitor Sérgio Schmidt**

Tenho 44 anos e nasci na Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul – até a lagoa onde eu nasci é vermelha. Tenho uma família bem heterodoxa. Eu e minha esposa temos um filho cada um, ambos do primeiro casamento. São os nossos dois filhos: a Marcela, com 17 anos e o Dilan, com 16 anos.

Sou engenheiro formado pela UFSC, no ano de 1977. Costumo dizer que fui engenheiro, porque a minha atividade essencial não é de engenharia, embora a área de informática esteja ligada à ela. Como tudo no mundo, a engenharia muda incessantemente. Fui engenheiro daquela engenharia de antes. Hoje, a engenharia é outra.

Trabalho com informática, sou analista de sistemas. Tive – hoje tenho menos – uma atividade política intensa, que me enriqueceu sobremaneira. Foram longos anos, belos, difíceis, gostosos, tristes, de tudo um pouco, mas absolutamente intensos.

Militei no movimento estudantil, mas a minha trajetória não é comum à das lideranças de esquerda que tiveram militância ativa neste movimento. Minha militância não foi tão ativa assim. Minha participação militante foi mais ativa na clandestinidade e no movimento sindical. Mais recentemente também na história político-partidária oficial.

Fui comunista antes de ser militante do movimento estudantil. Já fui para o movimento com uma certa visão de mundo, impregnado de filosofia e com um conjunto de idéias, cheio de táticas, estratégias e posicionamentos bem discutidos. Eu possuía um cabedal teórico antes de começar a participar do movimento. Minha família de origem era bastante tradicional, com um pensamento conservador. Pessoalmente, tive um rompimento com tudo isso, o que não é fácil de se fazer.

O que me levou a seguir este caminho foram as contradições que a realidade apresentava. Havia um conjunto de idéias referentes àquela tradição de família e uma realidade que não se encaixava, que apresentava sempre os mesmos problemas. Embora os problemas fossem tratados como problemas de caráter pessoal, de fato, tinha alguma coisa a mais do que problemas pessoais. Eu tinha amigos com formação de esquerda e comecei a

me interessar por uma outra maneira de conhecer o mundo. Quem me apresentou o comunismo foi o Vieirinha, o Luiz Cézare Vieira, que fazia faculdade comigo. Eu possuía uma tradição de leitura, de assistir debates com pessoas de oposição. Mas ao Marx fui apresentado pelo Vieirinha. Tomamos a primeira cerveja juntos: eu, o Marx e o Vieirinha.

Já trabalhava na Celesc antes de me formar. Fui estagiário e passei a funcionário. Na minha época, quem sentava na frente do computador e escrevia alguma coisa era um “monstro”.

Fui ser dirigente sindical em decorrência das decisões partidárias e dos nossos movimentos revolucionários. Desde que se tentasse colocar as idéias em ação, tinha sentido pensar diferente. Isto significava existir um movimento social forte, impregnado de idéias que pudessem assumir posturas; pensamentos que rompessem com a tradição, que avançassem no sentido de uma concepção de mundo diferente, uma concepção de igualdade e solidariedade humana.

O ponto mais forte do Marx é, justamente, uma concepção absolutamente utópica. A concepção do homem novo apaixonou os seguidores. A idéia de desalienação do ser humano, de o ser humano viver ao máximo suas potencialidades, era uma idéia de liberdade do ser humano, do exercício total de capacidades em todos os planos. Esta idéia é a mais bonita. Toda a contestação das mercadorias da economia política só fazem sentido imaginando que o ser humano possa ser diferente. Se o ser humano não pudesse ser diferente, não faria sentido todas as outras pendengas.

Ajudei a fundar a associação que, mais tarde, virou o sindicato da área de informática e processamento de dados. Também fazia bico em outros movimentos sindicais, ajudando os camaradas a organizar outras categorias, como os comerciários. Participei de um movimento de oposição ao sindicato dos engenheiros

Certa ocasião, aconteceu uma oportunidade histórica. Nós tínhamos acabado de fazer esta oposição sindical vitoriosa no Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina. Vitoriosa não no sentido de ganhar as eleições, mas de ter criado um movimento numa categoria tradicionalmente difícil de penetrar. Nós tivemos um resultado surpreendente, perdemos a eleição por 50 votos, o que criou uma polêmica no estado inteiro. O Sindicato dos Eletricitários tinha eleições logo em seguida. Tínhamos criado várias linhas de trabalho dentro do Sindicato dos Engenheiros e, uma delas, era fazer contatos com as categorias majoritárias. Com outro companheiro, eu tinha feito o contato com o Sindicato dos Eletricitários e nós levamos, conjuntamente, algumas lutas. Isto fez com que aquela diretoria

do Sindicato dos Eletricitários convidasse uma ou duas pessoas do nosso grupo para fazer parte da chapa. Nós avaliamos e achamos que era um espaço novo, uma oportunidade. Tivemos que apostar para ver no que dava.

### **Glauco Carvalho Marques**

Tenho 48 anos e sou de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Eu me formei em engenharia elétrica, na Universidade Federal de Santa Maria. Tive uma certa militância nos dois últimos anos de faculdade, mas não era uma militância sistematizada.

Tentei emprego em outros lugares. Aqui, consegui na Celesc, onde trabalhei 6 meses. Depois, teve concurso para a Eletrosul e fui chamado em setembro de 1976.

Tive uma militância de esquerda que era clandestina. Em todas as discussões, o movimento sindical era colocado como uma das principais áreas para se atuar. Eu estava meio desgostoso, porque já era formado. Tinha uma atuação com o pessoal do movimento estudantil, mas achava muito desgastante porque era um contato meio complicado. Assim, comecei a me aproximar do movimento sindical.

Havia uma entidade na qual prestávamos assessoria para o movimento sindical, fazendo caderninhos de formação. Acho que era o Centro de Estudos Políticos. Funcionava no mesmo local onde havia a discussão de *O Companheiro*, um jornal de organização de esquerda, num prédio atrás do TAC.

Eu me lembro que o maior trabalho que realizamos foi um caderninho, com desenho e tudo, explicando para os trabalhadores da área integrada da Perdígão e Sadia como era o tipo de serviço em relação à exploração a qual eles eram submetidos. Nós rodamos o caderninho no mimeógrafo, que era bom mas dava bastante trabalho. Ficou um caderninho bom. (...) Isto foi no final da década de 70, início da década de 80, foi quando começamos a discussão do PT.

Era um período com poucas entidades, em Florianópolis, que não fossem meio cartoriais, no padrão da CLT. Era período de ditadura, onde tentamos fazer alguma oposição no Sindicato dos Engenheiros. Este processo foi fruto de discussões, tínhamos um grupo, basicamente de engenheiros com alguma militância de esquerda. Conseguimos alguns avanços, formarmos um grupo com uma discussão política bastante ampla. Dali, derivamos para duas tentativas de atuação: uma em nível dos eletricitários e outra em nível do

Sindicato de Processamento de Dados. Curiosamente, as duas tentativas se juntaram. O pessoal de processamento de dados participava em nível nacional, tinha associações e chegou a formar um sindicato. A partir daí, fruto deste processo, também veio um pessoal para participar do Sindicato dos Eletricitários.

### **Mauro Guimarães Passos**

Nasci na cidade de Rio Grande, em 1948. Hoje tenho 50 anos. Sou formado em engenharia e tenho pós-graduação em Planejamento. Entrei para a Eletrosul em 1º de agosto de 1977.

Atuo na atividade sindical há mais de 10 anos. Na Aprosul<sup>50</sup>, acho que participei de três gestões. Eram gestões de um ano, um período curto. Na época, no departamento de Planejamento da Eletrosul, tinha um núcleo de pessoas bastante críticas. Por ser uma área onde se discutia o investimento da empresa, a situação que se trabalhava era a médio e longo prazo, acredito que criou uma condição crítica, fruto da questão futura do setor elétrico. Lá começamos a discutir a privatização antes mesmo de ela existir, referente à falta de recursos das obras que estavam paradas, ao desvio de recursos da Ilha Grande<sup>51</sup> e às administrações tumultuadas que a Eletrosul tinha e que tem até hoje. Foi o local de trabalho que criou esta condição. A partir dali que acabei me envolvendo.

Na última gestão em que participei da Aprosul, fui convidado para o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Eu tinha colocado que não poderia ir integralmente para o Sindicato, porque estava com mandato em curso. Mas fiquei como vice-presidente e o Vitor era o presidente. Fiquei, assim, meio período até acabar o mandato na Aprosul. Depois, vim para o Sindicato, foi em abril, coincidiu que o Vitor se liberou para concorrer a vereador. Com a eleição dele, acabei assumindo a presidência.

Mesmo na época em que tinha bastante representatividade, havia uma certa resistência, no Sindicato, de filiações de eletricitários da Eletrosul. Não por parte do Vitor, mas da diretoria passada, com o Warnel. O Sindicato não estava tão identificado com a Eletrosul, era muito voltado para a Celesc. Nós, empregados da Eletrosul, tínhamos pouco acesso, pouco trânsito no Sindicato. Mesmo estando na Aprosul, tínhamos claro as

---

<sup>50</sup> A Associação dos Profissionais da Eletrosul foi criada em 1983.

<sup>51</sup> Ilha Grande deveria ser uma usina hidrelétrica no rio Paraná. as obras foram iniciadas mas nunca concluídas.

limitações de uma associação e as contradições que ela tinha. Inicialmente, a própria Aprosul foi criada com o pessoal apenas de nível superior. Depois, houve todo um movimento, criado dentro do próprio DIN,<sup>52</sup> para que a Aprosul fosse mais aberta. Pelo menos da minha parte, sempre tivemos claro os limites da Associação. Em nível de representação de trabalhadores, o passo seguinte era o sindicato. Houve uma natural migração para o Sindicato de várias pessoas que iniciaram a atividade na Aprosul. Eu fui um deles.

### **Édio Valentim da Silva**

Nasci em Laguna, no dia 14 de fevereiro de 1953. Tenho 45 anos. Trabalho na Celesc desde 1976. Me formei em engenharia elétrica, em dezembro de 1975. Em janeiro de 1976 fui admitido. Já estagiava na Celesc desde fevereiro de 1975 e fiquei trabalhando no mesmo local do estágio. Em 1977, fui chefe da seção. Em 1978, 1979 e 1980, comecei a contratar as pessoas novas, para reestruturar o setor.

Em 1981, o presidente da Celesc foi trocado, o Paulo Melro era presidente e saiu. Na saída dele houve uma mudança relativa ao salário; a empresa pagava o salário até o dia 25, e o novo presidente, Ademar Garcia, começou a pagar o salário no início do outro mês. Achei que aquilo estava prejudicando o andamento dos trabalhos da empresa. Todo mundo estava acostumado a pagar suas contas no final do mês. Com a inflação alta, pagavam multa por atraso de água, luz, telefone. Me parece que, no mês de março, eles atrasaram o salário. Nos dias 26, 27, eles avisaram: “Só vai sair no dia 1º.” Deste modo, o pessoal abandonou a empresa, saiu todo mundo atrás de dinheiro emprestado para pagar as contas, para não pagar juro e multa.

Isto aconteceu no primeiro mês. No segundo mês, achei que devia ir ao presidente da Celesc para colocar a minha preocupação. Me reportei a ele, porque achava que era uma besteira, a empresa não estava tendo lucro por atrasar uns dias o pagamento, dinheiro tinha. Era uma tentativa de seguir a linha da legislação, 5º dia útil do mês. Fui até a presidência e não consegui falar com ele, deixei um bilhete. Deu um rolo muito grande, e me tiraram da chefia.

---

<sup>52</sup> Está se referindo ao Departamento de Informática da Eletrosul.

Por volta de 1982, 1983, estava programado para eu fazer um curso de pós-graduação em Minas Gerais. Fiquei um ano, mas não fiz tese. Quando voltei, me deslocaram do setor. Foi o meu primeiro deslocamento. Fui para o Despacho de Cargas, que era outro setor. A pessoa que ficou no meu lugar foi o primeiro que eu contratei. Dei todo o treinamento da parte técnica, levei-o para a subestação, ensinei tudo. Enquanto ele não sentou na minha cadeira, não sossegou.

Do Despacho me deslocaram para o Departamento de Manutenção, acredito que devido ao meu engajamento no Sindicato. Como era um ponto importante da empresa, desenvolvíamos um trabalho sério, movimentava, tinha penetração no estado inteiro. Na época, o Departamento de Manutenção ficava no Alpha Centauri.<sup>53</sup> (...) Depois disto, fui trabalhar num setor de um departamento, e no ano passado me deslocaram para outro setor, a Divisão de Engenharia e Manutenção. Depois fui chutado para a Divisão de Planejamento de Manutenção, mas isto foi por outro motivo. Na maior parte das vezes, foi devido a este espírito crítico e às ações no sindicato.

Isto é uma coisa da minha natureza. Quando eu era guri, vivia metido nos grupos de jovens. Era uma tendência natural, pois minha família era católica, vivia na igreja. Do grupo de jovens, fui cair na TFP (Tradição Família e Propriedade), que é uma organização de extrema direita. Posso este período de participação na TFP exatamente porque participávamos da igreja.

Eu nunca deixei de estar no Sindicato. No final de 1981, teve eleição para a nova diretoria do Sindicato. O Warnel me convidou para ser candidato a presidente. Nesta época, ainda era chefe, não tinha acontecido nada na empresa. Mas aquela pós-graduação em Itajubá estava programada, um ano ia o pessoal da operação e manutenção e, no outro ano, ia o de planejamento de projeto. Estavam programados muitos anos, porque a empresa estava treinando todo o pessoal. Eu estava programado para 1983. Eu disse: “Warnel, como é que vou assumir a presidência do Sindicato agora?” Ficaria 1982 aqui, 1983 em Itajubá e 1984 estaria de volta. (...) Somente a partir de 1987 é que entrei, definitivamente, para o Sindicato.

---

<sup>53</sup> Alpha Centauri é um edifício que fica situado no centro de Florianópolis.

## Dinovaldo Gilioli

Nasci em Leópolis, no norte do Paraná, em 19 de outubro de 1957. Eu me formei em Ciências Contábeis. Iniciei o estudo em Curitiba, numa universidade particular. Não consegui pagar e passei para uma estadual. Também não consegui pagar e vim para Florianópolis, num concurso para a Eletrosul. Terminei meus estudos na UFSC, em 1988.

Demitiram minha esposa da Telepar, no Paraná. Passamos uma fase muito difícil porque ficamos nesta “pendenga” por 3 anos, comigo viajando todo o final de semana para Curitiba. A Deuci, minha esposa, também vinha para cá. Mas, no último ano, fui mais vezes, porque ela estava grávida. Quando nós casamos, nós estávamos grávidos. Isto também complicou o processo, ela acabou vindo apenas na fase em que podia vir. No último ano, eu ia quase todos os finais de semana. Naquela época, não tinha ônibus bem cedo de manhã, você ficava na rodoviária. Às vezes, dormia na rodoviária, porque não tinha como pagar táxi todas as semanas, dormia na cadeira. Como era muito movimentada, ia para a parte de cima. Houve uma época em que a Polícia Militar estava tirando as pessoas que dormiam na rodoviária, algumas vezes fui abordado. Eu explicava que a minha esposa estava em Curitiba, que eu não tinha dinheiro para o táxi e estava tirando um cochilinho. Mas não adiantava, tinha que sair. Até dormir, nesse país, a gente não pode fazer sossegado.

Eu tinha um vínculo muito grande com a igreja no norte do Paraná. Fui presidente de uma das entidades mais conservadoras da igreja, que é a Legião de Maria. É tão conservadora que eu fundei e não podia participar homens, só mulheres; tinha alguns dogmas, alguns critérios muito fortes. Fui um dos coordenadores do grupo de jovens em Leópolis, depois fui para Curitiba.

Em Curitiba, li algumas coisas que escrevi na minha adolescência. Tinha muita influência da igreja. O meu livro chamado *Fragmentos* têm pensamentos, têm crônicas e poesias. Tem muita coisa que, hoje, não partilho mais, muita coisa vinculada à igreja; algumas coisas muito fortes, muito marcantes. Foi daí que começou a poesia. Em 1982, eu consegui lançar a primeira edição deste livro, a segunda edição, em 1985, banquei com a minha grana.

Por volta de 1990, lancei o segundo livro chamado *Hálito de Água*, com uma poesia mais vinculada à literatura. Ganhei um concurso no Paraná e isto me abriu a possibilidade de lançar o livro através da Fundação Cultural de Curitiba. Houve uma indicação de alguém que selecionou o trabalho, sugerindo que eu fosse na Fundação. Deixei o livro lá, iam

publicar em seis meses; dois anos depois publicaram o trabalho. Também fiz um trabalho junto com uma artista plástica. Gosto muito de trabalhar no coletivo. A parte da criação é muito pessoal, mas todo o restante tento socializar com as pessoas. Fiz assim o meu terceiro livro, *Borboleta no Varal*, e no quarto, *Canção para Acordar Peixes*.

Nunca tive participação no movimento estudantil, nem em movimento político. Mas o movimento de igreja me sugeriu algumas coisas que foram fundamentais para mim. Primeiro, despertou a solidariedade, o trabalho coletivo e a percepção da injustiça. Embora numa visão muito atrelada à religião, eu tinha claro que não era justa a injustiça. A par disto, seja no movimento de igreja ou em qualquer movimento, seria importante ajudar no processo de colocar uma cunha nesta injustiça.

Então, vim para o Sinergia. Primeiro, pela possibilidade real de estar trabalhando com estas pessoas, nas quais eu via um compromisso com a questão coletiva. Vim porque abria a possibilidade de trabalhar a questão da cultura no Sindicato. Naquela época, a gente ajudava a publicar o jornal da Aprosul. Começamos a colocar algumas coisas da área de cultura e percebemos a possibilidade de trabalhar a questão cultural no sindicato. Eu percebia que, no movimento sindical, especificamente no Sinergia, que eu conhecia mais, esta questão da cultura era uma atividade sem muito nexos, sem uma postura, sem um compromisso político.

### **Arno Veiga Cugnier**

Sou natural da cidade de Itajaí. Tenho 47 anos. Eu me formei em engenharia elétrica em 1976, na Faculdade de Engenharia, em Joinville. Sou funcionário da Celesc, sempre trabalhei na área rural. Desde 1989 sou dirigente sindical.

Depois da formatura fui para o Rio de Janeiro, onde morei por um ano e pouco, sobrevivendo como vendedor e procurando trabalho. Passei no teste da Erusc e vim para cá. Também havia feito teste na Esso e passei. Preferi a Erusc, que era na área de engenharia elétrica. Na Esso era para trabalhar como vendedor. Entrei na Erusc em 1978. Trabalhava na Eletrificação Rural de Santa Catarina, com cooperativa de eletrificação rural.

Sempre gostei de participar ativamente, puxando, não apenas olhando. Na universidade, nas associações de diretórios acadêmicos, embora nunca tenha participado de movimentos de esquerda, fazíamos algumas atividades. Sentíamos que, na época da

ditadura, a coisa era muito complicada. Fazíamos movimentos dentro da universidade e sentíamos o problema, perseguição, repressão. Espero que nunca volte aquele regime de exceção neste país.

Quando vim para Florianópolis, tinha a Associação dos Funcionários da Erusc. Não tinha acordo e nós não tínhamos enquadramento sindical. Passamos a ter enquadramento sindical na área comercial e não na área da eletricidade. A Federação que representava precisava de pessoas lá dentro. Comecei a fazer o meio de campo, organizar, apoiar candidatos à Associação, ao Conselho Administrativo. Começamos a nos estruturar, tinham pessoas que também estavam dispostas a tocar, fazíamos oposição a diversas pessoas lá dentro. Recém-saídos da ditadura, havia muita pressão pelo partido oriundo da Arena, o que nós começamos a combater. Viemos para o Sindicato dos Engenheiros, onde o entendimento era maior. Na realidade, a intenção era ir direto para o Sindicato dos Eletricitários, mas não podíamos porque éramos comerciários.

Eu e o Vitor Sérgio Schmidt deveríamos ter feito parte da primeira chapa do Sindicato dos Eletricitários, mas éramos do Sindicato dos Comerciários; nós e o Luiz Césare Vieira não podíamos ir. Mas fomos nos relacionando, maçã boa começa a se dar com as outras.

No final de 1982, começamos a participar de um grupo de trabalhadores no Sindicato dos Engenheiros. Fazíamos um trabalho de base. Íamos eu e o companheiro Vieira da Erusc; passamos a conhecer outros companheiros que, ao longo do tempo, vieram militar no movimento sindical e de política geral. O Vieira, foi lá, também, que conheci o Vitor e o Glauco Carvalho Marques. Tínhamos reuniões periódicas e fazíamos correspondências. Nós nos aglutinamos com empregados da Eletrosul, da Celesc, da Telesc, da Casan, funcionários públicos, bancários. Há engenheiros de diversas formas: assalariado, profissional liberal, autônomo e proprietário de empresa de engenharia. É um sindicato de categoria diferenciada, com patrão e empregado ao mesmo tempo. Todos estes em um único sindicato, por isso uma categoria diferenciada. Montamos uma chapa de oposição e perdemos. Tinham outros movimentos de oposição, o Movimento de Oposição do Sindicato dos Jornalistas (MOS) e Movimento de Oposição do Sindicato dos Bancários (MOB).

Com a derrota, ficamos 3 anos fora. Nos dispersamos, uns vieram para o Sindicato dos Eletricitários, outros foram para o movimento na Universidade Federal. Depois, nos juntamos novamente e montamos uma chapa única no Sindicato dos Engenheiros. Ganhamos e tocamos o Sindicato até 1989. Então, entrei no Sindicato dos Eletricitários.

## Cláudio Antônio Ehrensperger

Tenho 53 anos. Nasci no Rio Grande do Sul, em Taquara, mas me criei em Porto Alegre. Sou engenheiro químico, formado em 1974 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A primeira lembrança que tenho do movimento estudantil foi no Colégio Anchieta. Estudei neste colégio de jesuítas, em Porto Alegre, e houve uma greve no período entre a legalidade e o golpe de 1964. Em um dia pela manhã, os estudantes anchietanos interromperam a passagem do bonde Duque, que passava em frente ao colégio. Nós nos sentamos em cima do trilho do bonde. Havia um movimento de trabalhadores, estudantes universitários e secundaristas em toda a cidade.

Depois disto, o movimento estudantil em que participei foi na universidade. Entrei em agosto de 1965 (...). Para mim, nesta época, a universidade era mais política do que propriamente estudo. Levei 9 anos para me formar. Nos primeiros anos da universidade eu não estudava. Foi quando conheci a AP, a Ação Popular, que tinha uma inserção fortíssima, ao menos na URGS. A AP era mais forte do que o partido comunista, do que o PC do B. Naquele tempo, chamávamos o PC do B, os trotskistas, de “pessoal da Quarta”, em decorrência da 4ª Internacional. Havia comunistas e pouquíssimos emedebistas, mas, basicamente, era a Ação Popular que alimentava toda a política universitária. Nunca fiz parte de direção de centro acadêmico, mas sempre fiz parte como apoiador de chapa.

(...) Certa vez, eu estava fazendo um churrasco em casa, de noite. Eu sabia que estava acontecendo uma assembléia de trabalhadores, no clube da vila residencial da Usina de Candiota da CEEE. Eu era engenheiro, chefe de operação. Assim como Tubarão (Complexo de Jorge Lacerda, usina térmica da Eletrosul), em Candiota, a separação entre engenheiro e pião era muito maior. Todos os engenheiros-chefes tinham carro da empresa, inclusive eu, que tinha um Volkswagen à minha disposição, apesar de eu ter em torno de 30 anos de idade.

Terminei de fazer o churrasco e disse: “Vou dar uma passada no clube para dar uma olhada na assembléia.” Eu estava bem atrás na assembléia quando o presidente do Sindicato me viu e me convidou para ir à mesa. Eu fui, embora estivesse absolutamente surpreso: “Está aqui, na assembléia, o engenheiro Cláudio.” Havia muita gente de reivindicação na assembléia. Ainda bem que estava no fim, porque eu estava apavorado, não sabia o que

fazer. Quando vi que fui convidado para a mesa, “Convidamos o engenheiro Cláudio...”, eu pensei: “Não tem como fugir, não tenho como sair daqui”.

Com o pessoal da operação, principalmente os chefes de turno, eu tinha um diálogo bom, que se aprofundou em Tubarão; uma coisa serviu de base para a outra. Eu sentei à mesa e lembro de estar todo o pessoal ali, eram meus colegas e, ao mesmo tempo, meus subordinados. Fiquei até o final da Assembléia. Não demorou muito e fui para a rua da empresa, no dia 28 de abril de 1979. Aí admitido na Eletrosul em Tubarão. Na verdade, nunca fiz movimento sindical em Candiota e em Tubarão. Comecei a fazer movimento sindical em Florianópolis.

### **Luiz Césare Vieira**

Nasci em São Joaquim, em 2 de novembro de 1951. Tenho 47 anos. Sou engenheiro eletricitista. Fiz pós-graduação em Engenharia Econômica em 1980-82, quando trabalhava na Erusc. Eu tinha feito especialização, o mestrado, mas não fiz a tese. Atualmente, estou fazendo mestrado em Engenharia de Produção. Foi bom para me readaptar à escola. Na Produção, eles não aceitam quem não tenha, primeiro, o mestrado, depois, o doutorado. Eu poderia pedir dispensa das cadeiras, mas tem muito tempo que não estudo, havia esquecido tudo. Foi melhor fazer de novo. Era Engenharia Econômica e agora é mais concentrado em Planejamento Estratégico.

Não cheguei a militar no movimento estudantil. Acompanhei de perto por jornais, conhecia os caras, mas não cheguei a atuar em DCE e outras coisas. Mas eu fazia parte do grupo que discutia, ia a palestras de pessoas da esquerda, contra a ditadura.

O Vitor Schmidt não era politizado, ficava, naquela época, com o pessoal do PDS. Como eu morava com ele e éramos muito amigos, nós íamos conversando. Uma vez, chegamos a estudar Marx, *O Capital*. Enquanto morávamos juntos, fomos aprofundando estas conversas do ponto de vista da esquerda, ele foi mudando as suas idéias e posicionamentos.

Durante a fase estudantil, foi um despertar mais autônomo, até porque, na época, as pessoas com quem eu morava eram pouco politizadas. Em fins dos anos 60 e princípios dos anos 70, havia aquela linha hippie, mais música. Tínhamos um despojamento e uma certa

tendência às idéias de esquerda, mas o pessoal ficava mais nesta linha de música, de estilo e estética de vida.

Desde pequeno, eu sempre lia os pasquins, as leituras de esquerda, livros de histórias. Estas coisas iam me politizando de maneira mais ou menos autônoma. Não teve um marco, mas a conjuntura era acompanhada. Mais tarde, quem teve influência foi o Adelmo Genro Filho. Nós liamos tudo dele, participamos do movimento de esquerda, e eu comecei a aprofundar as idéias.

Um ano antes de me formar, já trabalhava como estagiário e permaneci na Erusc até 1984-85, quando foi encampada pela Celesc e nós fomos transferidos. Durante o período na Erusc, fiquei dois anos como representante dos empregados no Conselho de Administração. Como não tinha sindicato na época, fazia mais o papel de sindicalista do que de representante. O Conselho de Administração não se reunia, mas eu fazia este papel, tinha legitimidade. Foi uma época de turbulência, de muita corrupção. Houve um momento em que começaram a demitir empregados. As pessoas chegavam no serviço, num certo dia, a mesa e a cadeira não estavam mais lá. Tivemos alguns enfrentamentos e, em decorrência disto, me colocaram naquilo que chamam de ostracismo: deixavam o cara em casa, “Você vai ficar em casa, pode ficar lá.” Fiquei em casa durante 30 dias, impossibilitado de trabalhar, em função da minha militância. Mas tinha estabilidade, então voltei. A questão psicológica mata, foi terrorismo. Na época, o presidente era o Paulo Bauer.

Toda aquela turma, eu, o Glauco, o Vitor, o Antônio Valdir Vituri, participamos daquele movimento do Sindicato dos Engenheiros. Inicialmente, participamos de uma chapa de oposição. Era um Sindicato bem tradicional e burguês, nós entramos e colocamos uma nova dinâmica. Mas eles eram mais organizados e tinham mais pessoas. Nós quase ganhamos. Na capital nós ganhamos, no interior eles acabaram ganhando porque tinham mais articulação, nós não tínhamos tanta penetração. Mais tarde, ocupamos a diretoria do Sindicato dos Engenheiros, eu e o Arno Veiga Cugnier fomos diretores. O Vitor ia participar, mas chegamos à conclusão de que ele deveria participar do Sindicato dos Eletricitários.

Particpei só de uma gestão no Sinergia, mas sempre estive ligado ao Sindicato. Eu possuía uma participação militante bastante próxima, não apenas como filiado. Eu até fazia as teses dos Congressos, era muito identificado com o Sindicato, só faltava mesmo participar. Uma vez, o Mauro me telefonou e disse: “Tem uma vaga aqui, quer participar?”

## Viviani Bleyer Remor

Tenho 36 anos. Sou natural de São Joaquim, estado de Santa Catarina. É uma cidade pequena, de economia agrícola, onde a classe média migrou para os grandes centros; uma cidade com os papéis das classes bem definidos, papel de explorados e exploradores. Sou divorciada. Tenho duas filhas que são muito importantes para mim. Elas são o que me move, o que me faz estar nesta luta.

Minha família era de classe média alta, ou de classe média média. Em São Joaquim não havia ocupação, os ricos são os donos de fazenda, os fazendeiros; os pobres ou trabalham no comércio, ou são empregados domésticos e de lavoura. Meu pai não queria isto para nós. Não tínhamos um papel dentro da cidade, nem na economia, nem na vida social. Se tínhamos, era na vida social, mas não na econômica.

Vimos para Florianópolis para que pudéssemos estudar, cursar uma universidade, enfim, ter uma vida um pouco diferente, uma vida não tão estreita. Somos 5 filhas. Tanto meu pai como a minha mãe queriam que viéssemos estudar e tivéssemos uma profissão, para que não fôssemos escravas de um casamento, ou escravas de uma família. Vimos por isto e porque tinha um governador nomeado pelo regime da ditadura que estava expirando, estava no final, e meu pai veio para ser assessor. Foi assessor do governador e, depois, do vice-governador. Era o Jorge Bonhausen e Henrique Córdova.

Prestei vestibular, entrei e foi o primeiro nó que tive na minha cabeça. Fui fazer Sociologia. Queria muito fazer Arqueologia, sempre gostei de história, geografia e de estudar civilização. Aqui, não tinha Arqueologia. Pensei em prestar vestibular fora, cheguei a me inscrever em São Leopoldo para Oceanografia. Eu estava meio indefinida. Acabei optando por fazer Sociologia. Tinha a ver comigo.

Em Sociologia tinha Antropologia e Ciência Política. Mas fui mais levada pela conjuntura, porque não tinha claro o que era Sociologia. Deu um nó quando fui cursar a faculdade. Tinha muita diferença do mundinho em que eu vivia, me sentia como um objeto, uma coisinha de relíquia numa redoma, a parte do que era o mundo exterior, o mundo propriamente dito. Isto originou vários conflitos, o primeiro foi o da religião, porque o curso a nega.

Tive sorte em pegar uma das últimas turmas da Universidade Federal de Santa Catarina com professores que tinham um perfil mais marxistas, tanto na Sociologia quanto na Antropologia. Eles começaram a trabalhar os mitos que nós tínhamos. O segundo mito

foi o da família; o terceiro foi o do sistema em que vivemos. Foi um nó tão grande que passei meses totalmente destrambelhada. Chegou num ponto em que eu não tomava mais banho, não penteava o cabelo, desbundei, fiquei meio doida. Também tive um contato muito grande com a liberdade, porque, aqui, as mulheres, as pessoas, os jovens eram mais livres: moravam sozinhos, assumiam suas responsabilidades, sua vida, não tinham hora para chegar em casa, namoravam com quem queriam, transavam com quem queriam. No começo, isto me assustou.

Entreí na universidade em 1981. Em 1981.1 e 1981.2 eu estudei muito, fui uma aluna exemplar. No 2º semestre de 1982, fui para o movimento estudantil. Hoje, vejo que a minha atuação foi precária, muito pequena, mas importante.

Há 17 anos estou empregada nas Centrais Elétricas de Santa Catarina, sou secretária. Entreí na Celesc em julho de 1981 e mudei o meu horário do curso, de diurno para noturno. O pessoal que fazia Sociologia me chamava de burguesa. Hoje, rio muito disto, porque nenhum deles trabalhava, fui uma das primeiras a trabalhar, estudar e participar do movimento estudantil. Saí da universidade em 1988, levei 8 anos para concluir o curso. Eu me arrependo de não ter estudado os pressupostos teóricos como deveria. Faço uma autocrítica por não ter aproveitado o conhecimento que a universidade teria me propiciado. Tirei a vaga de outras pessoas que também precisavam estudar, fiquei me cozinhando lá dentro.

Entreí na Celesc numa época em que não existia concurso público, ester foi uma conquista da Constituinte de 1988 e de acordos coletivos. (...) A Celesc procurava pessoas que saíam da escola técnica ou da universidade. Eu não estava saindo da universidade, estava entrando, mas havia trabalhado como bolsista, no primeiro semestre, num projeto chamado Comandos Sociais. Equivalia ao projeto Rondon, mas de uma forma regionalizada. Estudantes de medicina, da área da saúde, de humanas, de economia, faziam um trabalho direto com as chamadas comunidades excluídas. Tive um bom desempenho neste projeto, para usar um termo do capitalismo. Então, fui convidada para fazer uma entrevista na Celesc. Tomei um chá de cadeira e uns 15 cafezinhos. Fiz a entrevista, passei e fui chamada.

Comecei a trabalhar e aconteceu uma coisa esquisita. Eu tive bom desempenho por um período, mas, como estava em conflito na universidade, me perguntaram se eu queria ficar à disposição. Eu perguntei o que vinha a ser isso: "É a empresa pagar o seu salário e você ficar à disposição de outro órgão. Isto não significa, necessariamente, que você precise

ir trabalhar lá.” Fiquei chocada, não aceitei. Continuei trabalhando as 8 horas diárias na empresa e estudando à noite.

Vim para o movimento sindical a convite do Sovenir Mácio Dias, que trabalhava a questão da saúde dentro da Celesc; também por convite do Glauco Carvalho Marques e do Arno Vieira Cugnier. Não estou jogando confete em ninguém, até porque, hoje, tenho umas divergências.

Não vim apenas por isso. Vim porque o Sinergia era, e ainda é, uma referência para o movimento sindical, tanto para a categoria, quanto para quem é do movimento. Vim pela atuação, pelo que foi Vitor Schmidt para os trabalhadores da Celesc, pelo que representaram as lutas e as conquistas e pelo que representou o amadurecimento político da categoria. Pelas conquistas que fomos tendo, fomos enxergando uma série de coisas que não enxergávamos, porque estávamos presos ao nosso umbigo. Enquanto trabalhadores da Celesc, ainda estamos, mas evoluímos muito. O que mais me trouxe para o Sindicato foram estas referências, a atuação do Vitor, do Luiz Césare Vieira. Não gosto de personalizar, mas foi pela atuação, como um todo, do coletivo do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis.

### **Albertina Brasiliense**

Nasci em 11 de outubro de 1952. Acabei de completar 46 anos. Nasci em Imaruí, que fica cerca de 90 quilômetros de Florianópolis. É uma cidade bem pequena, que sobrevive da pesca. Ela é vista como um dos pontos principais dos PFLs. Mas toda a minha juventude passei em Imbituba. Lá, tivemos um outro tipo de convivência, um tipo de olhar diferente.

Cursei até o 2º grau que, na época, seria o normal, no colégio de Imbituba. No ano seguinte, eles criaram um outro curso técnico, mas, até o período que eu estudei, o que tinha era o normal. Não foi uma questão de opção, me formei professora. No primeiro ano, dei aula numa escola do interior de Garopaba. Minha experiência como professora, infelizmente, não foi boa, foi frustrante.

Na época que eu era estudante, meu primeiro trabalho foi numa loja. Trabalhei, mais ou menos, 4 anos no balcão. Foi uma experiência boa lidar com o público e com os donos da loja. Lembro que, quando fazia os estágios nas salas de aula, nunca ia bem, pois não tinha boa comunicação como professora. Eu dava aula na mesma sala que a minha irmã, era um 4º ano de recuperação. Eram crianças que estavam em uma faixa etária mais avançada,

tinham que estar ali para não ficarem em casa incomodando os pais. Peguei, justamente, esta turminha mais complicada.

Até hoje tenho contato com o dono da loja em que tive o meu primeiro trabalho. Eu exercia uma certa liderança. Enquanto eu me relacionava super bem, tanto no ambiente de trabalho quanto com as colegas de trabalho e as pessoas, como professora eu não tinha liderança. Isto me marcou. Tenho outras irmãs que são professoras, mas eu não consegui ser uma boa professora. Os alunos também deviam achar que não, porque eu não achava. Em 1976 vim para Florianópolis.

Quando cheguei, fiz o concurso da Eletrosul e o concurso do Inbra. Passei no do Inbra. Trabalhei de agosto até fevereiro de 1977, quando a Eletrosul mandou me chamar. Foi o meu quarto trabalho.

A experiência que tenho de sindicato está relacionada à presença do Sinergia dentro da Eletrosul. Lembro quando a primeira diretoria estava se formando e se apresentando. A partir daí, comecei a ter conhecimento, tardio, mas aprendi. Foi a minha referência sobre o que seria um sindicato. Eu não tinha nenhuma referência, nem na escola, nem na loja, nem no INCRA. Não se falava em sindicato. Vi aquela equipe com uma proposta inovadora, mexia com as pessoas, era diferente. Era como dizer: “Você não é uma máquina, tem direitos, tem deveres.”

O Sinergia começou a mostrar que eu poderia ser diferente e isto me levou a ser dirigente sindical. Abriu um leque muito grande porque passamos a ver as coisas com outra importância. Quando começamos a querer contribuir, a querer fazer parte, começamos a querer aprender.

Era isto que eu queria, aprender por quê existe a palavra solidariedade, por que existe sindicato. A empresa coloca na nossa cabeça que a vida tem que ser assim, que você vive do trabalho para casa. O Sinergia forneceu uma visão diferente.

A pessoa com quem eu estava casada, o pai da Vanessa, também era uma pessoa politizada, é até hoje. Em casa, ele me passava informações e eu, sem querer, passei a me envolver com as pessoas do Sinergia. Eu gostava de estar com elas, achava que aquela era a minha linha de pensamento.

O Dino, Dinivaldo Gilioli, me perguntou se eu queria ser representante sindical. Comecei a ter outro tipo de preocupação, as pessoas dizem que esta é uma característica do meu signo. Meu signo é libra. Não gosto que as pessoas façam as coisas por mim. Não posso ver alguém fazendo as coisas e eu estar ausente do processo. Esta é uma característica

que tenho desde criança, “Ela é boazinha.” Na verdade, não quero estar fora do processo, quando se está construindo alguma coisa, quero contribuir. Foi por isto que entrei para o Sinergia. Achei que poderia contribuir, porque era naquele fórum que se estava construindo algo.

**QUADRO 1: TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DOS ENTREVISTADOS**

NOME	DATA NASC	LOCAL NASC	PROFISSÃO	TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	CARGO ATUAL
Osni	1928	Palhoça SC	Contador	Auxiliar de escritório na Companhia Prudência e Capitalização Contador na firma Meier e Companhia Contador na ELFFA Contador na Celesc	Aposentado em 8 de janeiro de 1980
Dilson	1936	Fpolis SC	Contador e Economista	Auxiliar de escritório no Serviço de Luz e Força Auxiliar de escritório, Desenhista, Caixa, Cobrador na ELFFA Chefe de Departamento de Contabilidade na Celesc	Aposentado em 1º de maio de 1984
Warnel	1936	Fpolis SC	Técnico Contabilidade	Auxiliar de Escritório na Área de Apicultura na Secretaria de Agricultura de SC Leiturista/cobrador, Escriturário, Auxiliar de Contabilidade, Chefe do Setor de Faturamento e do Setor de Patrimônio na Celesc	Aposentado em setembro de 1994
Walter	1942	Fpolis SC	Auxiliar Técnico	Aferidor de Medidores na ELFFA Aferidor, Operador de Subestação, Despachante de Cargas, Fiscal de Obras na Celesc	Auxiliar Técnico na Área de Planejamento, Rede de Distribuição
Vitor	1954	Lagoa Vermelha RS	Engenheiro Eletricista	Auxiliar de escritório em Lajes Estagiário na área de Informática na Celesc Analista de Sistemas na Celesc	Analista de Sistemas
Glauco	1951	Santa Maria RS	Engenheiro Eletricista	Analista de Sistemas na Celesc Engenheiro de Operação na Eletrosul	Aposentado em novembro de 1997
Mauro	1948	Rio Grande RS	Engenheiro Mecânico e Pós-Graduado em Planejamento	Engenheiro no DNAEE Engenheiro na Eletrosul	Engenheiro Vereador do PT em Florianópolis (1996/2000)
Édio	1953	Laguna SC	Engenheiro Eletricista e Pós-Graduado em Engenharia de Sistema de Potência	Estagiário na Celesc Chefe de Seção Análise e Proteção e Engenheiro no Departamento de Engenharia e Manutenção na Celesc	Engenheiro

Dinovaldo	1957	Leópolis PR	Contador	Bóia-fria – colhedor de algodão Engraxate Vendedor de verduras Balconista nas Casas Pernambucanas Auxiliar de Contabilidade na Eletrosul Obs: Poeta com 4 livros editados: Fragmentos, Hábito de Água, Borboleta no Varal e Canção para Acordar Peixes	Contador
Arno	1951	Itajaí SC	Engenheiro Elettricista	Vendedor de seguros Chefe de Divisão e de Departamento de Operação e Manutenção na Erusc Engenheiro na Celesc	Engenheiro
Cláudio	1946	Taquara RS	Engenheiro Químico	Assistente de Chefe de Setor de Operação na CEEE (demitido) Chefe de Operação - Jorge Lacerda A, Tubarão na Eletrosul (demitido/reintegrado- greve 88) Consultor de Materiais da Área de Geração Térmica - Sede Eletrosul	Aposentado em abril de 1998
Vieira	1951	São Joaquim SC	Engenheiro Elettricista Pós- Graduado em Engenharia Econômica	Chefe da Divisão Fiscalização de Obras, Chefe de Departamento de Projetos na Erusc Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Erusc (congelado pelas denúncias feitas) Engenheiro na Celesc	Engenheiro Cursa a Pós-Graduação em Engenharia de Produção Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc
Viviani	1962	São Joaquim SC	Socióloga	Balconista e Gerente de Ótica em São Joaquim Escriturária, Digitadora, Formadora no Centro de Formação e Aperfeiçoamento na Celesc	Secretária
Albertina	1952	Imarui SC	Professora Primária	Professora primária, sem muito sucesso Balconista de loja comercial Analista de Cadastro de Terras no INCRA Datiógrafa, Administradora de Processos de Compras, Secretária na Eletrosul	Analista de Cadastro

**QUADRO 2: TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E SINDICAIS DOS ENTREVISTADOS**

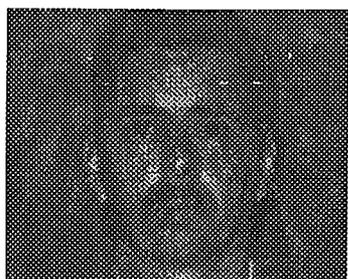
NOME	FATOS/ACONTECIMENTOS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA	ÉPOCA SOCIAL DE INICIAÇÃO SINDICAL	OCUPAÇÃO DE CARGO NA DIRETORIA	SITUAÇÃO COMO DIRIGENTE SINDICAL
Osni	Desejo de reivindicar direitos para os celesquianos	Tempo de efervescência sindical e política no país Participação na criação do movimento organizado dos eletricitários em Florianópolis	1960 - Vice-presidente 1963 - Conselho Fiscal 1967 - Conselho Fiscal e Suplente de Delegado Representante da Federação 1968 - Suplente Conselho de Representante	Diretor de base do Sinergia
Dilson	Desejo de ajudar aos mais necessitados	Tempo de efervescência sindical e política no país Participação na criação do movimento organizado dos eletricitários em Florianópolis	1960 - 1º Secretário 1963 - Presidente	Diretor de base do Sinergia Atualmente Diretor da Associação dos Aposentados da Celesc
Warnel	Desejo de melhorar a situação financeira dos celesquianos Sindicalizado quando da admissão na Celesc Participação no Congresso de criação do PT	Ditadura militar Participou desde o início do sindicato, mas não fundador	1967 - 1º Tesoureiro e Delegado Representante da Federação 1968 - 1º Secretário e Delegado Representante da Federação 1972 - 2º Secretário 1978 - 1º Secretário 1981 - Presidente 1984 - Presidente e Delegação Federativa 1987 - 1º Tesoureiro	Liberado de 1978 a 1990 para o Sinergia
Walter	Desejo de ajudar os outros Sindicalizado quando da admissão na Celesc Participação no Congresso de criação do PT	Após o término do regime militar	1981 - 1º Secretário 1984 - 1º Secretário e Delegação Federativa	Empregado da Celesc
Vítor	Discussão sobre comunismo Participação em movimento de esquerda clandestino Vereador em Fpolis 1989/1993	Tempo de efervescência sindical no país Organização de oposições sindicais em SC	1984 - 2º Secretário 1987 - Presidente	Empregado da Celesc
Glauco	Participação indireta no movimento estudantil na época da ditadura militar Participação em movimento de esquerda clandestino Participação no PT desde a sua criação	Tempo de efervescência sindical no país Organização de oposições sindicais em SC	1987 - Delegado Federativa 1990 - Diretor de Divulgação 1993 - Diretor de Política Sindical 1996 - Diretor de Política Sindical	Liberado de 1987 a 1996 Diretor de base de 1996 até a aposentadoria, junho de 1996
Mauro	Ambiente de trabalho politizado e crítico Participação em 3 gestões na Aprosul	Época de corrupção e má administração na Eletrosul	1987 - Vice-Presidente 1990 - Presidente 1993 - Presidente 1996 - Diretor suplente com Função de Adjunto 1999 - Diretor Suplente de Divulgação	Liberado em 1987 para Aprosul Liberado desde 1988 para o Sinergia

Édio	Participação no movimento de igreja TFP Várias vezes transferido de local de trabalho pela Celesc	Autoritarismo na administração da Celesc	1987 – Conselho Fiscal 1990 – Conselho Fiscal 1993 – Representante Sindical 1994 – Representante Sindical 1996 – Conselho Fiscal 1999 – Representante Sindical	Diretor de base
Dinovaldo	Participação em movimento de igreja Grevista de fome (Eletrosul - novembro de 1988)	Época de grandes mobilizações sindicais na Eletrosul e em Florianópolis	1989 – Representante Sindical 1990 – Diretor de Cultura 1993 – Diretor de Cultura 1996 – Diretor de Cultura 1999 – Diretor de Cultura	Liberado desde 1990 para o Sinergia
Arno	Participação indireta no movimento estudantil na época da ditadura militar	Tempo de efervescência sindical e política no país Participação em oposições sindicais em Fpolis	1990 - Secretário Geral 1993 – Diretor de Finanças e Administração 1996 – Coordenador Geral 1999 – Diretor Jurídico e de Negociação Coletiva	Liberado desde 1990 para o Sinergia
Cláudio	Participação em movimento estudantil do 2º grau antes de 1964 Participação ativa no movimento universitário de 1965 a 1974 Politicamente é herdeiro da geração 1968	Época de movimentos grevistas na Eletrosul/Tubarão	1990 – Diretor Suplente com Função de Adjunto e Diretor de Imprensa 1993 - Diretor Suplente com Função de Adjunto e Diretor de Imprensa 1996 – Conselho Fiscal	Liberado de 1994 a 1996 para o Sinergia
Vieira	Participação de estudos sobre marxismo	Tempo de efervescência sindical no país Época de turbulência, de agitação e corrupção Oposições sindicais em SC	1993 – Conselho Fiscal e Diretor de Divulgação	Liberado de 1993 a 1996 para o Sinergia
Viviani	Participação ativa no movimento universitário do final da ditadura	Mobilizações na Celesc/Fpolis	1993 – Representante Sindical 1996 - Diretora de Formação Sindical e de Política Sindical 1999 - Diretora de Formação Sindical e Secretária Geral	Liberada desde 1996 para o Sinergia
Albertina	Ambiente familiar politizado	Época de movimentos grevistas na Eletrosul / Fpolis	1993 – Representante Sindical 1994 – Representante Sindical 1996 – Representante Sindical 1998 - Diretor Suplente com Função de Adjunto 1999 – Conselho Fiscal	Diretora de base

Observação: O mandato da diretoria é de 3 anos.

O mandato de representante sindical de 1 ano passa para 2 a partir de 1994.

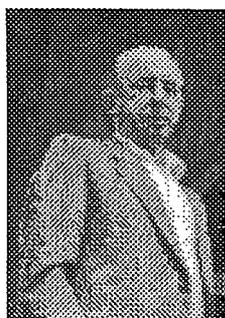
O diretor liberado fica disponível integralmente para exercer mandato sindical, sem prejuízo da remuneração



Dilson Dionísio de Freitas



Vitor Sérgio Schmidt



Osni Ricardo Scheidt



Glauco Carvalho Marques



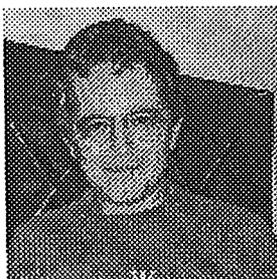
Warnel Cruz de Souza



Mauro Guimarães  
Passos



Walter José Ouriques



Édio Valentim da Silva



Luiz Césare Vieira



Dinivaldo Gillioli



Viviani Bleyer Remor



Arno Veiga Cugnier



Cláudio Antônio Ehrensperger



Albertina Brasiliense

## Representação e ação dos trabalhadores

Os sindicatos surgem da luta entre capital e trabalho. De um lado estão os trabalhadores que só dispõem da sua força de trabalho, do outro lado, em contraposição, estão os que detêm o capital e os meios de produção. No sentido de aglutinar forças para poder se contrapor aos capitalistas, os trabalhadores precisam se juntar, visando a luta coletiva, na sua entidade de classe. Assim, têm uma resistência mais eficaz para exigir e garantir o mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência dele e de sua família.

A primeira atividade de um sindicato, contudo não exclusiva, é a reivindicação em relação ao salário e às condições de trabalho. No bojo deste embate doméstico, os trabalhadores têm a possibilidade de tomar consciência e ir além dos interesses imediatos, ou seja, podem passar a serem motivados, também, pelos objetivos finais de sua classe, a luta por uma sociedade sem exploradores.

A perspectiva é bem diferente quando a luta em torno dos interesses imediatos é combinada com a luta pela emancipação do trabalhador. Ou melhor, quando no curso da ação política pelas questões diárias a classe trabalhadora, aprofundando sua consciência política, melhora sua capacidade organizativa e chama para si a tarefa da luta por uma outra sociedade.

A necessidade de combinar as lutas imediatas com os objetivos finais não é nova, vários autores já desenvolveram este tema. No informe, nos dias 20 a 27 de junho de 1865, que Karl Marx pronuncia nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, é uma das vezes em que aborda a questão:

“Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do assalariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve se esquecer de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, se deixar absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as *condições materiais* e as *formas sociais necessárias* para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: *Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!*, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: *Abolição do sistema de trabalho assalariado!*”<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Citado em MARX, K. *A fórmula tributária*. O capital. Liv. 3, vol.6, cap. XLVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 104-5.

No entanto, para terem representatividade de classe, os sindicatos têm que construí-la. Neste intuito, travam várias lutas em muitos países capitalistas. Só assim podem, por um lado, constranger e exigir dos patrões as reivindicações, e, por outro, obter o reconhecimento do segmento dos trabalhadores que representa. Mas sua integração na sociedade, de maneira geral, sempre é impedida por ações, muitas vezes combinadas, dos patrões e do estado, que não se melindram em tratar o fato sindical como caso de polícia. Apesar disso os ativistas revolucionários têm sido incansáveis na reorganização dos trabalhadores e de sua associação. No Brasil não tem sido diferente.

### **Sindicalismo, ética do trabalho e valorização da figura do trabalhador**

A construção da classe trabalhadora brasileira, nas primeiras décadas do século XX, é baseada na solidariedade, estimulada por diferentes correntes políticas, como os anarquistas e os comunistas. Na luta pela sua incorporação no cenário político, afasta-se da tradição escravista de negação do valor do trabalho e, também, da visão do trabalho como saneador e moralizador da ordem oficial vigente. Passa a ser constituída sobre o campo simbólico da ética do trabalho e da valorização da figura do trabalhador.<sup>55</sup> O movimento caminha para institucionalizar os sindicatos, representando os interesses econômicos e políticos da classe frente ao capital. Em contrapartida, a posição do estado capitalista ainda é reprimir de forma radical a organização classista dos trabalhadores, objetivando apenas os interesses dos grupos dominantes.

Esse legítimo reconhecimento dos sindicatos pelos trabalhadores é radicalmente alterado após 1930 pelo então presidente da República Getúlio Vargas, inspirado na legislação italiana de Mussolini, e confirmado em 1943, quando promulga a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. O direito à associação passa, desde então, a ser outorgado e concedido pelo estado através de uma carta sindical, denominada investidura sindical.<sup>56</sup> A esta estão delineadas as características da estrutura sindical, o sindicalismo de estado. Para entender este período, é necessário aprofundar o conceito de investidura sindical:

<sup>55</sup> Verificar GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, cap. III.

<sup>56</sup> Verificar SIMÃO, A. *Sindicato e estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966, p. 197.

(...) representa a outorga, pelo Estado, do poder de representação ao sindicato oficial (...) o que o Estado outorga aos sindicatos oficiais é, fundamentalmente, o poder de representar os trabalhadores frente ao patronato e ao próprio Estado, no processo de negociação coletiva dos salários e das condições de trabalho. O sindicato recebe a representação legal de uma categoria de trabalhadores, a garantia legal de poder efetuar contratos coletivos de trabalho e a garantia, também legal, de execução desses contratos. E o que é mais, dado o estatuto da unicidade sindical, esse poder, no seu todo e em cada uma de suas partes, é monopolizado pelo sindicato oficial. Apenas esse pode assinar convenções e acordos coletivos e apenas tais convenções e tais acordos têm garantia legal de execução.<sup>57</sup>

A legislação trabalhista vem sofrendo alterações desta época até o momento atual, porém a estrutura se mantém, os sindicatos continuam ligados ao estado, já que o poder continua sendo outorgado por este. Inclusive as próprias ações e discursos dos sindicalistas, mesmo que não consciente e propositalmente, ainda estão impregnados desta ideologia.<sup>58</sup>

Toda esta questão legalista é introjetada e reforçada na subjetividade do trabalhador pelo que Castro Gomes denomina “invenção do trabalhismo” e pela organização do sindicalismo corporativista.<sup>59</sup> O trabalho e a organização dos interesses corporativos, após os anos 1930, consolidam-se através do reconhecimento pelo estado baseado em elementos do período anterior, ou seja, valor do trabalho e a dignidade do trabalhador, porém sob novo significado.

O estado, centrado na figura de seu presidente Getúlio Vargas, antecipa-se às reivindicações dando direitos aos trabalhadores, sem nada pedir em troca. Aposta na valorização, assim esta identidade é pedagogicamente construída no discurso oficial. É o que se depreende do discurso proferido pelo presidente em ocasiões especiais, e, principalmente, pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho. Este bem-sucedido advogado, especialista em direito comercial, acumula, também, o Ministério da Justiça. Sua escolha faz parte das alterações na cúpula da administração do Governo Vargas, fruto do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Para além disso, Marcondes significa a aliança com o setor empresarial, principalmente o de São Paulo. Isso vem a ser confirmado pelo relacionamento verificado entre o governo e os empresários no país, como Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia dos Diários Associados.<sup>60</sup>

<sup>57</sup> Citado em BOITO JR, A. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991, p. 47.

<sup>58</sup> Verificar em BOITO JR, *op. cit.*, p. 93 - 168.

<sup>59</sup> Verificar em GOMES, *op. cit.*, 1994, p. 167-169.

<sup>60</sup> Verificar em GOMES, *op. cit.*, 1994, p. 159-236.

Durante o seu período ministerial (janeiro de 1942 a julho de 1945), Marcondes semanalmente fala pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras. Em suas falas destaca as qualidades do presidente, enfatizando a clarividência, que permite antever e estabelecer direitos sociais, não pela luta dos trabalhadores, mas pela sabedoria do estado e desprendimento de seu presidente. Esse conjunto de palestras, que durante três anos e meio Marcondes profere orientado por Getúlio, abordando a política trabalhista e o próprio momento político que passa o Estado Novo, é combinado com outras atividades, que se somam e se complementam, destacando-se as comemorações oficiais. Destas, as datas mais significativas são o Dia do Trabalhador, o aniversário do presidente e o aniversário do Estado Novo, constituindo-se momentos ímpares de comunicação de Vargas com os trabalhadores.

Um sólido pacto firma-se entre o pai e seus trabalhadores neste período, que recebem o que querem sem pedir e, aparentemente, sem nada ser cobrado em troca, desde que sejam trabalhadores e não vadios. Os valores dos trabalhadores introjetados até o começo da década de 1930 são sempre lembrados e resgatados no sentido de serem reafirmados, apesar da conotação diferente que, nesta época, é dado. Dessa maneira, os trabalhadores contraem uma dívida eterna, impagável e reconhecida pelos sentimentos de gratidão e lealdade. O vínculo firmado entre o direito de receber e o dever de retribuir baseia-se na lógica da reciprocidade.

Assim, o estado pode tornar-se o mediador de todos os interesses organizados corporativamente nos sindicatos e depois, politicamente representado, no Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. O sindicalismo autônomo e plural, que permanece até o começo dos anos 1930, é substituído. Porém, nesse momento, não mais pela via da repressão mas pela nova forma de exercício de poder, cuidadosamente elaborada e pedagogicamente implantada, construindo um “povo/nação como uma grande família, em que o Estado/Presidente era o pai/guia”.<sup>61</sup>

A intervenção do estado permeia, organizada e intencionalmente, os “aspectos da vida social dos trabalhadores envolvendo sua saúde, alimentação, habitação, lazer, e vida familiar, até obviamente, de sua vida profissional”.<sup>62</sup> A luta de classes é mascarada, passando a não ter mais sentido, já que a questão social passa a ser de todos os homens, não só dos trabalhadores.

A “invenção deste trabalhismo”, combinada com a investidura sindical e a organização sindical corporativa, incute e introjeta valores nos trabalhadores em geral e, especificamente, em seus dirigentes sindicais, tendo influência marcante nos períodos subseqüentes. A era getulista torna-se conhecida por institucionalizar os sindicatos, que pagam um preço elevado por isso, pois esta ocorre de forma não independente, atada ao estado. Não se trata, portanto de

<sup>61</sup> Citado em GOMES, *op.cit.*, 1994, p. 222.

<sup>62</sup> Citado em GOMES, *op.cit.*, 1994, p. 221.

concessão, mas de cooptação. Além disso, é importante ressaltar que nesta era varguista instituem-se os elementos de cidadania aos brasileiros, que têm que ser primeiramente trabalhadores. Não por acaso o símbolo de cidadania, nesta época, é a carteira de trabalho.

Ademais, o Governo Vargas não é só isso: para além de criar condições para forjar uma identidade do trabalho e do trabalhador, abre as portas para a entrada do capital estrangeiro no Brasil. Esta é a característica mais relevante de seu governo, estrategicamente velada para feição populista/trabalhista.

### **Florescimento dos movimentos político-partidário e sindical**

O movimento sindical brasileiro ressurgiu no período de 1945 a 1964, contrapondo-se a um capitalismo industrial de bens duráveis. Estes emergem ainda com mais pungência no período presidencial de Kubitschek, estruturando uma base de acumulação capitalista fundada na exploração do trabalho e na produção, que tem como especificidade a dependência do capital internacional. Esse padrão de acumulação supõe um grande exército de reserva de mão-de-obra, que tem por conseqüência a baixa remuneração dos trabalhadores. Novas lideranças sindicais emergem, disputando a estrutura oficial em poder de lideranças “pelegas”, que haviam se apropriado das entidades sindicais a partir dos anos 1930. Considerada uma fase de emergência e amplitude, caracterizada por inúmeras greves que, inclusive, extrapolam as reivindicações por melhores salários e condições de vida, pretendem intervir nas ações do poder político:

“No Brasil, até meados dos anos 60, a esquerda estava mobilizada em torno das reformas sociais, do nacional-desenvolvimentismo, do socialismo e da revolução (...) acreditava-se que a democracia política apenas teria sentido e relevância para as grandes massas trabalhadoras a partir do momento em que as suas reivindicações básicas e imediatas fossem amplamente atendidas (...) para a esquerda de orientação marxista, a democracia política exigia, como condição prévia e necessária, a realização da democracia social e econômica. Dependente e subordinada, a democracia política jamais poderia ter um valor em si mesma.”<sup>63</sup>

Essa conjuntura política, marcada pela efervescência sindical e partidária vai permitindo a criação de inúmeros sindicatos. Esse movimento também alcança os trabalhadores

<sup>63</sup> Citado em TOLEDO, C. N. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? In: *Crítica Marxista*, São Paulo, v.1, nº4, 1996, p.27.

do campo, atingidos pela lutas populares, que entram no cenário político. No início da década de 1960 cresce o número de sindicatos rurais, e esses trabalhadores reivindicam uma transformação radical na estrutura agrária.

## **Os eletricitários começam a se organizar**

O desenvolvimento do ramo de atividade elétrica em Santa Catarina e a organização coletiva não se realizam concomitantemente. A figura do eletricitário, neste estado, nasce com o século XX, é um novo ator social necessário a partir dos experimentos com luz elétrica, eliminando o acendedor de lampião, que passa a não ter mais lugar no tecido social que se desenha. No entanto, somente meio século depois há evidências de organização coletiva dos eletricitários na capital catarinense.

A primeira forma organizativa dos eletricitários de Florianópolis e região é a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica de Florianópolis, cuja base territorial abrange os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro e Biguaçu, fundada no dia 22 de setembro de 1960. Além desta, existem mais quatro sindicatos de eletricitários em Santa Catarina: Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí – SINTEVI, fundado em 28 de abril de 1957, que passa a ser reconhecido em 6 de setembro de 1957, obtendo a carta sindical 13 dias depois; o Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado de Santa Catarina – SINDINORTE/SC, criado em 8 de novembro de 1962; em 31 de dezembro de 1967 é fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Energia Termoelétrica de Tubarão, sendo reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 18 de março de 1968, passa a Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Termoelétrica de Tubarão e, em 28 de março de 1992, por alteração estatutária, passa a Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de SC, em 1992 seu nome fantasia passa a ser SINTRESC; em 30 de maio de 1974 é fundado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Hidro e Termoelétrica de Lages - SITIEL, substituindo a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Energias Hidro e Termoelétrica de Lages que pertencia ao SINTEVI.

A categoria dos eletricitários, em Santa Catarina, está em formação e em franco crescimento, que é conseqüência do grande investimento em infra-estrutura – sendo a energia elétrica uma delas – e está fundado no Plano de Metas do governo Kubitschek, visando a moderna e rápida industrialização do país através dos investimentos internacionais.

O Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e região foi criado primeiramente como Associação por uma exigência do Ministério do Trabalho que, só num prazo mínimo de um ano, permite que seja transformada em sindicato.<sup>64</sup> Esta tem por objetivo promover o bem-estar dos eletricitários, na época empregados da ELFFA, que em 1963, junto a outras empresas de eletrificação do estado, origina a Celesc.

A Associação nasce com um caráter diferente da maioria dos sindicatos da época. Para falar e dimensionar este tempo, evocamos as lembranças de Osni Ricardo Scheidt e Dilson Dionísio de Freitas, fundadores deste sindicato. A importância e perspectiva que damos às lembranças, não só dos pioneiros mas de todos os protagonistas que reconstruem a trajetória desse sindicato, não “é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente”, função da memória concebida hoje. Mas a da origem da civilização grega, ou seja, “vidência e êxtase. O passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte.” Do estudo de Bosi percebemos a impossibilidade de separar a memória do conselho e da profecia.”<sup>65</sup>

### **Os dirigentes sindicais lembram a Associação**

“Foi criada a ELFFA em 1956 e a Celesc, na verdade no papel, em 1955. Depois a Celesc começou a encampar, a subsidiar as outras empresas no estado, até que ela foi incorporando e se transformou em Celesc no serviço de energia elétrica.” (Dilson)

“Foi uma atitude política de governo. Houve uma campanha para nomeação, eleição de Celso Ramos e ele na campanha disse que acabaria com a ELFFA, ‘a malfadada ELFFA’. Naquele tempo o corte de luzes era uma coisa sempre contra a empresa. Parece que as tarifas também aumentavam, alguma coisa política.

Ele fez essa promessa de campanha e cumpriu. Foi eleito e acabou com a ELLFA, que foi encampada pela Celesc. Continuou tudo no mesmo, só mudou o nome, a sigla. Diretores mais indicados pela política, e foi funcionando assim.” (Osni)

“Mas era um tempo difícil, a gente não conseguia nada da empresa, nem aumento, nem benefício, nem férias, era muito difícil. Surgiram uns 5 ou 6 abnegados na época para criarmos a nossa associação, para que a gente conseguisse melhores condições de trabalho, melhores

<sup>64</sup> A legislação trabalhista tem algumas alterações desta época até hoje. porém a estrutura se mantém, ou seja, o reconhecimento oficial de um organismo sindical continua sendo permitido só pelo registro “junto a um ramo do aparelho de Estado - até o presente esse registro deve ser obtido junto ao Ministério do Trabalho”. BOITO JR., *op. cit.*, 1991, p.51.

<sup>65</sup> Citado em BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.89.

condições de vida, porque, na verdade, na época se ganhava muito pouco. Era difícil, não tinha melhora, não tinha expectativa de vida.” (Dilson)

“Ari Senna, Beny, Dilson Freitas, Castro,<sup>66</sup> e mais uns outros se reuniram e viram que tinha necessidade de uma organização. Juntaram e formaram uma sociedade, uma organização para poder reivindicar os direitos, proporcional ao trabalho que executavam na empresa. Essa é a causa primordial, não só aumento do salário mas a outros direitos, outros benefícios, que a empresa podia proporcionar aos empregados e não estava dando. Tudo isso aconteceu.” (Osni)

“Então se criou. A gente começou a ver os movimentos no Brasil e no mundo. Era uma época que o sindicalismo apareceu muito. Nós, como sempre, nada se cria, sempre se copia, nós copiamos nossa associação e que depois virou sindicato.” (Dilson)

“A legislação previa que não poderia ser criado sindicato, teria primeiro que ser formado associação. Até hoje, não sei se ela permite a criação de sindicato direto. Na época não podia, se criava uma associação profissional.” (Osni)

“Começamos criando a Associação Profissional dos Trabalhadores de Energia Elétrica, Hidro e Termo Elétrica em Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro e Biguaçu. Nossa base territorial era essa. Depois foi transformado em sindicato. Fomos a Brasília buscar a carta sindical, com muito custo. Na época, o ministro do Trabalho era André Franco Montoro, e ele nos deu uma atenção toda especial lá, e nos conseguiu tirar a carta em 24 horas.

Vimos para Florianópolis e já tínhamos aqui o sindicato em Blumenau e em Joinville também, ficando três sindicatos de eletricitários de Santa Catarina. Começamos a fazer, naquela época, uma espécie de intersindical, não era este nome, mas era a reunião dos três sindicatos. E daí para frente começaram as reivindicações coletivas no estado.” (Dilson)

## **O Sindicato dos Eletricitários no início da década de 1960**

Em 1961, obedecendo ao prazo estipulado pelo Ministério do Trabalho, a Associação transforma-se em Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Hidro e Termoelétrica de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.<sup>67</sup> Esta mudança é só de caráter legal, o Sindicato continua voltado às questões internas e assistencialistas, promovendo o bem-estar dos associados e familiares, como: a cooperativa de alimentos, distribuição de material escolar,

<sup>66</sup> Refere-se a Ari Bonifácio Senna, Beny Rodrigues Machado, Dilson Dionísio de Freitas e Osni Castro.

<sup>67</sup> A partir de 1990, com a mudança do estatuto, o nome do Sindicato é mudado para Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis, passando a usar a sigla **Sinergia**.

bolsa de estudos para filhos de associados e atendimento médico-odontológico. Mantem-se nos limites da legalidade.

Nessa época o sindicato passa a interagir com outras entidades sindicais. Em nível do estado, reúne-se com os outros sindicatos de eletricitários, mas somente na data base dos celesquianos, visando a negociação com a empresa. Em nível nacional, filia-se à Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas - FNTIU, pois esta é a entidade hierarquicamente superior dentro da estrutura oficial. Tanto é assim que, quando convocada a greve geral pela CGT em junho de 1963, a diretoria do Sindicato, sem consultar a categoria, não participa, mantendo-se nos limites legais. Central Sindical ainda não reconhecida pelo estado.

Não podemos caracterizar as atividades dos dirigentes do Sinergia deste período como pelegas, pois eles não procuram conciliar e domesticar os trabalhadores. Tampouco como dirigentes sindicais comunistas, como tantos na época. Há, por parte desses dirigentes eletricitários, preocupação extrema com o legalismo, submissão à estrutura sindical verticalizada, corporativa e burocratizada. É o que revela a palavra aos construtores do sindicato, Osni, Dilson e Warnel, neste período.

### **Os dirigentes relembram os primórdios do Sindicato**

“Criamos o Sindicato um ano depois da Associação, exatamente em 27 de setembro de 1961, o primeiro presidente foi Osni Castro. Primeiramente trouxe imunidade sindical de dirigentes, porque a Associação até então não tinha; começaram alguns direitos a serem respeitados, não podendo mexer com dirigente sindical durante o seu mandato. Também representar os empregados perante à Justiça, que até então, tinha que se fazer sempre um vestibular plúrimo, não coletivo. Tudo isso foi trazendo as vantagens do sindicalismo. Para se filiar à Federação precisava ser sindicato. Nosso intuito, na ocasião, era oferecer melhores condições de vida ao nosso pessoal. E uma delas era a parte social, médico, dentista.” (Dilson)

“Isso foi tudo conseguido com muito esforço junto ao INPS. Era INSS? Não, era o INPS, vai mudando assim e a gente vai até esquecendo, não é? Mas com eles conseguimos médico, uma pequena ajuda de farmácia, consultório dentário; com o MEC, material escolar. A luta era grande.” (Osni)

“Nós conseguimos também um convênio com o Ministério do Trabalho, umas bolsas de estudo que todo ano eram repassadas aos filhos de funcionários.” (Dilson)

“Bolsa de estudos era dado por associado e por renda *per capita*.” (Warnel)

“A necessidade nos obrigou, naquela ocasião, a organizar uma cooperativa, cuja diretoria era nomeada, pela diretoria. Uma cooperativa de consumo para vender mais barato.” (Dilson)

“De fato era bem mais barato, procurávamos praticamente não botar lucro, então era baratinho, 10%, nem era 10%, depende do que se vendia.” (Osni)

“Nós fizemos na Conselheiro Mafra, esquina com Padre Roma, um armazém nosso, com dois empregados inclusive. Trabalhávamos eu e outros colegas, na época, eu, Osni Scheidt, Rui de Almeida. Criamos uma diretoria, costumávamos sair aos domingos para fazer compras no interior.” (Dilson)

“A empresa nos cedia caminhão para podermos fornecer gêneros alimentícios, de primeira necessidade, a preço mais barato, para comprarmos, por exemplo, material que era muito desejado pelos funcionários. A maioria era do sul do estado, aqui dos municípios próximos da capital, mas mais do sul. Comiam daquela farinha boa que só se fazia lá e nós tínhamos que comprar farinha para botar na cooperativa.

A Celesc também tinha interesse que a coisa funcionasse, porque se fazia para os funcionários. E os funcionários estando bem, a empresa também ia bem. Naquele tempo era mais fácil do que hoje; mas naquele tempo até que podia, e fazia.

Comprávamos roupa de inverno também, não era só alimento, agasalho do Rio Grande do Sul, dos representantes; comprávamos bastante lã, essas coisas...” (Osni)

“Era muito trabalhoso, mas a gente fazia. Mas é a tal história, na época a gente fazia muito sacrifício e não era compreendido entre os colegas. Recebíamos críticas, às vezes até desairosas e tudo mais. Quando é construtiva, tudo bem, você vai lá e conserta, mas quando é uma crítica exatamente para ofender, a gente vai se aborrecendo. Houve até uma passagem, em que a minha esposa presenciou quando estava na cooperativa fazendo compras. Alguém chegou criticando exatamente os diretores da cooperativa, chamando-os de desonestos, aquelas coisas todas. Com isso na época eu me afastei e os outros colegas também. Foi entrando outra diretoria no Sindicato, deixaram morrer a cooperativa. Ela deve ter durado uns 5 anos. Não vou precisar porque não me lembro bem, mais ou menos 5 anos. Acabou exatamente porque eu também me afastei da diretoria do Sindicato e outros colegas também, o pessoal que ficou não deu continuidade e foi deixando morrer a experiência.

Depois veio a criação do consultório odontológico, começamos com tratamento simples e depois serviço de protético, para fazer as próteses mais baratas. Foi surgindo assim de acordo com a necessidade.

Na data base das reivindicações, primeiro fazíamos os estudos tarifários, todo este negócio para conseguir alguma coisa. Quem deliberava este aumento salarial das tarifas era o Ministério das Minas e Energia, através do DNAEE, qualquer aumento salarial refletia-se no

custo da tarifa. Tinha que ser concomitante: o Sindicato, a Empresa, o Ministério de Minas e Energia, para saber se podia dar aquele aumento, e o Ministério do Trabalho, ratificava o acordo. Naquela época nós éramos filiados à Federação das Indústrias Urbanas porque o Ministério do Trabalho assim entendeu. Trabalhávamos com a Federação no Rio de Janeiro.

Nós começamos do zero, não existia benefício salarial. Começamos com aumentos anuais. Depois, com os outros sindicatos, vimos que os eletricitários de Blumenau, por exemplo, tinham gratificação de férias e férias de 30 dias; nós começamos a transferir o benefício dos outros sindicatos para aqueles que não tinham. Fomos criando férias de 30 dias, gratificação de férias para todos do nosso sindicato. Elas vieram, assim, paulatinamente. Começamos a fazer as reivindicações juntos.

Era uma luta muito grande. Eu lembro que o 1º Acordo Nacional que nós fizemos foi mais ou menos em 1960 ou 1961. Nós fomos para Federação no Rio de Janeiro, e naquele tempo os aumentos eram anuais. Nós conseguimos o primeiro aumento no Brasil de 6 meses. Me lembro que na época o presidente Ivan, da Federação, disse, “Olha, Catarina, vocês abriram uma brecha que vai dar um problema para o Brasil inteiro.” Conseguimos, na época, um aumento de 55% para 6 meses. Abrimos uma brecha porque 10 dias depois todo o setor, principalmente o pessoal da Light, começou todo mundo a pedir com base no precedente aberto por Santa Catarina, e conseguir os 6 meses. E quando chegamos aqui ainda fomos criticados por aquela turma pela nossa atitude.

Nunca chegamos a fazer uma greve na verdade, porque quando ameaçamos no começo de 1960, deve ter sido março ou abril de 1960, não precisou. Fazíamos reivindicações que a empresa não queria dar. Nós fomos para a rádio, na época existia o repórter Renner na Rádio Diário da Manhã. Anunciamos através do Adolfo Ziguelle, que era um radialista muito conhecido aqui no estado, que no dia seguinte nós entraríamos em greve porque a empresa não queria dar o aumento. Nós fomos chamados ao palácio, quase fomos presos. Não tinha revolução, mas sofremos uma pressão tremenda da empresa por termos denunciado na rádio. Mantivemos a palavra e mobilizamos. Eu tinha, na época, um amigo, um colega nosso, que era Beny, que depois foi também presidente do sindicato, Beny Machado. Nós coordenamos o movimento, eu do centro e ele das usinas e subestações para a paralisação. Não precisamos parar porque conseguimos o que queríamos, antes de começar.

A comunicação era boca a boca, andávamos em tudo quanto era lugar. Os diretores, uns iam para cá, outros para lá, reuniam o pessoal na frente da ELFFA antes de saírem os caminhões. Naquela época existiam 4 ou 5 turmas de caminhões que pegavam às sete e trinta. Antes deles saírem às sete e trinta, a gente chegava lá e reunia todo mundo em frente a rua Jerônimo Coelho, no meio da rua, “Olha, pessoal, é assim, assim, assim. Então vamos fazer

assembléia em tal lugar, tal dia, tal hora. Precisamos de todo mundo, estamos reivindicando isto e aquilo”, esse era o nosso meio de comunicação.” (Dilson)

“Nós fazíamos as Assembléias em todos os lugares, no Clube XV de Outubro; não na empresa, essa liberdade não tínhamos. Nem a empresa, na época, tinha condições, espaço físico para fazer estas coisas. Funcionava num prédio na Jerônimo Coelho, numa casa antiga e, evidentemente, nem tinha acomodações para isso.” (Osni) “Alugávamos o clube XV de Outubro ou fazíamos na Federação das Indústrias, na Jerônimo Coelho com a Tenente Silveira, conseguíamos auditório ali, bem do lado da ELFFA na época.” (Dilson)

“Não tínhamos liberação, trabalhávamos o dia todo. Não tínhamos esta regalia que hoje têm os dirigentes sindicais. Tínhamos duas horas por dia para trabalhar para nosso sindicato, e isto conseguimos com muita luta também, através de acordo.” (Osni) “Os recursos, na época, eram muito curtos. Nós não tínhamos recursos suficientes para fazer este tipo de facilidades que hoje tem. Não tínhamos nada. Mas não deixávamos de comunicar, um ia para a subestação, outro ia para a usina, pegávamos a turma dos caminhões. O nosso grande movimento eram os 4 ou 5 caminhões com 20 a 25 pessoas cada um, e o escritório estava junto.

Realmente foi uma luta muito difícil mas de glórias.” (Dilson)

## **Período da ditadura militar: sindicato e assistencialismo**

Com o golpe de Estado em 1964, os militares tomam o poder no Brasil e a população brasileira vive 20 anos sob ditadura militar.

Neste período o país progride, sendo constatado um grande crescimento econômico, mas a que custo? O modelo de acumulação do capital que é implementado um pouco antes, no governo Kubitschek, deslança no período militar. As empresas multinacionais instalam-se no eixo Rio-São Paulo. Com isso, acentua-se a concentração das indústrias, agravando, sensivelmente e com todas as conseqüências, as diferenças com as demais regiões. O monopólio da economia e da terra, o crescimento da dívida externa, a inflação constante, entre outros, é o enorme custo do que é chamado de milagre brasileiro.

Para oferecer esta política de facilidades aos capitalistas, o governo militar impõe sacrifícios aos trabalhadores, significando mais exploração e mais repressão. Para tanto quebra a organização sindical e de resistência, significando prisão, tortura, sangue e assassinatos. As questões sindical e política são tratadas nos frios e escuros porões da ditadura.

A quase totalidade dos sindicatos se adaptam à nova ordem. Esta limita a sua atuação à prática assistencialista; e a menor suspeita de fugir deste cerco significa intervenção federal na

entidade. Com isso, a principal, ou podemos dizer quase única, atividade da maioria dos sindicatos oficiais brasileiros passa a ser implementação e expansão serviços assistenciais (médicos, odontológicos, laboratoriais, jurídicos, reembolso farmácia, bolsas de estudo, colônia de férias, cooperativas de consumo). Os sindicatos convertem-se em apêndices da Previdência Social, empregando sua receita nesses caros e dispendiosos serviços.

Porém, existem exceções que devem ser lembradas pelo significado que têm no período:

“A expressão classista, combativa, revolucionária, entretanto perpassara por todos esses anos, tanto na República mais ou menos liberal de 1945 a 1964, quanto no período ditatorial de 1964 a 1984. Essa resistência exprimiu-se desde as confecções de panfletos na clandestinidade, as pichações num muro de fábrica, das elaborações de documentos reivindicatórios realizados por direções sindicais combativas, até pequenas ou grandes greves e manifestações de praça pública. E tudo isto custou muito sacrifício, sofrimento e sangue.”<sup>68</sup>

Durante o período de 1964 a 1978, o Sinergia não muda qualitativamente a sua prática assistencialista, só amplia e melhora o bom atendimento dos serviços médico-odontológicos. Além disso, constatamos outras preocupações: aumento do patrimônio, são adquiridas, neste período, seis salas comerciais (604, 605, 608, 609, 612 e 614) no edifício Dias Velho, rua Felipe Schmidt, no centro da cidade.<sup>69</sup> Adquire também um terreno na praia do Campeche. Neste, previa-se a construção de uma colônia de férias, que proporcionaria momentos de lazer para o associado e sua família, o que nunca se concretizou.

É no final deste período que os dirigentes passam a ser liberados e implementam a prática de percorrer os locais de trabalho, conversando com a categoria. Apesar da sua prática obediente à ordem instituída e da postura dos dirigentes anticomunistas, o regime de exceção não poupa o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Assim, Osni, Dilson, Warnel, Walter e Édio relatam.

## **Os dirigentes sindicais representam o Sindicato Assistencialista**

<sup>68</sup> DEL ROIO, L. 1º de Maio, Cem anos de luta 1886-1986. São Paulo: Global, 1986, p.146.

<sup>69</sup> No final de 1990, através de permuta com esse conjunto de salas e mais uma parte em capital, a direção do Sinergia adquire sua nova sede; uma casa de dois andares, sita à rua Lacerda Coutinho, nº 244, na Chácara da Espanha, no centro da capital.

“Uma ocasião, foi justamente em 1964 quando houve esta intervenção militar, o Beni foi preso. Beni era um daqueles que trabalhavam na usina, comandando os motores. Quando foi presidente do Sindicato, veio deslocado lá de baixo, sem uma função definitiva, então, vivia mais na minha seção do que por aí. Um dia ele estava meio sentadinho quieto, e nós trabalhando na contabilidade. Não sei como chegaram dois da Polícia Federal e o levaram. Ele não tinha antecedentes criminais, não tinha nada, era uma pessoa limpa.” (Osni)

“Entraram dois não, entrou um batalhão de choque da polícia. Em 64 mesmo começaram a caçar dirigentes sindicais, mandavam prender e tudo mais. Ele saiu porque o que tinha de política, um quilo intercedendo por ele; com o Celso Ramos tentaram e conseguiram tirá-lo. O que alegaram? O que alegam para os outros. Qualquer hora, no sindicato, eles chegavam, passavam a mão nos presidentes. Ele ficou uns 15 dias lá no quartel da polícia. Eu era 2º tesoureiro na ocasião. Ele morreu no dia 31 de dezembro de 1967, nunca me esqueço, num acidente.” (Warnel)

“Felizmente, nós não tivemos nunca este tipo de briga no Sindicato, eram posições antagônicas mas sem o teor político de esquerda ou de direita. A nossa diretoria, por exemplo, primávamos sempre a favor do humilde, não que fôssemos comunistas, não tínhamos comunistas filiados, não tínhamos nenhum comunista. Às vezes, até quando a gente era tachado, eu dizia e meus colegas me seguiam nisso, ‘olha, se fazer um bem necessita ser comunista, então eu sou’. Só que eu nunca fui comunista, nunca me interessei por isto, lutava sempre pelo pequeno. Eles tachavam naquela época, por qualquer coisinha, que você divergisse, ‘ah, é comunista’, quer dizer, era pejorativo. Mas, na verdade, não havia alguém comunista no sindicato, nunca houve isso.” (Dilson)

“É, eu desconheço, acho que não tinha não, podia ter alguém com idéias até, vamos dizer, contrárias ou esquerdistas, mas não era manifestada dentro do Sindicato não. Exatamente, o Sindicato aqui era pacífico.” (Osni)

“Na época da ditadura? Foi instantâneo, se perdeu a força, ninguém podia abrir a boca na realidade. Realmente houve o enfraquecimento dos sindicatos, mais ou menos o que está acontecendo agora. Os sindicatos perderam a força, não há mais reivindicação, não há mais nada, exatamente como está acontecendo agora.” (Dilson)

“Ateve-se mais ou menos a isto: aquela reivindicação, o aumento como é hoje, o aumento que seria dado por Brasília. E algumas coisas que foram surgindo como quinquênio, participação de lucros, que foi surgindo, assim, ao longo do tempo, mas sem aquela rigidez, com a participação da própria empresa. Na época, tivemos alguns diretores que entendiam os empregados, tinham simpatia e algumas coisas foram facilitadas pela sua compreensão. Havia outros que tinham ojeriza ao trabalhador.” (Dilson)

“Naquela época, você sabe muito bem disso, foi o Brasil inteiro, ou você parte para um sindicato assistencialista ou você fecha as portas do sindicato. A ditadura estava bem firme e era assim, e acabou.” (Warnel)

“O assistencialismo veio de uma preocupação muito grande. Como a gente não conseguia através da empresa algumas coisas, nós começamos, para aumentar a mensalidade, a dar um percentual de auxílio-farmácia, dentistas e médico. Com isso aí, o pessoal comparecia muito ao sindicato, e nós aproveitávamos essas ocasiões para conversarmos com eles. Só que era muito limitada nossa atuação. No tempo da ditadura o sindicato tinha pouco o que fazer, a não ser o assistencialismo para trazer o pessoal para o sindicato. É o seguinte, se dizia ‘nós temos que lutar para nós ganharmos isso, isso e aquilo’; não bastava isso, o pessoal não entendia, quer dizer, faltava uma divulgação maior. Nós éramos dois, eu e o Warnel, saíamos de sala em sala, e talvez não levássemos a contento aquilo que era necessário levar com mais ênfase, exaltando mais o problema humano do trabalhador naquilo que se devesse fazer. Talvez nós não tivéssemos habilidade, e a maneira que a gente viu foi começar a criar um assistencialismo para trazer o pessoal.” (Walter)

“Eu sempre digo assim, queres ver, foi uma luta para comprarmos aquelas salas. Nós compramos duas salas em 1967, depois que o Beny faleceu. Nós pagamos e compramos mais duas outras. Pagávamos com o imposto sindical, nós ficamos com aquelas quatro salas. Mais tarde compramos aquele terreno lá no Campeche, para fazer uma colônia de férias. Não fizeram nada, fica jogado. Ainda está jogado? Se não é para fazer alguma coisa, vende porque é um patrimônio.

Na época da ditadura a categoria participava, mas não muita gente. Na Assembléia você chegava e tinham 30 ou 40 pessoas. A turminha do caminhão não faltava. O número era no mínimo 30, número pequeno, nós tínhamos uns 200 empregados naquela época. Geralmente era o pessoal da Agência que participava das Assembléias, da Central vinham um ou dois.

Apesar de nós termos assistencialismo, a função do Sindicato não era exclusivamente essa aí, fazíamos um trabalho independente. Quer dizer nós nunca corremos da corda, em 64 teve uma mobilização. A incorporação da empresa se deu em janeiro, e houve uma mobilização exatamente naquela época. Mesmo não tendo aquela greve grande, mas tinha mobilização, ‘hoje nós vamos trabalhar só uma hora e vamos parar’. Essas coisas já começaram desde aquela época de 1964, mas o grande movimento veio lá pelo meio do período de 1980.

Naquela época a gente sentia a classe muito desunida, ninguém queria nada com nada, só queria fazer o seu trabalho. Para trazermos uma classe unida, temos que entrar e conversar com as pessoas. Para começar, discutimos o que era sindicalismo. Tentávamos fazer a cabeça das pessoas no sentido de nos agruparmos e participarmos de assembléias. De irmos em massa para

fazer discussão, pressão na empresa, para conseguirmos melhorar a situação financeira de cada empregado.

A partir de 1976 é que nós nos liberamos para o sindicato, começando a fazer trabalho de base, que era o seguinte: você tirava o dia todo e ia para Agência Florianópolis, também viajávamos para Tijucas, chegava de sala em sala e discutia com os empregados, e foi pegando corpo. Então, com isso, o empregado começou a ter consciência.” (Warnel)

“Olha, o Warnel por várias vezes percorria a Celesc junto com Walter. Mesmo não sendo dirigente sindical eu saía com eles, íamos nos setores. Introjetaram um método que para eles era até natural, iam nas salas conversar com o pessoal. Quando eu comecei a chegar no Sindicato, me pediam, às vezes, para escrever boletins, informativos, se havia alguma coisa de relevância, uma ou duas vezes a cada mês, para fazer chegar a informação a todos.” (Édio)

“O boletim era uma folhinha,<sup>70</sup> divulgava o que se passou, quinzenal ou mensalmente, levávamos de sala em sala, muitas vezes pedíamos por favor para que comparecessem na assembleia para discutirem determinado assunto.

Tínhamos a idéia de mobilizar, só que não tínhamos a capacidade. O pessoal ainda estava muito aquém de conhecer o que eram os problemas da Nação; para poder se movimentar, se concentrar. Então era difícil a gente mobilizar. Convocávamos e fazíamos uma assembleia, e não ia quase ninguém, era muito dificultoso.

Por incrível que pareça, era muito bom o relacionamento da direção do sindicato com a direção da empresa, porque não se fazia, vamos dizer assim, aquele estardalhaço que se faz hoje; você está negociando e vai lá para rua e começa a gritar, a questionar. Nós entávamos e começávamos a negociar. Usando a política partidária, íamos ao palácio conversar com o governador. Fazíamos aquilo que havíamos decidido, trazíamos para a categoria, mas sem, assim, muito estardalhaço. Mas sempre conseguíamos uma coisinha ou outra através das negociações, através dos companheiros como o falecido Gern.<sup>71</sup>

Chegamos a pensar em paralisação, nos guiávamos pelo Gern, que foi nosso professor do sindicalismo, que dizia: ‘a greve é o extremo, vamos fazer até o último para ver se a gente consegue negociar’; sempre conseguíamos. Nesse período me parece que não fizemos greve. Mobilizávamos o pessoal por uma hora, levávamos<sup>72</sup> à sede da empresa, no Berenhausen, para demonstrarmos que a categoria estava junto. Isso a gente fez, mas greve propriamente dita não.

<sup>70</sup> Deste período foram encontrados três boletins nos arquivos do sindicato de 1981.

<sup>71</sup> Refere-se a Osnilo Gern, dirigente do Sindicato dos Eletricitários do Vale do Itajaí.

<sup>72</sup> Edifício na rua Deodoro, no centro da capital, no qual ficava a Presidência e as demais Diretorias da Celesc.

O Osnildo Gern era diretor lá de Blumenau, foi realmente o homem que coordenava todos os sindicatos, porque tinha uma visão maior. Era a Intersindical,<sup>73</sup> já sentávamos com os sindicatos. Ele coordenava mas escutava muito, cada um dava sua opinião. Era assim que a gente trabalhava. As vezes, quando justificava uma reunião a gente sentava para decidirmos as questões e traçarmos as diretrizes. Quando precisávamos, sempre recorriamos ao Gern para irmos ao palácio, ‘Gern, como vamos fazer?’; Gern era o interlocutor, ele é quem tratava disso porque tinha acesso, era muito conhecido.

O Gern era o nosso pivô. A gente estava com ele, e ele sempre ponderava: ‘nós vamos por este caminho, nós vamos usar todo este recurso’. Enquanto perdurou a era do Gern sempre foi feito dessa maneira. Havia pessoas que não gostavam dessa maneira de fazer, queriam ir logo para briga.

Havia limitação minha e do Warnel, era muita coisa para nós no sindicato. Começamos a pensar nisso, a fazer política, trazendo para a diretoria outras pessoas. O falecido Arno Lippel<sup>74</sup> nos ajudou muito, o Cardoso<sup>75</sup> também. Fomos atrás desse pessoal todo. Eu vejo que a pessoa precisa ter o dom da palavra para levar os companheiros, nós não tínhamos. Era preciso uma pessoa, veio o Vitor, foi uma força muito grande. Ele começou a mobilizar, foi um grande impulso, fizemos uma greve. Agora estou lembrando, foi a primeira greve.<sup>76</sup> Começou a melhorar e ficar mais fortalecido o Sindicato, tínhamos alguém que dava o recado satisfatoriamente.

Foi um salto muito grande no Sindicato, isso eu te digo com certeza, houve uma revolução no sindicato.” (Walter)

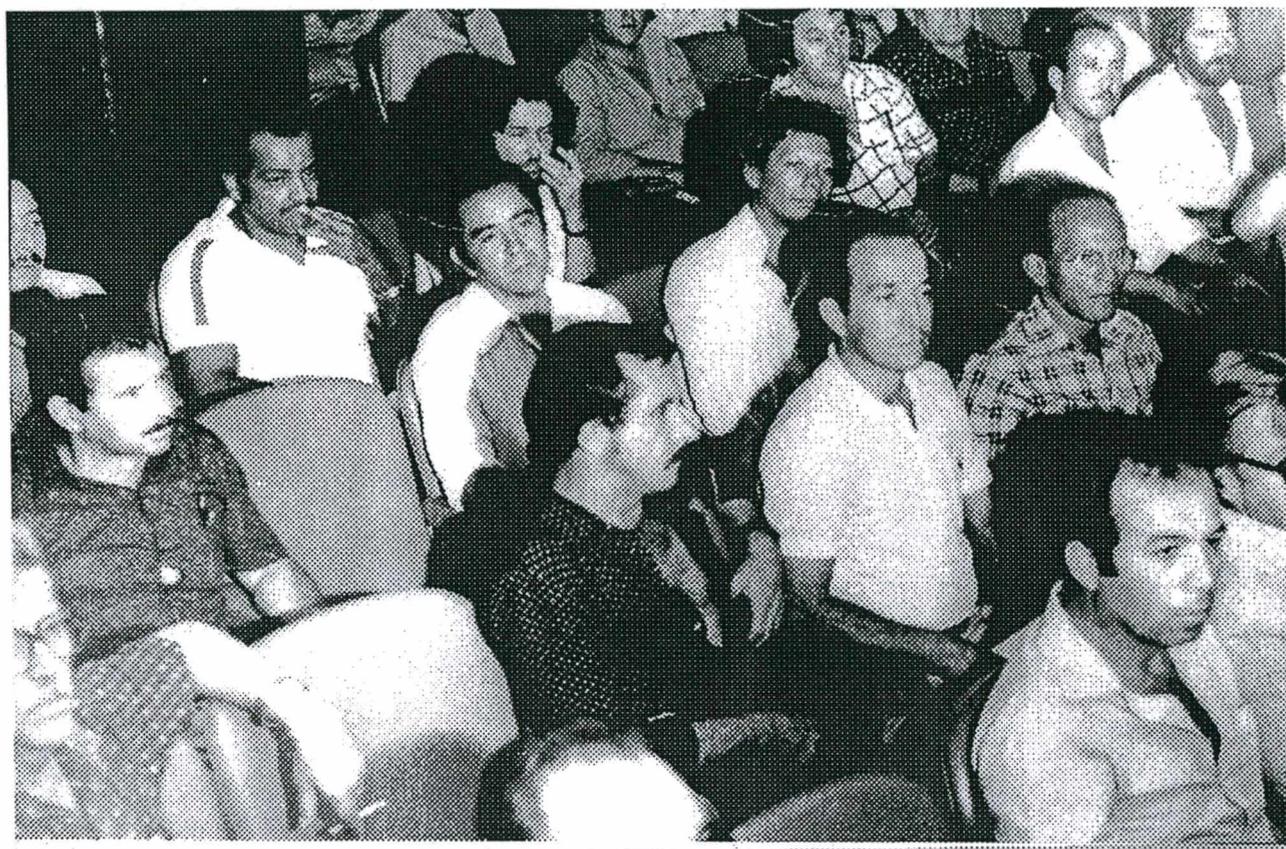
---

<sup>73</sup> Embora a Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - Intercel já funcionasse desde essa época, foi na primeira semana de janeiro de 1988 que foi formalizada, “criando um regimento para regulamentar a relação entre as entidades que a compõem e agilizar os processos de mobilização, (...) formada pelo Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, Sindicato dos Eletricitários de Joinville, Sindicato dos Eletricitários de Lages, Sindicato dos Eletricitários de Blumenau, Sindicato dos Eletricitários de Tubarão, Sindicato dos Administradores de Santa Catarina, Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina, Sindicato dos Economistas de Santa Catarina. Além dos sindicato, compõem a Intersindical as Associações Operadores, Profissionais de Chapecó e Profissionais de Concórdia.” INFORMATIVO 13/01/88.

<sup>74</sup> Arno Lippel não foi dirigente do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, mas um militante próximo que exercia muita liderança entre seus companheiros da Celesc.

<sup>75</sup> Nilton Firmino Cardoso foi presidente do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis em 1978, tendo como 1º Secretário Warnel Cruz de Souza, que passa a ser o presidente na gestão seguinte, em 1981.

<sup>76</sup> A primeira greve que os empregados da Celesc, em Florianópolis, fizeram foi em outubro de 1986. Paralisação de um dia contra o Plano Cruzado. Os celesquianos, em passeata, caminharam pelas ruas do centro da cidade, mostrando os seus contra-cheques. Verificar PEDRO e FLORES, *op. cit.*, p. 74.



reunião da FNTIU, em março de 81, no Rio de Janeiro

## Prenúncios de mudança no Sinergia

A partir de 1978, passados os piores e mais repressivos anos da ditadura militar, há distensão do regime, e a sociedade civil começa a reconquistar espaços. Inicia-se a campanha pela anistia dos presos e exilados políticos, e ressurgem os movimentos populares contra a carestia e da “Panela Vazia”. O Brasil passa a viver um período de muitas lutas sociais e avanços do movimento operário grevista.

Em contraposição, a Europa, vinda de um período marcado por mobilizações e conquistas para os trabalhadores, vivencia uma crise de movimento, marcada pelas derrotas que sofre o operariado. Essa crise é sentida no Brasil somente a partir da década de 1990.

Os trabalhadores brasileiros retornam à cena, através do movimento grevista no ABC paulista e da construção de um partido político, o Partido dos Trabalhadores - PT, que se dissemina em todo o país. Este período, segundo French, caracterizado pela simbiose entre movimento sindical ativo e a política eleitoral, não é inédito na história da classe operária brasileira. Afirma que existem:

“amplas semelhanças entre o desenvolvimento político e sindical de 1977-1982 e a grande agitação popular de 1945-1947 que deu origem à República Populista. Em ambos os casos, as explosões de militância sindical e de política da classe operária tiveram lugar em momentos de transição de regimes ditatoriais - no final do Estado Novo, em 1945, e no início da “abertura” política do regime militar posterior a 1964. Mais ainda, os principais líderes operários de cada período surgiram de dentro das estruturas do sindicalismo oficial vinculado ao Estado. (...) apesar das diferenças de retórica, líderes sindicais ambiciosos de ambos os períodos caminharam rapidamente para a construção de partidos políticos de base explicitamente classista - o PCB e o PT - destinados a unificar as lutas dos operários no campo sindical e da comunidade.”<sup>77</sup>

As mudanças no movimento sindical coincidem com as greves de 1978 no ABC paulista, que depois se espalham para o restante do estado de São Paulo e se alastram por todo o país. Muitas mobilizações são organizadas por oposições sindicais, ocorrendo fora da data base; estas são construídas por ações coletivas nascidas dentro das fábricas, são dirigidas por

<sup>77</sup> FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1930*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 268-269.

lideranças emergentes, muitas vezes à revelia dos sindicatos oficiais. Confrontando-se com a política econômica do regime militar, relativizam a força da Justiça do Trabalho.

Enquanto a ditadura militar reprime os movimentos grevistas, no momento seguinte, não consegue impedir a ocorrência destes. Há, também, a disputa dentro do próprio poder pelo partido burguês de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, e o governo Figueiredo define políticas de abertura sindical. Entretanto, é somente no governo civil de José Sarney, através de seu ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que se inicia uma política de reforma sindical, que se completa com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, dando assim aparência de abertura. Os elementos que dão sustentação à estrutura oficial são mantidos: o reconhecimento oficial-legal, a unicidade, o poder normativo da Justiça do Trabalho e as contribuições sindicais. O objetivo é atrair novas lideranças, sem, contudo, configurar perda do controle estatal.

Estas grandes mobilizações operárias do final dos anos 1970, denominadas de novo sindicalismo, exigem o distensão do controle governamental sobre os sindicatos; resistem contra o modelo de sindicato imposto pelo Estado. As forças sindicais que surgem desse movimento disputam e tomam as direções sindicais oficiais. Nessa tomada de posição ainda persistem os valores do sindicalismo oficial, inventados no trabalhismo, reforçando a organização sindical corporativa.

As novas lideranças entram nos sindicatos com o objetivo de transformá-los por dentro da estrutura oficial, atuam no sentido de romper com as anacrônicas práticas de imobilismo, assistencialismo e recolhimento do imposto sindical; criam instâncias de organização que não são reconhecidas legalmente mas que atuam de fato, como a CUT, as Intersindicais e os fundos de greve. O nascimento da Central Única representa a mais importante conquista dos trabalhadores do Brasil deste momento.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> A CUT é fundada em 1983 tendo como princípios, entre outros, ser autônoma, classista, de massas e organizada pela base. Elege como um dos objetivos prioritários, seguindo seu estatuto, defender os “interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”. Na primeira gestão, período de 1983 a 1986, obedecendo a seus princípios e objetivos, os esforços são mais direcionados para a sua implantação nos estados e regiões, onde “a luta política pelo fim da ditadura militar é combinada com a intensa ação sindical, centrada no apoio às lutas, em defesa do salário, emprego, terra, liberdade e autonomia sindical. Neste amplo processo de mobilização, centenas de oposições sindicais identificadas com a prática sindical cutista disputam e vencem eleições sindicais, criando a base real de construção da CUT”. A CUT existe de fato colocando-se enquanto alternativa não oficial, rompendo com o sindicalismo de estado. Porém, perde esta feição quando opta pela legalização, na Constituição Federal de 1988. Citações em Forma & Conteúdo, 1994, p. 28 e 21.

A mobilização da categoria também é prioridade, e deflagram-se inúmeras greves.<sup>79</sup> Há greves nas categorias de classe média, como por exemplo médicos, professores universitários, anestesistas, também nos setores essenciais.<sup>80</sup> Além disso há o empenho na organização de base, como as comissões de fábrica. O momento é de florescimento do movimento sindical.

Por tudo isso, alguns estudiosos da época entendem que a estrutura sindical oficial passa por um processo de crise e que a sua superação está sendo vivenciada. Porém, o que parece apontar para uma crise,<sup>81</sup> superação ou ruptura com o sindicalismo de Estado significa apenas uma reforma.

O novo sindicalismo conscientemente quis mudar a estrutura sindical, mas não conseguiu pois alguns dos seus pilares se mantiveram. Os elementos que dão sustentação ao sindicalismo oficial, em decorrência das vantagens e benefícios que proporcionam, conseguindo, assim, manter seus serviços, base de organização da categoria. Com a opção de ‘tomar’ os sindicatos e transformá-los por dentro, talvez tenham perdido a oportunidade de praticar um sindicalismo autônomo.

Na atualidade, as características do sindicalismo de Estado, segundo Boito Jr, ainda persistem, pois o movimento sindical

“(...) não têm gerado até aqui uma liderança sindical que eleja a destruição da estrutura sindical como objetivo de sua ação e procure engajar as massas na luta por esse objetivo. As lideranças operárias cutistas, que é de quem se poderia esperar uma ação de ruptura, procuram compatibilizar o sindicalismo enraizado nas grandes empresas como sindicato oficial, submetendo aquele a este último. A ação sindical de massa tem se atritado de modo prático,

<sup>79</sup> Em relação às greves deste período, o texto *A Explosão das greves na década de 80* de Eduardo Noronha é elucidativo. Queremos ressaltar um pequeno texto: “a evolução do conflito trabalhista seguiu de perto as etapas da transição política. Cada passo em direção à democracia servia para liberar a expressão de demandas de categorias tradicionalmente ativas ou para introduzir novos segmentos no conflito, e nesse sentido as greves tiveram forte conteúdo reativo. Os anos de 1983 e 1985 - quando foram empossados os primeiros governadores eleitos pelo voto direto e o primeiro governo civil - evidenciaram isso, bem como as reações opostas dos trabalhadores em 1986 e 1987 frente à esperança do Plano Cruzado e o seu fracasso.” BOITO JR (Org.), 1991, p. 122.

<sup>80</sup> Neste período ainda estava em vigor a Lei de Segurança Nacional que proíbe greves nos setores essenciais, como no setor elétrico. Logo após a Constituição de 88, a greve passa a ser legal.

<sup>81</sup> Crise definida como “uma situação de instabilidade característica de um sistema, provocada pelo desenvolvimento de contradições internas e externas, que leva tal sistema ao seu limite, colocando-o diante da necessidade de se reformular e da possibilidade, dadas determinadas condições, de perecer (...) no processo político, um sistema - um Estado, um regime político, uma estrutura sindical - está em crise quando, além do desenvolvimento objetivo de contradições pertinentes ao sistema, existe uma ou mais forças sociais que lutam pela sua destruição.” BOITO JR, A., (Org.). *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.57-58.

espontâneo, contraditório e inconsciente com a estrutura sindical. Falta, portanto, o componente subjetivo que permitiria o desencadeamento de uma crise da estrutura sindical.”<sup>82</sup>

O Sinergia, neste novo cenário político, entra em cena de maneira lenta, participando, em alguns movimentos nacionais apoiados pela FNTIU; em nível estadual atua com os outros sindicatos dos eletricitários por reivindicações específicas. A prática sindical evidencia-se mais no discurso, - que de “conciliatório e subserviente foi se transformando em questionador e reivindicatório; entretanto, sempre procurando se manter dentro das normas legais”<sup>83</sup> -, não representando uma prática de confronto. A atividade básica da entidade permanece sendo assistencialista, de acordo com o Boletim de 1981. Este boletim traz como vantagens dos sindicalizados:

“TRATAMENTO DENTÁRIO gratuito com hora marcada aos Associados e dependentes, bastando marcar consulta através do telefone 22-3038; AUXÍLIO FARMACÊUTICO, corresponde a 25% do valor da nota fiscal, mediante a apresentação da respectiva receita médica, com a discriminação dos medicamentos na nota fiscal; AUXÍLIO MATERNIDADE, o sindicato paga, mediante comprovantes, todos os excedentes de despesas, a importância correspondente a 20%, as esposas do associado; DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR aos associados e dependentes que estudam. A distribuição corresponderá a cadernos, lápis, canetas e borrachas; BIBLIOTECA à disposição dos associados e dependentes, na Sede do sindicato, localizado à rua Felipe Schmidt, 27 – Edifício Dias Velho, 6º andar, sala 605; ASSISTÊNCIA JURÍDICA TRABALHISTA; BOLSAS DE ESTUDO DO PEBE – com renda per cápita; CONVÊNIO COM A FEDERAL DE SEGUROS – neste caso a Diretoria do sindicato solicita a colaboração de todos os integrantes da categoria, no sentido de participarem da apólice da Federal de Seguros, tendo em vistas que esta Entidade será estipulante, com a participação mensal de 10% sobre vida.”<sup>84</sup>

Essas mudanças no sindicato, que ocorrem desde o começo da década de 1980, emergem a partir de sua segunda metade, quando a entidade começa a praticar um sindicalismo mais combativo, passando a lutar por melhores condições de trabalho e salário. Neste período é fundamental a participação do sindicalista Vitor Sérgio Schmidt, que inicia sua militância no movimento organizando oposições. Ele atua juntamente com outros companheiros que comungam uma concepção diametralmente oposta à dominante, até então, nos sindicatos catarinenses. Integra a chapa para direção do Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina, mas

<sup>82</sup> BOITO JR. *op. cit.*, 1991, p.66.

<sup>83</sup> PEDRO e FLORES. *op.cit.*, 1994, 64 e 65.

<sup>84</sup> Boletim Informativo, mimeo. Florianópolis, 1981.

não vence a eleição. A seguir, vem participar da diretoria dos eletricitários em 1984, “nessa época de implantação, o papel dos indivíduos, dos ‘condutores’ capazes de comunicar a nova, de ascender a fâsca é muito importante”<sup>85</sup>

Esta transformação do Sinergia possibilita a sindicalização dos empregados da Eletrosul, que tem sua sede transferida para Florianópolis em 1976. Somente 9 anos depois seus empregados passam a ser representados pela mesma entidade de classe dos celesquianos.<sup>86</sup> Estas novas filiações não são consequência de um trabalho de base e nem de confronto com a Empresa, são iniciativas dos diretores do Sindicato à direção da Eletrosul, pedindo permissão para fazer uma campanha de filiação.

No final deste período do Sinergia aparecem evidências de mobilização, observadas no quadro a seguir:

### QUADRO 3: AS DUAS PRIMEIRAS GREVES NO SINERGIA

ANO	DURAÇÃO/PERÍODO	NÍVEL: LOCAL/ESTADUAL	MOTIVOS
1986	01 dia – outubro	Celesc – municipal	Contra o Plano Cruzado
1987	03 dias - 26/01 - 30/01	Celesc – estadual	Pelo não cumprimento do Plano de Carreira assinado em 22/10/86 entre sindicato e Celesc

Fonte: PEDRO e FLORES, *op.cit.*, 1994, p.74; Linha Viva.

Warnel, Walter, Vitor, Glauco e Vieira são construtores deste período, preparando a terra onde brotará um outro período no Sinergia, o sindicato combativo.

### Os dirigentes sindicais rememoram o período pré-combativo

“Eu vi crescer o PT. Warnel, Cardoso e eu participamos do Congresso para criação do PT, em 1978. Ficamos uma semana no bairro Gragoatá, num hotel construído pelo Niemeyer, na Guanabara. A intenção era criar um partido político que viesse das bases. Participaram o Lula, ainda com seu bonezinho tradicional, o Antonio Rogério Magri, Lélia Abramo, que era presidente do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, o Joaquinção, o Medeiros. É, todo esse pessoal, tinha uns 300 sindicatos mais ou menos, o auditório estava cheio, um atrás do outro. O que eu me lembro bem é que o sindicato tinha que nascer das bases, o objetivo do partido era

<sup>85</sup> Citado em PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 146.

<sup>86</sup> A primeira negociação de data base dos empregados da Eletrosul realizada pelo Sinergia foi em novembro de 1985. Até então as cláusulas acordadas com Sindicato dos Eletricitários de Tubarão eram estendidas para os eletricitários de Florianópolis.

tomar todos os sindicatos do Brasil. Isso é que eu nunca me esqueço. E assim foi feito, é correto, tem que ter oposição.

Olha, eu via no sindicalismo brasileiro uma safadeza muito grande. Eu participava de congressos e reuniões, saía arrasado. Eu não participava diretamente porque eu não sabia falar, mas tinha um entendimento. Eu via muita gente, presidente do sindicato, secretário, diretoria, enfim, que pareciam diretores de empresas. Eles iam para fazer festa, não todos, é claro. Eu cito sindicatos que toda a família era empregada no sindicato, uma filha era assistente social, o filho era dentista e assim por diante. Outro diretor de sindicato tinha fazenda de gado, era uma ladroagem. Acho que hoje muita coisa mudou, não é mais assim, as categorias estão afastando esses caras. Mas eu entendia muito bem as coisas, na hora de falar é que tinha dificuldade, como tenho hoje, e não participava. Fui amadurecendo e aprendendo, me considero uma pessoa inteligente, tenho essa capacidade de assimilar e ver onde eu estou errando. Hoje eu tenho um crescimento tanto material como espiritual. A gente aprende um pouco, eu aprendi com o tempo.

Inicialmente para a categoria ir à assembléia, entregávamos um comunicado e fazíamos um trabalho de ouvido. Até que o pessoal foi entendendo o chamamento do sindicato, talvez porque já escutavam umas palavras diferentes, através do Arno Lippel e do Vitor. As coisas foram se modificando. Chegou um tempo que não precisava fazer este trabalho, só uma entrega de um comunicado, e nas assembléias ia bastante gente.” (Walter)

“O movimento que a gente fazia parte ajudou a criar essa concepção de sindicalismo. Camaradas nossos integravam essas várias correntes lá no ABC, nos bancários, em outros lugares do Brasil, em outras categorias. Então essa corrente, vamos dizer assim, já tinha dimensões nacionais, já existiam aqui no estado vários companheiros que adotavam essa linha, e que estavam tentando, cada um em suas categorias, começar a constituir um movimento nessa direção. A gente participava de vários momentos em que se buscava uma Central Sindical, um movimento chamado ENTOES, antes de ser um movimento Pró-CUT. ENTOES, Encontro Nacional de Dirigentes e Trabalhadores e Organizações Sindicais, nasceu onde se reunia esse sindicalismo autêntico, a esquerda e setores da Igreja. Depois isso evoluiu para Movimento pró-CUT e finalmente para CUT. Toda essa orientação de sindicalismo combativo, esse questionamento sobre a estrutura da CLT, tudo isso já existia naquela época.

Foram momentos superdifíceis, de isolamento intenso, quando entrei para o Sindicato. Mas eu contava, em primeiro lugar, com vários companheiros que tinham na base e acompanhavam esse tipo de pensamento, davam um suporte a uma postura mais ativa, principalmente contava com aquilo que tinha dentro das pessoas. Esse momento da nossa história é de um espaço enorme à manifestação daquilo que era reprimido nas pessoas. Era um

momento de ascenso, como jogar um palito de fósforo num barril de pólvora. As pessoas todas estavam muito cheias daquela situação de controle total que a ditadura tinha imposto a todos.

O Gern era o grande guru da Intersindical, ele tinha habilidade no sentido de fazer aquelas negociações nos bastidores. Essas lhe deram um poder incrível dentro da Intersindical. Era difícil contestar a ação dele. Muito embora não pudesse tachá-lo de pelego, expressava o limite da compreensão de sindicalismo. Mas eu conheci pessoas absolutamente autênticas, o Warnel, o Walter, o João Vieira. Quando ousamos no sentido de dizer, ‘nós precisamos fazer mais que uma pauta e uma assembléia para mostrarmos o resultado da negociação; nós precisávamos fazer movimentações durante o processo para ir criando um clima, pegar fogo.’ Eles diziam que não, ‘o pessoal tinha medo’; ‘era expor, o pessoal não tinha garantia de nada, se fizéssemos qualquer coisa a gente ia expor os companheiros ao risco’. Eram preocupações no sentido de proteger, preservar a integridade, proteção excessiva, era de supermãe. Era uma preocupação que não deve ser incentivada. Mas era o limite da compreensão delas naquela forma de proceder.

Em algumas circunstâncias muito peculiares, como num momento de assembléia, uma colocação bem feita criava um espaço para a discutir e fazer um movimento público, uma passeata, uma paralisação de um dia. Estas eram inéditas, a categoria não tinha esse hábito, essa prática. E a Intersindical, com o seu limite de pensamento, entendia que essas práticas não iam dar certo. Eles, obviamente, resistiam, porque é imanente ao ser humano a resistência à mudança. Eles iam resistindo mas, ao mesmo tempo, também estavam admirados com o que estava acontecendo. De certa forma, não impediam que o movimento fluísse. O contexto daquele momento era de ascendência, se você riscasse um fósforo pegava fogo, não há dúvida.

Os dirigentes sindicais faziam de todo o possível para que a vida do sindicato não interferisse na sociedade, o que é uma visão oposta à do Sindicato Cidadão. Na verdade eles entendiam que o cidadão não tinha nada a haver conosco e nós, também, não tínhamos que nos meter. Era uma visão bem inocente. Esse era um impecilho enorme porque ficou claro, logo nos primeiros embates, que tínhamos que ter um contato com o público, tínhamos que explicar à população o que nós estávamos fazendo, pedir o apoio dela. Uma categoria que não tinha o hábito de fazer esse tipo de discussão, tinha uma visão de sindicalismo muito pobre na cabeça.

Os dirigentes tinham um contato pessoal com a categoria, e esse era um ponto forte. Eles gostavam de circular, de conversar com as pessoas. Eu adquiri o hábito com eles, um bom hábito de fazer isso, porque do momento que você está em contato *tête a tête*, o contato fica humano. As emoções vêm junto. O ser humano verdadeiro começa a aparecer, e isso é imprescindível para mudança. Esse contato intenso humano, com medo, com as paixões, com tudo o que flue quando há uma relação entre as pessoas, foi de fundamental importância para a mudança. Fazíamos muito isso, o que ajudou no contexto de mudanças.” (Vitor)

“É, a gente tentou se filiar uma vez no Sindicato. Eu e mais dois companheiros da Eletrosul, o Clóvis e a Isabel, um está aposentado e a outra está fora da Empresa. Não conseguíamos, era difícil. Levávamos as fichas de filiação e eles não efetivavam. Não conseguíamos porque eles tinham um certo preconceito com o pessoal Eletrosul. Os diretores da época entendiam que o Sindicato era só do pessoal da Celesc. Uma visão confusa que tinha no movimento sindical. Com o Vitor essa visão começa a se alterar.

Eu era um militante político e tentava desenvolver uma trabalho dentro da Eletrosul. Quando houve eleições para o Sindicato, nós nos candidatamos para representante sindical, Delman, Horácio e Cavalcanti. Fomos eleitos e isso foi mais ou menos 1986. O trabalho inicial que tivemos foi fazer filiações, conciliar questões práticas com as questões econômicas, de salário. Iniciou um certo ascenso do movimento sindical, isto porque há uma certa desorganização da classe dominante, que está sem projeto. Nesses momentos conseguíamos crescer. Então isso ocorre também na Eletrosul.” (Glaucio)

“Os trabalhadores da Celesc não queriam que nós trouxéssemos o pessoal da Eletrosul. Isso foi uma luta muito grande, querendo ou não, nós não tínhamos saída. E a não saída foi exatamente quando o Vitor veio na primeira gestão, em 1984.” (Warnel)

“Existem as leis para absorver as categorias de eletricitários, do setor elétrico, não tinha como voltar atrás. Eu dizia pro Warnel que, para fazermos isso, era preciso estruturarmos o Sindicato. Éramos só nós dois, não tínhamos condições. Começamos a convidar o pessoal da Eletrosul. Com esse pessoal é que começou a intensificar mais os movimentos.” (Walter)

“Quando o Vitor entrou, preparou para a nova virada do Sinergia, deu uma outra dinâmica, foi o início. Houve realmente um novo posicionamento a partir de 1987, fizemos a chapa com trabalhadores da Eletrosul e da Celesc. A partir daí foi o marco do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis.” (Glaucio)

“Esse processo não foi traumático, mas harmônico. Isso é interessante, porque normalmente a luta pelo poder acontece de uma forma conflituosa. Um processo de crescimento. As pessoas tinham um novo entendimento, deram uma outra dinâmica ao sindicato. Aqueles que entraram não eram arrogantes, entendiam que o trabalho feito pelos sindicalistas era fundamental, eles reconheciam como um trabalho sério. Walter e Warnel tinham feito um trabalho reconhecido, um trabalho sério.” (Vieira)

## Uma outra forma de ser sindicato

O período de transformação no movimento sindical, a partir do final dos anos 1970, que luta pela autonomia e independência de estado, é denominado de “novo sindicalismo”, assim resumido:

“Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988”.<sup>87</sup>

A concepção e prática do novo sindicalismo somente passa a fazer parte da diretoria do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis na gestão de 1987, composta por empregados da Celesc e da Eletrosul, e que traz dois componentes das anteriores, Vitor S. Schmidt e Warnel Cruz de Souza. Este último reluta em continuar por divergir da nova prática, mas atende ao apelo dos dirigentes que respeitam seu trabalho e sua experiência, mesmo numa outra concepção; fica por mais um mandato.

Nesta diretoria há um pequeno grupo que tem efetiva participação tanto na CUT quanto no PT. A atuação se dá através da corrente “CUT pela Base”, que se opõe à Articulação, até hoje majoritária na Central e no Partido. O grupo de discussão política tem peso fundamental nessa mudança de postura no sindicalismo combativo.

Na construção desta nova prática, o fim do sindicato assistencialista é uma condição necessária, visto que 90% do orçamento da entidade está comprometido com a manutenção dessas atividades. Em dezembro de 1987, a categoria em assembléia geral decide pelo fim do assistencialismo, mas isto não se reflete em diminuição do número de filiados. Com o corte dessas despesas é possível investir em atividades necessárias à nova trajetória. Cria-se o tablóide semanal Linha Viva, veículo de comunicação, divulgação e debate não só das questões específicas da categoria, mas dos mais diversos e amplos temas na esfera das transformações sociais, situando o trabalhador nas suas múltiplas dimensões.

Diversas diretrizes são tomadas que visam fortalecer o sindicato. Nesse sentido são criadas a subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE e as Intersindicais. No enfrentamento com as empresas entende-se que as

<sup>87</sup> ANTUNES, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1995, p. 11.

Intersindicais precisam atuar de maneira conjunta e organizada com sindicatos de eletricitários de outros estados (SC, RS, PR e MS) que representam os trabalhadores da Celesc e da Eletrosul. Com esta visão, o Sinergia tem papel relevante tanto na consolidação da Intersindical da Celesc - Intercel, como na organização da Intersindical da Eletrosul - Intersul. A partir de então, passa a atuar organicamente, de maneira conjunta, nesta instância, que não é reconhecida por lei mas de fato. Também é possível investir, o que é prioridade da nova gestão, na mobilização dos trabalhadores.

A direção do Sinergia aproxima-se das políticas e atuação da CUT, influenciada pelo grupo de discussão política, que participa de cargos das direções da CUT Regional. Em 1987, o Sindicato em assembléia, desfilia-se da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas - FNTIU, mas não consegue filiar-se à uma central. Depois de um trabalho decisivo junto à categoria, no dia 26 de junho de 1989, em assembléia, o Sinergia decide pela filiação à CUT. A aproximação que havia, incluindo a participação significativa dos eletricitários na greve geral dos dias 14 e 15 de março de 1989, expressa-se de maneira orgânica após a filiação, passando a adotar as políticas e as orientações e a continuar a participar das instâncias de direção, incluindo a Executiva Nacional.

Na construção de um sindicalismo autônomo e independente, a partir de 1990, o Sinergia e demais sindicatos da Intersul passam a devolver à categoria os 60% do dia de trabalho descontado a título de Imposto Sindical e, para tanto, têm que recorrer à Justiça. As empresas afirmam estarem impedidas por lei, portanto têm que fazer o recolhimento; segundo o Linha Viva, esta se constitui a primeira resolução de um Tribunal neste sentido em todo o país.<sup>88</sup>

A atuação dos diretores do Sinergia, neste período que se inicia em 1987, pauta-se em duas frentes.<sup>1</sup> Primordialmente, os diretores estão presentes nos locais de trabalho, debatendo com os trabalhadores as estratégias empresariais, objetivando a mobilização. Em paralelo, se necessário for, procuram instâncias institucionais.

A mobilização da categoria é a prioridade deste período. Esta ocorre à semelhança do quadro nacional, pois se até meados de 1980 as greves são predominantemente no setor privado, em 1987 explodem no setor público. Isto é devido a inúmeros planos salariais que representam perda do poder aquisitivo dos salários. Os eletricitários são empregados de estatal, não funcionários públicos, mas são atingidos por todos os planos de arrocho e tratados similarmente pelo governo.<sup>89</sup>

<sup>88</sup> Linha Viva, n. 102, 19 jul. 1990.

<sup>89</sup> A partir de 87, segundo Noronha, "mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas correspondem ao setor público (...) no setor industrial, após a resistência inicial, as greves passaram a ser vistas por parcelas do empresariado como elemento natural do conflito e das negociações coletivas, e os acordos muitas vezes

Neste período chama a atenção a administração de Nogert Wiest, que preside a Celesc de 1987 a 1990, indicado pelo PMDB, representando tempos particularmente difíceis para os trabalhadores desta empresa, o que pode ser constatado em diferentes episódios. Vários empregados, por estarem ligados à diretoria anterior (PDS), são demitidos por determinação. Do Nogert. Como os celesquianos têm assegurada por acordo a cláusula de garantia no emprego, são todos reintegrados pela justiça, o que significa um passivo trabalhista de elevado valor para os cofres públicos. Também, na época da data base da categoria, entrega em juízo um abaixo-assinado contendo 5.000 assinaturas de empregados de todo o estado que “supostamente” estariam abrindo mão da garantia de emprego. Do processo é evidenciada a coação feita contra os trabalhadores.

Uma das especialidades de Nogert é a Gestão Participativa, praticado exemplarmente na Fundação Tupy em Joinville. Com especial empenho, a Gestão é implanta na Celesc, onde todas as demandas e solicitações dos empregados têm que passar pelo Círculo de Controle de Qualidade, grupos formados por empregados interessados ou “voluntariamente” interessados. Depois do crivo do CCQ, as solicitações são remetidas para as Comissões Mistas, formadas somente por chefes de departamento e divisão. O CCQ exerce uma pressão enorme nos trabalhadores, trazendo implicações, como a maior produtividade, aumentada pelo ritmo e intensidade do trabalho; e todo um sistema de autocontrole, de avaliações e de autocobranças individuais e coletivas, que tornam muitos trabalhadores seres totalmente amarrados à Empresa, não somente durante as horas de trabalho, mas também fora delas. Além disso, o enriquecimento de tarefas não corresponde a uma maior liberdade individual, mas a uma sobrecarga de responsabilidades, sem que as decisões fundamentais da Empresa sejam compartilhadas pelos trabalhadores. A direção do Sinergia denuncia essa forma de administração que procura cooptar os trabalhadores, num clima de ameaça de perda do emprego, levando a um aumento da competição direta ou indireta, resultando em piores condições de trabalho e acabando com a solidariedade de classe. Os celesquianos não se curvaram a esta nova prática.

O quadro a seguir mostra as greves realizadas pelos empregados da Celesc e Eletrosul neste período. A cada greve o embate acirra-se mais, principalmente com a direção da Eletrosul, que passa a adotar várias formas de punições: suspensões, transferências de empregados e inquéritos na Polícia Federal. Apesar das punições, o movimento é fortalecido e

---

abandonaram as leis salariais federais restritivas como forma de adaptação aos surtos inflacionários. Na esfera pública, a não-valorização de mecanismos de negociação coletiva, a crise financeira do setor e as políticas de congelamento de preços e salários impuseram grande rigidez às negociações.” NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. IN: BOITO JR, A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.101.

a solidariedade continua presente, expressando-se em vários atos, incluindo um fundo financeiro, decidido por assembleia, com o fim de cobrir os dias de suspensão dos punidos. Estas são denunciadas à imprensa e nas instâncias político-partidárias. Deste acirramento é criado o Comando Nacional dos Eletricitários – CNE, no I Encontro Nacional dos Eletricitários - ENEL, realizado nos dias 14 e 15 de julho de 1989, em Brasília, com especial empenho do Sinergia. A partir de então o CNE passa a dar direção política e ser o negociador nacional de todos os eletricitários das empresas ligadas ao grupo Eletrobrás.<sup>90</sup> As repressões às greves de 1990 expressam o projeto do recém-empossado Governo Federal de destruir a organização dos trabalhadores.

Este período de ascenso para o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis é um dos mais marcantes na vida dos dirigentes Warnel, Walter, Vitor, Mauro, Glauco, Édio, Dinovaldo, Cláudio, Vieira e Albertina.

---

<sup>90</sup> Linha Viva n. 61, 26 jul. 1989.

**QUADRO 4- GREVES DOS ELETRICITÁRIOS DA CELESC E DA ELETROSUL**

ANO	DURAÇÃO/ PERÍODO	NÍVEL: LOCAL/ESTADUAL/ NACIONAL	MOTIVOS	RESULTADOS E FATOS RELEVANTES
1987	15 dias - 22/05 - 05/06	Celesc - estadual	Reposição salarial	Não houve reposição e dias parados são descontados Organização de um fundo de emergência e comissão de eventos para fundo de greve
1987	01 dia - 11/11	Celesc - estadual	Cumprimento do Plano de Carreira (acréscimo salarial, produtividade)	Índice de 68,07% para todos os celesquianos
1988	08 dias - 28/07 - 04/08	Eletrosul - 4 estados	Contra o congelamento da URP por 2 meses	Manutenção da URP Perseguições e punições (exoneração de 18 gerentes, processos na Polícia Federal) e a empresa prepara uma greve para novembro seguinte
1988	38 dias - 04/11 - 12/12	Eletrosul - 4 estados	Rejeição da contra proposta da Empresa no acordo coletivo; Exigência de revogação da Resolução da Empresa que impedia que os dirigentes sindicais e das associações fizessem seu trabalho na Eletrosul	15 demissões nos 4 estados de abrangência da Eletrosul 1 semana de greve de fome de 39 trabalhadores para revogar as demissões com: intenso envolvimento das famílias inúmeras formas de resistência espontânea: (caminhadas de Tubarão a Florianópolis, maratonas de Florianópolis a Curitiba, manifestações de apoio organizada pelas mulheres dos grevistas) Reivindicações conquistadas (garantia de emprego, abono, percentual de aumento) Desconto de 50% dos dias parados Construção do PROSOL - Projeto de Solidariedade, entidade filantrópica de utilidade pública Suspensões e transferências Fundo financeiro criado em Assembleia para cobrir os dias de suspensão dos punidos
1989	2 dias - 14 e 15/03	Greve Geral Organizada pela CUT/CGT	Recuperação integral das perdas salariais e tentativa de impedir novas Denúncia sobre falsidade do congelamento dos preços Repúdio à política econômica e social do governo Sarney Protesto contra a permanência do presidente da República no cargo Contra a privatização das estatais Não-pagamento da dívida externa	Marcante participação dos filiados do Sinergia

1990	21 dias - junho 02 a 21	Eletrosul - nacional	Manutenção da Antecipação Compensável Mensalmente - ACM Não-redução do salário Respeito à cláusula de garantia de emprego	1ª greve nacional envolvendo Eletrosul, Furnas, Light, Nuclen, Cepel, Eletrobrás, Escelsa, Chesf, Eletronorte e Itaipu Acordo das cláusulas reivindicadas Suspender a greve, assembleias ficando em aberto, diversos líderes sindicais percorreriam as bases abrangendo todas as empresas do grupo Eletrobrás 98% de adesão dos funcionários ligados ao grupo Eletrobrás
1990	31 dias - 31/07 a 30/08	Eletrosul - nacional	Não-cumprimento pela empresa do acordo acima	Investigações da Polícia Federal durante a greve Denúncia sobre a intenção do governo Collor em privatizar e sucatar as estatais Greve considerada abusiva pelo TST Punições: advertências, suspensão de 30 dias, uma demissão, 2 sindicalistas com contrato suspenso
1990	10/12 a 18/12	Celesc - estadual	Reajuste salarial Proposta de política salarial	TRT concede 15,97% Manutenção da gratificação de férias

Fonte: PEDRO e FLORES, *op.cit.*, 1994, p.74; Linha Viva.

## Os dirigentes sindicais interpretam o período combativo

“O Sindicato assumiu essa postura do novo sindicalismo até mesmo antes de 1987; da metade em diante da gestão 1984 o Sindicato se inseriu nesse contexto. Já era um sindicato de luta, contestador da realidade. Esse tipo de sindicalismo era vivo, trazia os indivíduos para uma participação ativa nos processos. Essa era a marca registrada do sindicalismo novo.” (Vitor)

### Novas práticas do “Sindicato Paizão”

“A nova diretoria eleita em 1987 é o resultado. Não houve oposição porque houve um consenso estabelecido em nível de categoria, que as coisas tinham efetivamente mudado e estavam andando na direção certa. Não que todo consenso seja certo, mas para uma mudança desse tamanho, certamente haveria uma contestação imensa a ser feita. Havia ainda algumas barreiras como o fim do assistencialismo, todo mundo tinha um medo muito grande de enfrentar. No fim não foi tão difícil, se suprimiu até com relativa facilidade.

A gestão de 1987 foi fabulosa. A gente tinha uma vanguarda, uma elite fina muito preciosa do pensamento revolucionário na direção do sindicato, de uma qualidade sobrenatural em termos de material humano. Uma disposição de grupo, uma inserção no contexto impregnado, até a medula, de uma idéia fortíssima. Eu diria assim que em todos os sentidos foi fantástico, uma das experiências mais fascinantes de vida que um ser humano pode ter. Nós tivemos oportunidades incríveis de questionar a nós próprios, até a medula, em inúmeras circunstâncias. Quantas madrugadas e noitadas e sol escaldante passamos questionando, desafiando poderes incredivelmente fortes. Derrubamos barreiras incrivelmente poderosas.

Tivemos momentos únicos para provar o sabor da vida na sua intensidade plena, sentíamos a vida fluir. Naquele momento histórico aconteciam coisas tão fortes que davam, a todo instante, a noção que nós estávamos vivos, que nós estávamos provocando mudanças, de que a gente estava levando as pessoas a se questionarem profundamente. Criamos condições para que as pessoas pudessem fazer toda uma reavaliação de vida, uma reiniciação na sua postura de vida. Se nós tivéssemos, naquele momento, uma compreensão mais forte do ser humano em si, dos seus mecanismos internos, teria sido perfeito.

O único ponto falho dessa nossa atividade é que atuávamos como pais, então este é um ponto fraco. Foi um erro, era para ser uma relação de iguais, não uma relação hierárquica. Uma vanguarda detinha uma idéia, uma força, um poder, e as pessoas transferiram seu poder a esta vanguarda, que dava uma sustentação aqui atrás.

Esta vanguarda do sindicalismo novo não tinha, na minha opinião, uma discussão sobre o ser humano. Ela defende a idéia que nós precisamos criar um movimento social, um agente

de mudança. Mas é curioso que esse agente de mudança é o mesmo, sem nenhum trabalho sobre ele, pensa do mesmo jeito, faz as mesmas coisas, que reage instintivamente diante das mesmas circunstâncias. O paternalismo que essas pessoas praticam, os dirigentes principalmente, é decorrência delas próprias não terem passado por um processo de mudança. Tem períodos que você é paradigma e colabora no sentido da mudança, mas não consegue obrigar as pessoas a mudarem, nem você as muda. As pessoas se transformam, desde que munidas para tal. Mas o sindicalismo novo, a esquerda revolucionária, não contribuiu para que as pessoas pudessem fazer uma reflexão de vida, para ser efetivamente um agente de mudança.” (Vitor)

“Eu ainda não era filiado, mas dizia ao Warnel: ‘Eu não me filio ao Sindicato desse jeito, só se puder fazer um acordo contigo de uma filiação diferente, porque eu não quero médico, dentista. Isso é um absurdo. O início da mudança foi esse fator. Existia uma discussão grande dentro do Sindicato em relação ao assistencialismo. As pessoas que primeiro se aproximaram do sindicato, Glauco e Vitor, foram também as primeiras a questionar essa prática. O assistencialismo é um negócio tão pessoal, davam caderno no final do ano para as crianças, já tinha uma discussão naquela época sobre isso. A direção estava balançando: não seria um passo perigoso? Temos que cobrar é da empresa, que tem que dar os meios para os trabalhadores. A mudança começou por aí, o assistencialismo foi extinto.” (Édio)

“Eu lutei muito contra o fim do assistencialismo, pela minha visão na época, hoje não. Está tudo errado, eu pensava desta maneira. Hoje não, tenho um entendimento completamente diferente, vejo que realmente não deveria existir, devíamos fazer o sindicalismo de outra maneira. Com os anos fui mudando, é como vejo a situação hoje.

Nós já percebíamos que tínhamos que usar aquele dinheiro do assistencialismo para defesa do empregado, da melhor maneira possível. Tudo isso aconteceu quando veio o grupo da Eletrosul. Esse pessoal também pensou numa introdução diferente, de fazer jornalzinho, porque antes nós fazíamos boletim.” (Walter)

“Primeiro o Jornal foi criado de uma forma empírica, nós não tínhamos jornalista, eu é que fazia o jornal, o que era um absurdo. A moça datilografava e distribuíamos a folha. Depois contratamos um jornalista, mais ou menos em 1986 e 1987, foi quando decidimos fazer o jornal.<sup>93</sup> A nova chapa entregava o Linha Viva, era um dia inteiro distribuindo e discutindo. Sempre tinha algo para dizer aos trabalhadores, era um período de muito embate.” (Glauco)

<sup>93</sup> O sindicato contrata o jornalista Gastão Cassel, que passa a elaborar o boletim semanal INFORMATIVO, o nº 0 (zero) de 24 de agosto de 1987. Em 2 de março de 1988 é criado o tablóide semanal Linha Viva, veículo de comunicação dos eletricitários de Florianópolis e região. O Linha Viva nº 57, de 29 de junho de 1989, passa a abranger todos os eletricitários de Santa Catarina, tornando-se o jornal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina.

“Então o Linha Viva serve tanto para informar, quanto para formar opinião. Um formador de opinião coloca uma série de questões maiores, não só da Celesc, não só da Eletrosul, não só da Gerasul, não só da APConstruções, mas de uma maneira mais global. Só que para o trabalhador nada substitui a informalidade das reuniões, principalmente na sala. Ele se sente mais a vontade. Numa concentração lá embaixo, no saguão da empresa, a pessoa não vai levantar o braço, é muito raro, para fazer uma pergunta. Sente-se até meio constrangida, muitos até não conseguem se expressar direito, têm uma série de dificuldades. Na sala é mais fácil porque a turma já se conhece, se tem dificuldade de falar, o outro complementa, porque estão vivendo juntos o problema. Isso é uma prática que não se pode abandonar. Ela é insubstituível, não existe papel ou documento que a substitua, porque na conversa tu abranges, abres outros caminhos. Quando tu fazes um documento, um jornal, eles não suprem todas as necessidades.

Na gestão de 1987 o Warnel ainda estava. Em parte ele sozinho fazia na Celesc esta comunicação direta com a categoria. Na Eletrosul eu não sei bem, na época estava Margarida, Glauco, Delman. O Mauro não estava, ficava mais na Aprosul. A inserção de vocês na empresa era bem diferente de hoje, existia mais comunicação sala a sala, vocês iam muito lá. Então, no fundo, o que o Warnel fazia na Celesc, e, também no início, o próprio Vitor, vocês faziam na Eletrosul, discussões nos locais de trabalho. Isso dava um respaldo maior para se fazer os movimentos.” (Édio)

“A entrada do pessoal da Eletrosul, que vinha lá do Rio, deu uma intensificação maior às lutas, politicamente era um pessoal mais esclarecido. Intensificou essa linha de ir para briga e introduz essa idéia na Celesc também. Na sede desta empresa já tinha um bom grupo propenso a isto, então começou a vir o pessoal todo.” (Walter)

“Nesse período o que passou a ser ponto de honra foi a questão da garantia de emprego. Ela começa a surgir na Celesc quando assumiu o PMDB, isso ficou claro para todo mundo. Gozado que as pessoas entendiam que, como haviam entrado por concurso na empresa, teriam seu emprego garantido. Quando começa todo aquele papo de demissões no governo Figueiredo, último da ditadura, fica claro que, apesar do concurso, essa segurança não existia. Os trabalhadores passam a lutar não só pela questão salarial, mas também pela garantia de emprego.

Os trabalhadores da Celesc fizeram grandes mobilizações até 1987. Quando vem o governo do PMDB, o terror é instalado na empresa com a administração Nogert Wiest, seguindo as ordens do “grande” coronel Pedro Ivo Campos. O que me impressiona na Celesc é o entendimento dos trabalhadores sobre o que é sindicato, considerado deles mesmo. Uma consciência de classe bem empírica daquela prática, muito interessante. Viam o Sindicato como aquele que conseguia garantir um mínimo de dignidade para o trabalhador. Isso é

quebrado em 1987. Quando íamos na Celesc, as pessoas, não todas evidentemente, mas muitas faziam que não nos viam, por medo de trazer problema, de serem demitidos.” (Glauco)

### **Tempos de grande repressão na Celesc**

“Em fevereiro de 1988, eu arregacei as mangas e mandei bala com o Isidro<sup>94</sup> e a turma de aposentados. Eu não sou aposentado mas estruturei junto o estatuto da Associação dos Aposentados da Celesc. Aprovamos em Assembléia que eu coordenei. Na época o presidente da empresa era o Nogert, e o diretor administrativo, que tinha vindo da Eletrosul, era o Schneider. Estava na data-base, e os aposentados tinham itens de reivindicação na pauta do pessoal da ativa. Nós estávamos fazendo um trabalho conjunto, o sindicato e a Associação dos Aposentados. Mas nós tínhamos a idéia de fazer o seguinte: na porta dos prédios de cada local de trabalho da Celesc, colocar aposentados que tivessem trabalhado lá. Eles iam chegar, as pessoas que trabalharam a vida toda com eles, que aprenderam com eles e dizer: ‘Escuta aqui, vais entrar? Essa luta que estamos fazendo é para vocês.’ Isso ia acontecer no estado inteiro. Acredito que tenha vazado esta informação para a direção da empresa. O que eles fizeram, não tinha estourado a greve ainda e eles me deram uma suspensão de 15 dias. Sabe o que eles alegaram? Que eu tinha saído do setor de trabalho sem a autorização do chefe para incitar os aposentados a participarem da greve. Isso porque teve uma reunião da Celos, que ficava no 6º andar, eu trabalhava no 7º.

Na reunião que ia fechar o acordo, a Intercel negociou as punições, tinham vários dirigentes punidos no estado. Na discussão eles foram resolvendo cada caso, quando chegou no meu o Schneider disse assim: ‘Esse cara, dentro de 90 dias, está na rua da Celesc, nós não vamos tirar a punição dele.’ Firmaram posição em relação ao meu caso. Só sei que, no final das contas, o Schneider saiu da Celesc antes de cumprir a promessa. Eu não fui demitido, mas aqueles 15 dias ficaram.” (Édio)

“Houve naquele tempo do Nogert Wiest um clima muito tenso. As chefias formaram um escudo na frente dele e faziam o que ele mandava, e os trabalhadores recebendo o tranco. Este presidente usou das chefias para impor aos funcionários que assinassem um abaixo-assinado desistindo da cláusula de garantia de emprego. Era época de data-base, e as negociações foram muito duras nesse ano. Por causa desse abaixo-assinado eu fui afastado da empresa por três meses. Os colegas estavam sendo pressionados a assinar um documento mas não queriam, e a empresa enfiava goela abaixo. Houve muito choro, muito nervosismo, foi muito difícil. Eu não assinei, mas tudo isso me chocou demais. Então, não induzido pelo

<sup>94</sup> Isidro de D. Dinheiro é aposentado da Celoso e um dos fundadores da Associação dos Aposentados, ADCeloso.

Sindicato, mas pelo senso de sindicalista não era mais, mas tinha esse senso, me senti na obrigação de defender os meus companheiros.

Foi no dia 14 de outubro de 88, eu estava no Sinergia, a Intercel reunida quando eu disse: ‘Eu vou no Tribunal dar o depoimento. Eu tenho que fazer isso porque foi enfiado de goela abaixo, isso eu não admito’. A direção da Celesc tinha entregue as mil e tantas assinaturas no Tribunal Regional do Trabalho alegando que o pessoal queria fechar o acordo sem a garantia de emprego, e os sindicatos não queriam. Lá no Sindicato eu ainda disse: ‘Eu vou dar esse depoimento, mas vocês vão agüentar a barra porque vem chumbo grosso para o meu lado, mas eu vou dar.’ Eles asseguraram, ‘Pode dar, nós seguramos.’ Naquele dia também faleceu um colega nosso, rapaz de 30 anos. Ele estava sendo velado no momento, isso ainda me chocou muito mais.

A diretoria da Empresa chegou a contratar um advogado que veio da Bahia. Lá no Tribunal estava o Sindicato de um lado, a Empresa de outro, o corpo de jurados na frente e a platéia cheia. O Nilo<sup>95</sup> disse que as assinaturas foram feitas por coação, por pressão e nada melhor do que um funcionário da empresa para dizer a verdade; e este funcionário estava à disposição. Quando o Schneider disse, ‘Isso comprova, Excelência, que o pessoal quer o acordo que nós estamos propondo’. O Nilo questionou: ‘Nada melhor que um trabalhador para dizer isso.’ A Ione, presidente do Tribunal, era resoluta e permitiu que eu falasse. Eu subi e disse, ‘Como disse o nobre diretor (falei mesmo assim para ele) houveram, realmente, várias reuniões na Empresa. Mas foram para coagir, pressionar os companheiros a assinarem este documento. Foi sob pressão que eles fizeram isto, porque houve muito choro e nervosismo. Muitos deles gostariam de estar aqui neste momento para dizer o que eu estou dizendo, que é a verdade. Foi assim que a direção conseguiu as assinaturas deste documento.’ Isso foi na frente de todo mundo, foi uma porrada. A cabo de 2 dias o meu contrato de trabalho foi suspenso, pretendiam provar uma justa causa alegando que eu tinha ofendido a direção da Empresa. Mais tarde foi provado que não houve ofensa.

Nilo e eu ouvimos aquela fita mais de 10 vezes no Sindicato. Ele constatou que em momento algum eu ofendi, só disse a verdade. Era só uma questão de provar a verdade. Inclusive já tinha mais de dez testemunhas, colegas de trabalho, que estavam dispostos a testemunhar a meu favor.

Fiquei suspenso 3 meses. Como eu sou optante pelo Fundo de Garantia só podiam me botar na rua por justa causa, eles teriam que provar. E como eles não conseguiram, uns 15 dias antes da audiência, o Nogert chamou o Mauro e disse: ‘Pede para ele fazer uma carta para

<sup>95</sup> Refere-se a Nilo Kaway Jr., um dos advogados integrantes do escritório jurídico que presta assessoria ao Sinergia e as Intersindicais da Eletrosul e da Celesc.

mim'. Eu fiz, tenho em casa, é só procurar, mas não me retratei. Quando fui entregar a carta eu repeti na frente dele o que tinha escrito, eu disse: 'Não estou aqui para me retratar, eu ratifico o que eu disse no Tribunal, e faria tudo outra vez.' Depois de uma hora de conversa, ele disse: 'Está tudo certo, pode voltar a trabalhar.'

Eu contei com o apoio de dois sindicatos, o de Blumenau e o de Florianópolis. Os outros sindicatos da Intercel estavam mal financeiramente, por isso não puderam ajudar. Quando a empresa me pagou, eu ressarci tudo.

Mas foi brabo, senti demais, emagreci muito. Eu levei uma semana para dizer para a minha família, eu não sabia como contar. Eu ia para o Sindicato como se fosse trabalhar, para eles não notarem. Depois é que eu reuni todos e expliquei. Era tudo já crescido e entenderam. 'O pai falou a verdade e mesmo assim foi punido?' 'Mesmo assim fui punido.' A maneira como a Empresa..., eu senti muito, foi humilhante, eles me humilharam. O Amauri, advogado da empresa, disse: 'Você é um cara de coragem para fazer isso daí.' Não foi coragem, era uma questão de obrigação. Eu tinha que fazer porque eu não concordava com o que estava acontecendo. Tudo isso me enalteceu, eu cresci perante meus companheiros. Não por uma meia dúzia, esses me criticaram. Mas tenho certeza que a grande parte me elogiou, porque ninguém teve coragem de assumir perante o Tribunal, perante o juiz, perante a direção da Empresa. Ninguém faz isso mesmo." (Walter)

### **Os trabalhadores da Eletrosul e as mobilizações**

"Na Celesc, com essa administração truculenta e repressiva do Nogert, é dado um corte. A categoria não morreu, não desapareceu, mas houve um baque. Porém, permaneceu o entendimento do que é sindicato, uma cumplicidade com a entidade. Na Eletrosul, na época, era o contrário, há uma aproximação muito grande com o Sindicato. Foi um processo surpreendentemente rápido. Em dois anos, quem nunca tinha participado de nada estava gritando palavras de ordem, fazendo várias greves. Foi uma politização meio depressa demais." (Glauco)

"A partir daquela de agosto de 1988 foi que nós, trabalhadores da Eletrosul, aprendemos a fazer greve. Também a dar importância, lidar e respeitar o Sinergia. Foi um período fértil para os trabalhadores e para o Sindicato. Esta greve teve uma grande participação, as pessoas estavam empolgadas de verdade, aprenderam o que era ser trabalhador. Em termos de Florianópolis, se formos conversar com trabalhadores de pequenas empresas, farmácia ou comércio, vamos perceber que ainda são obedientes, assim, têm que

obedecer ao chefe, aos governantes. Com essa greve, nós trabalhávamos de estatal, já começávamos a aprender diferente.

A cada dia somava mais gente. Eu via o envolvimento das pessoas, sentadas no sol e na chuva; foram muitas experiências diferentes para todos. Foi justamente nessa da URP que o pessoal fazia plantão à noite toda na Aprosul. Numa noite, minha filha tinha ainda 4 anos, eu disse para o meu marido, ainda era casada na época, que não iria ficar em casa enquanto meus colegas estavam fazendo plantão. Eu fui, lá encontrei o Vituri, nós trabalhávamos no mesmo departamento. Ele era o chefe, perdeu o cargo por ter participado da greves, aliás vários outros também perderam. Quando acabou a greve e retornamos, entramos cantando todos juntos. Essa foi a primeira experiência que eu tive.” (Albertina)

“O movimento de agosto de 1988 foi muito forte na operação (do sistema elétrico). A Eletrosul pagou a URP para o pessoal de Florianópolis, deu para todo mundo, só não deram para Tubarão, aí o pessoal ficou uma arara. Na realidade no começo até suportaram, porque foi prometido: ‘Não, vocês vão receber.’ Mas não recebiam, e o pessoal foi para a greve, depois entraram outros locais, mas a greve começou em Tubarão. Inclusive, na época, o Sindicato estava um pandemônio, tinha sofrido uma intervenção da base por causa da presidenta, que para si e pela Eletrosul ela era uma mãe.<sup>96</sup> Era uma espécie de junta governativa que estava tocando o Sindicato.

Quem fez essa greve, podemos dizer, foi o pessoal da operação, porque toda a Usina, o Complexo Jorge Lacerda, foi para a rua; somente o pessoal da operação permaneceu lá dentro. Quando o movimento terminou, esse pessoal saiu de manhã. Foi uma das coisas mais bonitas que eu já vi em toda a minha vida, o turno B saindo e o chefe de turno na frente com a bandeira brasileira, e nós esperando lá fora. Eu chego até a me arrepiar quando lembro.

Esta greve preparou a do final do ano, na data-base, novembro de 1988. Foi pesadíssima porque houve um embate violento e radical dos dois lados. Essa greve começou logo depois que terminou a de agosto, todo mundo em Tubarão tinha certeza, o chão já estava riscado. A de agosto houve a ocupação primária do pessoal de operação, em novembro a pelegada toda entrou. Por pelegada eu chamo os engenheiros, com honrosas exceções que eu não sei se cabe aqui citar, os engenheiros de Florianópolis que foram para a Usina. Era o tal Comando Delta, foi um confronto muito forte.<sup>97</sup>

Eu fui demitido antes do final da greve. Através de uma comunicação no jornal Diário Catarinense, exatamente no dia 15 de novembro de 1988, me chamaram para comparecer à

<sup>96</sup> O Sindicato dos Eletricitários de Tubarão era presidido por Ana Maria Tancredo, funcionária da Eletrosul que, por imposição dos trabalhadores, pediu demissão.

<sup>97</sup> Os grevistas chamavam de Comando Delta aos engenheiros da sede da empresa, que durante a greve foram para as áreas operacionais com a atribuição de garantir o funcionamento do sistema, não importando a que custo.

Usina para tratar de assuntos do meu interesse. É obvio que nem apareci lá. Eles continuaram fazendo notas, em primeiro lugar dizendo que tinham 15 demitidos, mas sem colocar os nomes; eu tenho todos esses documentos. Depois colocaram os nomes, quem é quem, dos 15 demitidos, todos da operação. Desses 15, dois eram engenheiros, os outros companheiros todos eram operadores de usina e subestação. Essa foi a história, fui demitido e depois revertido por causa da greve de fome.” Cláudio

“Na nossa greve de fome eu me recordo quando teve aqui o Meneguelli, casualmente tivemos bastante contato, porque ele dormiu na minha casa. O que mais chamou a atenção dele era esse nosso envolvimento emocional. Ele disse: ‘Eu nunca tinha visto isso, vocês choram, gritam, parece que tudo é a mesma coisa. O dirigente sindical não é igual à categoria, ele tem que ter uma proteção para não se entregar demais, tem que segurar as dificuldades.’ Nós não nos preparamos para atuar num momento mais difícil. Nós nos criamos e somos dirigentes sindicais dentro de uma regra estabelecida, quando foi modificada nós ficamos um pouco frágeis diante de tudo que estava colocado.

Olha, até casualmente, estou com uma lembrança recente da greve de novembro de 1988 porque fazem 10 anos, revi as fotos ontem. Eu me emocionei quando vi naquelas fotos uma situação que hoje não se vivencia mais e que foi muito marcante. Eu me recordo de um fato, até como exemplo, ainda em nível da Aprosul. Fizemos uma assembléia no antigo Rancho Alegre e tinham ônibus de Charqueadas, Salto Osório, Salto Santiago, foi uma concentração de pessoas de quase todos os lugares da Eletrosul. Era tanta gente, até na porta, que eu tive que pedir licença para conseguir entrar, não tinha nem mais lugar para sentar. Olha que não tinha em pauta nenhum item de reivindicação, de melhoria salarial, nada disso estava em discussão. Foi uma assembléia para deliberar e aprovar um documento pedindo o afastamento da diretoria da Eletrosul da época. Alguma coisa que, hoje em dia, a gente não consegue nem imaginar.

Depois também vieram os grandes movimentos do próprio Sinergia. Teve aquela greve do Plano de Carreira na Celesc, com aquela grande caminhada na Felipe Schmidt. O Sindicato era no edifício Dias Velho e, me recordo, jogavam papéis picados. A própria caminhada de Tubarão a Florianópolis em apoio à greve de fome, só o fato de se ter cruzado a ponte. Também nesta greve de 1988 Ulisses Guimarães veio aqui, na época estava como presidente da República, fizemos uma grande concentração na frente do Palácio do Governo. Foram momentos intensos e marcantes para todos que tiveram a oportunidade de viver, vão ficar marcadas para sempre.

Eu tenho a impressão que havia, tanto em nível de categoria como de diretoria, mais cumplicidade do que se tem hoje. Todo mundo se achava um pouquinho diretor ou delegado do Sinergia. Havia aquelas chamadas reuniões da ‘baixaria’, que juntava de 50 a 70 pessoas num sábado, das quais nenhum era dirigente, mas vinham discutir e contribuir com o Sindicato.

Hoje a impressão que eu tenho é que os dirigentes ficaram mais rotulados, identificados, o que não havia antes. Eu me lembro das mesas das assembléias, eram 20 ou 30 pessoas sentadas. Hoje você tem uns 30 na assembléia, isso quando tem. As intervenções do plenário tinha uma frequência enorme, eu me lembro de anotar 28 inscritos. Era fantástica a participação. Não falávamos em OLT mas, de fato, se fazia. Não sei se nos burocratizamos, nem sei, por estar bastante ausente da base eu não sei mais o que eles pensam de nós, antes eu sabia. As críticas eram mais diretas e as correções se davam num período mais curto. Às vezes corrigíamos o nosso rumo no portão, ou atravessávamos a rua e acertávamos as coisas. Hoje é na reunião, primeiro tem que decidir se entra na pauta ou não, ou será se vai ser bom discutir nessa semana, as pessoas estão tensas e sei lá mais o que. Antes a categoria e direção se confundiam, havia muito mais cumplicidade, eram mais próximas do que são hoje. Um outro exemplo que também me marcou muito, te lembra daquele churrasco depois de uma greve? Foi impressionante o que tinha de gente, nunca vi tanta. O companheirismo, também, o prazer das pessoas assarem, fazerem o churrasco para as outras. Até o Salomão caiu com o carro, te lembra, num canal? Hoje eu avalio que teríamos uma dificuldade em reproduzir. Era impressionante o que tinha de gente, eu acho que eu nunca vi tanta gente.” (Mauro)

### **Sinergia e a relação com o CNE, CUT e PT**

“Desde a primeira vez que eu ouvi falar do Comando Nacional dos Eletricitários, CNE como nós chamávamos, é que seria uma força que nós teríamos. A negociação em nível nacional era um peso, era a importância do trabalhador do sistema elétrico como um todo. A Intersul e o Sindicato negociarem também é importante, mas não dá projeção nacional.” (Albertina)

“Com os movimentos sociais sempre fomos solidários, nos relacionamos muito com o MST. Já em 1987 eles vieram à capital e nós ajudamos. Eu mesmo emprestei a minha barraca. Não me esqueço, perdi a barraca, mas, também, eles não tinham onde dormir.”<sup>98</sup>

O problema era com a CUT. Nós nos filiamos em 1989, até então não tínhamos ligação. Começamos a nos relacionar com outros sindicatos e tudo começou a mudar, do meu ponto de vista para pior. Existia uma divergência aqui no Sindicato, eu nunca quis a filiação. Eu tinha esse pensamento, nós discutimos e eu perdi, a maioria venceu; acabou-se, eu me submeti, tinha que existir democracia sempre. Mas depois que nos unimos à CUT, aquele trabalho de base que a gente entregava o jornal e conversávamos com a categoria nos locais de trabalho,

<sup>98</sup> No Linha Viva nº 10 de 18 maio 1988 consta a primeira notícia sobre reforma agrária e MST. Dessa época em diante os laços entre o Sinergia e o MST só aumentaram e se fortaleceram.

ficou mais esporádico. Os trabalhadores passaram a ir menos nas assembléias. Os diretores iam para os congressos, simpósios, tudo da CUT, e a categoria foi ficando de lado. Isso foi no Brasil todo, essa é a minha crítica. E também porque para a grande massa dos trabalhadores ficou que o sindicalismo se misturou com a política partidária, com o PT.

Naquela ocasião, Glauco, Margarida, Delman e outros, faziam um grupo e decidiram que o Vitor ia sair vereador. Eu conversei diversas vezes com ele e coloquei a minha posição bem clara: ‘Vitor nós te trouxemos para o Sindicato para cumprir os três anos de gestão. Os sindicatos dos eletricitários aqui em Santa Catarina estão crescendo assustadoramente’. Eu disse bem assim para ele: ‘Escuta bem, você é um cara superinteligente, com ótimos posicionamentos e tem muito mais a ganhar se completar mais dois anos. O movimento sindical nacional está começando a ficar na crista da onda, o movimento estadual disparou, quando você terminar a gestão pode sair do Sindicato e se candidatar a deputado estadual. Aí, você será um grande parlamentar.’ Nós perdemos um baita cara pela precipitação.

Vitor foi eleito vereador por causa das greves, isto não dá para esquecer. Eu conhecia o pensamento de um quilo de pessoas, achavam que o Sindicato estava misturando com política partidária. Eu também achava mas discutia com elas que não era bem assim, aquele negócio todo... Mas o Vitor pediu licença do Sindicato e foi fazer o trabalho dele, sempre foi um batalhador. Agora, o Mauro também se elegeu vereador por causa das greves, mas fez completamente diferente, não se desligou do Sindicato. Nessas últimas eleições para deputado estadual, ele não se elegeu porque não tinha greve. Eu nunca concordei com isso tudo mas só que sempre defendi o lado deles. Como pessoa o Mauro é um cara espetacular. Eu gosto da Margarida para caramba, do Glauco, do Vitor então nem se fala. Uma coisa não tem nada a ver com outra, entendes como é o meu ponto de vista?” (Warnel)

“Veja só, eu conheço o Vitor e a postura dele não muda, é aquela sempre. Se a gente pudesse confiar nos políticos como eu pude com o Vitor, ele nunca me decepcionou; Mauro também não. Gostaria que todos que estivessem no poder tivessem a postura deles, seria tudo bem diferente.” (Walter)

### **Tempos de grande repressão na Eletrosul**

“Bem, mas como eu me referi antes, com o pessoal da Eletrosul foi um crescimento meio rápido demais. As pessoas participavam, mas nem sempre a participação reflete um nível de consciência política clara, podem estar lutando por uma questão imediata, para colocar uma grana no bolso. Isso não quer dizer que esteja vinculada a um processo maior de superação das contradições existente do ponto de vista de classe. Penso que foi mais ou menos isso que aconteceu. Claro que ninguém faz greve porque quer tensão e enfrentamento, mas porque é

necessário. Então, depois de todo aquele conflito que a gente vinha vivendo, foi um alívio quando chegou o Fernando Bastos.<sup>99</sup> Recebia todo mundo e conversava. Não fazia aquelas jogadas de mesa de negociação, de colocar obstáculos para depois tirar e conceder o que imaginava. Toda aquela jogadinha que se conhece. De alguma maneira demonstrou que, havendo algum respeito entre as partes, pode haver negociação. Não sei se isso contribuiu para o pessoal da Eletrosul recuar, achar que não é mais hora de brigar. Penso que recuaram e tudo mais, quando saiu o Fernando Bastos, que adotou essa atitude muito criticada pelos seus companheiros de direita, e entra o Gazaniga.” (Glauco)

“O episódio da relação do Sindicato com a administração Fernando Bastos foi atípica, tanto é que, nessa mesma época, já se tinha uma organização a nível nacional e não se teve notícias que outra empresa do grupo Eletrobrás tivesse tido um período de tanta harmonia. O Fernando Bastos, quando foi convidado para presidir a Eletrosul, veio rotulado como um péssimo político. Tinha acontecido, recentemente, aquele episódio do piano, onde ele foi chamado de pianista. Penso que ele estava se sentindo muito abaixo do que qualquer cidadão gostaria de estar. Foi logo após as fortes greves de 1988 com a Eletrosul, tinham aquelas demissões de Salto Osório, de Salto Santiago, também a questão do pessoal contratado. Ele estava entrando numa empresa conflituosa, num pique de mobilização muito forte, e ele trazendo no seu currículo esse passado. Eu acho que se há mérito, se é essa a expressão que pode ser usada, ele foi o seguinte: ‘Eu estou entrando nessa panela de pressão e já estou muito lanhado. Eu quero me acertar por aqui de forma que eu possa resgatar um pouco da minha dignidade como pessoa, como político.’ Ele realmente fez um esforço pessoal, ele programou para que no período que permanecesse na Eletrosul conseguisse evitar qualquer tipo de citação, qualquer tipo de comentário em relação à sua pessoa, e nesse aspecto se saiu bem; o que eu estou colocando aqui nunca conversei com ninguém, é uma avaliação pessoal. Criou um relacionamento bastante harmonioso entre o Sindicato e a Eletrosul, corrigiu e cicatrizou várias feridas, admitiu todos os contratados, e reverteu as demissões das greves, o que estávamos com muita dificuldade em conseguir, isso ele soube fazer. Ele saiu quando entrou o Collor, até me recordo do seu discurso de saída, ‘Se for para enxugar a Eletrosul, para demitir, eu não fico.’” (Mauro)

“Entra o Collor com um projeto definido e coloca na Eletrosul o Gazaniga. Volta a truculência e se parte para o embate. Já estava em gestação um processo de unificação das classes dominantes aqui no país, eles vieram com força. Os trabalhadores foram recebendo porrada, se desgastando e ficando com medo. Tínhamos conseguido um avanço relativo nas mobilizações e no nível de sindicalização, mas não houve uma discussão mais profunda de

<sup>99</sup> Refere-se ao Fernando Bastos que presidiu a Eletrosul de junho de 1989 a maio de 1990.

enfrentamento da própria estrutura sindical para enfrentar. Fomos mais ou menos nos acomodando. O nível de conscientização não foi do tamanho das mobilizações, atingiu no máximo uns 30% da categoria, os que sabiam o que estavam fazendo e tinham grau de politização. Na maioria do pessoal predominava o sentimento de impotência, ‘não adianta brigar, a gente tem é que negociar mesmo.’ Só que é uma negociação já definida a princípio entre perdedores e vencedores, de fato não existe negociação.” (Glauco)

“Uma outra questão, que não tivemos muita noção na época, é que as greves que fazíamos tinham reivindicações economicistas, ganhávamos algum dinheiro, por exemplo, no caso da URP. Os movimentos não tinham só esse objetivo mas, de uma certa forma, se fortalecia por isso também. A partir de 1990, com o Collor, o país começou a tomar outro rumo. O Gazaniga entra na Eletrosul, e as greves não tinham mais o caráter economicista, começaram a buscar outros direitos, outras alternativas para o trabalhador. E as pessoas começaram a ter medo.” (Albertina)

“Nós temos que nos encontrar neste período todo. Atuamos num sindicato com uma categoria de classe média, vinda com uma formação técnica muito acima da média, sem nenhuma vivência com demissão, com rotatividade. Esse era o nosso *habitat* até a entrada do Gazaniga, do Collor. Evidente que os dirigentes sindicais não são diferentes, e como a categoria, nunca se prepararam para uma outra questão, a que começamos a viver a partir de 1990.

Não são bons momentos. O Gazaniga teve como atribuição preparar toda a política, a tática, os mecanismos que viessem a desaglutinar os trabalhadores, enfraquecer o movimento sindical, e criar dificuldades para um programa futuro contra a privatização. O movimento sindical eletricitário foi o primeiro a se rebelar, fez a primeira greve do governo Collor. O Gazaniga veio com a incumbência de acabar com isso. Naquele início dos anos 1990, também, nós fizemos um grande encontro em Brasília, com mais de 200 pessoas, para discutirmos a reestruturação do setor. O governo tinha a intenção da privatização clara na cabeça e percebia que um dos grandes focos de resistência estava, exatamente, dentro dos setores elétrico e de petróleo. Eu não tenho a menor dúvida que as dificuldades que nós passamos, os canais de diálogos que foram fechados, tudo isso ia nos conduzindo a um brete, e por trás estava o Programa Nacional de Privatização.

A Eletrosul, com toda a reforma administrativa feita pelo Gazaniga, se esmerava para ser a empresa modelo do setor elétrico, não no bom sentido, mas naquilo que eles estavam querendo fazer. Isso implicou na grande queima de papéis e da identidade dos trabalhadores. Imagina quem estuda, quem é profissional, quem gosta do que faz, quem projetou a turbina da usina de Passo Fundo por exemplo, de repente pegar a pasta de desenho daquela turbina e botar lá embaixo para ser queimada? E ainda dizerem para ele que aquilo é importante, que está

limpando as suas gavetas? Justamente é para a pessoa perder completamente sua identidade, não ter mais prazer e amor pela empresa. Não tendo nem o prazer e nem o amor, ela é uma pessoa descolada de uma luta futura. A direção da Empresa trabalhou com muita competência, cortaram a relação que as pessoas tinham com a Empresa, porque elas eram muito Eletrosul, trazendo conseqüências, lógico, para o Sindicato. E deu no que deu.” (Mauro)

“O Gazaniga entrou acabando com tudo que os trabalhadores por anos tinham construído. Por que isto no meu ponto de vista? Para fragilizar o Sindicato. Como é que tu vais fragilizar o Sindicato? Uma das formas é através da violência pura e simples que houve. Isso foi o que mais me marcou. A gente sabe que os patrões sempre foram muito violentos, mas era mais localizada e pontual. Mas a violência que eu vi por ocasião da gestão Gazaniga era no atacado, pegava a todos indiscriminadamente, com exceção dos convenientes à Empresa é claro. Foi uma das coisas que mais me marcou e, olha, eu já fui até posto na rua pela Empresa.

Tudo isso abalou a categoria e, tremendamente, o Sindicato. Este não soube se contrapor e os trabalhadores sentiram isso. No começo até tiramos algumas greves, inclusive vitoriosas. Eu me lembro da greve de junho de 1990 que a Empresa disse: ‘Então, vocês voltam a trabalhar para a gente conversar.’ Mas não conversaram, voltamos à greve em agosto e foi uma covardia, sopa no mel. Duas coisas importantíssimas que se deram, primeiro a violência desmedida da Empresa, segundo porque não cumpre um trato. A palavra assinada é etérea, a Empresa não honra a sua palavra. Aí teve mais uma coisa, veio mais uma reforço à violência, que, na verdade, estava escudada na do Estado, na sua pior forma que é a violência da justiça. A empresa dizia: ‘Não quero, não discuto e vamos para o TST’. No TST era uma razia. Isso arrasou com o Sindicato, porque fora disso o que vamos fazer? Luta armada? Sinceramente até hoje eu penso, o que que nós poderíamos ter feito? A violência era muito grande e para responder só com uma igual ou maior. Não tínhamos cacife para isso de forma nenhuma. Mas isso foi o começo da violência, depois veio mais.

Aí é que eu veio a grande falha nossa. Além de nós não termos forças, condições concretas de nos opormos a tudo que estava nos atingindo enquanto trabalhadores, o movimento sindical não tinha teoria nem prática. O Sinergia se redou na sua própria prática passada. Eu não estou invalidando greve como arma do trabalhador, jamais, mas não é a única. Nós falávamos em termos de greve, as nossas práticas eram conhecidas. Tentávamos outras ações, tínhamos idéias, mas não prosperavam. O exemplo mais claro que eu vejo é a Intersul, que já foi muito forte e, hoje, é lastimável, dá pena. Então é isso, as coisas não progrediram, teoria e prática e alguma covardia também.

O que eu falei, tomando de exemplo a Eletrosul, vale para o Brasil inteiro e para a América Latina. Pelo o que ouvimos dos companheiros argentinos, nas muitas palestras de outros sindicatos, petroleiros, metalúrgicos, pessoal dos engenheiros do Rio de Janeiro,

Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, o pau pegou em todo mundo. Pegou em uns mais porque eram mais ativos, pegou em outros menos porque eram menos ativos.

O eletricitário no tempo do Gazaniga, se perguntassem: a saída é para onde? Uns responderiam, ‘eu vou abrir um açougue’; ‘eu vou abrir uma padaria’; ou ‘vou para o Rio Grande do Norte’; ou ‘eu vou me encostar em outra mulher’; ‘eu vou fazer alguma coisa’. Eu não conheço um que tenha proposto algo conseqüente, sempre saídas individuais. Isso se deve, no meu ponto de vista, à violência de estado. O movimento sindical não estava preparado e a categoria muito menos. Eu não estou querendo ser foquista ou vanguardista, não me entendo por leninista, mas o sindicato é uma vanguarda. Se esta está desbaratinada, o que eu vou falar do pessoal de base? A vanguarda da classe trabalhadora se preparou de acordo com ambiente varguista para reivindicar, mesmo o Sinergia. Nós éramos excelentes mobilizadores para reivindicar, jamais passamos disso. Nós não tínhamos a teoria e, portanto, não podíamos implementar uma prática. O estado propôs o seguinte: ‘Eu vou disputar o poder que vocês supõem que têm, agora vamos ver quem é quem. Gazaniga, vá lá.’ E ele veio, e quem é que tem o poder? O Gazaniga mesmo.” (Cláudio)

“Uma palavra pesada mas era uma coisa sentida, era opressão. O Gazaniga por si só, a figura dele, era uma pessoa que oprimia, demagogo. Ele mandava os empregados fazerem faxina para limpar a Eletrosul, botava os móveis para fora, fazia as listas de demissão e, no dia seguinte, fazia festa no saguão, trazia um grupo de amiguinhos que ficavam tocando tambor. Ele era mesmo uma figura comprometida com a parte mais nefasta da sociedade que nós temos. E eu me pergunto, porque o corpo gerencial nesse momento se tornou tão servil a um ditador? Você vê que está acontecendo tanta coisa ruim, e você segue aquele tipo de pensamento, de comportamento. Eu acho isso tão triste.

As listas de demissão eram terríveis, cada empregado achava, ou queria achar, que nunca seria o nome dele. Nós soubemos que eles, decidindo quem ia para a lista, eliminavam, ‘essa não porque tem filho’, ‘essa não porque o marido está desempregado’, ‘essa não porque se sustenta’, ‘essa pode porque tem quem a sustente’. As pessoas procuravam padrinhos políticos para tirar o seu nome da lista. Eu me lembro de uma colega, muito chegada a gente, que tinha saído da lista por intermédio de um político. Uns criticavam e outros não, mas no teu caso, o que você faria? Infelizmente, também, acabou sendo criado um espírito cruel, a gente percebia que as pessoas ficavam aliviadas quando viam que é ele que vai, não sou eu. Foi um período fatídico, triste e horrível.” (Albertina)

“A era Gazaniga eu considero uma das mais marcantes para o Sindicato. A gente já tinha tido na Celesc uma experiência com o Nogert Wiest. Mas na Eletrosul foi pior, ele era um ditador, extremamente sarcástico e inconseqüente nas suas ações, disposto a tudo para se manter no poder. Uma coisa é teu inimigo de classe que não tem muita cara, que está lá longe,

outra coisa é aquele que você vê todo o dia, de gravata, fazendo o que está fazendo na sua cara; não foi uma boa experiência. Só é bom para deixar claro quem é quem; uma pessoa sem mediação nenhuma, na realidade era um capataz, sujeito troncho, de nível cultural baixíssimo. O período foi o que de pior se teve em termos de repressão e autoritarismo. Fico imaginando um indivíduo desse na época da ditadura militar, não ia ter limites, ia estar mandando prender, bater, torturar, porque é bem do estilo dele. Mas do nosso lado serviu para demonstrar todas as nossas debilidades e as fraquezas do enfrentamento e, também, as humanas, porque as pessoas não têm um limite de resistência muito elevado. Acho que esse período da Eletrosul pôs a prova os limites humanos. Se a pessoa não tem algumas questões individuais mais definidas, fraqueja. Foi revelador por isso, as limitações que temos enquanto entidade que quer representar e contribuir para que as pessoas resistam a isso.” (Glauco)

“Foi um período que acabamos perdendo a garantia de emprego, que era fundamental. Depois disso as pessoas recuaram firmemente. Do ponto de vista dos grupos dominantes, não podia ter sido melhor do que colocar um camarada como o Gazaniga, disposto a cumprir ordens e fim de papo. Foi um período muito marcante para a categoria e uma experiência bastante diferente para nós do movimento sindical. O Gazaniga conseguiu acabar com a auto-estima das pessoas, e com isso mexer com a alma delas, tendo conseqüências nas nossas lutas seguintes contra a privatização. Nós não conseguimos evitar as demissões e derrotar, digamos assim, o Gazaniga. Mas marcamos resistência e tivemos alguns avanços, que as coisas não fossem muito mais graves do que foram. No começo ainda conseguíamos algumas mobilizações, depois da perda da garantia de emprego foi uma dificuldade. O Sindicato fez o diabo, lutou sozinho nessa peleia. O sentimento que ficou foi de derrota. E isso tudo teve uma enorme influência já a frente, na campanha contra a privatização. Com o Gazaniga nós tivemos uma relação extremamente conflituosa, ele nunca respeitou a organização dos trabalhadores, sempre procurou desqualificar. Tudo isso levou o Sindicato, de alguma forma, ao estado não de pânico mas ficamos estarecidos. O que fazer então? O que fazer depois da demissão para reerguer essa categoria que foi atacada na sua alma? O que fazer com os diretores do Sindicato para que não se sentissem derrotados? Como articular a partir de agora para poder enfrentar outras coisas que a gente sabia que viriam? Então, veio o processo de privatização.” (Dinovaldo)

“Quando começou, a partir de 1990, o nosso enfraquecimento, buscamos, e eu não estou condenando, ampliar a nossa área de atuação. Nós estávamos bem organizados, estruturados, tínhamos pessoas bem intencionadas e com boa formação. Poderíamos atender a demanda da sociedade, não tão vinculada à questão corporativa de defesa da empresa pública, salário, plano de carreira. Foi uma opção que se fez, legítima e feliz, de prestar serviço não diretamente vinculado à categoria. No auge de nossa atividade sindical não tínhamos pensado

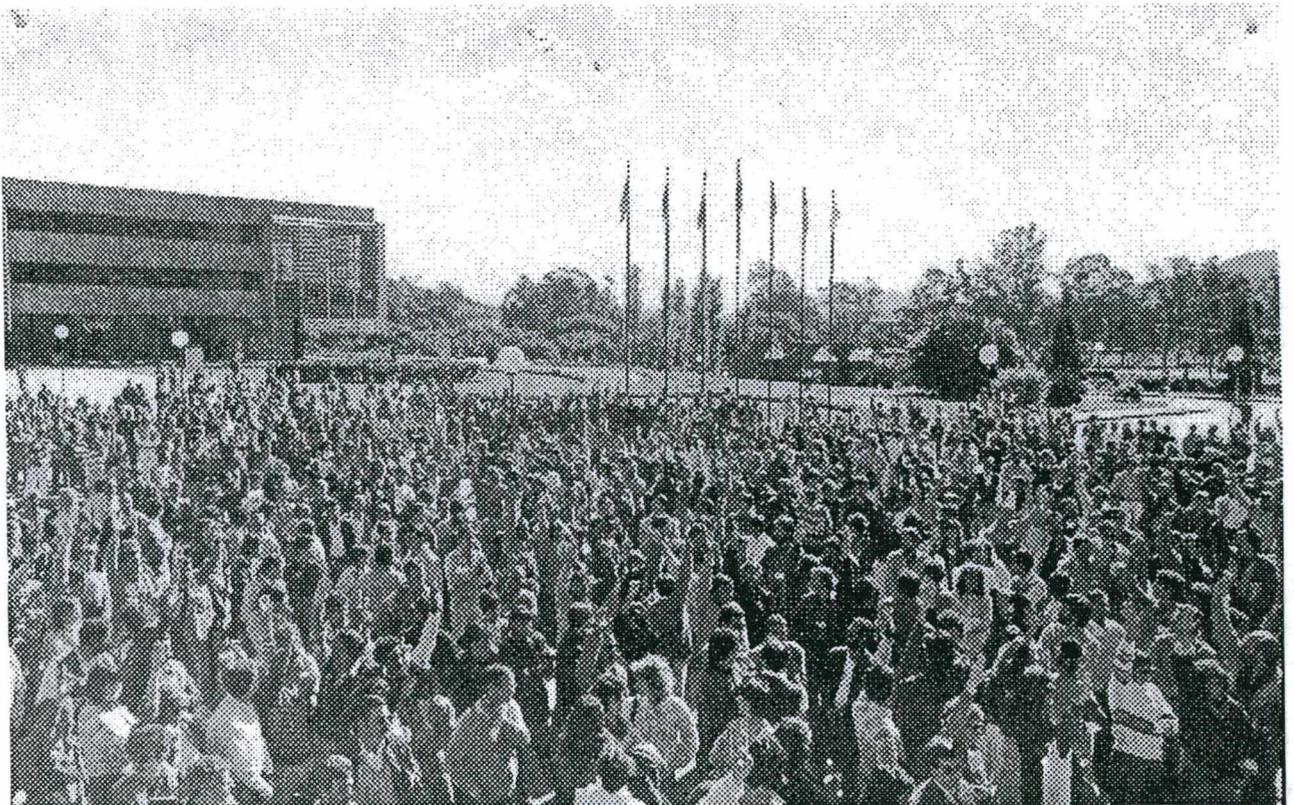
nisso, mas nesse momento buscávamos um espaço que nos desse um sentimento de utilidade. Até como cidadão não nos sentíamos bem em termos uma estrutura sindical forte e optamos, volto a insistir que corretamente, em direcionar um pouco daquilo que tínhamos acumulado para aqueles segmentos que não estavam tão organizados, que necessitavam, inclusive, do nosso auxílio.” (Mauro)

“Nessa época nós já falávamos muito de Sindicato Cidadão, essa palavra já estava mas não se tinha a noção exata do que era, que diabo é isso?” (Vieira)

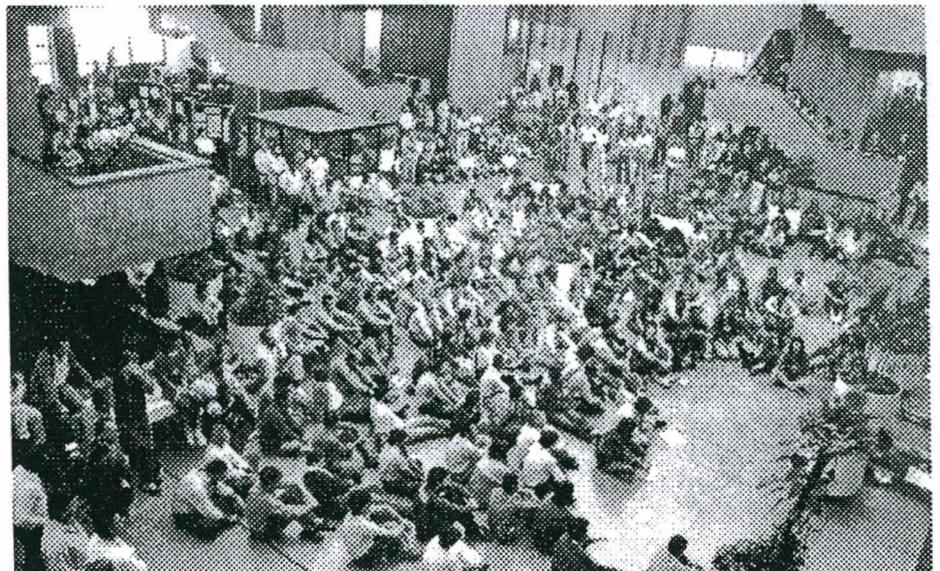


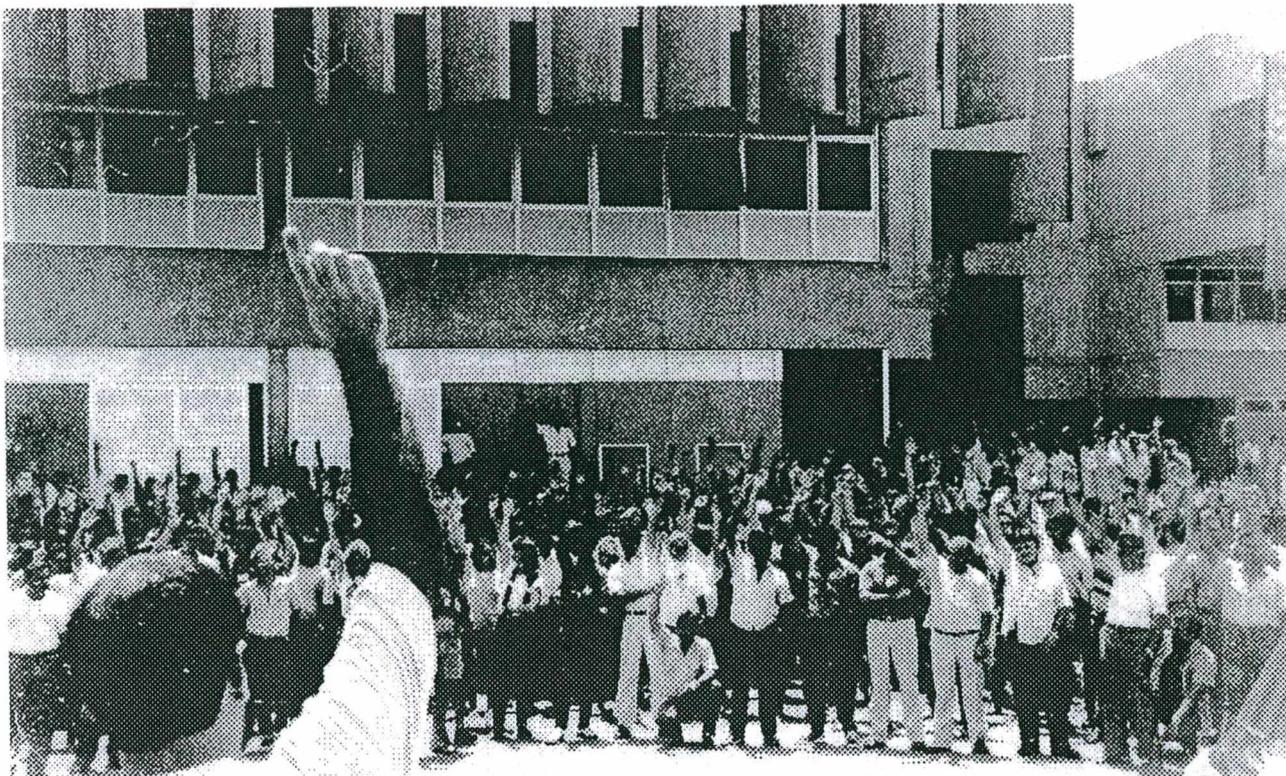
Greve de fome dos empregados da Eletrosul em 10/88, na Assembléia Legislativa

assembléia na Eletrosul em 22/5/90 contra demissões e em defesa do sistema elétrico

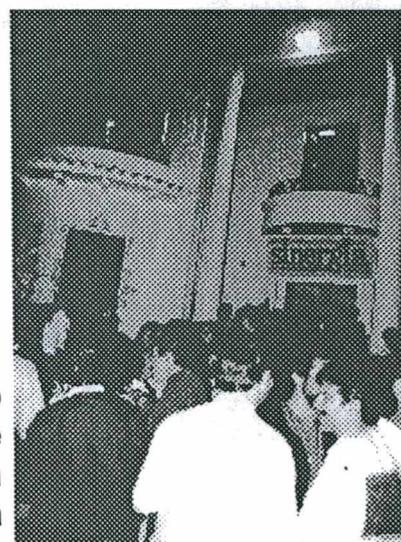


Durante greve na Eletrosul - de 31/7 a 30/8/90 - empregados discutem sistema elétrico

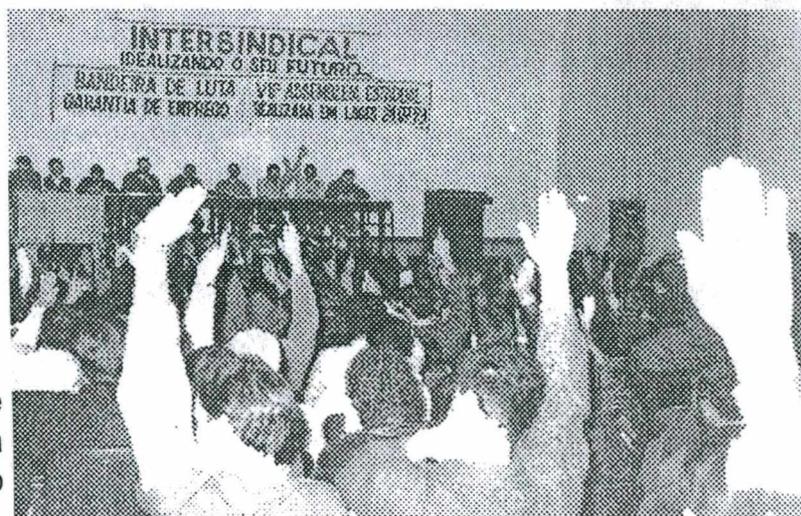




assembléia estadual da Celesc  
em 31/10/90 para definir greve e  
campanha salarial



Aniversário do  
Sinergia sempre  
comemorado com a  
categoria



Assembléia estadual/Celesc,  
em Lages, dia 24/7/93 que  
unificaria a pauta da  
campanha daquele ano

## CAPÍTULO II

### O Sinergia privilegiando as instâncias institucionais (1990-1996)

#### Ecos do silêncio

O que será que acontece conosco,  
Quando nossos olhos e almas torturados  
Clamam por justiça;  
Dormente estamos?

Temos feito tão pouco. Inconscientes (?)  
Negociamos nossa consciência.

Nosso país está mergulhado num mar  
De corrupções. Defronte de nossos olhos  
Os urubus desfiam suas carniças.

Mágicos do poder burlam decretos,  
Atrofiam normas e regulamentos  
Para contento dos mesmos,  
Sempre os mesmos!

O que será que acontece conosco,  
Quando nossos olhos e almas torturados  
Clamam por justiça;  
Dormentes estamos?

Dinovaldo Gilioli  
(Linha Viva n. 4, 23/03/88)

### As transformações na segunda metade do século XX

No final da década de 1960 os movimentos sindical e social confrontam-se com o capital, representando um momento de importância ímpar para os trabalhadores. Mobilizações de massa com caráter anticapitalista são constantes, entre eles destacam-se as greves na Alemanha do final daquela década. De fundamental significado porque o movimento sindical alemão, na época, caracteriza-se mais por conciliação do que pelo confronto. Outro exemplo é a greve de maio de 1968 na França, na qual operários e estudantes unem-se num vigoroso movimento.

No Brasil, esse processo crítico é evidenciado um tempo depois, no final dos anos 1970. Esses radicais movimentos de massa questionam o lucro do capital e o intenso processo produtivo, que implica um volume crescente de produtos, os quais mercado de

consumo passa a não ter condição de assimilar, apresentando sinais de saturação. Assim, coloca em xeque a organização de trabalho taylorista/fordista, implementada no período entre as duas Guerras Mundiais.

Neste confronto, os trabalhadores são derrotados e o capital dá a resposta de maneira bem capitalista. O ideal para o capital seria acabar com o trabalho vivo, mas, na sua impossibilidade, o reduz ao limite possível, explorando-o ao máximo. Nessa perspectiva é que o capital constrói a resposta à sua crise estrutural: o processo de reestruturação produtiva e a implantação de um projeto político-ideológico, o neoliberalismo. Estes somam-se e complementam-se, trazendo conseqüências nefastas ao mundo do trabalho, impondo desafios ao movimento sindical.

A reestruturação produtiva, em breves considerações, questiona o taylorismo/fordismo. O taylorismo, com padrões rigorosos de tempo controlado pelo cronômetro e estudo do movimento, firma-se como uma poderosa ideologia para administrar indústrias de bens de consumo duráveis, produção em série através de linha de montagem. De outra maneira, os princípios tayloristas são incorporados aos sistemas automáticos de produção criados por Henry Ford, fabricante de automóveis que formula premissas que marcam um novo período do capitalismo. O especial em Ford

“era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.”<sup>1</sup>

Sua preocupação prevê a defesa de salários mais elevados, “recompensa” pela disciplina e pela estabilidade da força de trabalho numa empresa racionalmente organizada, e, principalmente, para criar um mercado consumidor de toda produção em massa. O fordismo, muito mais que produção em massa e linha de montagem, imprime um jeito característico de viver, transformando-se num modo de vida.

O mundo, então, vive neste final do século XX um processo de acentuada “globalização”, onde a presença do capital internacional é cada vez mais nítido. O capital não tem pátria nem território, o que importa é a procura pelo lucro. Todavia, o capital tem destino, tem nome, é Bill Gates, é Rothchild, portanto tem pátria.

---

<sup>1</sup> HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 121.

Neste mundo sem fronteiras, de crescente compressão do tempo e do espaço, a novidade tecnológica nasce velha, tudo se modifica com uma rapidez impressionante. O descartável passa a ser o caráter impresso às coisas, às pessoas, às relações sociais, enfim, é a marca da sociedade. As transformações sociais, provocadas pelos avanços tecnológicos, perpassam toda a sociedade. O taylorismo e o fordismo não são os únicos processos produtivos, mesclam-se com o neofordismo e o neotaylorismo. A rigidez do binômio vem sendo substituída ou combinada por novos processos de trabalho, buscando, através da flexibilização, maior produtividade e a adequação da produção ao mercado. Harvey denomina de acumulação flexível o processo produtivo que

“caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.”<sup>2</sup>

Entre essas experiências de acumulação flexível, o toyotismo tem sido apontado como exemplar pela revolução técnica que causou à indústria japonesa e pela sua potencialidade de propagação. Uma sugestiva síntese dos traços constitutivos básicos do toyotismo, que repercute não só no setor industrial mas em toda sociedade, nos é dado nesta citação:

“Seus traços constitutivos básicos podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série e de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para reposição de peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do

---

<sup>2</sup> HARVEY, *op.cit.*, 1993, p.140.

final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o *kanban* estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda.”<sup>3</sup>

Sobre os novos processos de trabalho emergentes e suas conseqüências para o mundo do trabalho, Antunes esclarece:

“Ensaíam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) são expressão visível não só no mundo japonês mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O ‘toyotismo’ penetra, mescla-se ou mesmo substitui, em várias partes, o padrão taylorismo-fordismo. (...) Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas do mundo do trabalho são substituídos e eliminados do mundo da produção. Substitui-se (ou mescla-se, dependendo da intensidade) o despotismo taylorista pelo estranhamento do trabalho levado ao limite, por meio da apropriação, pelo capital, do saber e do fazer operário. Este pensa e faz pelo e para o capital. É a manipulação da fábrica levada ao extremo.”<sup>4</sup>

Ainda no fordismo, a idéia geral passa pela centralidade, homogeneidade, padronização, sociedade de massas, ausência de escolha e totalitarismo. Com o advento das sociedades tecnificadas, com a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, é passada a idéia de descentralização, individualidade, integralidade, liberdade, proporcionando aos indivíduos, a cada momento, uma aparente alternativa de escolha.

A dinâmica econômica ainda revela outros aspectos. O que se vê nos tempos atuais é uma crescente concentração de empresas, formando os conglomerados transnacionais que exploram, cada vez mais, uma fatia do mercado mundial, tais como a indústria de confecção, alimentação, bens culturais, só para citar alguns aspectos. A concentração é uma

<sup>3</sup> ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995, p.26.

<sup>4</sup> ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: Antunes (Org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Jinkings, 1997, p. 72.

resposta à exigência do mercado e significa controle. Os conglomerados transnacionais são, também, instâncias mundiais de cultura; sua hegemonia sufoca outras instâncias cujo raio de ação é limitado, como tradições populares, escolas e sindicatos. Esses conglomerados vêm como uma avalanche, mudando hábitos, costumes e tradições, abafando a história, sufocando e desviando os reais atores de cada local.<sup>5</sup>

Este vasto processo de reestruturação produtiva do capital tem implicação direta e determinante nos que vivem da venda da sua força de trabalho, interferindo na sua materialidade e, também, na sua subjetividade. O cenário de fundo é o crescente desemprego, alastrando-se a passos rápidos, significando para os desempregados a diminuição ou a impossibilidade de conseguir um posto de trabalho. Para aqueles que ainda têm emprego, implica constante ameaça de perdê-lo, além da intensificação no processo de trabalho e de uma contínua desqualificação e requalificação exigidas no atendimento às novas necessidades. O trabalho formal com prazo indeterminado é radicalmente diminuído. Cresce o trabalho terceirizado, de tempo determinado, salário inferior e flexibilização ou corte de direitos e conquistas. Além disso, amplia-se o trabalho informal, sem carteira assinada e sem mínimos direitos. Tudo isso concretiza a precarização do trabalho, deixando a classe trabalhadora cada vez mais fragmentada, heterogênea e desmobilizada; o movimento sindical passa a atuar na defensiva e de maneira desorganizada.

Em relação ao neoliberalismo, este ganha terreno com a crise nacional-populista, com a derrota do socialismo, tendo semelhanças e diferenças com o liberalismo:

“Embora o neoliberalismo tenha com o liberalismo algumas posições doutrinárias em comum, os efeitos que ambos exercem sobre a estrutura social e sobre a economia são bem diferentes. A imposição política de um modelo econômico pré-industrial (neoliberalismo) sobre uma formulação social avançada exerce efeitos aberrantes na economia e na sociedade. Ela desarticula os setores econômicos e as regiões interligadas, e, ao, mesmo tempo, marginaliza e exclui as classes produtivas (operários e fabricantes), fundamentais para o mercado nacional”.<sup>6</sup>

A implantação pioneira desse projeto vem com a eleição do governo Thatcher em 1979, na Inglaterra. Este governo empenha-se em colocar em prática e de maneira pura o programa neoliberal:

<sup>5</sup> Verificar em ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, cap. V.

<sup>6</sup> PETRAS, J. *op.cit.*, 1997, p.17.

“contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente - esta foi uma medida surpreendentemente tardia -, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.”<sup>7</sup>

Este momento inicial do neoliberalismo passa a ter a chancela norte-americana, culminando em 1980, com a vitória de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos. A orientação americana é diferente da implantada anteriormente, agora o alvo neoliberal passa a ser a União Soviética, onde pretende quebrar a economia, derrubando, deste modo, o regime pós-capitalista. Este governo na adoção das medidas neoliberais

“(…) reduziu impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decisivamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política.”<sup>8</sup>

O neoliberalismo continua a sua expansão por outros países europeus, tais como França, Espanha, Portugal, Itália e Grécia. Em síntese, este projeto político e ideológico é implantado em praticamente todo mundo e com intensidade variada, suas características gerais não fogem do receituário: crescimento das taxas de juros, controle sobre a emissão monetária, redução dos impostos sobre capital especulativo, crescentes taxas de desemprego, repressão às greves, medidas visando o controle sindical, cortes nos gastos sociais e implantação da privatização. Busca um capitalismo sem nenhuma forma de

<sup>7</sup> ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.12.

<sup>8</sup> ANDERSON, P. 1995, *op.cit*, p.12 e 13.

regulação, atacando tudo o que vem do mundo do trabalho para que não seja dificultada a liberdade do mercado, a circulação de capitais, o projeto ideo-político-repressivo.

Os controladores e fiscalizadores das práticas neoliberais, em nível mundial, são o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), herdeira do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

A onda neoliberal atinge a América Latina pelo Chile, durante a ditadura de Pinochet, tendo como alvo o movimento operário. A nova política para ser implementada não mede esforços em quebrar o foco de resistência, ou seja, o forte movimento dos trabalhadores neste país. A Bolívia é o país seguinte em 1985, seguida do México, com Salinas em 1988. No ano seguinte o neoliberalismo é implantado em dois países, na Argentina com Menem, e na Venezuela com a reeleição de Carlos Andrés Peres; em 1990 chega a vez do Peru com Fujimore, e do Brasil com Fernando Collor de Mello.

Os governos da América Latina, tendo como desculpa a necessidade de enfrentar a crise geral que assola os países, sob orientação do GATT, têm executado, exemplarmente, as políticas exigidas pelo neoliberalismo. Com isso, o povo latino-americano não escapa das transformações neoliberais em seu sistema ideológico, político, social e econômico. Ilustra essa ação o privatismo que ocorre na América Latina: dá-se, num primeiro momento, de maneira doméstica, de meados dos anos 1970 a meados dos anos 1980, através de privatização de pequenas empresas. Os compradores são grupos nacionais ou estrangeiros instalados no país e sem a participação do grande capital internacional. O segundo momento é caracterizado pela venda de grandes estatais, compradas por poderosos grupos econômicos, aberto ao capital internacional e havendo a transferência do setor público para o privado.

No Brasil não é diferente. Desde a ditadura militar, passando pelo mandato “democrático” de José Sarney, o terreno começa a ser preparado para que a ideologia neoliberal, decisiva nos países desenvolvidos, tivesse terra fértil para sua pregação anti-social.

Nas eleições de 1989, o projeto democrático e popular das esquerdas brasileira é derrotado. O governo de Collor de Mello assume e deflagra o processo. O país, também, é aberto à reestruturação produtiva ensaiada no governo anterior, mas agora entra para valer. No caso brasileiro, esta reforma do capital tem como característica o predomínio do taylorismo fordista. Porém com grande inflexão de elementos do toyotismo, tais como just-

in-time, kanban, mas sempre adequados e adaptados a forma de ser do capitalismo brasileiro.

O setor elétrico brasileiro também é atingido por essas transformações. Esse setor, nas décadas de 1960 e 1970, é estatizado e alvo de grandes investimentos, visando sua expansão para garantir o processo de industrialização do país e a normalização do abastecimento à população. Configurado em empresas federais, responsáveis pela maior parte da geração e transmissão, e pelas empresas estaduais, na sua maioria encarregadas da distribuição de energia aos consumidores finais, o setor entra em crise a partir da década de 1980. Esta é caracterizada pela desestruturação, causada pelo Governo, no padrão de investimentos recebidos, que passam a ser desviados para equilibrar o setor de petróleo e o balanço de pagamentos, além do controle do acréscimo das tarifas elétricas sempre abaixo dos demais aumentos de preços. No contexto neoliberal o setor elétrico não é poupado, passa a ser transformado pelas políticas de desregulamentação, pelo processo de privatização e pela reforma administrativa.<sup>9</sup>

Com estas medidas adotadas e na incapacidade de contrapô-las, o movimento sindical, inclusive o dos eletricitários, passa a viver um período de defensiva, assim contextualizada:

“Não bastasse a intensidade das transformações que atingiram a materialidade e a objetividade do ser-que-vive-do-trabalho, a crise atingiu diretamente a subjetividade do trabalhador, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os partidos políticos e os sindicatos são expressão. Os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada ao imediatismo, à contingência, regredindo em sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas visando preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados. E quanto mais a ‘revolução tecnológica’ do capital avança, maior era a luta para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem o qual sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego. (...) Esta nova realidade arrefeceu e acuou o *novo sindicalismo*. Este se encontrava, de um lado, frente à emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora (de que a Força Sindical é o melhor exemplo) e, de outro, frente às próprias lacunas teóricas,

---

<sup>9</sup> Verificar em ROSA, L. P. A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998, p. 155-158.

políticas e ideológicas no interior da CUT. Estas lacunas lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente e que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto de nossa classe trabalhadora. Neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas. Isso, de modo a dotar o novo sindicalismo dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto, e, ainda, à acomodação social-democrática, que, apesar de sua crise no centro, aumentou fortemente seus laços políticos e ideológicos com o nosso movimento sindical, apresentando-se cada vez mais como a única alternativa possível para se combater o neoliberalismo.”<sup>10</sup>

O *impeachment* do Collor, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos anões, a prisão de Paulo César Farias, entre outros acontecimentos que se sucedem na época, mostram que, no meio do tiroteio neoliberal, alguns setores da sociedade estão dispostos à mobilização. Contudo o movimento sindical cutista e os partidos políticos de esquerda não dão seqüência à grande mobilização espontânea e popular. O ritmo do avanço neoliberal não consegue ser barrado mas diminui. Isto explica o processo de privatização lento neste período.

O governo Itamar, com ares descomprometidos e pretexto de muita galhofa, de fachada nacionalista, assegura o terreno fértil para a nova investida neoliberal. A crescente hiperinflação induzida engendra Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, que implanta o Plano Real. No bojo desse processo, FHC elege-se no primeiro turno para Presidência da República em 1994. O governo mantém-se escudado na baixa taxa de inflação. Esta é garantida a duras penas pelo desemprego crescente, pela redução drástica do padrão de vida, que, no limite, tem mantido grande parte da população em estado de miserabilidade. Mas baseia-se num projeto de total incorporação do país à nova divisão de trabalho, tendo como tripé o Japão na Ásia, a Alemanha na Europa e os Estados Unidos. Neste contexto, cabe ao Brasil, mas também a outros países como México, Argentina e Rússia, ser o quintal produtivo de tecnologia avançada que explora força de trabalho barata

---

<sup>10</sup> ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1995, p. 52-53.

e disponível. Esta especificidade do processo de reestruturação desses países é muito mais organizacional do que tecnológica.

A aprovação da reeleição para a Presidência da República, pela Câmara de Deputados, que possibilita o segundo mandato de FHC, significa assegurar o sucesso da continuidade do projeto imposto pelo capital.<sup>11</sup> Em 1998 a reeleição é assegurada a qualquer custo para garantir a continuidade da política implantada. O segundo mandato é iniciado, e a crise financeira do sistema internacional, que faz parte da crise estrutural do capital, coloca o Brasil como a bola da vez.

### **A busca por uma resposta: O Sindicato Cidadão**

O movimento sindical combativo – pela herança da invenção do trabalhismo, da investidura e organização sindical corporativa, tendo que enfrentar a reestruturação produtiva no contexto neoliberal e a influência do sindicalismo europeu social democrata a partir de 1986– entra em crise na década de 1990 e, por conseguinte, num período defensivo.

Para enfrentar esta crise o movimento sindical cutista, predominantemente, insere-se na esfera do capital. Com esta opção, rompe com seu caráter combativo anticapitalista, o que pode ser constatado na escolha de ações que privilegiam: as instâncias institucionais, em detrimento de uma política de organização de base que apontasse para mobilizações de massa; a burocratização das direções sindicais; as inúmeras participações em fóruns dos vários níveis de governo; no consentimento da flexibilização de direitos históricos dos

---

<sup>11</sup> Para garantir a aprovação da emenda, o governo e seus apoiadores não se constrangem em exercer forte pressão sobre os deputados. Esta pressão expressa-se em: telefonemas e audiências concedidas por FHC aos deputados, que sempre saem convencidos a votar favoravelmente; nas visitas de ministros, governadores e prefeitos à Câmara. Aliás, esta se reforça como um “grande balcão de negócios”, expressão utilizada usualmente pela imprensa na época. No dia histórico da aprovação, 29 de janeiro de 1998, o rolo compressor passa por cima daqueles que são contrários. A pressão, por parte do governo, intensifica-se, chegando a detalhes como ministros de estado que se desencompabilizam do cargo por dois dias, para voltarem a ser deputados, só para votar. Na assistência o pessoal da Força Sindical dá o seu apoio. Num dia tão importante para a história deste país, poucos se manifestam contrários ao processo. O movimento sindical cutista bem como os partidos de esquerda pouco se manifestam, continuam atônitos e não conseguem contrapor-se.

trabalhadores. Esta subordinação à lógica do capital é muito forte, atinge não só as organizações reformistas mas, também, as combativa, que, mesmo tendo como ideal o rompimento com o sistema, são envolvidas por essa ideologia, passando a se contradizer na prática.

O Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, parte integrante do movimento sindical cutista, procura respostas que o tirem deste período defensivo. Ainda sem noção precisa da crise, contudo já sentindo os limites por ela impostos, anuncia uma mudança na sua trajetória. Passa a denominar-se Sindicato Cidadão, uma concepção que propõe um sindicalismo para além das reivindicações cotidianas, partindo para disputar valores na sociedade, objetivando contrapor-se ao capital.

No I Congresso dos Eletricitários de Florianópolis, em dezembro de 1991, é aprovada a tese “Sindicato e Emancipação”, de Luiz Césare Vieira. Nesta é feita uma crítica tanto ao capitalismo quanto ao neoliberalismo, e ao mesmo tempo parte para a defesa da empresa pública, contrapondo-se à privatização, ataca a subordinação da economia às regras do livre mercado e aponta a emancipação pela conquista humana como saída. As premissas dessa concepção, sinteticamente, são:

- 1- defende a luta imediata por salário e emprego;
- 2- compreende o sindicato na condição de sujeito crítico a interagir sobre os destinos da sociedade com outros sujeitos do movimento popular;
- 3- questiona os modelos clássicos de subordinação dos sindicatos aos partidos políticos;
- 4- não reconhece nenhuma teleologia, determinismo ou processo histórico prédefinido, entendendo a abertura para a história como um valor e um desafio a ser assumido pela multiplicidade de sujeitos;
- 5- aponta a superação do leninismo, sendo necessário avançar no debate sobre um projeto de esquerda, alternativo socialista, democrático e pluralista, fundado na liberdade e na solidariedade;
- 6- entende que a busca da sociedade por tempo livre é possibilidade de manifestação da diversidade humana, utopia a ser construída com o domínio do homem e para o homem de tecnologias que não cessam de evoluir;
- 7- propõe o tensionamento permanente pela mobilização popular, buscando a recuperação da participação popular na esfera pública;
- 8- conceitua cidadania como direitos concretos do homem real, a radicalização da democracia com o resgate à vida digna e a emancipação da maioria da população;
- 9- elege a razão comunicativa e não-instrumental, ruptura da relação sujeito-objeto prevalecendo a relação sujeito-sujeito;
- 10- contrapõe-se ao mito do mercado e combate a privatização das empresas estatais;
- 11- afirma a empresa pública enquanto ideal de gestão, defendendo a democratização destas, com sua desvinculação de políticas partidárias;
- e 12- afirma como valor a gestão democraticamente

radical, com ações debatidas e orientadas coletivamente, através da mediação ética, com fins universais.<sup>12</sup>

A formulação do Sindicato Cidadão tem uma dimensão que, aos poucos, vai perdendo. Propõe ser mais voltado para a sociedade, não se atendo à luta econômica, pretendendo dar conta de questões mais abrangentes; ao mesmo tempo, porém, o sindicato é burocratizado, institucionalizado, com isso perdendo vínculo com os movimentos sociais. Esta proposta de sindicato é pouco discutida entre os diretores do Sinergia, mas tem repercussão local e nacional, sendo a entidade convidada a explanar sobre o tema em diversos debates. Sua prática expressa-se na intensificação da participação em negociações de outras categorias, em Fóruns Estaduais e Nacionais pela Defesa da Empresa Pública, no Conselho da Condição Feminina, no Conselho Municipal de Transporte, Conselho Municipal da Comcap, no Comitê de Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida, apoio financeiro ao Centro de Educação e Evangelização Popular - CEDEP, ao Movimento dos Sem-Terra e ao Movimento dos Atingidos pela Barragens. Além disto, a disputa pelos valores na sociedade não se potencializa, encerrando-se em si mesma, por não estar articulada a um plano político estratégico.

Neste contexto há significativa redefinição político-administrativa na Eletrosul, que aproveita a defensiva do sindicato para legitimar-se como a empresa modelo do setor, afinada à política do governo Collor: começa a reforma administrativa, implanta um plano de incentivo à demissão para os empregados que “voluntariamente queiram sair da empresa”.

Com o aprofundamento da política nacional, no começo de 1991, os eletricitários das empresas ligadas à Eletrobrás perdem, no TST, uma cláusula que há anos faz parte de seus acordos coletivos, a garantia de emprego. Centenas de trabalhadores da Eletrosul, sem garantia da preservação do emprego e não suportando mais as pressões, aderem à demissão incentivada. As direções do Sinergia e CNE, seguindo estratégia de lutar na institucionalidade, fazem várias investidas junto ao Congresso Nacional, entre ministros de estado, Procuradoria da República e TST, conseguindo por vezes adiar mas não barrar o processo em curso.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> VIEIRA, Luíz Cézare. Sindicato e emancipação. Florianópolis: Sinergia, 1991.

<sup>13</sup> A direção do Sinergia, para além destas percorridas e outras atuações junto a instâncias institucionais, não tem uma política de atuação junto aos demitidos.

Neste ínterim, a direção da empresa segue com mais rigor a reforma administrativa, evidenciada no Plano de Qualidade e Produtividade, cumprindo, com grande empenho, as medidas do projeto Collor. Esta reforma, de conteúdo fortemente disciplinador e de natureza repressiva, efetiva-se através da instalação de catracas no hall de sede da empresa, no interdito proibitório conseguido no Tribunal do Trabalho, impedindo qualquer tipo de ação sindical dentro do local de trabalho e, para fazer todo este controle, são instaladas três câmeras na entrada da empresa, filmando todas as atividades sindicais,<sup>14</sup> inibindo a participação dos trabalhadores nas concentrações convocadas pelo Sindicato. A Empresa implanta o Plano de Qualidade e Produtividade sem dificuldades, o Sindicato faz denúncia através do Linha Viva, mas não organiza os trabalhadores contra esta investida.

Em 1993 uma nova diretoria, sem oposição e com pouca renovação, assume o Sinergia. No Manifesto da Chapa<sup>15</sup> expressa a pretensão de “construir um sindicato contemporâneo de seu tempo”, que significa “o aprofundamento das teses do Sindicato Cidadão, a superação do corporativismo, a inserção crítica nos debates globais, denunciando as privatizações, as terceirizações e a idolatria do mercado e outros credos do fracasso do neoliberalismo, enfim conclama a participação de todos”. Contudo, constata-se que a prática da direção do Sindicato não se modifica.

Nos dias 29 e 30 de abril de 1994 o Sindicato realiza seu 2º Congresso com uma pequena participação de delegados,<sup>16</sup> tendo como debate central a privatização no setor elétrico.<sup>17</sup> No Relatório Final, no item Do Balanço Organizativo,<sup>18</sup> fica registrado: a

---

<sup>14</sup> Todas as atividades ainda são filmadas e denunciadas ao TRT, acumulando uma dívida para o Sindicato de enorme monta. Em 1997 é de, aproximadamente, 90 mil reais, dado informado pelo Diretor de Administração e Finanças do Sinergia, Sebastião Aurélio Marcos, em 23/06/1999. Com este trunfo, a Empresa tem procurado “negociar” a atuação sindical dentro das dependências.

<sup>15</sup> Sindicato Cidadão - Manifesto da chapa que concorre à direção do Sinergia (s/d, impresso na forma de panfleto).

<sup>16</sup> O 2º Congresso dos Eletricitários realiza-se com 51 delegados inscritos, mas nem todos participam integralmente. O Sindicato conta, neste momento, com 3.622 filiados (dado do Quadro montado pelo sindicato para divulgar o número de filiados) e sua diretoria é composta de 50 diretores. Além disso, constata-se a pouca discussão das teses e das resoluções entre os diretores e destes com a categoria.

<sup>17</sup> Na abertura do congresso dois palestrantes são convidados. José Drumond Saraiva, presidente da Associação dos Empregados da Eletrobrás e da Coordenação do CNE, que enfoca o setor elétrico e as privatizações, preocupação central da diretoria, e a psicóloga Carmem Oliveira, diretora do Espaço e Vida, em Porto Alegre, que aborda na sua palestra os problemas de relação de grupo, enfatizando o comportamento dos militantes diante da conjuntura, preocupação de um pequeno conjunto de diretores. Desde 91 começam a

desorganização da diretoria diante da grande demanda de tarefas; a atuação na luta contra a privatização como a questão central; afirma a acertada atuação no campo político institucional;<sup>19</sup> na perspectiva do Sindicato Cidadão, atua junto a outras entidades da sociedade civil; há o reconhecimento da consolidação das áreas de Formação, Cultura e Saúde do Trabalhadores; constata-se o afastamento da categoria. Quanto à concepção e prática a ser adotada pela direção e desta em relação à categoria, empresa e sociedade, verifica-se a predominância da atuação institucional, não havendo preocupação com o plano político-ideológico.

Este Congresso também decide pela refiliação à Federação dos Urbanitários, seguindo orientação da CUT, o que sugere um recuo da direção do Sindicato em relação à estrutura sindical oficial. Como não se opõe à política implementada pela Central, de certa maneira compactua com negociações e entendimentos de cúpula. Dessa forma, a luta estratégica não ultrapassa o Manifesto da chapa.

Neste período há aprofundamento da crise vivenciada pelo Sinergia, que atua na defensiva, privilegia as questões táticas buscando, prioritariamente, barrar a privatização por meio de saídas institucionais e distanciando-se da organização de base. A organização por local de trabalho é eleita como prioridade, mas os diretores não se empenham para que esta se efetive. A OLT resume-se, basicamente, a atividades com os representantes sindicais e

---

afflorar problemas de relacionamento entre os diretores, seminários são realizados com o objetivo de resolver estes problemas. A intenção do tema no Congresso é afirmar a importância do assunto, por muitos desconsiderado. Esta psicóloga desenvolve, em dois momentos *a posteriori*, um trabalho prático com a diretoria, objetivando melhor relacionamento, integração e distensão do grupo. Outros eventos deste tipo são promovidos, contudo o problema se agrava e só em 1998 é contornado.

<sup>18</sup> 2º Congresso dos Eletricitários, Cidadania e Projeto para o País do Futebol, Relatório Final, Florianópolis, 1994.

<sup>19</sup> No Relatório Final do Congresso, indica que esta atuação implica a postergação da Reforma Constitucional, “em grande parte em função da atuação firme do movimento sindical, onde o SINERGIA se fez presente”; alterações no campo da seguridade social, “onde diretores de nosso Sindicato lideraram em nível nacional”; o empenho dos dirigentes no acompanhamento dos Planos Econômicos, Medidas Provisórias, “obrigando a ação diária do Sindicato que, a cada momento, *alertava a categoria através do LINHA VIVA*, contra as ameaças do governo e *colocava a necessidade de mobilização*”; para “combater às investidas das elites” privilegiam o campo institucional, intensificando “nossa participação no Congresso Nacional, no Fórum de Ciência e Tecnologia, nas Universidades, junto ao CNE”, mas “a atuação junto à Central Única dos Trabalhadores tem sido assistemática e com reduzida participação”; fruto do “*movimento sindical com o Sinergia sempre presente*” redundando “na *desaceleração por parte do governo em continuar a privatização do setor elétrico*” (grifos nossos).

com os representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, não transcendendo à Diretoria de Formação Sindical.

Com o objetivo de diminuir a distância entre direção do Sindicato e categoria, destacam-se as atividades da Diretoria de Cultura, apesar da pouca participação dos demais membros da direção.<sup>20</sup>

Quanto à participação da categoria, está cada vez menor nos eventos convocados pelo Sindicato. Uma pesquisa encomendada pelo Sinergia sobre o perfil da categoria, em 1994, mostra que o desempenho da diretoria do Sinergia é avaliado positivamente por 70% dos trabalhadores que destacam o empenho e a participação do Sindicato em benefício do fortalecimento da categoria. Porém, a participação da base nas assembléias e em outras atividades promovidas pelo sindicato é de 40% dos trabalhadores, aproximadamente. A participação é baseada nos seguintes argumentos: informação, fortalecimento da classe, participação nas decisões e defesa de interesses. Ainda segundo a pesquisa, 25% da força de trabalho afirma não participar de nada, pela falta de tempo/interesse/motivação dos pesquisados, mas também pela desorganização e posição política da direção. Nos momentos subseqüentes constatamos queda ainda mais vertiginosa na participação da categoria.

Também se evidencia o esvaziamento nas reuniões de diretoria e desentendimentos entre os diretores. Não há mais o grupo de discussão política que outrora existia. O Sindicato continua participando das Intersindicais e do CNE, porém sem o mesmo empenho anterior, mais evidenciado na Intersul do que na Intercel, e a intervenção na CUT passa a ser assistemática.

Quanto às mobilizações, apresentadas no quadro abaixo, destacam-se as greves na Celesc, principalmente no período da data-base, para assegurar a continuidade de ação da cláusula de garantia de emprego. Poucas conquistas são conseguidas, mantendo as já existentes. Ressaltamos a greve de dois de abril de 1993, feita pelos celesquianos, em defesa do empresa enquanto patrimônio público.<sup>21</sup> Em relação à Eletrosul, há dificuldade de

<sup>20</sup> Entre as atividades culturais realizadas podemos destacar as várias oficinas (teatro, fotografia, poesia, vídeo popular, dança, expressão vocal/corporal, teatro de bonecos), mostras/exposições (fotografia, artes plásticas, filmes, cartazes), concursos (Conto e Poesia, fotografia), projetos Meia-hora (apresentação de teatro, dança e música nos locais de trabalho), Memória do Movimento Sindical de Santa Catarina, Vídeo Alternativo nos locais de trabalho.

<sup>21</sup> A luta pela defesa do patrimônio público leva os celesquianos a decidirem, em Assembléia, por uma paralisação no dia 2 de abril de 1993 e por uma campanha pela moralização da empresa. “Na ocasião, foram confeccionados alguns ‘out-doors’ com os dizeres ‘CELESC - MORALIZAÇÃO JÁ’. Em contrapartida, a

mobilização, mesmo no período de data-base. As pautas reivindicam a manutenção dos acordos passados, mas mesmo assim, durante negociações, sem mobilização e respaldo da categoria, alguns direitos são cortados.

A seguir os dirigentes retomam este período de defensiva. Revivendo-o, avaliando-o, reconstroem este tempo.

---

empresa mandou fazer também um 'out-door' semelhante, com as palavras 'CELESC - MODERNIZAÇÃO JÁ'. Como se pode perceber, tratava-se de uma disputa pela opinião pública, cuja arma era, especialmente, a propaganda, e, no caso, a empresa pretendia confundir o público." PEDRO e FLORES, *op.cit.*, p.117. Essa disputa extremada, até nos meios de comunicação, transcende o espaço específico das relações entre sindicato e empresa e passa à esfera pública, encontrando eco na sociedade, pois em nível nacional uma disputa semelhante é travada entre o governo Collor, que propagandeia a modernização, e a sociedade em geral exigindo a moralização.

**QUADRO 5: GREVES DOS ELETRICITÁRIOS DA CELESC E DA ELETROSUL**

ANO	DURAÇÃO/ PERÍODO	NÍVEL: LOCAL/ESTADUAL/ NACIONAL	MOTIVOS	RESULTADOS E FATOS RELEVANTES
1993	1 dia - 02/04	Celesc - estadual	Pela defesa do patrimônio público	Greve não por salário mas por moralização
1994	6 dias - 26/05 - 31/05	Celesc - estadual	Aplicação de 29,67% sobre o salário de fevereiro convertido em URV Reposição de perdas (7,71% da diferença da inflação de fevereiro e 4,08% da inflação de março) Política salarial (inflação superior a 5% a diferença será repassada para os salários)	Considerada pelo DIEESE como um dos melhores feitos no Brasil após o Plano FHC 90% dos trabalhadores da empresa no estado param Denúncias da inadimplência dos grandes consumidores da Celesc Segundo os sindicalistas o maior ganho é a retomada da mobilização na empresa
1995	5 dias - 03/05 - 08/05	Eletrosul - nacional (somente participam algumas regiões)	Greve Nacional Unificada dos funcionários públicos e empregados em estatal, contra o arrocho salarial, contra as reformas neoliberais (*)	A greve é encerrada na véspera do julgamento, diferentemente dos petroleiros que mantiveram a greve mesmo sendo julgada abusiva. TST declara a greve dos eletricitários abusiva. Desconto dos dias parados
1995	14 dias - 3/10 - 17/10	Celesc - estadual	Negociação do acordo de data-base, principalmente pela garantia de emprego e concurso público	As negociações são mediadas na Delegacia Regional do Trabalho: demissão só por justa causa e a admissão por concurso público
1995	2 horas - 21/11	Eletrosul - nacional	Para pressionar as negociações da data-base	As negociações são retomadas
1996	01 dia - 21/06	Greve Geral chamada pela Cut, Força Sindical e CGT	Contra as políticas do Governo FHC (desemprego, privatização, entre outras)	Param 12 milhões no Brasil, 200 mil em SC, moderada participação dos eletricitários (maioria celesquianos)
1996	5 dias 19/09 - 23/09	Celesc - greve estadual	Negociação do acordo de data-base Defesa da Celesc como empresa pública	Reposição salarial de 6%; abono salarial de 30%; garantia de emprego; programa de reabilitação profissional; concurso público; aposentadoria para as mulheres; liberação de 17 dirigentes sindicais
1996	2 horas - 21/11	Eletrosul - nacional (a paralisação do dia é diferenciada entre os sindicatos)	Avanço das negociações de data-base	Presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, recebe o CNE para negociação
1997	Meio dia - 17/04	Celesc - estadual (formas de paralisação diferenciadas entre os sindicatos)	Contra a privatização e a má administração da Celesc	Na sede da Celesc a paralisação terminou no final da manhã com um abraço ao redor do prédio pelos celesquianos e trabalhadores do MST

Fonte: PEDRO e FLORES, *op.cit.*, 1994, p.74; Linha Viva.

(\*) Esta greve não consegue o intento de unificar nacionalmente os funcionários públicos e empregados de estatal; não passando de greve por categorias: petroleiros, funcionários dos correios, ferroviários, eletricitários, trabalhadores nas universidades federais, na Receita Federal, Previdência. Somente os petroleiros, mesmo sendo declarada a greve ilegal pelo TST, permanecem paralisados. O Governo FHC reprime exemplarmente este movimento.

## Os dirigentes sindicais interpretam o Sindicato Cidadão

“O povo queria se manifestar e não podia na época da ditadura. O sindicato mobiliza e o pessoal começa a compreender, a explodir, chegando no auge. Mas, mesmo assim, apesar da força total da massa do sindicalismo brasileiro, existia uma força muito maior que é do governo, do poder. Essa nunca fraquejou. Eles não caíram, têm estratégias fortes para não haver desgastes, portanto têm o poder. Houve, não por parte deles mas por parte do sindicalismo, um desgaste muito grande pela luta, pela intensidade de chamamento da categoria. Isso foi saturando, desgastando um pouco o sindicato, a categoria.” (Cláudio)

“Lá pelo final dos anos 1980 começa uma discussão que o movimento sindical não podia estar sozinho, tinha que interferir nas outras questões da sociedade. Não era partido político mas tinha que conversar com a sociedade, ter propostas. Me lembro dos discursos do Vitor nas assembléias, ‘a gente vai ficar eternamente lutando pelos 10% a cada ano, ou vamos lutar para superar esse tipo de contradição?’ Só que isso teve uma certa confusão dentro do movimento. Uma parte realmente procurou fazer esta abertura para mais entidades atuarem, mobilizações conjuntas e tudo mais. Mas teve uma outra, hegemônica, não sei se posso dizer assim, que mais ou menos serviu para acomodar as lutas, fazendo do diálogo, da negociação, uma questão propositiva, um fetiche quase.” (Glauco)

“Naquela época eu lia muito sobre o novo sindicalismo, mas essa idéia de inserir o conceito de cidadania no sindicato eu não me recordo. O Sindicato Cidadão começou com essa onda de cidadania, não sei precisar corretamente a data, mas acho que foi em 1986. O Vitor colocou essa idéia, mas não desenvolveu teoricamente. Não me lembro de outro sindicato fazendo essa discussão, fomos pioneiros.<sup>22</sup>

O novo sindicalismo foi uma iniciativa de fazer algo novo e diferente, mas até hoje não conseguiu dar conta da realidade, do mundo, das transformações inovadoras que estão aí. De fato, têm as transformações da economia que foram as primeiras. Também têm as transformações da subjetividade humana, que são um fator importante porque as pessoas

<sup>22</sup> Na primeira inserção encontrada sobre o tema cidadania no Linha Viva, no editorial “Sindicatos pela Cidadania”, é citado que “sindicato tem que ser uma fábrica de cidadãos, um sujeito coletivo que interfere nos rumos da sociedade como um todo. A tarefa dos sindicatos não se resume a lutar por salários, pois as entidades devem organizar os cidadãos de sua base para disputarem os rumos da sociedade em que vivem. Por isso, os sindicatos devem ter uma imprensa forte, políticas culturais, propostas de políticas públicas e, sobretudo, uma prática de socialização de informações sobre a sociedade para que as pessoas possam se posicionar”. Linha Viva n.120, 13 dez. 1990.

mudam: questão de gênero, querem ter individualidade e pensar outras dimensões da vida. O movimento sindical permaneceu meio rígido no seu discurso.

O que movia muito os sindicatos era a questão da transformação social. Tínhamos um projeto que lutava por isso, um processo revolucionário. A partir de 1989, não só a questão do muro de Berlim mas passamos a viver um período de certo descrédito com o socialismo real, e nós estávamos muito embasados nessas idéias. Houve, aos poucos, um processo de reflexão e de inovação do pensamento da esquerda, para dar conta das novas idéias que surgiam. Afinal, o mundo é cíclico, se você não acompanha o processo, fica velho. Então, algumas idéias e práticas novas ficaram velhas a partir de 1990. Esse foi um fator fundamental.

Aqui no Sinergia, o mais importante é que precisávamos de um novo discurso. O nosso já estava gasto, precisava a renovação do discurso sindical para atrair mais as pessoas. Nós falamos de Sindicato Cidadão.” (Vieira)

### **A concepção de cidadania para o Sinergia**

“Quando falamos de Sindicato Cidadão, estamos querendo dizer que não é a luta econômica, é disputar o modelo de sociedade. Então, não estamos falando necessariamente em sindicato, mas de vida. Quando a gente trata e ergue o sindicato à categoria de cidadão, estamos colocando-o como mais um de nós na luta.

Portanto, esse perfil de Sindicato Cidadão mata o sindicalismo velho. Percebe que quando você elege o sindicato à categoria de cidadão, você matou o sindicalismo velho, o economicista? Não matamos porque queremos ser cidadão, mas para ser mais participativo. Nós não estamos mais a fim de gastarmos nossa energia para fazer uma disputa meramente econômica. Isso podemos deixar para meia dúzia que tiver fôlego e quiser tocar. Nós queremos fazer algo mais grandioso do que isso. Talvez as pessoas estivessem vendo isso, mas não tinham intenção de afirmar. A elas não interessa afirmar a riqueza desse passo, sair da condição de fazer uma luta econômica e tentar se inserir como um cidadão no mundo. Isto é um projeto de emancipação humana, racional e forte, mas que mexe profundamente com a estrutura. Leva as pessoas a questionarem se o que elas faziam estava certo ou não, se o que o sindicalismo economicista ou combativo fazia era bom ou não. Ficar fazendo 20 anos de greve e, no final das contas, sob o ponto de vista econômico, estar pobre do mesmo

jeito é questionável. As pessoas estavam percebendo um limite na luta política. A riqueza de fazer e de repensar a vida juntos, estava muito evidente no nosso movimento.

Eu acabei de dizer aqui que o movimento mais rico, que eu senti mais vivo na minha vida, foi justamente esse do final da década de 1980. Por quê? Porque eu via a história sendo construída dias após dia, a imagem da realidade ser modificada pelo nosso dedo. Isto é uma experiência de vida muito forte e rica para o ser humano. Mesmo a gente que tinha uma idéia de mudança, de revolução, não tínhamos provado o gosto dessa mudança. Percebe que o gosto da mudança é uma sede louca, tremendamente forte? Nós vivemos com muita intensidade aquele momento. Na cabeça de todos nós sedimentou fortemente o que era enfrentar, o que era mudar. Mas mudar é transformar um contexto, portanto a si próprio e a uma série de sentidos e planos. E isso passou a entrar em choque com a pequenez de todas aquelas estratégicas e táticas que envolviam a luta econômica. Foi apequenando a luta política e engrandecendo uma série de sentidos na nossa vida. Quer dizer, a nossa cabeça abriu para uma série de coisas que estavam fechadas. Eram lacunas, vazios na nossa experiência de vida. Queríamos mais, só que uma coisa é querer e outra é fazer.” (Vitor)

“Nós tentamos definir melhor o que pensávamos, surgiu o Sindicato Cidadão. Em conversas com uma e outra pessoa tentamos precisar mais isso, entendemos que não seria somente um sindicato classista. Claro que sempre vamos defender o trabalhador, nos entendemos enquanto classe trabalhadora de fato e defendemos isso. Mas as pessoas interagem na sociedade, muitas participam de igrejas, associações de bairro e outras atividades, e nós estamos tratando com elas. Com esse entendimento mais abrangente que adotamos a cidadania, o resgate da cidadania como objetivo. Não aquela cidadania prevista na constituição. Esta faria bem a um monte de gente se fosse implementada. Mas a cidadania daquele cidadão que grita na sociedade, que se junta a outros e não concordam com uma série de práticas instituídas. Que vão no bairro e não concordam com a remoção de uma árvore; que vão a uma praia e discordam que façam um determinado tipo de pesca; que gritam contra certas leis que prejudicam a eles e a outras pessoas; e assim por diante. Nessa intenção que nós, diretores do Sinergia, entendemos esta concepção.<sup>23</sup> Foi difícil definir o Sindicato Cidadão, o nosso companheiro Vieira escreveu resgatando algo teórico e

---

<sup>23</sup> O Sinergia em 27/09/1991 comemorou o seu 30º aniversário lançando uma campanha com cartazes, camisetas, adesivos para carro e selos sob o slogan “Sindicato Cidadão – vida por inteiro”. Linha Viva n. 148, 06 set. 1991.

filosófico, nos deu alguma base. Mas acabamos não desenvolvendo muito mais sobre isso.”  
(Arno)

“Naquele Congresso que fizemos em 1991, no qual aprovamos a tese que eu fiz sobre Sindicato Cidadão, houve um aprofundamento dessa concepção. Os sindicalistas queriam construir algo novo, rompendo mesmo com as idéias centradas na corporação. Tínhamos necessidade de expandir a atuação do sindicato, até porque entendíamos a empresa pública como algo mais aberto. Enquanto entidade organizada queríamos nos inserir na sociedade, contribuir com outras organizações e criar um espaço público, contestando a estrutura do poder vigente. Uma nova proposta para o Sindicato que estávamos tentando construir, dada a nova realidade que vivíamos. O Sindicato Cidadão foi a nossa tentativa de superar essa realidade.” (Vieira)

“A discussão sobre a concepção de cidadania que fazíamos no Sindicato está até no texto que o Vieirinha escreveu, era consagrar valores não suscitados em conquistas de direitos mínimos para o debate com a classe trabalhadora, com a sociedade. Isso seria a conquista da cidadania, a partir disso tu poderias avançar porque essas conquistas guardavam uma relação com uma transformação social. Era colocado neste sentido, mas foi muito atacada, na época, por outros companheiros mais ortodoxos, de esquerda; não admitiam que se usasse esse termo por entenderem que não significava nada. Havia uma discussão sobre o tema, nós defendíamos que Sindicato Cidadão não reivindicava só melhores condições de trabalho e de salário, mas ao fazer isso tu te relacionas com toda a sociedade, identificando com as lutas mais gerais, mas os outros companheiros não entendiam desse modo e não aceitavam. Essa discussão tinha aqui no Sinergia, nos bancários, no pessoal da Articulação e da Força Socialista. Enfim, tinham vários segmentos da esquerda que falavam e usavam este conceito.<sup>24</sup> O PT também usava esse termo cidadania. O próprio Betinho<sup>25</sup>, mas aí foi bem depois. Agora, foi uma moda, também, esse negócio de cidadania foi até apropriado pela mídia, como eles sabem fazer muito bem, transformaram num artigo de consumo.” (Glauco)

“Com o Sindicato Cidadão queríamos ampliar nossa atuação, porque o objetivo básico do sindicato está no estatuto: negociar acordo coletivo, defender processo na justiça

<sup>24</sup> No 4º Congresso Estadual da CUT, em julho de 1991, o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis apresentou a tese Sindicato Cidadão, com o apoio de diversos segmentos de esquerda do movimento sindical. Linha Viva n. 142, 18 jul. 1991.

<sup>25</sup> Refere-se ao sociólogo Hebert de Souza.

trabalhista, enfim, cuidar do dia a dia do trabalhador. Então, essa nova procura teria dois caminhos. Um que seria o apoio a outras categorias, abrindo para o próprio movimento sindical.<sup>26</sup> O outro abria para a sociedade, para outros tipos de movimento: bairro, partido político. Eu acredito que trabalhamos nos dois sentidos. Hoje existe uma maior abertura para o movimento sindical, com o sindicato dos bancários, de águas, dos motoristas... Por outro lado, abrimos outro leque, atuamos na área de saúde, de transporte, das comunidades, com partidos, MST, MAB. Eu faço uma crítica, a integração com outros sindicatos se retringiu aos cutistas.” (Édio)

“Sindicato Cidadão é luta pela questões gerais por ser, digamos assim, um organismo da sociedade civil. Por isso tem a obrigação de ir além das questões corporativas, suplantá-las, construindo, com outros movimentos, a superação da sociedade capitalista. A cultura é um dos caminhos para isso, porque possibilita a superação de valores e preconceitos, respeitando a questão de gênero, de raça. Ajuda a construir uma sociedade diferente da que aí está, não importando o nome que será dado. Nesse sentido que o sindicato tem a obrigação de colaborar, construindo essa luta, mas não só com a área da Cultura. Acredito que a Formação Sindical é uma área importantíssima para trabalhar com esses elementos. Também a Saúde, porque constrói uma cidadania, não só das pessoas terem direito e acesso à saúde, mas preservando o homem enquanto uma pessoa íntegra que, embora no capitalismo, não possa ser tão explorada ao ponto de sua vida ser colocada em xeque. Embora saibamos que é isso que esse sistema faz, suga até a pessoa não poder mais ser usada; bem, aí os filhos daquela que foi sugada estão à disposição, aliás como mão-de-obra barata.” (Dinovaldo)

### **A prática da cidadania no Sinergia**

“Eu tentei dar uma materialização ao Sindicato Cidadão na época, entrei em contato com várias entidades: sindicatos, universidade, mas não deslanchou. Interessante é que hoje o Movimento Unificado veio cumprir este ideário, construiu este fórum de discussão. Mas na diretoria e na base do Sinergia a tese foi bem aceita por aquelas pessoas que se

---

<sup>26</sup> Como exemplo podemos citar a participação de um representante do Sinergia no Seminário “Futuro do Sindicalismo no Brasil”, realizado em São Paulo na última semana de junho de 1992, que reuniu líderes das 3 Centrais, CUT, CGT e Força Sindical, além de empresários, políticos e pensadores. Linha Viva n. 185, 02 jul 1992.

identificaram com o que estava latente dentro delas, porque tinha que ter um caminho concreto contra o corporativismo.” (Vieira)

“A forma como a tese foi elaborada, acabaram só participando as pessoas mais próximas de quem escreveu, ou mais, digamos assim, voltado a isso. Só que, com a construção da história do Sindicato Cidadão, acabou não sendo mais a tese de poucas pessoas, mas de grande parte da direção do Sinergia.” (Dinovaldo)

“Sindicato Cidadão é o passo a frente, justamente esse passo é que o Sinergia nunca conseguiu dar; ele dizia mas não era. Eu tenho a impressão que um reduzidíssimo número de diretores do Sindicato têm idéia do que seja essa concepção. Foi colocada a idéia, ela é boa e fascinante, foi aprovada no Congresso, mas é o seguinte, quem é que vai amarrar o guiso no pescoço do gato? Não foi incorporada, não se amarrou o guiso no pescoço do gato, porque, para atuarmos como Sindicato Cidadão, teríamos que ter modificado a nossa prática. E nós não fizemos.

Como o Sinergia não resolveu essa contradição, ele ficou um sindicato reivindicatório mas se tinha por cidadão. Isso levou a atitudes, de determinados diretores, profundamente individualistas e nocivas ao movimento sindical. Começou um deus-nos-acuda, pensávamos que tínhamos uma idéia, eu vou para cá mas tu estás indo para lá, vem para cá e vai para lá, então a coisa zoneia. Este foi o grande problema do Sinergia, que está se refletindo até hoje. De fato, um grupo de diretores tinha, intelectualmente, condições de discutir sobre isso, inclusive condições políticas de colocar, de forçar essa idéia. Este grupo fez e bancou o Sindicato Cidadão e depois não teve força para implementar a idéia, porque a idéia não foi corporificada, como diria o Olívio,<sup>27</sup> não se espalhou.” (Cláudio)

“Vários foram os motivos que dificultaram a implementação do Sindicato Cidadão. Primeiro é que existem aqueles diretores que até estimulam, acham legal, mas, na hora do pega-para-capar, na hora de fazer as coisas, não se colocam à disposição. Usam o subterfúgio de não estarem convencidos, o que é uma fuga, não assumem a tarefa de fazer, porque ao fazer você está sujeito a erros e a críticas; têm pessoas que não se dispõem a isso. Outra questão, muito mais complicada, é a dificuldade de fazer um trabalho coletivo. Neste o individual aparece não como a estrela, mas enquanto construtor do tijolinho da casa. Alguns diretores têm essa dificuldade quando jogam para o coletivo, por quê? Porque têm que socializar, democratizar. Também precisa ter bastante paciência, porque as pessoas têm

<sup>27</sup> Refere-se a Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul.

níveis de compreensão diferentes. Às vezes os diretores que estão há um pouco mais de tempo no movimento não conseguiam ter essa paciência e acabam atropelando.

Algumas áreas do sindicato ajudaram a superar essas questões. Volto a colocar as áreas da Cultura, da Formação e da Saúde, porque são ‘mais sensíveis’ para trabalharem estas dificuldades. Acredito que conseguiram impulsionar a questão do Sindicato Cidadão, porque, mesmo que não tivesse a tese, essas áreas já estavam na direção de trabalhar coletivamente com a sociedade. Acredito que isso ia acontecer. Também, se recordarmos as nossas propostas de chapa, elas vinham nesse sentido, então, a diretoria daria consequência a esta concepção. Mas voltando um pouquinho às dificuldades, mesmo a proposta de chapa que é coletiva, poucos diretores acabam fazendo dela a sua luta cotidiana. A tese feita pelo Vieira veio contribuir com a concepção, embora na época sem nome, de Sindicato Cidadão. Também, serviu como marketing para o Sindicato, especialmente aqui em Santa Catarina, saímos falando para os 4 cantos, acabando por ser referência nacional. No fundo seria uma consequência do nosso trabalho enquanto coletivo e de algumas pessoas que tencionavam desde o início nesse sentido.

A partir do Plano Real muitos sindicalistas ficaram sem discurso, já que este era baseado na reposição salarial. Quando o movimento sindical perdeu esta bandeira, não sabia como atuar. Tenho clareza de que não usamos o Sindicato Cidadão como subterfúgio, não sabíamos como atuar e achamos essa bandeira. Acredito que tenha sido uma bandeira não de fuga, mas no sentido mais humanitário, de cidadão íntegro, trabalhador enquanto pessoa. Potencializou uma discussão, aqui no sindicato, em relação à superação das questões meramente economicistas, embora a gente saiba que isso é muito forte ainda. Além disso foi positivo no sentido de superar alguns discursos, aqui dentro, meramente corporativos. Foi possível perceber que as coisas estão juntas, não se fragmentam: eu sou trabalhador da Celesc, da Eletrosul, e depois sou cidadão, isso não existe. Você é sindicalista, é marido, é mulher, é criança ou filho, é o cara da Associação de Moradores, enfim, abriu para uma discussão do trabalhador por inteiro, do cidadão por inteiro.” (Dinovaldo)

“Essa idéia de cidadania no Brasil, ela é uma idéia revolucionária. Pode-se confundir este conceito com o de burguês, *citoyen* (burguesia). Mas, para mim, o conceito de cidadania sempre foi revolucionário, ligado aos movimentos populares, como Sem-Terra, negros, são pessoas tentando ocupar espaços na sociedade. Com isso mexem com a estrutura do poder econômico e político do Brasil, por isso é revolucionário. O Sindicato Cidadão tinha a idéia de você buscar a união de entidades, discutindo projetos. Os movimentos

criaram muito, o ecológico, o feminista. Hoje as pessoas discutem a sua própria individualidade, a idéia de tempo livre. Tudo isso está dentro desse processo de cidadania, só que essa idéia não foi realmente assimilada por amplo segmento da sociedade. Tanto é que vivemos um período de neoliberalismo onde tudo é jogado para o mercado, no qual a única teoria geral que se tem é a econômica. Mas o tensionamento das idéias de Sindicato Cidadão continua, mas só vale hoje com a discussão de um novo projeto de sociedade, de projeto século XXI de esquerda.” (Vieira)

## Os dirigentes sindicais interpretam a Luta Contra a privatização

“Quando teve o *impeachment* do Collor e assumiu o Itamar, tivemos uma certa esperança, ‘Olha, o Collor se foi, o Itamar é um tipo mais nacionalista, ele não vai implementar esse programa de privatização com aquela intensidade.’ A derrubada do Collor nos desestruturou, ficamos eufóricos de ter derrubado um presidente, evidente que tinha que ficar, e demos uma certa recuada. Perdemos o nosso embalo naquele período Itamar, com uma política meio mole, alguns dirigentes demitidos foram anistiados,<sup>28</sup> achamos que fosse ter um outro ritmo, que as privatizações não iriam se dar com seriedade com que acabaram acontecendo. Nós vínhamos de um período de grandes enfrentamentos, com uma certa dificuldade mas vínhamos bem. Mesmo a briga com o Gazaniga foi pesada, mas tivemos mais vitória do que ele. Tanto é que ele saiu da empresa numa situação ruim.<sup>29</sup> O Gazaniga

<sup>28</sup> Em abril de 1993 a Eletrosul teve que anistiar, definitivamente, 10 dirigentes sindicais punidos pela empresa em função de greve e por sua administração truculenta. Segundo o Linha Viva, “os reintegrados às suas funções foram Claudius Charles Girard, Delman Ferreira, João José Cascaes Dias, Mauro Passos e Nelson Balbinot. Tiveram ainda a suspensão das punições de 30 dias levantadas, Claudio Corradini, Soraya Nör, Dinivaldo Gilioli, Nôe de Almeida e Juliano da Silva. A lei da anistia, promulgada dia 4 de março, beneficiou 1.200 sindicalistas de estatais do país inteiro.” Linha Viva n. 223, 23 abr. 1993.

<sup>29</sup> O Linha Viva n. 229, de 17 jun. 1993, noticiou a saída do Gazaniga da presidência da Eletrosul, “na avaliação da Intersul, ‘Gazaniga vai ficar no história como algoz executor de milhares de demissões, do sucateamento do parque técnico da empresa e do terror sobre os empregados’. Ele teria feito o serviço sujo determinado pelo governo Collor às estatais e, talvez por isso, ganhou como ‘prêmio de consolação uma Secretaria de estado e uma cadeira no Conselho de Administração da Eletrosul’. Os sindicatos vão contestar

hoje é uma pessoa que, como o Nogert, perdeu o espaço que tinha antes, mesmo na vida política.

Agora, nós perdemos também por *time*. Estava sendo gestado o Fernando Henrique no período Itamar e o movimento sindical, nem mesmo a CUT, percebem isso. O FMI e as organizações mundiais continuavam dando orientações para eles, e isso se substanciou na vitória de Fernando Henrique. Lula ia ganhar, eles elegeram o Plano Real, um plano que resgataria a economia brasileira, e levaram as eleições.” (Mauro)

“Nos acomodamos, talvez cansados de tanta luta, e ficamos na conversa apenas, mas o momento era de ir para a luta mesmo, ninguém ganha o poder apenas votando. As elites estavam mais suscetíveis à conversa porque tinham se enfraquecido, a liderança que colocaram como presidente não era confiável e tiveram que substituir. Nós não aproveitamos este período favorável para atacar, pensamos que o processo das privatizações estivesse suspenso. Mero engano, foi preparado no governo Itamar e se concretizou ainda mais no governo Fernando Henrique. E agora estamos sofrendo por todo este processo.” (Arno)

### **O Sindicato desperta para a privatização**

“Desde final de 1989, falando agora como trabalhadora de base, eu me lembro dos diretores do Sinergia discutirem e alertarem a respeito da privatização. Em 1992, sequer passava pela minha cabeça ser dirigente, o Sindicato já discutia Clube de Investimento e parcerias dentro da Celesc. Não gosto de ser categórica, mas desde que me lembro, o Sindicato tem alertado contra a privatização. Também no Linha Viva<sup>30</sup> sempre tinha matérias sobre o tema, era difícil o número que não abordasse essa questão.” (Viviani)

“Na Celesc começaram a falar sobre privatização antes do que na Eletrosul, era período do Nogert, o Sebastião Hulse era diretor de Engenharia e Operação. A diretoria da Celesc ficava num prédio no centro, lá eles arrumaram uma sala só para o Danilo Cunha. O Sebastião colocou-me para fora dessa salinha aos berros e empurrões, quase caímos no pau.

---

publicamente a permanência de Gazaniga no Conselho: este órgão fica desmoralizado, com a presença do homem que destruiu a empresa.”

<sup>30</sup> A primeira referência encontrada sobre o tema foi antes mesmo dessa do Linha Viva, no boletim Informativo de 10/02/1988, sob o título “Estatais num jogo de interesse”.

Eles incumbiram o tal Danilo de estudar a privatização, que saiu pela América Latina pesquisando as experiências. Nós começamos a ficar atentos, inclusive tivemos acesso a um relatório desse empregado que já relatava, inclusive, que um dos problemas iniciais era vencer a resistência dos sindicatos.

Nessa época começamos a discutir, porque na Inglaterra já estava a Thatcher a mil, no Brasil passaram a falar muito fortemente sobre privatização. A partir disso, a direção do Sinergia passou a relacionar qualquer retirada de direito com esse projeto. Colocávamos essa questão para o pessoal, ‘Eles querem retirar nossos direitos, quando o trabalhador estiver sem salário, sem direito a nada, a empresa está pronta para privatizar. É uma mão-de-obra barata, sem grandes preocupações’. Fazer isso era difícil porque esse processo não era claro para as pessoas, relacionar os ataques que eles faziam às conquistas que a gente tinha. Mas na Celesc a direção veio desde aí preparando a privatização, diminuindo o número de pessoal e terceirizando. Era aquele negócio, eles deixavam um eletricitista comandando uns terceirizados, no início ele ficava com a bola cheia porque estava dando a decisão, não percebendo a extensão desse ato. Nós íamos denunciando, foi dessa maneira que procuramos trabalhar para conscientizar as pessoas.” (Glauco)

“Uma parcela da consequência do refluxo constatado no confronto contra a privatização com a Eletrosul tenha advindo da nossa relação amistosa com Fernando Bastos. Porque acabou confundindo e adocicando, muito ilusoriamente, as pessoas. Quando chegou o Gazaniga, por mais que o Sindicato falasse, os trabalhadores não acreditavam que ele fosse fazer o que prometeu, não queriam confrontar. Mas fez, foi um período de truculência e demissões.

A luta contra a privatização no Sinergia começou já a partir do governo Collor, muito incipiente, corporativa e no campo institucional. Acreditava-se que o trabalho institucional fosse resolver, bastava estar articulado e ir aproveitando algumas questões conjunturais que viessem a favor. Mas começamos a perceber que a privatização é uma questão muito mais ampla, não um fim em si mesma, é estratégica para o projeto neoliberal no Brasil.

Uma série de privatizações começou a partir das terceirizações, que, na medida que é implantada, vai enfraquecendo os trabalhadores efetivos da empresa. O trabalho terceirizado implica em algumas demandas que o movimento sindical tem que dar conta: diferenciação de salário, de direitos, preconceito do trabalhador efetivo em relação ao terceirizado. Não sei se na época o Sinergia tinha clareza que isso apontava para um processo maior. É o que a

gente sempre comenta, o sindicalista consegue, quando muito, planejar um ou dois anos, não consegue nunca planejar a longo prazo. A questão da terceirização deveria ter sido carro-chefe nas nossas lutas, por exemplo, de data-base. Tínhamos a reivindicação do concurso público, mas que não dava conta, não amedrontava a empresa no sentido de dizer o seguinte, ‘se tiver terceirização nós vamos chutar o pau da barraca’”. (Dinovaldo)

“O Sinergia começou a partir de 1990, com o governo Collor, a luta contra a privatização, de maneira muito corporativa. Juntava os trabalhadores, discutia e colocava essa questão em nível de emprego, não tinha claro que isso prejudicava a população. Elegíamos a luta contra a privatização como eixo fundamental e tínhamos, na realidade, o fortalecimento dela na cláusula de garantia de emprego. Era meio confuso, defendíamos o nosso emprego e tínhamos como parâmetro a luta contra a privatização das empresas, porque temíamos pelo desemprego dos trabalhadores. Disso foi evoluindo, passamos a entender que a defesa da empresa pública era o fundamental, mas não com a sua organização atual, mas como empresa pública de fato.” (Arno)

### **O Sinergia implementa a Luta Contra a Privatização**

“A forma como nós do Sinergia colocávamos as atividades contra a privatização, ficavam associadas à campanha salarial. Não era fácil dissociar, só tínhamos propostas mais efetivas no período das campanhas salariais, confluindo com a questão do salário e da garantia de emprego. Fora disso, fizemos algumas discussões com o pessoal das subestações e usinas.

Foi uma incapacidade nossa, do próprio movimento sindical de uma forma geral, não fazer uma política de enfrentamento contra a privatização. A gente ficava horas, ‘o que que vamos fazer para botar o pessoal nessa briga?’ e, no final, terminávamos fazendo o básico que era necessário fazer, chamávamos para mobilização na campanha de data-base, redundava sempre nisso. Embora fizéssemos discurso, ‘Olha, sozinhos não vamos conseguir alterar a privatização, porque é uma questão de um projeto de sociedade’. Na realidade nós não tínhamos como mostrar para o trabalhador que, se ele brigasse, poderia realmente melhorar a vida dele; não conseguíamos fazer esse elo.

A luta contra a privatização é, na verdade, contra o projeto neoliberal, contra o sistema capitalista como ele se apresenta hoje. Ela somente pode ser mais ou menos

conseqüente se tiver, como referência, uma relação com um plano que caminhe para a superação desse sistema. Não estou dizendo um plano máximo de derrubada do capitalismo, mas que aponte para isso. Se as pessoas não têm esse entendimento, vão para a briga por um interesse imediato, a manutenção do seu emprego. Leva uma porrada, leva duas, e acha melhor ficar quieto e ser mandado embora dali a 2 anos com uma merreca, sentindo-se impotente. O que adianta o sindicato fazer um discurso mais amplo e não conseguir apoio na sociedade? Só fazendo trabalho no Congresso, conversando com parlamentares? E com a base, convergindo para a campanha salarial?

Agora, vendo de longe, fica fácil entender. Procurávamos fazer com a luta contra a privatização uma atividade semelhante aos nossos planejamentos. Colocávamos o planejamento como sendo a vida do Sindicato, e me parece que se tornou, mas lá no início não era. As atividades que tu planejavas eram separadas das atividades do Sindicato, e não podia ser, porque se não for a mesma coisa, não existe. Então me parece que era isso, tínhamos atividades contra a privatização, as do Sindicato e a campanha salarial, era desconectado. Tínhamos diretores para a campanha salarial e outros para a privatização. Houve um hiato, até conseguirmos ter o entendimento que atividade sindical é campanha contra a privatização, fazer a campanha salarial é uma atividade contra a privatização, demorou um tempo.” (Glauco)

“As primeiras falas contra a privatização eram como se não estivéssemos acreditando que pudesse ocorrer. A partir do momento que na Argentina, país de maior referência para nós, os serviços foram privatizados, começamos a trabalhar com outro tipo de sentimento, mais preocupados em termos ações mais concretas de luta, para que fosse barrada a privatização. A categoria tinha muito forte o Mauro como referência, normalmente era ele que dava os informes lá nas catracas.”<sup>31</sup> (Albertina)

### **A categoria eletricitária e a luta institucional**

“O Sinergia sempre tratou a luta contra a privatização em termos de Comando Nacional, porque, também, fazia parte da política, ‘Não, sozinhos não podemos fazer,

<sup>31</sup> Refere-se aos informes, concentrações ou assembléias realizadas pela direção do Sindicato com a categoria nas catracas do saguão da Eletrosul.

temos que estar junto com o coletivo, porque não é a Eletrosul que está em jogo, é o sistema Eletrobrás.’ Tudo certo, mas ficava naquele negócio, o diretor voltava do Rio de Janeiro, Brasília, ou de onde fosse, dava o informe para o pessoal no saguão da empresa, o Linha Viva noticiava, mas o que fazer? Bem, o que fazer é Lenin. Agora, a categoria era informadíssima, ela não pode dizer o seguinte, ‘Ora, nos pegaram cagando’. Desculpe, sabiam perfeitamente bem.” (Cláudio)

“Esse nosso caminho trilhado meramente na via institucional, quero afirmar que foi extremamente importante, só que extremamente inibidor também. Por trabalharmos só no institucional e por vincularmos poucos diretores, na verdade o que estava se dizendo para a categoria? Que nós estávamos fazendo isso e aquilo, que nós percorremos, que nós..., quer dizer, a categoria ficava sempre esperando que um terceiro, ou entidade sindical, ou parlamentar, ou a instituição que fosse, iria resolver. Esta lógica, ao ser reproduzida, fez com que grande parte da diretoria não extrapolasse o viés institucional e que a categoria ficasse aguardando que do fruto bendito saísse uma proposta salvadora. Em função de priorizarmos o institucional e dos diretores que foram alocados para esse trabalho, também tinham esse perfil, a luta contra a privatização se limitou a essas pessoas e foi reforçada a questão meramente institucional. É isso, se a gente não cuidar, cria as tais lideranças que a gente chama.” (Dinovaldo)

“A nossa luta contra a privatização ficou com dois ou três diretores, bem isso. Poderia ter tido mais alternância nas pessoas que iam para o Rio, Brasília e não sei onde, mas para isso teria que ter mais disposição das outras pessoas em fazer isso também. Nós nos organizamos assim, entendendo que dessa forma íamos trabalhando em equipe. O grau de informação era realmente intenso, só que, para intensificar um pouco mais, teríamos que ter feito um trabalho mais pedagógico com essas informações. Se queríamos uma elevação da consciência política, teríamos que ter feito algo mais. Conseguimos isso na greve de 1988 da Eletrosul, na Celesc quando fizemos aquela greve (02/04/1993) por moralização, não foi por dinheiro. Então, tivemos piques de consciência política coletiva elevada, só que nos enganamos, achávamos que a forma como estávamos fazendo agora, conseguiríamos manter isso, mas não. Nos credenciando, nos tornamos um referencial muito forte, não só Delman e Mauro mas cada um da diretoria, para a categoria, outros sindicatos, CUT e Federação; mas não conseguimos, coletivamente, transformar o que se tinha num ganho maior. Mesmo assim se formos comparar com outros sindicatos, percebemos diferenças incríveis.” (Arno)

“Naquela época a categoria era informada mas não estava participando, talvez até porque se sentisse representada. Isso é um ponto interessante, o Sindicato, a rigor, sempre deu muita resposta à categoria, era bastante atuante e muito honesto. Essa é uma característica do Sinergia positiva, dificilmente entrava alguém aqui e dava um esporro, mesmo nas assembléias dificilmente passávamos por um momento de constrangimento. Temos muito poucos fatos que caracterizem uma indignação da categoria conosco. As pessoas, nesse sentido, sentiam-se bem representadas. Como estavam informadas e viam que nós estávamos indo nos fóruns, conversando aqui e ali, talvez achassem que essa luta era da direção e não dela. Isso também ajudou para que a categoria ficasse distante, ‘eu estou bem representada’, ‘eles estão vendo isso’, ‘eles estão tocando’, ‘eles são capazes de articular no Congresso uma resistência, uma reação.’ Só que acabou sendo uma luta muito maior do que a direção tinha condições de enfrentar.” (Mauro)

“Na Eletrosul podemos dividir a categoria em dois grupos. Existe aquele que sempre dava credibilidade às informações que eram trazidas, ao trabalho que estava sendo feito, mas existia um outro que dizia, ‘Isso é um projeto da globalização, do FMI, não adianta nada você ir contra porque isso vai acontecer.’ A partir do momento que o processo da privatização foi evoluindo, tornando-se mais tenso, com uma maior dificuldade, praticamente passou a não mais existir esses dois grupos, a categoria começou a retornar para o seu local de trabalho e a se calar. Um ponto crucial que fez os trabalhadores se sentirem desmotivados, foi terem perdido a garantia de emprego. Antes se expunham mais, era mais fácil lutar. Depois que perdemos, falo com bastante certeza, ficou muito difícil. Outro ponto que desanimou muito o pessoal, foram as privatizações acontecidas na América Latina, que eram apregoadas a todo momento pelo corpo gerencial da Eletrosul, além dos próprios veículos de comunicação. Esses vários pontos negativos se somaram e as pessoas acabaram não mais disponibilizando o seu tempo para ouvir os informes do Sinergia.” (Albertina)

### **A avaliação dessa luta**

“O Sinergia cumpriu a sua obrigação com a resistência contra a privatização. É claro que nós somos contra a privatização, mas, por outro lado, o discurso contra a privatização, que foi hegemônico, empobreceu muito a nossa idéia de sindicato. Você está lendo os

jornais, é só privatização, só se pensa nisso, até quando se vai deitar. É um troço terrível, até dramático porque nós estamos perdendo 10 anos de nossa vida de militância em função desse processo de resistência. Eu tenho essa frustração, foi um momento negativo, não crescemos tanto politicamente, com idéias e até com realizações. O discurso contra a privatização chegou num ponto que não repercutia mais entre as pessoas, muitas já queriam que privatizasse, foi um desgaste psicológico.

No Linha Viva foi um bombardeio, não podia ser diferente, mas acabou tendo repercussões no Sindicato. Só privatizações, dava uma ansiedade nas pessoas, pegavam o jornal e já ficam com medo, porque a privatização está vindo, está chegando mais perto. Nesse sentido é que trouxe conseqüências negativas para o movimento, para a sociedade e para o ser humano em geral. Foi um processo de truculência terrível, e não conseguimos fazer de uma forma efetiva. Tentamos mas não conseguimos com que o Sindicato não fosse, para as pessoas da base, aquele velho discurso, aquele velho método de fazer as coisas. As pessoas ficam com medo e se sentiam muito distantes da realidade dos sindicalistas. Até a linguagem teria que mudar, é a práxis mesmo, mas naquele período isso não ocorreu.”  
(Vieira)

“Nós caímos num contexto em que mobilizar era arriscado demais, acabava contribuindo contra o projeto original. Fazer uma mobilização, uma paralização contra a privatização, acabava virando a favor. Foi chegando a um contexto tão desigual que houve um momento muito claro. Vou contar uma passagem que exemplifica o que está na minha cabeça. Eu me lembro daquela greve dos petroleiros, quando a Petrobrás resolveu desconsiderar o acordo assinado que eles tinham, validado pelo Tribunal. Os petroleiros entraram numa puta greve em condição absolutamente legal, eles colocaram até tanques do exército. O mundo inteiro estava contra eles e a gente usava um adesivo a favor da greve. Eu me lembro que ia no posto de gasolina para abastecer, e era aquela história, discutia com o frentista mas ele dava pau nos petroleiros. Não havia liga, não impregnou ninguém e mostrou o quão desigual é a luta diante desse contexto que aí está.

Isso brocha o espírito de luta das pessoas. O que acontece se eu tenho que sentar com você para resolver um problema, mas eu sei que você não tem condições de me apresentar uma proposta, e eu também não tenho, o que vai acontecer? Eu e você vamos ficar encontrando subterfúgios para não nos encontrarmos e não fazermos a reunião. Eu acho que isso aconteceu entre o sindicato e a categoria. Não há uma proposta capaz de juntar essas duas partes, diretoria profundamente engajada e a categoria não. Num

procedimento que elas têm que sentar e fazer um acordo entre si, um contato mútuo, uma proposta de saída para poder dar conta de enfrentar este contexto, não há uma síntese para este problema. Não há uma equação, isso esfria, brocha. Eu acho que tentar atribuir à direção do movimento o ônus de encontrar uma solução é uma puta sacanagem. Por outro lado, imputar à categoria a esperançazinha maior num confronto tão desigual é uma outra puta sacanagem. Neste sentido, nos damos conta que voltar àquela figura de liberdade do final dos anos 1980, é trabalhar sem noção de realidade. Estar conectado à vida é ter consciência daquilo que fazemos, e no atual contexto é saber que a luta contra a privatização, por exemplo, é de meia dúzia contra milhões e milhões que nunca se questionaram sobre esse assunto. E outra meia dúzia que tem uma porrada de mecanismos à sua disposição para afogar completamente o pensamento dessa meia dúzia do lado de cá.”  
(Vitor)

“O refluxo que está existindo no movimento sindical é fruto de uma pressão muito forte até internacional. O consciente coletivo do trabalhador está tão oprimido que começa a refluir, olhar para si próprio. Pode ter esse refluxo, mas acredito que vai acontecer como na época da ditadura, que matou gente, que foi feito tudo para reprimir, mas ressurgiu com veemência e força. Essa política de agora oprime não somente pela força bruta, mas pelos meios de comunicação. Esconde e distorce informações, tentando ganhar um consciente coletivo nacional, base de apoio à política que aí está. Nós fizemos todo aquele movimento intenso de massa, mas não houve o amadurecimento político das categorias que estavam interagindo no processo. Quem conseguiu esse crescimento de consciência política está no processo de resistência. Eu acredito que o movimento sindical vai dar esta volta por cima, é um processo de resistência que temos que estar.

O Brasil é um país que tem fome, miséria, problemas gravíssimos na educação, saúde. Temos todas as situações objetivas para fazermos um processo revolucionário, ganhar o poder e implantar uma outra política. Não é feito por falta de consciência política de fato. Com a queda do muro de Berlim, com as mazelas feitas pelos diversos países de regime socialista, acabou, também, contribuindo para um refluxo do movimento de esquerda. Aquela massa consciente de esquerda que defendia o socialismo, passou a não mais fazer. Tiveram uns piores, porque passaram para o outro lado, o presidente como todo aquele resto que fazia parte dos movimentos de esquerda. Nós não tivemos preparo, formação, nem consciência de continuar caminhando no sentido de uma sociedade diferente, seja ela socialista, comunista ou social-democrata. Mas eles souberam fazer o lado deles,

dizendo que o novo liberalismo daria conta das diversas questões sociais e que o estado deveria diminuir, assim a divisão das riquezas seria melhor. A velha história do bolo, só que nunca chega o pedaço do pobre; se vive num regime de exceção e que está se aguçando.” (Arno)

“Desde que o movimento sindical caiu no refluxo, tem uma parte dele que trabalha no sentido de mediar o capitalismo, ou seja, se não dá para termos o socialismo, vamos ver como perdemos menos. Usam como artifício, para escamotear o não-enfrentamento, a postura do recuo. Essas pessoas têm atrapalhado o movimento sindical, ajudando no descenso. Logicamente que a questão conjuntural e, também, as demissões e outros mecanismos que o capitalismo usa para nos intimidar nos levam a recuar. Mas isso, por si só, não justifica o nosso recuo, da forma como a gente estava fazendo.” (Dinovaldo)

“O neoliberalismo não é de hoje, não é de 1990, é anterior. É uma grife nova que fez o capitalismo se reciclar, começa com Margareth Thatcher e Reagan, na Inglaterra e nos EUA; e o Brasil entra nesse esquema. Entra e se ajoelha diante do neoliberalismo, o governo Collor começa as privatizações, o arrocho salarial piora, faz confisco de poupança, aumenta o desemprego que é estrutural. O governo Fernando Henrique acirra isso, é desemprego, emprego informal, trabalhador está perdendo os poucos direitos que ainda tinha; e as pessoas se calam. Deveria ser um momento de irem para as ruas, no entanto se recolhem. Mas por quê? É um momento, também, que o movimento sindical em vez de continuar nas lutas, apontar mobilizações, quebrar o corporativismo, ir para as favelas, escolas, para a roça, ele se recolhe. Quando aposta em alguma alternativa de luta, faz na via institucional. Ele vai para super estrutura, parlamento, mídia, buscando chegar em alguma forma de governo. Com isso ele perde uma de suas características, que é a de mobilização.” (Viviani)

“A nossa forma de fazer sindicato, desde o princípio, foi paternalista. Pode notar as assembléias, sentam 200 a 300 trabalhadores, chega o sindicalista, fala grosso, dá discurso, naturalmente diz o que tem que ser feito, mas quando abre a palavra, as pessoas ficam com medo de falar. Sempre foi assim, existe uma relação de poder entre dirigentes sindicais e categoria. É um processo paternalista, nunca conseguiu ser um processo militante. Pouquíssimas pessoas passaram a ser militantes, no sentido de não serem diretores mas exercerem um papel mais ativo dentro do sindicato. Este processo deve ser estudado porque temos muita culpa nele. É um processo histórico e cultural que repercutiu em todas as nossas atividades posteriores, aliada ao individualismo da sociedade de consumo. É uma

questão complexa, que têm vários dados a serem analisados: o sindicalismo, a própria estrutura social, a mídia.” (Vieira)

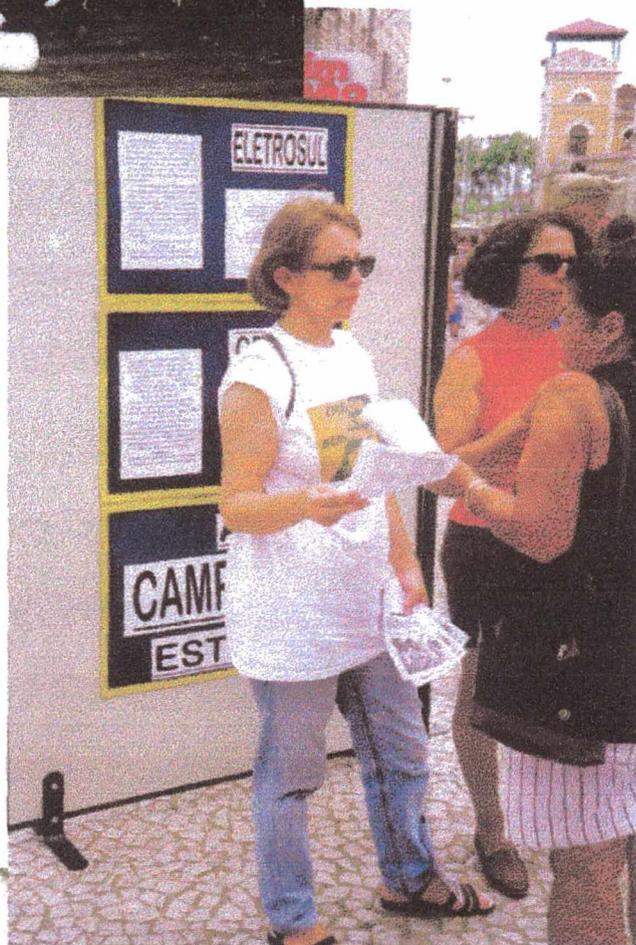
“O Sinergia não se preocupou com a privatização, foi levado de roldão. Só se preocupa quem se antecipa e tem política. Tivemos discussão sobre a privatização. Aliás, mil discussões, mas nenhuma política, estas seriam atitudes conseqüentes baseadas no planejamento. Nós dávamos porrada para tudo quanto é lado e não fazíamos muita coisa. Normalmente fazemos uma avaliação antes do planejamento e nada acontece. São pouquíssimas as atividades que se planeja e que se faz, também não se cobra. O Sinergia veio a ter uma política contra a privatização a partir do Plano e, depois, com o Mucap. Antes conseguiu fazer mas não fomos vitoriosos no que diz respeito à Eletrosul, mas fomos em relação à Celesc.” (Cláudio)

“A luta que o Sinergia fazia contra a privatização não ecoava na categoria, ela não dava resposta. O nosso discurso contra a privatização era bastante para baixo. Tinha que se fazer a luta de outra forma, mais criativa, como está se fazendo agora com o Mucap, que criou fóruns diferentes.” (Vieira)

“Da luta contra a privatização é isso, depois é que começa um plano mais contundente.” (Glauco)



Acima e ao lado,  
**Campanha Contra a Privatização**  
nas escolas e nas ruas, conversando  
com a população, em 1997



Abaixo, reunião do movimento sindical  
e MST com direção da Eletrosul  
para reverter punições referentes ao  
café da manhã na empresa, 17/4/97





Caminhada à luz de velas até Câmara de Vereadores de Fpolis. para realização de sessão especial contra privatização da Celesc e Eletrosul, 12/10/97

Uma das atividades do Projeto Meia Hora, na sede da Eletrosul, em 1997



MST apoiando a Campanha Contra a Privatização nas ruas, 12/10/97

## CAPÍTULO III

### O Sindicalismo no presente, um mais um é sempre mais que dois

Até quando?  
Até quando suportaremos,  
calados,  
o chicote da prepotência?

Até quando assistiremos,  
de nossas mesas,  
o desfilar do terrorismo?

Até quando observaremos,  
de longe,  
o sorteio das cabeças?

Quem quiser feche os olhos,  
mas não ficará impune  
ao grito ensurdecedor dos  
injustiçados.

Quem quiser vire as costas,  
mas a face não se oculta  
diante do espelho.

Quem quiser pode até dizer  
que não tem nada com isso,  
mas os gestos  
dos indignados  
suplantarão a indiferença.

Chega! Basta!  
é hora do acanhado não  
tomar corpo, virar AÇÃO  
é hora de vir AÇÃO.

Quem quiser não se expor  
vai virar marionete  
na vitrine da ilusão.

Dinovaldo Gilioli  
(Linha Viva, n 171, 12/03/92)

### O Plano Contra a Privatização (março a novembro de 1997)

Uma outra mudança começa a ser gestada a partir da metade da década de 1990 no Sinergia. Um período cada vez mais difícil e dramático para o mundo do trabalho e,

conseqüentemente, para o movimento sindical. A implantação da reestruturação produtiva e das medidas neoliberais continuam sendo incrementadas com determinação pelas direções da Celesc e Eletrosul. Nesta, entretanto, de maneira ainda mais contundente.

A ameaça de privatização destas empresas é cada vez maior, permanecendo como o grande desafio do Sindicato. As empresas elétricas são incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND) já em 1992, e, por conseguinte, o setor elétrico passa a ser preparado para a privatização. Para tanto, leis são criadas regulamentando o regime de concessões, como a nº 8987/95 e a nº 9074/95, que têm origem no Projeto de Lei do então Senador Fernando Henrique Cardoso em 1990. Preocupam-se muito menos em precisar instrumentos que garantam a defesa dos consumidores, porém são claras na definição dos direitos dos futuros concessionários, qual seja, o capital privado.<sup>1</sup> A primeira empresa privatizada é a Escelsa<sup>2</sup> em julho de 1995, seguida no ano seguinte pela Light<sup>3</sup> em abril, e pela CERJ em novembro.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Sobre essas leis regulamentadoras do regime de concessões de serviços públicos, “estabeleceram a obrigatoriedade de licitação para a concessão, as tarifas pelo preço licitado, a prorrogação das concessões existentes e principalmente a criação da figura do produtor independente de energia e do mercado livre de energia. Essas duas últimas (...) apontam para a mercantilização, ao menos parcial, da energia elétrica, na medida em que compradores e vendedores de energia poderão transacioná-la independentemente de áreas de concessão.” Citado em SCHERER, C. O emprego no setor elétrico diante da privatização. DIEESE – Subseção Eletricitários SC, Fpolis, setembro/1998, mimeo, p.7.

<sup>2</sup> A Escelsa, empresa federal de distribuição de energia elétrica do Espírito Santo é privatizada num leilão vergonhoso onde a custo baixo ainda conta com recurso do BNDES. O controle acionário passa para o Banco Bozano Simonsen, tendo também a participação dos Fundos de Pensão. Nas privatizações realizadas no Brasil é usual o setor público aplicar seus recursos para a compra de participações nas empresas ou para financiamentos a compradores. Na matéria de Chico Santos sob o título “Banco do Brasil, BNDES e fundos de pensão ligados a estatais já gastaram US\$ 13,285 bilhões desde 1991; dinheiro público garante 21% das vendas.”, é afirmado que: “dos US\$ 62.564 bilhões apurados desde 1991 com privatizações de empresas federais e estaduais, aproximadamente US\$ 13,285 bilhões são originários desse setor. (...) Os fundos de pensão compraram 9,5% do total privatizado até agora, com uma participação de US\$ 5,974 bilhões. Ao todo, eles compraram, em parte ou até inteiramente, 31 empresas, sendo 24 federais e 7 estaduais. Embora os fundos de pensão sejam entidades de direito privado, os ligados ao setor público têm como patrocinadoras as estatais, e o estado tem interferência direta na definição dos seus dirigentes.” Folha de São Paulo, 6 jun. 1999.

<sup>3</sup> A Light desde os anos de 1960, enquanto empresa privada, não faz investimento, contudo em janeiro de 1979, faltando poucos anos para a sua concessão voltar às mãos do próprio governo, este a compra por “mais de 300 milhões de dólares, envolto em mistérios e suspeitas”. Enquanto estatal a Light se torna uma empresa lucrativa, apesar das tarifas defasadas, fornece energia a 28 municípios no Rio de Janeiro, entre estes o Grande Rio, atendendo favelas e locais carentes de serviços públicos, cumprindo uma importante função social, além

Além da privatização, outras investidas continuam sendo feitas pelas direções da Celesc e Eletrosul, como as reformas administrativa e previdenciária, as novas tecnologias de gestão do trabalho, medidas de controle sindical, as formas de trabalho precarizado com o aumento das terceirizações.

No começo de 1996, uma nova diretoria sem oposição mas com alguma renovação, assume o Sinergia continuando a pautar-se pela consigna de Sindicato Cidadão. Esta gestão abre um espaço que resulta em significativas alterações na sua concepção e prática, decorrentes da combinação de alguns fatores: a renovação de diretores, a nova configuração da executiva (diretores liberados), a combinação de um diretor/vereador,<sup>5</sup> a interação de papéis na figura de uma diretora/mestranda.<sup>6</sup> De início, renascem algumas preocupações que se refletem em ações, como oposição à atuação imprimida pela CUT, filiação e organização dos trabalhadores da empreiteira que presta serviço à Celesc, APConstruções, Campanha de Moralização da Celesc contra a privatização e em defesa da empresa pública.

No final de 1996 a direção do Sinergia faz o seu planejamento anual e mantém como prioridade a defesa das empresas contra a privatização, contudo passa a atuar de maneira diferente. Dessa vez a luta contra a privatização é organizada através de um planejamento específico, para que todas as demais atividades do Sindicato a ela sejam vinculadas. Um grupo de diretores tensiona para que o combate à privatização não seja principalmente implementada em nível institucional e nem centralizado em um reduzido número de

---

de abastecer de água a cidade do Rio de Janeiro. Incluída no Programa Nacional de Privatização, como a Escelsa, o processo de privatização da Light é sustado no Governo Itamar, contrariando o BNDES e a equipe do Ministério da Fazenda; com o governo FHC o processo de privatização volta acelerado e se concretiza. O controle acionário fica com a EDF/França, maior acionista, e com empresas americanas. ROSA, LP. *Participação privada na expansão do setor elétrico ou venda de empresas públicas?* Rio de Janeiro, PPE/UFRJ, 1995, p. 71.

<sup>4</sup> A CERJ, empresa estadual distribuidora do estado do Rio de Janeiro nas áreas onde a Light não atua, com a privatização passa a ser controlada por empresas chilenas.

<sup>5</sup> Mauro Passos eleito, vereador pelo PT em 1996, combina a atuação de sindicalista com a de parlamentar. Ressalta-se que a remuneração percebida por ele como parlamentar é repassada ao Sinergia, contribuindo na liberação de diretores.

<sup>6</sup> As reflexões teóricas assumem concretude numa prática que engloba várias ações, destacando-se: o processo do dia 17 de abril de 1997 - Dia Nacional pela Reforma Agrária e contra as Privatizações, refletidas em punições, que são suspensas a partir da unidade do movimento sindical, pautada na solidariedade; e a elaboração do Plano de Ação Contra a Privatização da Celesc e Eletrosul, subsidiando o Seminário da Campanha Contra a Privatização da Celesc e Eletrosul.

diretores. Para enfrentar esta luta contra o capital percebem que, necessariamente, é preciso ir muito além da diretoria; a unificação com outros sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, disputando a sociedade passa a ser o caminho.

### **Seminário Contra a Privatização da Celesc e da Eletrosul**

Esse seminário, tendo como base essas orientações, é realizado na Escola Sul da CUT em duas etapas, 14 e 24 de março de 1997, com a participação, pela parte do Sinergia de 34 diretores, as duas jornalistas, o assessor de Formação Sindical e o responsável pela subseção dos eletricitários de Santa Catarina do DIEESE. Também tomam parte representantes de outras entidades: Sintae, Sinte, Seeb, Saesc, Aprosul, MST.

Duas questões são preliminares para assegurar o compromisso de todos com a nova luta a ser construída: “Queremos ou não barrar a privatização da Celesc/Eletrosul?” e “É possível barrar a privatização da Celesc/Eletrosul?” Com a afirmação da maioria,<sup>7</sup> o acordo é firmado, tendo como entendimento que as privatizações não estão dadas, que é difícil mas há possibilidade de adiar o processo ou mesmo barrá-lo, com o envolvimento da categoria, unificação dos movimentos e o apoio da sociedade. Também avaliam, dado o momento conturbado que o governo passa tentando esconder a crise, que mudanças conjunturais são possíveis e podem redefinir a política de privatização.

O Plano Contra Privatização da Celesc e Eletrosul é construído em três níveis: o primeiro busca o envolvimento da categoria, ativos e aposentados, familiares e amigos; o segundo é em nível da sociedade civil, articulando atividades com o movimento, priorizando sindicatos próximos, CUT, Intersindicais, Federação, movimentos sociais, destacando o MST, o MAB, associação de moradores, escolas, estabelecimentos comerciais,

---

<sup>7</sup> As duas questões são respondidas por escrito e fixadas no quadro para que, de maneira coletiva, fosse possível a avaliação que definiria a posição a ser tomada: A) Queremos ou não barrar a privatização da Celesc/Eletrosul? SIM = 35, NÃO = 1 e OUTRAS = “Sim, transformando as estatais em empresas públicas”; “Sim, barrar privatização e o projeto neoliberal”; e “É possível?” B) É possível barrar a privatização da Celesc / Eletrosul? SIM = 28, NÃO = 4 e OUTRAS = “Não sei”; “Tenho dúvidas”; “É difícil”; “Não, só dá para complicar”; “É difícil, mas não é impossível”; “Somente com organização”; “Só com Tupac Amaru”; e “Somente com a participação popular maciça”. Relatório do Seminário Contra a Privatização, mimeo; Florianópolis, 1997.

e a população de modo geral; o terceiro nível é o institucional, buscando o apoio das Câmaras de Vereadores do estado, Assembléia Legislativa, além de prosseguir com o trabalho na esfera nacional.

Este, em nível da categoria, é implementado tendo como base a realização de plenárias aos sábados, na Escola Sul da CUT em Ponta das Canas, Florianópolis, possibilitando construir e executar cada passo, coletivamente e com maior participação, numa analogia ao *slogan* “Um mais um é sempre mais que dois”, da música de Beto Guedes e Ronaldo Bastos

### **As plenárias do Plano**

A 1ª Plenária ocorre em 5 de julho de 1997 com a participação de 38 eletricitários, entre dirigentes e categoria, que decidem por uma Campanha Contra a Privatização da Celesc e Eletrosul lançada em dois sentidos. O primeiro, para a categoria: é distribuído o boletim-calculadora, para cada eletricitário calcular o tempo dedicado à empresa e não o tempo que falta para se aposentar, com isso resgatando o valor trabalho e também a valorização enquanto cidadão trabalhador. O segundo, visando envolver os familiares e amigos: através de um baile, em 5 de julho de 1998, convocados através do boletim À Família Eletricitária (Anexo I). Este, além de convite, chama a atenção para os problemas da privatização. Aborda a Campanha e convida para participar da 2ª Plenária.<sup>8</sup>

Esta plenária ocorre em 23 de agosto de 1997, e também é convocada através: do Linha Viva, pelo boletim da Campanha 1ª edição (Anexo II) e através do corpo-a-corpo feito por alguns dirigentes nos locais de trabalho. Assinam a lista de presença 32 diretores, 6 funcionários, 61 membros da categoria e 24 familiares e amigos. Em tempos de pouca participação nas atividades sindicais e com a descrença da maioria da diretoria do Sindicato, podemos considerar bastante representativa esta plenária. As atividades realizadas e os materiais utilizados na Campanha são avaliados, o resultado mostra uma boa aceitação. A partir desta avaliação são planejadas 23 atividades a se realizarem em dois meses aproximadamente, que visam a divulgação da Campanha na categoria, em associações de bairro, estabelecimentos comerciais, com distribuição de material específico, como adesivos

---

<sup>8</sup> Relatório da Memória da Plenária “Não à Privatização- Celesc e Eletrosul”, Florianópolis, 1997, mimeo.

para peito e vidro do carro, cartilha explicativa; também fica decidido o lançamento público da Campanha no centro da capital.

Para possibilitar o envolvimento e construção das atividades programadas é enviada a Memória da 2ª Plenária “Não à Privatização – Celesc e Eletrosul” (Anexo III) a todos os participantes. Ainda como fator de envolvimento e participação, cada diretor passa a receber a Agenda Semanal da Campanha (Anexo IV). Depois esta passa a ser divulgada pelo Linha Viva, atingindo também a categoria.

Concomitantemente ao 3º Congresso dos Eletricitários de Florianópolis é realizada a 3ª Plenária. Na perspectiva de maior participação a convocação é feita de várias formas – Linha Viva, distribuição da programação do evento, de marca-livro, carta-convite especial – (Anexo V). A abertura na noite de 24 de outubro de 1997, contando com a participação de aproximadamente 150 pessoas, é feita por Gilmar Mauro, da Coordenação Geral do MST. Com este debate os organizadores tentam mostrar, através do exemplo dos sem-terra, que é possível lutar e resistir. Entre os participantes, a maioria não é eletricitária, mas dirigentes de sindicatos, movimentos comunitários e partidário, e muitos estudantes universitários. A noite termina com um coquetel e dança porque, como é dito no convite, “ninguém é de ferro”.

Na manhã seguinte ocorre a 3ª Plenária com 40 participantes, realizando o debate sobre “As estratégias da CUT Nacional frente à privatização do setor elétrico”. Os debatedores são três membros da Executiva Nacional, Pedro Ivo Batista, José Maria de Almeida e João Vacari, representando três diferentes tendências da Central. Ao final, evidencia-se que a CUT, “apesar de ser contra a venda das estatais, não tem nenhum plano de enfrentamento das privatizações em geral e menos ainda para o setor elétrico.”<sup>9</sup> A coordenação da campanha no intuito de manter constante contato faz, na semana seguinte, todos os participantes receberem uma correspondência, os desta plenária e das outras (Anexo VI).

## **O Sinergia busca aliados**

Em nível da sociedade, a primeira iniciativa concretiza-se em buscar a unificação da campanha com sindicatos mais próximos, cujos dirigentes já apontam esta intenção. Porém,

---

<sup>9</sup> Linha Viva n.434, 30 out. 1997.

neste momento, esta iniciativa não tem sucesso. Na prática o corporativismo ainda se constitui num dos problemas no movimento sindical, apesar dos enfáticos discursos propondo a união dos trabalhadores. Uma outra tentativa neste sentido é feita em 27 de agosto de 1997. Neste momento a Campanha está em pleno vigor, tornando-se referência no movimento sindical. Numa reunião da CUT Estadual/SC, contando com a participação de vários sindicatos da região e dos sindicatos da Intersul, a Campanha é apresentada, servindo de modelo para criação de um movimento unificador, Fórum “Em Defesa do Patrimônio Público e Contra as Privatizações”. Dessa forma, mais um fórum é criado, contudo não é consolidado, acaba sem ter existência, como tantos outros fóruns criados.<sup>10</sup>

A aproximação do Sinergia com o MST é cada vez mais intensa, resultando em solidariedade recíproca. No dia 17 de abril de 1997, os integrantes do MST vêm a Florianópolis fazer manifestações de protesto contra o Governo pela impunidade dos responsáveis por 19 assassinatos de sem-terra ocorridos há 2 anos em Corumbá e Eldorado dos Carajás no Pará, e uma delas ocorre em frente à Eletrosul. Eles são “recebidos nos portões da empresa, com um café da manhã, por aqueles que, apesar das ameaças dos chefes e direção da empresa, têm compromisso maior com a solidariedade”. Nesta os sem-terra somam-se ao Sinergia e repudiam a possibilidade de privatização da empresa. Seguem em marcha, acompanhados pelo movimento sindical, até a CIASC, onde conseguem reverter a punição de dois dirigentes sindicais suspensos por 30 dias por estarem exercendo atividade sindical dentro desta empresa. A marcha caminha até a Celesc. Num ato simbólico dá um abraço no prédio, de mãos dadas com os celesquianos, que estão parados, nesta manhã, contra a privatização e a má administração da empresa.

Esta mobilização traz repressões. Os empregados da Eletrosul que participam do café da manhã são punidos. De fato, a reversão é conseguida no dia 7 de maio através de uma comissão composta por parlamentares, representantes do MST e, fundamentalmente, por sindicalistas. Como forma de registrar essa solidariedade do movimento sindical, o Sinergia elabora um boletim unificado (Anexo VII), distribuído nas diversas categorias.

## **O Sindicato disputa a sociedade**

Na continuação das atividades decide-se investir em estabelecimentos comerciais, o que não se concretiza, resumindo-se a alguns poucos na proximidade da sede da Eletrosul.

---

<sup>10</sup> Circular 107/97 – S.G. CUT/SC, 8 ago. 1997.

A maioria dos diretores, lamentando ter dificuldade, não faz a visita aos estabelecimentos do seu bairro.

O Departamento de Formação Sindical realiza o Seminário de Multiplicação, nos dias 6 e 7 de outubro de 1997, contando com 23 participantes. O objetivo é qualificar os dirigentes para atuar na Campanha. Apesar disso, a maioria dos dirigentes não se dispõe a participar.

Uma outra linha de atuação ocorre nas escolas públicas,<sup>11</sup> fruto da iniciativa de familiares e amigos dos eletricitários, e atinge cerca de 6.000 alunos. Esta experiência é avaliada positivamente pelo envolvimento suscitado.<sup>12</sup> Os resultados são evidenciados na procura dos alunos pelos materiais da Campanha (Anexo VIII), para divulgá-la. Além disso, nas escolas muitos professores trabalham o tema, resultando em redações enviadas ao Sindicato (Anexo IX).

A Campanha também é lançada nas ruas. Na Felipe Schmidt, no centro da cidade, dia 12 de outubro de 1997 os dirigentes passam a tarde distribuindo panfleto explicativo, buscam a assinatura de apoio através de abaixo-assinado contra a privatização da Celesc, Eletrosul, e também do Besc e da Casan, pois mesmo não se constituindo numa campanha unificada a direção do sindicato defende as outras instituições públicas; os dirigentes promovem atividades culturais, intercalando com as explicações sobre o processo à população; organizam dois painéis, um sobre o que representam a Celesc e a Eletrosul para Santa Catarina e outro com a posição dos parlamentares sobre a privatização. (Anexo X). Esta atividade é encerrada com uma caminhada à luz de velas até a Câmara de Vereadores de Florianópolis, onde se realiza uma Sessão especial contra a privatização da Celesc e Eletrosul.

Com tantas ações diversificadas a luta institucional fica redimensionada. É realizada mais regionalmente, por meio de debates em diversas Câmaras de Vereadores do estado,

---

<sup>11</sup> Várias são as escolas visitadas, como o Colégio Estadual Frederico Santos, em Paulo Lopes, a Escola Estadual Nereu Ramos, em Santo Amaro da Imperatriz, o Colégio Municipal Maria Luíza de Melo, em São José, o Colégio Estadual de Palhoça; também universidades, UNISUL, em Tubarão, turmas da UFSC, como a do curso de Serviço Social.

<sup>12</sup> Na maioria das escolas é utilizado como recurso didático um esquete teatral antes de os dirigentes falarem sobre a privatização e suas conseqüências. O bem-humorado Dr. Privatudo tenta convencer os alunos de que seria muito bom se a escola fosse privatizada. Há uma grande interação das crianças, adolescentes e até adultos, com o personagem, despertando a atenção, o interesse na explanação e participação no debate.

conseguindo moções contrárias à privatização da Celesc, Eletrosul, Besc e Casan.<sup>13</sup> Estas são enviadas à Assembléia Legislativa. Nacionalmente o trabalho continua sendo feito, mas em passo mais lento.

Ainda em nível institucional jurídico, a direção do Sinergia promove ações cujos resultados possam intervir no processo, dificultando a privatização.

Nesta Campanha a grande parte da diretoria participa quando convocada para alguma atividade específica, mas ainda não há o efetivo envolvimento. Este se limita a um conjunto de diretores liberados. Também não consegue seduzir a categoria, a não ser pontualmente em algumas atividades. Os celesquianos são os que mais participam. Esta iniciativa do Sinergia, avaliada logo a seguir por seus dirigentes, é o embrião de uma possibilidade de saída do movimento sindical da defensiva.

### **Os dirigentes sindicais avaliam o Plano**

“O outro processo da luta contra a privatização, com contexto diferenciado, na prática se dava como uma ação da diretoria nos fóruns institucionais. Embora negássemos e fôssemos contra, a Federação encaminhava desta forma. De alguma maneira se começou a transitar no Congresso.

Havia centralização inclusive das pessoas que nos representavam nos fóruns institucionais. Mas o personalismo e o centralismo eram apenas componentes. Seria fácil dizer que conseguiríamos mudar trocando os diretores. Havia concordância de toda a diretoria em relação a esta centralização. Tivemos problemas no enfrentamento da conjuntura e do inimigo. Apesar de termos alterado nossa forma de organização interna, democratizando-a, na prática não mudamos. No planejamento do Plano estas questões foram colocadas explicitamente, sendo discutidas e debatidas entre a diretoria. De certa forma isto

---

<sup>13</sup> No Sinergia estão arquivadas as moções, todas elaboradas em 1997 pelas Câmaras de Vereadores dos seguintes municípios: Florianópolis (8/4), Itajaí (11/4), Três Barras (14/4), Guaraciaba (15/4), Maravilha (22/4), São João Batista e Joinville (24/4), Nova Trento (29/4), Major Gercino (5/5), Itapiranga (6/5), São João do Oeste (12/5), Tunápolis (14/5), Canelinha (26/5), Tijucas (23/6), Governador Celso Ramos (1º/8), Bocaina do Sul (7/8), São José (13/8), Rio do Sul (18/8), São Martinho (23/8), Porto Belo (25/8), Camboriú (3/9), Imbituba (4/9), Blumenau (9/9), Paulo Lopes (8/9), Bombinhas (11/9), Santo Amaro da Imperatriz (16/9), Lages (29/9), Águas Mornas (1/10), Armazém (3/11), São José do Cedro (18/11) e Videira (25/11).

radicalizou a discussão, ficou mais claro quais os rumos e onde queríamos chegar.”  
(Glauco)

“Se a direção do Sindicato, naquela época, tivesse percebido que tínhamos que atuar nos três eixos, nossa qualificação na luta contra a privatização seria diferente. Talvez a privatização da Gerasul não houvesse ocorrido. Infelizmente, parte da diretoria reforçou a questão institucional.

Nós tínhamos uma prática de não cobrar as atividades. As pessoas iam para Brasília, para o Rio e davam um retorno no limite da institucionalidade. Pequena parte da diretoria cobrava a questão mais geral. Acabamos não ampliando e atrasado a luta mais ampla contra a privatização, que poderia ter dado outros frutos.

Isto contribuiu para que grande parte da diretoria resistisse ao planejamento de ações nas áreas não institucionais. Ainda hoje parte da diretoria trabalha com a lógica institucional. Ela é mais cômoda para todos. Basta que enviemos duas ou três figuras iluminadas, para que os outros possam fazer só um trabalho de bastidores. Mas sabemos que, na luta contra a privatização, necessariamente, temos que botar o povo na rua.”  
(Dinovaldo)

“Anteriormente não tínhamos um processo de discussão em planejamento, tendo uma dinâmica que permitisse as pessoas se expressarem. Colocava-se a bandeira da luta contra a privatização mas não conseguíamos levar muita gente, era muita porrada e as pessoas foram se acomodando.

No caso da Eletrosul muitas pessoas se sentem impotentes para a luta, mas são conscientes de que estão no caminho errado. Pelo comportamento dos que ainda participavam de manifestações em frente à Eletrosul, se percebe que algumas pessoas conseguem compreender melhor. Ouvi discursos de pessoas que eu não imaginava ouvir, coisas emocionais que mostravam que elas estavam convictas daquelas questões. Há o diferencial de priorizar sem desconhecer a dificuldade do movimento; ou acreditamos que podemos mudar, ou...” (Glauco)

“O seminário de planejamento do Sindicato partiu do princípio que, primeiro, as pessoas tinham que estar convencidas de que era possível barrar a privatização. Desde a formação da chapa, construímos um perfil antiprivatista no Sindicato. No planejamento, resgatamos este perfil político e a necessidade de manutenção da empresa pública. Mesmo sendo antiprivatista, não bastava o desejo de não privatizar. Tínhamos que ter o entendimento, a vontade de barrar.” (Dinovaldo)

“Houve uma mudança neste planejamento, houve muita discussão. O pessoal quebrou a cabeça em cima do assunto. Idéias são coisas valiosas e não é qualquer um que tem idéias, são alguns privilegiados que as têm. Ir ao Parlamento, à Câmara de Vereadores, às comunidades, às praias, tudo isto foram idéias. Ali começou o embrião do Mucap, o envolvimento com outros sindicatos.” (Édio)

“O Plano Contra a Privatização do Sinergia foi tirado neste planejamento. Havia responsáveis, ações e operações, um caráter fantástico. Era dividido em três eixos, um tripé: categoria, sociedade civil e, por último, o institucional. Quando falávamos em categoria, não pensávamos nela sozinha. O Plano abria espaço para trazer a família do eletricitário, para que conhecessem a realidade, trouxessem alternativas, para que vivessem juntos e partilhassem conosco aquele momento. Existia a aprovação da categoria e isto foi fantástico.

No eixo da sociedade civil entrava desde visitas ao dono do mercadinho até às escolas, Associação de Moradores, escritórios, calçadão. Era para sair da toca e ir falar com o povo. O trabalho institucional era feito na Câmara de Vereadores, na Assembléia Legislativa; em nível nacional, no Senado e na Câmara de Deputados.” (Viviani)

### **O Sindicato “Paizão” e a categoria**

“No que diz respeito à categoria, continua tudo como antes no quartel de Abrantes, ou seja, nada. Continuamos a dar informes lá na frente e mais nada que altere na prática. Faz tempo que a categoria não está envolvida. Tem um mínimo de trabalhadores que se sentem envolvidos, porque a luta sindical está muito presente nele. São pessoas que já se envolveram em movimentos sociais. A grande maioria da categoria não compartilha deste tipo de movimento.

O campo de confronto sindical é a empresa, queira ou não queira é a Eletrosul. O procedimento da empresa é odiar. Você reage uma vez e a empresa controla, te abafa e você tira, mas a coisa vem para cima; chega um ponto que não há mais força. Você sente que está isolado, inseguro, com medo, sem força. Assim, as pessoas não vêm. Para virem tem que haver um fato muito grande, um fato seguro que lhes dê segurança de vida ou morte, o que a empresa não faz porque está sempre no limite. A empresa joga com o medo das pessoas. No consciente das pessoas (não é no inconsciente), a primeira coisa que vai acontecer é a demissão. Isto o sindicato não soube trabalhar. Como se trata do nível do consciente, isto pode ser planejado, desenvolvido e o Sindicato nunca fez. A empresa sim e, por isso, sempre deu as cartas. Mesmo quando o Sindicato tentava cercar, eles davam outra em nós,

matavam a pau. Sempre aceitamos esta luta mas ela é péssima, é nociva para nós. Nossa luta sempre foi a tradicional do movimento sindical, esta eles conhecem. Falta teoria e prática, nós nunca saímos desta teoria.” (Cláudio)

“A maioria das pessoas só emprega a sua energia quando tem algum grau de expectativa de retorno, quando acham que possa existir uma contrapartida. Na Celesc, ao mesmo tempo em que as pessoas se sentem apavoradas porque acham que vão mexer com seus empregos, há mobilização, uma participação mas só naquelas circunstâncias bem episódicas: quando tinha votação na Assembléia Legislativa e em outros momentos parecidos. Todo esforço que se faz é válido, colabora para criar mudanças, mas não senti um engajamento da categoria. Em outros momentos, vimos ela responder de uma forma muito mais contundente, ativa, orgásmica. Ela foi já tímida neste momento de luta contra a privatização, hoje não acredita que seja possível barrá-la.” (Vitor)

“Tem uma tradição cultural no sindicato, sempre tivemos uma postura de sindicato paizão. Tentamos rompê-la por outra, a do Sindicato Cidadão, mas, em decorrência de algumas ações, acabamos reproduzindo o sindicato paizão. Nós, dirigentes sindicais, temos que ir sempre à frente, mas ir à frente juntos, nós e a categoria. O dirigente tem que mostrar que está afim de lutar, de se expor, para que a categoria confie, não pense que estamos titubeando; além do que nós temos garantia de emprego. Mas reproduzimos muito a figura do paizão nas nossas falações, nas nossas concentrações. Não cobramos da categoria porque achamos alijada, pecamos muito a este respeito. No discurso do ‘nós vamos fazer’, ‘nós vamos encaminhar’, o ‘nós’ restringe as ações à direção do sindicato.

Outra questão é a correlação da história política do sindicato com a do país. No Brasil, temos uma história de participação e de luta coletiva muito recente que, inclusive, se rompeu com a ditadura. Quando as mulheres começaram a votar? Quando as mulheres começaram a ter direitos iguais aos dos homens? De certa forma isto também cacifou as pessoas para o individualismo. Algumas instâncias da sociedade que trabalham com a questão coletiva, também levam para o individualismo. Há muito estrelismo: ‘O presidente é que vai encaminhar, o salvador da pátria.’ Isto tem influenciado o ponto de vista cultural.

Outro aspecto é a opção pessoal. Muitas pessoas não estão priorizando o enfrentamento. O sistema trabalha com muita competência a questão individual. Um exemplo recente na Eletrosul demonstra isso, quando a direção diz: “Quem se prepara, quem se qualifica, vai se dar bem mesmo com a privatização.” Eles trabalham muito com a lógica da qualificação, de ser um melhor que o outro, mesmo com o país expurgando

trabalhadores por tudo quanto é lugar. Este é um discurso que pega, porque o capitalismo está arraigado, está na veia das pessoas. Neste ponto temos que trabalhar por outro viés além do político: a solidariedade. Ela ajuda neste processo, procura ver o outro como parceiro e não como competidor. Ajuda a construir valores, como respeitar o outro como ele é, sem enxergá-lo com um bicha, um viado, um negro. Você vai rompendo com estas questões, vai ver, no outro, um cidadão, uma pessoa.” (Dinovaldo)

### **A Campanha Contra a Privatização na sociedade**

“Na Campanha o que modificou foi o eixo da sociedade civil; se partiu para o esclarecimento e não para a disputa. A população foi esclarecida através de rádio, televisão e, principalmente, nas ruas, nos atos na Felipe Schmidt.” (Cláudio)

“A experiência fundamental é estar contatando com a população. Sempre existiu este discurso no movimento sindical, mas nós falávamos pouco com a sociedade civil. Falar com a população significa uma via de mão dupla. É estabelecer compromissos, não usar a sociedade para a sua bandeira. Se você não estabelece com ela um vínculo de compromisso, não tem retorno. Nós falávamos com a sociedade civil através dos nossos boletins, através dos meios de comunicação, estabelecendo o compromisso, a via de mão dupla. A partir do momento em que você vai à escola, você escuta as pessoas questionarem por quê a privatização é ruim? Você escuta pessoas que dizem que a privatização é boa e você tem que discutir.

A partir daí se começa a conhecer o que é a sociedade civil, que normalmente é tratada como uma coisa geral, mas existem duas sociedades civis. Há aquela que é organizada em algum movimento e aquela que é a população em geral, cujo veículo mais ouvido é aquele que está nas mãos dos que detêm o poder. Inconscientemente ou não, ingenuamente ou não, alguns acabam reproduzindo isto. Justamente nas escolas, onde deveria ser um meio de questionar o *status quo*, acabamos verificando que esta lógica também se reproduz. Muitos discursos que víamos nas escolas eram reprodutores da dominação. Muitos diziam que a privatização é boa e que, no fundo, nós estávamos defendendo uma questão meramente corporativa; que nós estávamos preocupados com a questão do emprego. Mas avaliamos coletivamente que este é um baita espaço para se trabalhar, para poder até dizer que privatizar é retornar. No Brasil estas empresas já foram privatizadas em determinado momento, como o exemplo da Light. As pessoas que haviam

escutado histórias dos avós, dos pais, comentavam: ‘Na época, realmente faltava energia elétrica’.

Foi gratificante trabalhar com as escolas. Alguns resultados conseguimos colocar nesta mesa, outros são do imaginário, da subjetividade. As redações que foram feitas foi um dos resultados práticos, fundamental e nos motivou. O debate, o esquete teatral, a reação das pessoas também foi muito legal. Os alunos que não sabiam como fazer, se colocavam à disposição para ajudar: ‘O que eu posso fazer para não deixar privatizar a Eletrosul, a Celesc, o Besc e a Casan?’, ‘Como posso ajudar?’ (Dinovaldo)

“A melhor parte da Campanha foi com a sociedade civil porque abriu para o debate. Sou suspeita para falar, porque esta história de Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa não é comigo. Estas atividades obrigaram os sindicalistas a saírem da instituição, saírem da toca.” (Viviani)

“Tínhamos que tentar outras alternativas para sensibilizar a população. Para sensibilizá-la, temos que ir saber o que ela anseia. Não podemos pedir para a população nos ajudar, enquanto ela está querendo comida. Eu tenho um salário alto e não vou pedir para ela ajudar a manter uma empresa que ela nem sabe o que faz. Ela quer, primeiro, entender mais.” (Arno)

“Cada vez que fazíamos uma concentração ou atividade de rua, as pessoas pegavam material, se manifestavam. Não foram raras estas vezes. Houve argentinos que, como já tinham passado por isto, pegavam o microfone no meio da rua e davam o recado, o que é uma coisa extremamente difícil. Já é difícil para nós, dirigentes sindicais, imagine para um ‘vidente normal’. Outros não tinham coragem de falar no microfone, mas falavam conosco. Teve um retorno muito bom, inclusive com abaixo-assinado. Vimos que o povo estava contra a privatização. Os que ainda não estavam, precisavam ser esclarecidos. Nos propiciou o conhecimento da sociedade como um todo; deu uma demanda de trabalho muito grande, mas abriu o Sindicato para a rua, para a vida.” (Viviani)

“Foi extremamente importante termos falado com a sociedade e assumido: ‘Como é difícil falar com a sociedade’. Por isto muitos preferem ficar no discurso, porque temos que abrir mão de um monte de coisas, do horário de almoço, etc. Temos, também, que abrir mão de alguns discursos e estabelecer um diálogo com o povo, que não é o mesmo discurso que se faz com a base, nem o mesmo que se faz na diretoria. Tínhamos a possibilidade e os mecanismos para ativar mais escolas, mas acabamos não contactando. Mal conseguimos ir nas que nos convidavam. Faltou perna, poucos se dispunham a este trabalho. Neste aspecto

percebe-se que uma parte da diretoria não está afim, ou não esteve naquela época.”  
(Dinovaldo)

### **Redimensionamento do trabalho institucional**

“Em relação ao eixo institucional continua quase a mesma coisa: visitar fulano, o senador, o ministro, o diretor da Eletrobrás, o Cláudio Ávila. Não sei o quanto foi positivo nas Câmaras de Vereadores, mas houve um avanço.” (Cláudio)

Houve um trabalho sistemático na Assembléia Legislativa de Santa Catarina que desaguou numa Sessão Especial Contra a Privatização. Acompanhei e participei de alguns trabalhos, havia aceitação da maioria dos parlamentares. Presenciamos o discurso do Amin<sup>14</sup> dizendo que era contra a privatização e que não se tinha um modelo. Ele fez uma crítica no calçadão. Hoje sabemos que, depois de eleito governador, seu modelo é privatista e pronto. Queria que tivessem diretores mais próximas em Brasília. Às vezes parecia que as informações que vinham não eram suficientes, como os contatos com o Suplicy, por exemplo; parecia que aquilo que era trazido sempre era insuficiente. Nas atividades que participei, ouvia as discussões, parece que as coisas tinham uma importância diferente. Quando se somam as forças é diferente, surge outro prisma, a gente fica mais forte.”  
(Albertina)

“Neste Plano fizemos visitas às Câmaras de Vereadores do estado e algumas nos estados vizinhos. Também houve visitas em algumas prefeituras. A atuação foi mais regionalizada. Isto limitou, podia-se ter ido além porque temos empresas em esferas diferentes. A Celesc é concessionária do estado de Santa Catarina, mas a Eletrosul é federal e nós nem conseguimos ir para os quatro estados de sua atuação. Foi ruim termos centrado nossa campanha de privatização em Santa Catarina. Agora, pior mesmo foi termos feito contado, num determinado momento, com parlamentares ligados a partidos de direita. Tivemos um ganho momentâneo mas pagamos caro, até deixamos de eleger um parlamentar de esquerda.<sup>15</sup> Acabamos impulsionando um de direita que não vai levar a Campanha Contra a Privatização adiante. Não sei se tínhamos claro as conseqüências desses nossos atos, fomos ingênuos.” (Viviani)

---

<sup>14</sup> Refere-se a Esperidião Amin Helou Filho, PPS, eleito para governador de Santa Catarina no período de 1998 a 2002.

<sup>15</sup> Refere-se à candidatura de Mauro Passos para deputado estadual pelo PT.

“Antes, só fazíamos trabalhos no Congresso Nacional. Com o Plano começamos a fazer o trabalho nas Câmaras de Vereadores daqui. Passamos a ver que estávamos atrasados em relação a isto. Era um espaço a se conquistar porque são formadores de opinião, representavam várias comunidades. Eles cederam espaço para falarmos do Besc, Casan, Celesc. Trocávamos idéias e eles aprovavam moção contrária à privatização destas empresas.

Descobrimos espaços que devíamos conquistar, inclusive, em lugares onde nem a Celesc distribui energia, onde as cooperativas é que fazem. Com a experiência que tive na Erusc, conhecia vários diretores das cooperativas. Em alguns municípios, eles eram prefeito ou presidente da Cooperativa, pela influência política que tinham. Fizemos debates organizados pelas cooperativas em várias cidades. Eles é que marcavam nas Câmaras de Vereadores, que acabavam aprovando moções de apoio, porque sabiam que se a Celesc fosse privatizada, aumentaria as suas tarifas também. Se privatizassem a Eletrosul provavelmente aumentaria a tarifa da Celesc e, por conseqüência, também a deles.” (Arno)

“Foi extremamente correto priorizar o regional. Ponderamos aquela história de pensar nacionalmente e agir localmente. Priorizar o regional parece uma questão de quarterizar o país e ficar com a seara. Mas não foi uma quarterização, foi uma questão estratégica. Trabalhamos em nível regional para sensibilizar o nacional. Os parlamentares catarinenses que atuam em Brasília só se sensibilizaram deste modo. Verificaram que havia uma pressão local. A partir disso, o Fórum Parlamentar Catarinense, composto por uma maioria de direita, começou a se sensibilizar pela questão da privatização. Alguns por uma questão eleitoreira mas, de alguma forma, se sensibilizaram. Este é um fato cultural importante. Nestas cidades menores existe uma tradição de partidos de pai para filho. Nesta seara, a maioria dos vereadores não tem uma corrente ideológica, é mais uma vinculação familiar, de parentesco, ou de poder local. Pedimos para que as pessoas verificassem nas suas comunidades a Celesc, o Besc ou a Casan. Foi aonde nós ‘batemos na canela’.

Assim atingimos, nacionalmente, os parlamentares catarinenses. Eles sabiam que o seu vereador, daquele localzinho, do PPB, da direita, do PFL, estaria dando apoio à Campanha Contra a Privatização. Isto iria ter repercussão na sua base eleitoral. Foi extremamente positivo, nos qualificou e nos potencializou para a questão nacional. Temos uma experiência no Congresso Nacional que deve ter continuidade, apesar da ida a Brasília ser cara. A Federação é que deveria fazer o trabalho em nível nacional, não o fez, mas deveria começar a atuar.” (Dinovaldo)

## A Campanha e a diretoria do Sindicato

“Por ocasião do seminário, houve aquela famosa pergunta: “Era possível barrar a privatização?”. Eu disse que não. Lembro-me que fui o único a dizer que não, justamente porque não se tinha vontade, não se tinha uma prática. Essa vanguarda não estava a fim.” (Cláudio)

“Quando saímos de lá a palavra era “barrar a privatização”. No primeiro momento você acha que barrar não é cortar de vez o cordão umbilical; barrar é permitir que possa acontecer mais para a frente. Era esta a minha interpretação. Mas, se pesquisarmos no Aurélio, barrar seria acabar, não deixar que a coisa aconteça. Eu sentia que parte da diretoria não acreditava nisto. Não que não quisesse, mas não acreditava. Sentíamos-nos impotentes, com a bola murcha.

Quero acreditar que a diretoria fez o melhor possível nesta campanha. Temos as nossas impotências, existem muitas pessoas na categoria que não querem se envolver. É difícil acordá-las, mexer, chamar. Enquanto diretora senti dificuldade em tratar com a base, era muito difícil. Também tínhamos uma máquina administrativa e toda a imprensa que nos deixava impotentes para lidar com estas pessoas. Existia o desejo, mas alguns diretores sentiam-se inibidos e sem argumentos para fazer com que a categoria acreditasse no que estávamos dizendo. Havia dificuldade em dizer: ‘Estes sonhos têm que se concretizar, vamos construir juntos’. O envolvimento foi pouco, as pessoas achavam que não valia a pena. Foi um período difícil porque tinham tantas coisas a serem tratadas. Alguns diretores envolveram-se de corpo e alma, nesses tenho que citar os liberados. Mas deveria haver um número maior de diretores que pudessem contribuir. Tínhamos que ter mais compromisso, porque, só assim, um estaria fortalecendo o outro.” (Albertina)

“Só 5 dos liberados, somos 9, assumiram e foram para a rua. Os não-liberados, de uma certa maneira, contribuíram. Um dos exemplos é o Jesus,<sup>16</sup> que levou a esposa e um colega professor para as plenárias, que nos abriram umas escolas. Alguns da categoria conseguiram que fôssemos a outros lugares. Mas da diretoria como um todo, uma parcela pequena assumiu e foi para a rua.

Isto demonstrou que uma mesma diretoria tem concepções diferentes, tem um rio que nos separa. Uns com uma concepção e prática mais voltada para a vida, mais combativa, que procura trabalhar o socialismo, as mobilizações. Outros têm uma concepção acuada, detendo-se a tocar o feijão com o arroz da vida sindical.” (Viviani)

<sup>16</sup> Refere-se a Jesus Antônio da Silva.

“Para o imobilismo da diretoria podemos buscar várias explicações. Uma delas é: ‘Estou contemplado com que os outros diretores estão fazendo’ – e vai tratar de sua vida pessoal. A montagem da chapa desta diretoria já foi complicada. Das outras vezes fizemos uma articulação um pouco melhor. Nesta tínhamos um conjunto de diretores que estavam no Sindicato e que tinham vontade de permanecer, e algumas pessoas que queriam vir. Não fizemos discussão política, só ajeitamos os nomes aos cargos, todos ficaram na chapa. Ao longo do tempo passamos a nos tratar muito mal, e não há como não ter uma relação pessoal numa atividade tão intensa, tão desgastante, tão difícil. As relações pessoais vão existir. Não é culpa de quem entrou, é mais culpa de quem já estava. Nós, que estávamos há mais tempo, discutimos tanto entre nós, tornando tão visceral, que acabou atingindo quem veio contribuir; isso foi ruim. Mas algumas alterações na diretoria foram feitas e esse período já passou” (Arno)

“Houve um período em que tivemos sérios problemas internos aqui no Sindicato, nem conseguíamos encaminhar direito as atividades da campanha. Se não fosse a campanha contra a privatização, teríamos problema para tocar a campanha salarial, para qualquer coisa. Foi um período meio conturbado. Tinha diretor que fazia cara feia porque não queria ir com Fulano, porque desconfiava, achava que o outro estava querendo se promover, ou não estava querendo ir.” (Glauco)

“Estamos com dificuldade de trazer novas pessoas e as que temos estão cansando. Se não tivermos esta preocupação, estamos fadados a desaparecer. Sem ampliar e qualificar a participação, não vamos a lugar nenhum. Tanto Celesc quanto Eletrosul são empresas que não contratam ninguém há mais de 10, 12 anos, trabalhamos com um público com uma idade média alta. Esta situação é grave, trabalha-se num movimento sindical que está envelhecendo. Vejo que a questão da nossa militância vai ser, cada vez mais, débil. A militância é o primeiro degrau, depois se transforma em direção, há uma escada a percorrer. Se a escada não for alimentada, as pessoas que estão no topo... Temos um grupo em cima e ninguém em baixo, é uma situação difícil de corrigir, estamos com um vazio.” (Mauro)

“Na Campanha Contra a Privatização do Sinergia, mas também em outras atividades, existem diretores que vão até o desejo mas não vão às vias de fato, que é o trabalhar. Alguns por não terem claro o que é a privatização, no sentido mais amplo, em relação ao seu emprego, a sua mente. Outros por não quererem se envolver, não quererem assumir o compromisso. Esta é uma questão muito mais grave. Eles têm clareza, embora prefiram fazer água com açúcar. Sabem que, ao assumir, terão que trabalhar para o Sindicato. Uma

parte da diretoria não está a fim de trabalhar, de arregaçar a manga, de construir coisas coletivas, nem de se comprometer muito com o movimento sindical. Eles estão no Sinergia por uma ou outra razão e não têm claro a razão central da existência de um sindicato, o seu papel.” (Dinovaldo)

### **O despertar atrasado**

“Esta iniciativa do Plano Contra a Privatização ficou um pouco fora de tempo. Os dois anos do governo Itamar foram cruciais para o nosso fracasso em relação à falta de condições de impedir o processo. Se tivéssemos feito a discussão da necessidade de ampliar o movimento, impedir a privatização e não priorizar a questão institucional, naquele período, quando tínhamos mais gás, poderíamos ter feito muito mais. Pegando os dados de 1997, dos números de Câmaras visitadas, se tivéssemos começado em 1995, multiplicando por dois, teríamos passado por quase todo o estado de Santa Catarina. Conseguimos visitar 50, 60 câmaras de vereadores e poderíamos ter visitado 200 e conversado com várias prefeituras. Teríamos envolvido mais a sociedade. Se tivéssemos sido incisivos, abrangentes, naqueles dois anos de geléia, estaríamos numa condição diferente da de hoje.

Somente agora estamos nos dando conta destes fatos. A campanha serviu para alastrar a conversa sobre a privatização. Em decorrência da campanha, a luta contra a privatização tem mais adeptos. Se fizemos uma pesquisa o resultado vai apontar números surpreendentes contra a privatização, consequência deste trabalho. Recordo-me de ter participado de um debate na CBN, onde houve uma pesquisa no próprio debate. As pessoas ligavam e parece que tivemos 74% das pessoas contra a privatização.

Se não tivéssemos perdido 2 anos, se tivéssemos antecipado a ação de tornar a privatização o mais pública possível, estaríamos numa outra condição. Porém não seria justo culpar a direção do Sinergia, houve um conjunto de coisas. A Intersul, o movimento eletricitário nacional e a CUT não se aperceberam.” (Mauro)

“A CUT Nacional deveria ter participado, mas ela possui esta política de negociação, que é levada ao caráter de mercado. Tudo tem que negociar, ‘não podemos ter confronto’. Na Intersul e no Comando também tem sido assim. (Glauco)

“Volto ao período do Itamar porque me dei conta dele agora, também nos faltou a relação de oportunidade, de percebermos uma fraqueza: ‘Os caras balançaram e a hora é agora.’ Não vimos que eles balançaram e buscamos a nossa acomodação, não entendemos que o período do governo Itamar era a adaptação de um objetivo dele. Faltou análise de

conjuntura. E olha, tínhamos algumas indicações de documentos que vinham do Banco Mundial, nos quais diziam que a privatização tinha que enfraquecer o movimento sindical. Em encontros nacionais estes documentos eram apresentados. Não tivemos a capacidade de dizer, ‘não vou discutir pauta, não vou ter reunião sobre isto, Gonzaga.’<sup>17</sup> Vamos reunir 5 ou 6 pessoas e fazer uma boa análise de conjuntura, temos que ter uma visão mais ampla.’ Haviam sinais mas não fizemos uma análise correta. Nos encontros nacionais, de 2 ou 3 dias, esta questão nem aparecia na pauta. Recordo-me que, as vezes, fazíamos um esforço para incluir a questão da privatização. De todo o movimento nacional dos eletricitários, acredito que o menos culpado seja o Sinergia. Sempre tensionamos em nível de Intercel, de Intersul e CNE. Faltou fôlego ou convencimento da nossa parte. Mas, dos 60 sindicatos de eletricitários, temos a menor parcela de culpa nesta história. Tanto é assim que o Plano Contra a Privatização do Sinergia originou o Movimento Unificado Contra a Privatização, que é o que tem de novo no movimento sindical.” (Mauro)

### **O Movimento Unificado Contra a Privatização**

Em 1997 a direção do Sinergia dá um novo rumo para continuar enfrentando a defesa da Eletrosul e da Celesc como empresas estatais. Através de planejamento estratégico específico, elabora um Plano Contra a Privatização. Este, baseado na lógica de que “um mais um é sempre mais que dois”, passa a ser a prioridade da entidade, permeando todas as demais atividades. A meta é ir além da luta institucional, em que a categoria e a sociedade enfrentem juntos as investidas do capital. Mais do que isso, é retomar na prática o discurso: “Proletários de Todos os Países, Uni-vos.”<sup>18</sup> O Plano serve de base para o Movimento Unificado Contra a Privatização.

O Mucap nasce em 17 de novembro de 1997 impedindo a realização da Assembléia dos Acionistas da Eletrosul. Esta pretende decidir pela cisão da empresa em duas, a de geração e a de transmissão, condição necessária à privatização. O Linha Viva registra:

<sup>17</sup> Trata-se de Luiz Gonzaga Ulhoa Temório, presidente da FNU.

<sup>18</sup> MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956, p. 47.

*“Eletricitário é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo! Este grito de solidariedade ecoou nos corredores da Eletrosul na última 2ª feira, quando numa ação pacífica, com cerca de 50 pessoas, representantes de diversas categorias profissionais filiadas à CUT (eletricitários, bancários, servidores públicos, dos correios, de água e esgoto, da educação entre outros), MST e do Movimento Negro Unificado manifestaram sua posição contrária à privatização, (...), é uma prova concreta de que a solidariedade que possibilitou a unificação da Campanha Contra a Privatização se tornou ainda mais forte, a ponto de enfrentar a prepotência de Cláudio Ávila e permanecer ali o tempo necessário para fazer ouvir.”*<sup>19</sup>

O movimento, pela Nota aos Catarinenses (Anexo XI), é divulgado não só para os eletricitários, mas a todos os trabalhadores das diversas categorias. Também à população é distribuído, na Esquina Democrática,<sup>20</sup> uma nota que denuncia o episódio ocorrido.

Esta prática encontra eco entre dirigentes do Sinergia que assumem o movimento. Todas as atividades do Sindicato passam a convergir para a construção da unificação dos trabalhadores, entendendo como a saída possível para enfrentar as investidas do capital. Assim sendo, em 20 de novembro o Sinergia apóia o show do cantor e compositor Geraldo Azevedo, que, com a criação do Mucap, passa a ser sua primeira atividade cultural. Na entrada do teatro Álvaro de Carvalho distribui-se um cartão apresentando o Movimento Unificado ao público. Nesta atividade, “lotada e vibrante”, é lançado “O Manifesto de Cultura, subscrito por mais de cem expressivas pessoas do meio cultural de Santa Catarina (escritores, artistas plásticos, fotógrafos, dançarinos, cineastas, chargistas, músicos, jornalistas, atores e outros) além de diversas entidades e grupos culturais do Estado.” Ao final o público, sensibilizado com a causa, assina o abaixo-assinado contra a privatização.<sup>21</sup>

A cultura passa a ser uma tática do Movimento Unificado de abordagem da categoria e população desde o seu começo, permeando suas próprias atividades ou aquelas por ele patrocinadas, como fator de conhecimento, contato, aproximação e mobilização. Para os dirigentes a disputa com o capital, luta pesada e cansativa, pode ser mesclada com alegria e prazer, pode ajudar a colorir os sonhos de tempos melhores.

Uma semana depois, em 27 de novembro, ocorre outra tentativa de cisão da Eletrosul. A direção da empresa se prepara. Arma-se com forte esquema de segurança, com

<sup>19</sup> Linha Viva n.437, 21 nov. 1997.

<sup>20</sup> O cruzamento das ruas Felipe Schmidt com Deodoro, no centro da Florianópolis, é apelidado de Esquina Democrática por ser o local tradicionalmente escolhido para manifestações.

<sup>21</sup> Linha Viva n. 438, 27nov. 1997.

guardas particulares e Polícia Militar, não só no edifício sede como nas unidades de produção nos quatro estados de sua abrangência. Os dirigentes do Mucap comparecem com Vicentinho, presidente da CUT. A Assembléia é suspensa por impedimentos legais. Apesar do aparto de repressão é realizado, no hall da empresa, um ato de protesto com a participação de inúmeros trabalhadores da Eletrosul. Este acontecimento também é divulgado às categorias pelo boletim “Divisão da Eletrosul é adiada” (Anexo XII), assim tentando envolver todos os trabalhadores na luta.

No sentido de ampliar suas atividades e buscar o apoio da sociedade, o Mucap durante três dias, de 19 a 21 de novembro, convoca a população que passa no calçadão da Felipe Schmidt a assinar o abaixo-assinado contra a privatização das empresas públicas de Santa Catarina e da Eletrosul, aproveitando para esclarecer e divulgar as conseqüências da privatização.

A onda privatista envolve outras empresas no estado, como o setor elétrico. Também a telefonia e a distribuição de águas passam a viver a iminência da mudança. Na véspera das Assembléias de cisão da Eletrosul, Telesc e Casan, os dirigentes do Mucap organizam um dia de manifestação contra a privatização, 8 de dezembro, envolvendo atividades institucionais e com a população. Na intenção de divulgar e ampliar o crescente movimento para além de Santa Catarina são convidados, e participam deste dia o secretário de Energia da FNU, Amarildo Dudu Bolito, e o secretário geral do Sindicato de Luz e Força de Mar del Plata e da Federação dos Trabalhadores de Energia da República Argentina, José Jorge Rigare. A CUT Nacional é também convidada, mas passa a ser representada pelo presidente estadual (Vicentinho prioriza a negociação dos metalúrgicos de São Bernardo). O dia começa com uma Sessão Especial na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na qual é realizado um debate sobre a privatização das estatais catarinenses e das federais de importância para o estado. Os trabalhadores que comparecem são eletricitários, bancários, telefônicos, trabalhadores de água e saneamento de todo o estado. Alguns políticos fazem-se presentes: o senador Esperidião Amin (PPB), os deputados federais Vânio dos Santos e Milton Mendes (PT), Neuto de Couto (PMDB) e Décio Knopp (PDT), além dos deputados estaduais do PT, PPB e vereadores de diversas cidades. Nesta sessão é aprovada a Carta de Santa Catarina (Anexo XIII) repudiando o programa de privatização implantado pelo governo federal e que pretende ser adotado pelo governo estadual.

Durante a tarde, a atividade prossegue na Esquina Democrática, onde os dirigentes denunciam à população a que vêm as privatizações realizadas em outros países e também

em outras regiões do Brasil. Por volta de 800 assinaturas são colhidas no abaixo-assinado contra a privatização da Eletrosul, Celesc, Besc, Casan, Telesc, Correio, Ciasc, Comcap, estatais da agricultura e escolas públicas. Um ato público animado por atividades culturais faz o encerramento (ANEXO XIV).

Mas apesar de se tratar de um movimento que pretende ser unificado e ganhar apoio da população, ainda assim há resistência de certos dirigentes em trabalhar mais com a população do que com a via institucional. Isto é demonstrado pelo próprio número reduzido de dirigentes que participam da atividade do período da tarde. Predomina, ainda, a concepção de luta em nível institucional.

O Mucap, no sentido de organizar suas ações para o próximo período, faz o seu primeiro planejamento em 15 de dezembro, contando com numerosos dirigentes de sindicatos, partidos políticos, entidades comunitárias e estudantes. Partindo de uma análise de conjuntura e da avaliação das atividades realizadas, são priorizados: o enfrentamento contra as empresas ameaçadas pela privatização; o trabalho de formação com as categorias e comunidades carentes, entendendo-os como possíveis aliados; a ampliação e consolidação do próprio movimento entre os trabalhadores e na sociedade em geral; o apoio aos movimentos e participação nas ações que confrontam com a política dominante. Para melhor organização interna é criada uma Coordenação Política, composta pelo Sinergia, Seeb, Sintae e CUT/SC; e para ter maior autonomia e agilidade é decidido criar uma contribuição mensal das entidades, administrada por uma comissão financeira formada pelo Sinergia, Seeb e Sindpd.

Neste planejamento há atenção especial aos 15 dias restantes do ano, época propícia à tomada de decisões pela direção das empresas.

Na terceira tentativa de cisão da Eletrosul, marcada para 18 de dezembro, mais uma vez é organizado, pela direção da empresa, outro forte aparato de repressão, convocando, inclusive, a Polícia de Choque. Do outro lado, o Movimento Unificado conta com a participação de uma boa parte dos trabalhadores da Eletrosul e com mais 130 companheiros do MAB.<sup>22</sup> Também nesta ocasião, a direção da empresa não recebe nem negocia com o

---

<sup>22</sup> O Sinergia sempre procurou dar apoio às reivindicações e lutas do Movimento dos Atingidos por Barragem, principalmente pelo descaso que as sucessivas direções da Eletrosul têm tratado este movimento. Porém, na luta contra a privatização houve uma intensificação da relação, resultando numa maior solidariedade recíproca. Segundo o depoimento de Ivo Ademar Zapparoli, da Coordenação do movimento, durante a 3ª Plenária da Campanha Contra a Privatização, “o MAB não luta só por conquistas sociais para os atingidos. A luta do

movimento, sempre escudada pelos policiais, têm ordens de afastar qualquer empecilho que possa vir a prejudicar a assembléia de acionistas. Alguns trabalhadores são feridos, dois deles precisando de atendimento hospitalar, fruto do embate violento e de golpes dos cacetetes dos policiais. A violência deste episódio vira notícia nos meios de comunicação, aparecendo no *Jornal Nacional* da TV Globo. Apesar de tudo, a cisão não acontece; por ação judicial a sessão é suspensa (Anexo XV).

### **A decisão de cindir a Eletrosul**

Durante a semana de Natal duas assembléias são marcadas, a da Casan para 22 de dezembro e da Eletrosul para o dia seguinte. No dia 22 os militantes do Mucap se dividem, um grupo enfrenta os policiais na frente da Casan e, contando com trabalhadores desta empresa, conseguem suspender a assembléia que prepara a venda de ações. Enquanto isto, o outro grupo, contando com o apoio de uma centena de companheiros do MST, ocupa a sede da Eletrosul, cuja direção não tinha preparado repressão para o dia anterior à assembléia. Os cuidados estavam sendo tomados apenas para o dia D, concedendo até ponto facultativo para seus empregados. O Mucap convoca os trabalhadores (Anexo XVI) mas não consegue convencê-los, poucos aparecem, é dia 23 de dezembro.

Logo após a tomada da Eletrosul um forte aparato policial cerca o prédio, ajudados por cachorros e cavalos. Na madrugada um oficial de justiça traz uma ordem judicial de desocupação. Obedecendo, os manifestantes saem da sede, permanecem na rua em frente aos portões (Anexo XVII). O dia vai raiando e o contingente policial é reforçado, chegam ônibus trazendo policiais, inclusive de outras regiões do estado. Durante todo o dia o pátio da empresa parece uma praça de guerra, soldados fortemente armados, acompanhados de cachorros e cavalos. Tudo isso para garantir que os representantes do capital possam decidir com tranqüilidade mais uma etapa rumo à entrega do patrimônio público nacional aos estrangeiros; na rua, impedidos de entrar, ficam os trabalhadores, que construíram a empresa. Já tarde da noite, quase véspera de Natal, conseguem realizar a Assembléia, a

---

Sinergia é por uma sociedade mais justa, para que os trabalhadores sejam construtores de um mundo melhor e esta também é a luta dos atingidos." *Linha Viva* n. 434, 30 out. 1997.

maior empresa estatal do sul do país é dividida em duas: Gerasul, responsável pela geração, e a Eletrosul, responsável pela transmissão (Anexo XVIII).

No dia 30 de dezembro o Movimento Unificado faz o seu último embate do ano, agora com poucos participantes. Enfrentam igualmente a polícia militar e conseguem suspender a Assembléia para venda de uma parte das ações da Casan.

O ano de 1998 é de grande importância política, pois está em disputa a continuação do projeto social implantado no país, é ano de eleições para presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais e governadores.<sup>23</sup> O Governo acelera as medidas exigidas pelo capital, cumprindo assim as determinações internacionais, e o processo de privatização da Gerasul é intensificado.

### **As diversas tentativas de privatizar: leilões adiados**

Como em Santa Catarina, outras partes do país vivem a onda de privatização, que alcança praticamente todos os setores estratégicos da economia.

A primeira grande meta de privatização do Governo Federal para 1998 é o grupo Telebrás, aliás meta perseguida a qualquer custo. O Mucap decide intervir neste processo mesmo sem o apoio do sindicato que representa esta categoria. Porém, o Sintel acaba participando pela determinação do movimento em enfrentar esta luta. No dia 30 de janeiro mais de 40 integrantes do Movimento Unificado tentam impedir a Assembléia de cisão da Telesc. Durante todo o dia, nas instalações do edifício-sede, os participantes enfrentam seguranças particulares e a Polícia Militar. Em reunião secreta a Assembléia é realizada.

Na tentativa de ampliar a unificação entre os trabalhadores realizam-se duas assembleias do Mucap, propiciando um espaço onde trabalhadores de diversas categorias pudessem se encontrar. A 1ª Assembléia Geral Unificada promovida pelo Mucap ocorre em

---

<sup>23</sup> O Mucap, na intenção de interferir no debate do processo eleitoral de outubro 1998, lança, em agosto, a Campanha "Vote no Brasil, Vote Contra as Privatizações", veiculando um jingle contra a privatização nas rádios de Florianópolis, ampliando no mês seguinte para 12 emissoras nas principais cidades do estado. No final de setembro passa a ser veiculado um VT em todas as redes de televisão de Florianópolis. Para além desta campanha, o Mucap realiza um programa na rádio CBN aos sábados durante 15 minutos, das 9h45min às 10hs e mais 4 inserções diárias de 30 segundos, espaço no qual são feitos vários debates não só sobre a privatização, mas sobre os mais diversos temas de interesse e importância para os trabalhadores.

28 de maio, amplamente convocada.<sup>24</sup> Desta participam “cerca de 500 trabalhadores dos setores público e privado e estudantes, superlotando o auditório da Catedral de Florianópolis, naquela noite fria de 5ª feira.”<sup>25</sup> Os encaminhamentos são decididos no sentido de fortalecer, com ações conjuntas, a luta contra a privatização e o desemprego; decidem também pela paralisação de uma hora no dia 5 de junho, construindo a greve geral no estado. Deliberam igualmente fazer o 1º Jornal Unificado, distribuído a todas as categorias que compõe o movimento (Anexo XIX). Ainda durante a Assembléia é feita uma apresentação teatral, ressaltando a importância da unificação e da solidariedade de classe, e apresentado o vídeo do Mucap, uma abordagem da sua trajetória, suscitando forte emoção entre os participantes.

Nesta AGU a categoria com maior representação é a eletricitária, notadamente os celesquianos da sede da Empresa, e alguns motivos específicos contribuem para isso. Os trabalhadores da Celesc escolhem o dia desta assembléia no sentido de reforçar a luta, para paralisarem durante todo o dia no estado contra a venda de um lote de 29,05% das ações dessa estatal, o que entregaria o controle da gestão a um sócio estrangeiro.

Outro fato que ocorre 10 dias antes também pode ter estimulado esses trabalhadores. Na hora do almoço estava sendo apresentado no hall da empresa o Projeto Meia Hora com a exposição “História da Imprensa Operária e Social no Brasil (1830/1930) (Anexo XX), quando chega a informação de que investidores internacionais interessados na compra de ações da Celesc estão reunidos no andar da diretoria. Dirigentes e categoria sobem até o 3º andar e exigem a retirada dos possíveis sócios “estratégicos” das instalações da empresa, cantam o hino nacional e retornam aos seus locais de trabalho.<sup>26</sup>

Como é possível depois constatar, a paralisação marcada para o dia 5 de junho conta com a participação de algumas categorias somente; a greve geral não é construída.

A 2ª Assembléia Geral Unificada ocorre no dia 18 de agosto, às 18h no Auditório da Catedral de Florianópolis.<sup>27</sup> Dela participam em torno de 100 trabalhadores e é prestigiada

---

<sup>24</sup> As categorias são convocadas por grupos de sindicalistas de diferentes sindicatos, nos principais locais de trabalho, utilizando-se de um esquete teatral como fator motivador. A população é convocada em duas oportunidades diferentes na Esquina Democrática, através de som e panfletos; também são realizadas panfletagens nos terminais urbanos (Anexo XXI).

<sup>25</sup> Linha Viva n. 461, 04 jun. 1998

<sup>26</sup> Linha Viva n.461, 04 jun. 1998.

<sup>27</sup> A convocação (Anexo XXV) é feita nas categorias e no Calçadão da Felipe Schmidt, com o lançamento do “Cocô-Móvel”, uma escultura de um cocô gigante simbolizando o processo de privatização no país.

pelo representante da Coordenação Estadual e Nacional do MST, Wilson Santin. Entre os encaminhamentos é decidida uma paralisação de duas horas entre os dias 17 e 21 de agosto, e a construção do apagão nas categorias e população. Quanto à paralisação proposta, esta só abrange os trabalhadores em água e saneamento e os funcionários públicos estaduais e municipais, que também fazem uma passeata pelas ruas do centro da cidade. Podemos constatar que, comparativamente à 1ª AGU, há uma participação menor.

No dia do leilão da Telebrás, em 29 de julho de 1998, não há nenhuma articulação nacional de resistência. Em Florianópolis o Mucap, junto com um grupo de trabalhadores da empresa, faz uma manifestação nos portões da sede, entregando o abaixo-assinado com 15.000 assinaturas de catarinenses contra a venda do patrimônio público à direção da empresa, apesar do contingente da Polícia Militar (Anexo XXII). O ato é simbólico, o movimento entende que no dia da privatização pouco há para ser feito. Embora sendo um empresa federal, esta se constitui na primeira privatização ocorrida em Santa Catarina, que até então era um dos raros estados onde ainda não havia acontecido.

Quanto à Gerasul, após ser criada, várias tentativas de realização de leilão de privatização são feitas, 12 de fevereiro, 1º e 15 de setembro, 1º de novembro. O adiamento dos leilões é conseguido através de ações no campo institucional, medidas cabíveis na Procuradoria, Parlamento e ações judiciais; e, em paralelo, são implementadas atividades pelo Mucap, tentando envolver a categoria e a população, entre elas o Apagão.

A idéia do Apagão é levada pelo Sinergia à Intersul. Qual seja, cada pessoa, mostrando a sua indignação contra a privatização e demais políticas sociais do governo federal, desligaria por 5 minutos a chave geral do local onde estivesse, num mesmo dia e horário. A proposta aprovada é levada ao 11º Encontro Nacional dos Eletricitários, que se realiza concomitantemente com o 1º Encontro Nacional dos Urbanitários, ambos promovidos pela FNU, nos dias 28, 29 e 30 de julho, em Belo Horizonte, contando com um expressivo número de trabalhadores urbanitários de todo o país. Neste, o dia e horário para a realização nacional do Apagão é marcado, 25 de julho, às 20 horas. No dia 3 de agosto um representante do Mucap, apoiado por representantes da FNU, expõe a idéia na CUT Nacional. O compromisso é firmado após longa discussão, porém é desfeito na saída da reunião por membros da Articulação, corrente majoritária, ficando acertado apenas a promessa de se fazer uma consulta às CUTs estaduais sobre a questão. De fato a proposta não é levada adiante pela Central, pela Federação e nem pela Intersul.

Esta atividade basicamente acaba restrita a Florianópolis e, principalmente, ao Sinergia. A divulgação é feita através de 100.00 panfletos (Anexo XXIV) distribuídos na capital em condomínios, escolas, locais de trabalho, terminais de ônibus; e no interior, pelos agricultores do MAB nas suas regiões e pelos sem-terra que caminhavam do interior para a capital construindo o Dia dos Excluídos. Conta também com a solidariedade de algumas outras entidades, poucas é verdade, como o Sindicato dos Bancários de Santa Maria (Anexo XXV). Restringindo-se à capital, sem divulgação nas rádios e TV, o Apagão não tem repercussão, basicamente notado na subestação da Trindade, que corresponde aos bairros mais próximos às sedes da Celesc e Eletrosul/Gerasul e da UFSC, mais ou menos 10% menor do consumido naquele horário em relação aos outros dias.

Na tentativa de barrar o leilão da Gerasul, no campo institucional, é relevante o trabalho realizado pela Coppe/UFRJ, representada pelo físico Luiz Pinguelli Rosa e pelo engenheiro da Eletrobrás José Drumond, que subsidia a Procuradoria Geral da República em Santa Catarina com a análise da documentação relativa à avaliação e cisão da Eletrosul. Dos erros encontrados no processo destaca-se o do preço mínimo estipulado pelo Governo para a venda da Empresa, pouco mais de R\$ 1,9 bilhão. A comissão demonstrada à Procuradoria como o preço da empresa de geração do Sul está abaixo do que realmente vale; contudo, nada é considerado pelo Governo que pretende, de qualquer forma, fazer a privatização antes das eleições.

### **O último ato: a privatização, 15 de setembro de 1998**

A Gerasul é privatizada em 15 de setembro de 1998, num leilão que dura 3 minutos, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e com um único interessado. A empresa Tractebel Sul S/A (integrante do grupo Tractebell Electricity & Gas Internacional da Bélgica), adquire o controle acionário da Gerasul, representando 50,01% das ações com direito a voto no Conselho dos Acionistas (42,13% do capital total). Passa a assumir, portanto, a geração de 95% da energia do estado de Santa Catarina. Essa energia é de origem hidráulica ( 73,7%) e térmica (26,3%), assim distribuídas:

### QUADRO 6: USINAS HIDRELÉTRICAS DA GERASUL

USINAS HIDRELÉTRICAS	POTÊNCIA	LOCALIDADE	ESTADO
Salto Santiago	1.420 MW	Saudades do Iguaçu	PR
Salto Osório	1.078 MW	Quedas do Iguaçu	PR
Passo Fundo	226MW	Entre Rios do Sul	RS

Fonte:Relatório Anual da Gerasul, 1988

### QUADRO 7: DAS USINAS TERMELÉTRICAS DA GERASUL

USINAS TERMELÉTRICAS	POTÊNCIA	LOCALIDADE	ESTADO
Complexo Jorge Lacerda	857 MW	Capivari de Baixo	SC
Alegrete	66 MW	Alegrete	RS
Charqueadas	72MW	Charqueadas	RS

Fonte:Relatório Anual da Gerasul, 1988

A área de atuação da Gerasul, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, concentra uma população de aproximadamente 25 milhões de habitantes, responde por cerca de 19% do PIB brasileiro e possui 928.271 quilômetros quadrados.

A Gerasul é criada com um restrito quadro de pessoal, mesmo assim a geração de energia cresce. Segundo o Presidente do Conselho de Administração da Gerasul, Maurício Stolle Bähr, esta cresce em torno de 6,1%, enquanto a média nacional é de 4,6%. Afirma também que “com essa aquisição a Tractebel cresceu na ordem de 12%, em sua capacidade instalada, representando um aumento vertiginoso nas suas instalações fora da Bélgica”.<sup>28</sup>

A Gerasul emprega 1.288 trabalhadores em dezembro de 1997 quando é criada. Em dezembro de 1988, já privatizada, o quadro é reduzido para 1.228 trabalhadores. Em 1999, com a reestruturação da empresa, o número de trabalhadores em junho é de 1.023 empregados, sendo que a previsão é de reduzir para 850 em outubro, ou seja, uma redução de mais de 40%..

É importante notar que a maior diminuição do quadro de pessoal é anterior à cisão da Eletrosul. Essa redução é uma das medidas determinadas pelo governo federal visando a privatização, portanto, a partir de 1990 com a perda da cláusula de garantia de emprego e o plano de incentivo a demissão, pode-se verificar a queda acentuada do número de trabalhadores.

<sup>28</sup> Citado em entrevista no Jornal da Gerasul, ano I, n. 3, novembro de 1998.

É interessante perceber também que a Celesc a partir de 1991 também adota o plano de demissão incentivada, mas como os trabalhadores têm assegurado por acordo a cláusula de garantia de emprego, a redução do quadro de pessoal é bem menor do que na Eletrosul. Ressalta-se que no quadro abaixo o número de trabalhadores corresponde à área total de abrangência das empresas.

#### QUADRO 8: NÚMERO DE TRABALHADORES POR EMPRESA

ANO	CELESC	ELETROSUL	GERASUL
1980	4069	4339	—
1981	4456	4395	—
1982	4977	4434	—
1983	4985	4372	—
1984	4945	4421	—
1985	5256	4424	—
1986	5643	4376	—
1987	5476	4439	—
1988	6008	4412	—
1989	6218	5769	—
1990	6359	5498	—
1991	6065	4653	—
1992	5723	3915	—
1993	5796	3795	—
1994	5619	3737	—
1995	5604	3361	—
1996	5248	3197	—
1997	4968	1326	1288
1998	4491	1389	1288
Jun/1999	4499	1352	1023

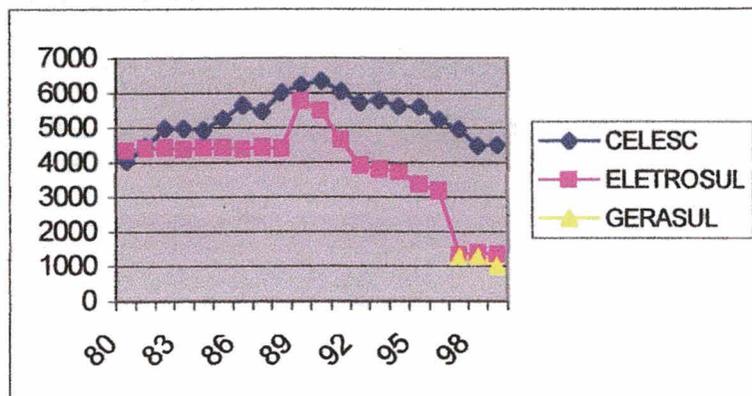
Fonte: Os dados da Celesc foram fornecidos por Sandra Ouriques; da Eletrosul por Luiz Carlos Pacheco; da Gerasul por Ivandir Camargo Felipe.

#### Observações:

A Celesc implanta o PDI a partir de 1991.

A Eletrosul implanta o PDI a partir de 1990.

A Eletrosul é cindida, sendo criada a Gerasul em 23 dez. 1997

**GRÁFICO 1: NÚMERO DE TRABALHADORES POR EMPRESA**

Todas essas demissões têm repercutido diretamente no número de filiados do Sinergia.

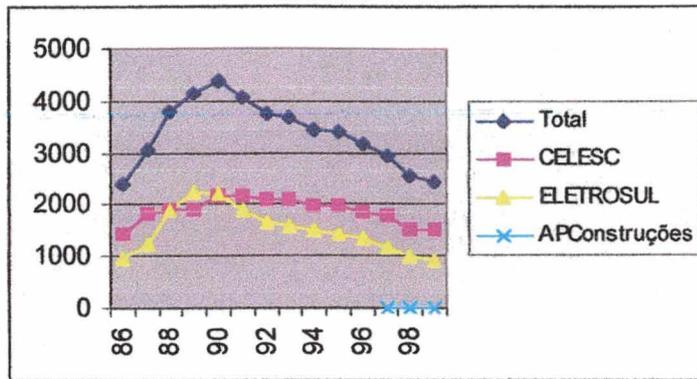
**QUADRO 9: NÚMERO DE FILIADOS DO SINERGIA, SEGUNDO O ANO E AS EMPRESAS**

ANO	ELETROSUL	CELESC	APConstruções	TOTAL ANO
Dez/1986	955	1441	—	2396
Dez/1987	1256	1817	—	3073
Dez/1988	1903	1888	—	3791
Dez/1989	2236	1905	—	4141
Dez/1990	2220	2161	—	4381
Dez/1991	1885	2176	—	4061
Dez/1992	1681	2080	—	3761
Dez/1993	1577	2096	—	3673
Dez/1994	1497	1971	—	3468
Dez/1995	1429	1986	—	3415
Dez/1996	1316	1873	—	3189
Dez/1997 (*)	1150	1779	12	2941
Dez/1998	1003	1523	14	2540
Jun/1999	915	1528	13	2456

Fonte: Dados fornecidos por Janice Bittencourt, empregada do Sinergia.

(\*) Mesmo depois da criação da Gerasul em 23/12/1997, o nº de filiados continuou sendo totalizado na Eletrosul.

**GRÁFICO 2: NÚMERO DE FILIADOS DO SINERGIA, SEGUNDO O ANO E AS EMPRESAS**



Vale ressaltar que a intenção inicial do Governo na privatização do setor de geração de energia é vender Furnas, o que não se concretiza principalmente pela resistência da sua própria direção. O foco volta-se para a Eletrosul cuja direção, ao contrário, não mede esforços para que o intento seja atingido. Cláudio Ávila, presidente da empresa desde 1993, na solenidade de transmissão de cargos para a nova comissão diretora da Gerasul, num discurso em tom de dever cumprido, afirma ter preparado uma “jóia rara”. E diz também que “transfiro este orgulho aos novos dirigentes e agradeço aos atuais diretores e àqueles que nos acompanharam neste período”.<sup>29</sup>

Após a privatização, no editorial “Juntos continuaremos na luta” do Linha Viva, a direção do Sinergia reafirma a sua posição contrária e a disposição de continuar nesta luta coletivamente, “somos contra porque queremos ser livres e independentes, construindo nosso caminho em direção a uma sociedade mais justa, humana e feliz. Portanto, os nossos gritos de protestos continuarão a ser escutados e a incomodar aos ouvidos dos nossos inimigos. E, mais do que tudo, a conscientizar e convocar a nossa categoria e a todos os trabalhadores para que juntos continuemos lutando contra esta ordem perversa.”<sup>30</sup> No dia 29 de setembro, 14 dias após o leilão, numa iniciativa do Sinergia, o Mucap volta ao calçadão da Felipe Schmidt, e através das falações e pelo panfleto Liquidação Total (Anexo XXVI), denuncia à população a privatização da Gerasul.

Mesmo atingidos pela derrota em relação à privatização acontecida na Gerasul, o Mucap tem conseguido barrar outros processos como o da Casan, da Celesc e do Besc, não

<sup>29</sup> Citado no jornal da Eletrosul, n. 18, outubro 1998, Ano IV, p.2.

<sup>30</sup> Linha Viva n. 476, 17 set.1998.

tendo acontecido nenhuma privatização em empresas estaduais. A luta pela reestatização da Gerasul ainda se constitui uma intenção. O Sinergia tem sido decisivo na construção do Mucap, dando direção, ritmo e unificando, mesmo depois da venda da Gerasul. Porém, após esse fato, os dirigentes se recolhem, as atividades esvaziam-se.

Ainda assim, o primeiro ano do Movimento Unificado é festejado com a categoria e com a população. Durante a semana percorrem as empresas (Eletrosul/Gerasul, Ciasc, Besc, Correios e Casan), mostrando a importância da unificação e da resistência como a saída para os trabalhadores, festejando com um esquete teatral. Comemoram também com a população na Esquina Democrática com som, panfletagem (Anexo XXVII), apresentação teatral, exposição de fotos das atividades realizadas pelo Movimento e um “parabéns pra você”, com um enorme bolo (1,50 m por 0,90 m), distribuído à população.<sup>31</sup>

O Movimento Unificado busca a unificação da luta na perspectiva de barrar as privatizações em Santa Catarina e contrapõe-se ao sistema capitalista, buscando a solidariedade de classe; diferencia-se das práticas sindicais anteriores nesta década; constituindo-se por 40 entidades que, mesmo não participando integralmente, têm neste movimento sua referência. Em suas ações implementadas, confrontam e atrapalham, ou até barram, as determinações da privatização. Ações essas marcadas por forte repressão, o movimento é tratado como caso de polícia.

O Mucap desempenha aquilo que deveria ser feito pela Central. A CUT/SC integra o movimento desde sua criação, faz parte da coordenação política, mas não se constitui numa participação efetiva. Quanto à CUT Nacional é procurada pelo Movimento em diversas ocasiões, na intenção de que assuma e amplie para outros estados. Na primeira tentativa feita, durante um encontro de formadores da CUT na Escola Sul, em final de novembro de 1997, Vicentinho, presidente da Central, declara ser uma das metas principais para 1998 o combate à privatização no Brasil, “é preciso envolver outros movimentos sociais e realizar um seminário para fortalecer a ação e tentar qualificar as entidades (...) as dificuldades são muitas, mas é possível, com uma boa articulação, impedir que mais privatizações sejam feitas.”<sup>32</sup> Apesar desta declaração podemos constatar que efetivamente nada é feito, nem mesmo há qualquer tipo de apoio ou reconhecimento à um movimento que tenta buscar uma

<sup>31</sup> Na intenção de consolidar a unificação entre as categorias e mostrar a disposição de luta para o próximo ano, é confeccionado o Calendário de 1999 do Mucap. Este é distribuído por alguns sindicatos às suas categorias, outros alegam já terem a tradição de distribuir o seu próprio calendário.

<sup>32</sup> Linha Viva n. 439, 4 dez. 1997.

saída para esse período de descenso em que se encontra o movimento sindical. Os dirigentes do Sinergia, Arno, Albertina, Cláudio, Édio, Dinovaldo, Glauco, Mauro e Viviani, são integrantes exemplares nessa construção.

## Os dirigentes sindicais interpretam o Mucap

“Antes da história do Mucap, houveram *insights* no Sinergia. Alguns diretores tiveram um papel-chave neste processo. Eles tomaram a iniciativa de sempre trabalhar com as questões mais gerais e, mesmo na data-base, coletivamente. Segundo este planejamento procuramos encarar as questões de modo coletivo. Tínhamos a clareza de que a Campanha Contra a Privatização não podia ser uma luta apenas do Sinergia, deveria ser ampliada. Por isto, convidamos outros sindicatos e entidades para participarem. Sabíamos que a CUT era debilitada nesta luta, sem, basicamente, nenhuma ação do ponto de vista mais coletivo. Havia ações isoladas de sindicatos cutistas, mas que não se reproduziam como uma proposta política.

A par destas constatações, vinculou-se que faríamos uma luta coletiva porque era a única forma de ter chance de dar certo ou não adiantava, íamos gastar dinheiro, como sempre gastamos, na questão institucional. Mesmo que não conseguíssemos barrar a privatização, porque sabíamos que era muito difícil, íamos fazer uma luta diferente das outras. Tentaríamos jogar para a sociedade a sementinha, a partir dos nossos parceiros, dos nossos colaboradores mais próximos, que são os sindicatos com viés mais combativo.

Nós chamamos os bancários, Sindpd, Sintae, Sinte e outras entidades para uma reunião no Sinergia. Vieram poucos sindicatos, o Sintae e os bancários, penso que o Sinte também estava. Não sei se o Sindpd participou. Tínhamos a perspectiva de convidar o MST mas adiante. Nós já sabíamos, por outras discussões, que esses companheiros entendiam que o melhor era a unificação das lutas. Então, por quê não fazer um trabalho coletivo, já que era desejo há algum tempo? Mas, *a priori*, sentimos que eles não estavam a fim de fazer a luta coletiva naquele momento; um sindicato disse que não podia porque estava em campanha data-base, outro porque tinha questões específicas da categoria para dar atenção. Usaram como subterfúgio as questões corporativas.

O movimento sindical é muito pragmático. Em alguns momentos é demais a distância entre teoria e prática, tem uma parte, então, que é só teoria. A mediação é

importantíssima, é a tal dialética. Mas a partir do pragmatismo do movimento sindical, acabaram vendo que, se deu certo no Sinergia que era uma questão isolada, nada impedia que fizéssemos juntos. Viram que este era o caminho, que os eletricitários estavam indo nas plenárias, que era um exemplo prático. Então, eles acabaram por assumir a unificação da luta.” (Dinovaldo)

### **Mucap: um mais um é sempre mais que dois**

“Um dos momentos que vou sempre guardar é a primeira Assembléia de Acionistas da Eletrosul. Iam fazer a cisão da empresa e 50 sindicalistas ocuparam a sede até de madrugada. Era começo da tarde, os empregados estavam nas salas trabalhando, mas sabiam da assembléia. Nós, diretores de base, também estávamos trabalhando, porém sabíamos que sindicalistas estavam na empresa e que iam fazer alguma coisa. De repente, soou muito alto a atividade. Os trabalhadores saíram para os corredores e tomaram conhecimento de que havia envolvimento de outros sindicatos na luta contra as privatizações.” (Albertina)

“A sementinha tinha sido plantada e vimos que esta sementinha estava nascendo, era o Mucap. Os companheiros, dirigentes sindicais, foram para a luta e apostaram na questão coletiva.” (Dinovaldo)

“O Movimento Unificado Contra a Privatização é uma instância fundamental de luta e de articulação contra o neoliberalismo. Luta-se contra a privatização, inclusive na tentativa de envolver toda a sociedade, sair do ambiente sindical. É o papel que uma Central como a CUT deveria estar fazendo, mas ela não tem rompido com uma outra visão estratégica. A CUT não rompe com a visão macroeconômica que está colocada em nível mundial, como o neoliberalismo. O PT também não. Faz a política hegemônica e não propõe um confronto, tampouco algo concreto em termos de população, de mobilização. Mas ‘porque as minhas possibilidades não são muito reais, não vou fazer? Não vou dar início? Não vou propor?’ Eu encaro o Mucap como um movimento neste sentido. Tem esta limitação por incompreensão de setores que só vêm arrastados, ou porque querem capitalizar, como é o caso da CUT daqui.” (Glauco)

“Uma das atividades do Mucap, fundamental para o movimento sindical romper com alguns preconceitos, foi na Telesc. O Sintel não é vinculado à CUT e tem uma postura não politizada, fecha acordos através de mediações com políticos, não potencializando a categoria para as lutas mais gerais e para garantir outros direitos para os seus trabalhadores. Ficaram muito no seu mundinho. Decidimos que íamos na Telesc com ou sem o sindicato

da base. Politicamente foi fundamental dizermos: ‘O Mucap vai onde o trabalhador está. Vai para defender os trabalhadores. Se o sindicato que está lá não tem esta perspectiva, vai de roldão ou não vai.’ Este foi um momento político crucial. Existiam alguns preconceitos por parte de componentes do próprio Mucap; diziam: ‘É absurdo o Mucap estar fazendo este trabalho, se o Sindicato não assume como o Mucap vai assumir?’ Assumimos a postura de classe, a luta de classes. Os trabalhadores não têm culpa se a direção do Sindicato não assume a luta da sua categoria como uma luta de classes e, nesta perspectiva, uma luta contra o capitalismo. Se o Sindicato não faz, nós fazemos. Foi uma experiência muito boa.

Outra experiência foi na Casan. Sempre vinculando o Mucap à luta coletiva, procurávamos dizer: ‘Trabalhador da Casan, existe um movimento que está preocupado com a privatização. Trabalhadores que não são da sua empresa fazem parte deste movimento. São pessoas de outras categorias’’. (Dinovaldo)

“Quantas vezes fomos ao Besc, Banco do Brasil, Caixa Econômica e quantas vezes os companheiros destas categorias vieram conosco. Assim, mandamos um recado de unificação a todos esses trabalhadores. Outra iniciativa interessante do movimento foi termos envolvido parlamentares de esquerda, que nos deram apoio em diversas atividades. Fizemos também um trabalho sistemático na Assembléia Legislativa de SC, desaguando em uma Sessão Especial Contra a Privatização.” (Viviani)

### **As assembléias unificadas**

“Um marco na história do Mucap foi a nossa 1ª Assembléia Geral Unificada – AGU. Discutimos com diferentes trabalhadores, extrapolando a questão corporativa, algo novo e inédito. Pela primeira vez na história de Santa Catarina, houve uma assembléia de trabalhadores de várias categorias. Talvez não tenhamos a dimensão do que isto significa simbolicamente; com o tempo a história dirá. A Assembléia Geral Unificada surgiu de idéias da nossa 3ª Plenária. Incrível, uma plenária que parecia ser meramente corporativa, surgiram idéias de fazer algo mais amplo. Foram os próprios trabalhadores que colocaram a importância de estarem juntos. O limite não estava dado, precisávamos avançar. Avançar era fazer o 1ª AGU.” (Dinovaldo)

“Na 1ªAGU havia cerca de 500 trabalhadores de todas as matizes, foi um marco histórico. Estava presente um representante do MST, para trazer a luta do campo para a cidade e levar a luta da cidade para o campo. Também havia pessoal das comunidades, como o Jardim Zanelatto. Deu trabalho convocar este número representativo e significativo,

mas valeu a pena. Teve uma boa representação dos telefônicos, do pessoal de ‘água e saneamento e uma representação muito maior de eletricitários. Tiveram pessoas das mais diversas tendências, mas isto era o que menos importava, o mais importante era lutar, resistir e ter unidade. Naquela noite, eu deveria dar sustentação e apoio, mas não consegui fazer muita coisa. Estava lá no meio olhando para o povo, babando.

O que achei mais fantástico é que algumas pessoas do Sinergia e do próprio Mucap achavam que a AGU não sairia. No dia em que estávamos em frente à CASAN, surpreendi-me quando falei que a expectativa para a Assembléia era de 1.500 a 2.000 trabalhadores. Uma companheira de um sindicato combativo disse que se houvesse 100 ela estaria satisfeita. Até o fim, a maioria dos dirigentes do Movimento não apostou no potencial de mobilização. Mas tivemos uma assembléia lotada, foi um passo inicial para a nossa caminhada.” (Viviani)

“Uma assembléia desta não dá o fruto que se espera, que se vislumbra, imediatamente. No movimento sindical tem muito disto, de apalpar as coisas, de precisar sentir. A sensibilidade dos dirigentes ainda é muito material. Mas a 1ª AGU deu frutos. A 2ª teve bem menos participantes, não faz mal. Temos que retomar o caráter de mobilização e trazer cada vez mais trabalhadores e, em breve, fazermos uma outra assembléia.

Uma questão primordial neste Movimento Unificado é o estreitamento da luta com o MST e com o MAB. Se o Sinergia possuía um estreitamento solidário, vindo da luta, com esses dois movimentos, a partir do Mucap isto se reforçou. Este passou a ser a referência pela forma como tem sido construído.

Outra atividade legal foi o aniversário de um ano do Mucap, bastante lúdico. Mas foi um momento, também, que fez com que pensássemos que não apenas só valeu a pena, mas como temos que estar sempre fortalecendo o Movimento, as atividades. Elas apontam para questões que, às vezes, não conseguimos apalpar. A resposta vem com o tempo, é a questão do sonho.

Apesar de o Mucap ter realizado atividades extremamente truculentas, elas sempre apontavam para uma questão mais ampla, a do sonho. Este, às vezes, parece ser uma coisa meramente lúdica, mas prescinde de um enfrentamento muito forte e sanguinário. O sonho mexe com interesses muito fundos do capitalismo. Na medida em que as pessoas sonham, deixam de ser meramente consumidoras e vendedoras da força de trabalho. Elas vão trabalhar com uma perspectiva de vida, não vão contentar-se com alimento na mesa, vão

querer outras coisas. Isto é perigoso para o capitalismo, que não quer pessoas que sonhem e vislumbrem uma outra forma de ver e de viver.” (Dinovaldo)

## O Apagão

“Uma atividade do Movimento que teria sido fundamental foi o Apagão, mas as pessoas não pegaram junto. Este foi construído a partir de alguns abnegados do Sinergia que distribuíram panfletos nas portas das escolas e nos carros, que foram à rádio, que foram nas categorias. Penso que foram 5 ou 6. Mesmo assim, houve uma oscilação de cerca de 10% no sistema. O plano inicial era o Apagão Nacional. Reduzimos para o estado, depois para a Grande Florianópolis. Se o Mucap e a CUT tivessem encampado e tocado, imagina o estrago que teríamos feito para o Senhor FHC.” (Viviani)

“O departamento é a maior referência no meu ambiente de trabalho, pois estou freqüentemente naquele espaço. Na véspera do Apagão, lembramos as pessoas para que não esquecessem. No dia seguinte, comentaram que, em determinados bairros, não havia tido sinalização nenhuma. Não houve participação, foi uma coisa chocha, pequena. Tomando o meu departamento como referência, de certa forma, houve a intenção das pessoas participarem, mas não percebi isso no restante da Gerasul e nem na Eletrosul.” (Albertina)

“Na Intercel e na Intersul não tivemos a compreensão política sobre o Apagão. Tivemos uma compreensão teórica no Enel. No fundo não houve um compromisso estabelecido, foi só para dizer que estavam juntos, mas não assumiram. Em nível nacional a Federação podia ter sido a maior implementadora. Se esta tivesse assumido como uma questão fundamental, iria repercutir na CUT, Intersul, Intercel e até em outros fóruns. Teria estabelecido uma polêmica importante.” (Dinovaldo)

“Este tipo de iniciativa é importante, tem repercussão quando funciona. Se o Apagão tivesse tido sucesso, teria sido uma idéia genial. A partir do momento em que ele foi se reduzindo de nacional para estadual, de estadual para local, deveríamos ter adiado e proposto um outro momento ou outra coisa. Porque mesmo que tivesse sucesso em Florianópolis, o impacto teria se esvaído. Para dar certo teria que ser uma atividade nacional, mas não houve o empenho da CUT e da FNU. Não foi por medo, mas porque era uma atividade que exigia trabalho.

O Apagão ficou muito restrito ao Sinergia, onde foi idealizado e constituído. Não conseguimos que outros comprassem esta idéia. Se esta tivesse alastrado teria dado certo, as coisas podem não ser agradáveis de serem feitas, mas quando há determinação acabam

acontecendo, não foi o caso. Contudo era possível, o cara está na casa dele e era só ligar e desligar, não ia incomodar, faria numa boa. Era possível ter sido posto em prática, mas deveria ter tido quase 1.000 pessoas envolvidas, ao nível da Margarida, do Dino e outros, para ter um mínimo de polaridade. Tinha que ter gente até em Manaus panfletando.”  
(Mauro)

“Temos um grave defeito, não sei se no movimento sindical ou no Sinergia. Nós discutimos e as pessoas não tensionam, não disputam o espaço da discordância. Não encaram como um espaço legítimo para colocar outra proposta e fazer valer o seu pensamento. Aprovam, mas depois não constroem. É mais cômodo aprovar, não fazer o embate para não ficar mal na diretoria, ou com quem está propondo. Depois de aprovado não fazem, se escondem, se escamoteiam. Concretamente houve isto na direção do Sindicato. Uma meia dúzia de loucos, de abnegados, de sonhadores, acabaram construindo o Apagão em Florianópolis. Apesar de tudo foi uma atividade de grande importância. E se esta não chegou tanto à população, outras chegaram, a campanha de mídia, por exemplo”  
(Dinovaldo)

“Foi muito legal a campanha de mídia do Mucap, ‘Vote no Brasil, vote contra as privatizações’, veiculada na rádio. Quando o som da Eletrosul e da Gerasul estava ligado na Itapema, de vez em quando passava a música da campanha. Pessoas que não faziam parte diretamente do Sinergia ou não tinham simpatia por ele, cantarolavam a música. Inclusive um colega que eu tinha como pelego passou por mim com um panfleto do Mauro para deputado e cantarolando esta música. São pessoas que nos surpreendem. Mas de forma geral, no nosso período de trabalho, parece que as pessoas acabavam não observando a música. Pode ser que observassem mas não comentavam.” (Albertina)

### **A privatização da Gerasul**

“A Eletrosul sempre teve a mística de ser uma grande empresa. Era uma grande empresa por ser constituída de um grande corpo funcional. As pessoas tinham orgulho de fazer parte do quadro funcional da maior empresa do Sul do Brasil, lugar mais desenvolvido do país. Na medida em que ela foi se esfarinhando, as pessoas foram perdendo. Então vem a sensação de perda, de desmoralização por perda de dignidade. Não porque a Empresa estava empobrecendo ou ficando menos digna. O que se viu foi a mediocridade do quadro gerencial. Antigamente os gerentes da Eletrosul, praticamente, trabalhavam em nível de direção no que diz respeito à decisão. Hoje um chefe de departamento não decide a compra

de uma caixa de lápis, não tem poder para isto. Acabou a empresa, a dignidade da empresa. Isto foi um dos motivos que desmoralizou o próprio corpo funcional e que fez com que ele não se mobilizasse. Você vai se mobilizar para defender o quê?” (Cláudio)

“A privatização da Eletrosul era para acontecer por volta do mês de fevereiro. Depois passou para março, maio e por aí foi, e fomos nós também os responsáveis por isso. Não apenas pela incompetência deles, mas pela competência que tivemos. Não conseguimos mandar para depois das eleições,<sup>33</sup> mas poderíamos se a Intersul, a FNU e a CUT tivessem pegado junto, teríamos conseguido dar a volta por cima.” (Arno)

“Quando saiu o resultado do leilão ficamos com a sensação de que poderíamos ter feito mais alguma coisa. Mas o que poderíamos ter feito além do que fizemos? Seqüestrar o Cláudio Ávila? Montar guerrilha na Eletrosul? Matar o Fernando Henrique? Jogar uma bomba no FMI? Se a CUT, o PT e o Parlamento tivessem tomado outra atitude... Nós, os 5 mosqueteiros do Sindicato, um por todos e todos por um, fizemos além do que podíamos. Fomos além das nossas condições físicas.” (Viviani)

“Sempre fica a sensação de que isto ou aquilo poderia ter sido feito a mais para impedir o leilão. Outra forma de impedir seria com um maior contingente de pessoas que bloqueassem, como aconteceu na praça da Paz Celestial na China, se meteram na frente dos urutus e não deixaram passar de jeito nenhum. Temos que pensar em outras alternativas também.” (Arno)

“A culpa da Gerasul ter sido privatizada não é só nossa. No dia 31 de dezembro estávamos em frente à Casan. No dia 30 de janeiro estávamos dentro da Telesc, ocupando. Em 23 de dezembro, enquanto todos estavam se preparando para a festa, nós não tínhamos comprado um presente de Natal, não tínhamos montado uma árvore de Natal, estávamos apanhando da polícia na frente da Eletrosul. Fomos diversas vezes à Executiva Nacional da CUT para nacionalizar a campanha, quantas vezes as portas foram fechadas pois eles não encaminharam a nossa luta? No próprio Encontro Nacional dos Eletricitários nós levamos uma proposta diferente, a do Apagão. Na hora o pessoal da Intersul defendeu, mas quem encaminhou? Foi aprovado neste encontro, e quem construiu? Tem um pensamento na

<sup>33</sup> Refere-se às eleições de outubro de 1998 para presidente da República, senador, governador, deputados federal e estadual. A intenção do Sinergia era adiar para depois da eleição, avaliava-se que o resultado desta poderia interferir no processo de privatização. A avaliação se mostrou correta já que o Partido dos Trabalhadores elegeu o governador do Rio Grande do Sul e o do Mato Grosso do Sul, dois dos quatro estados de abrangência da Empresa. Com isso é bem provável que a Gerasul não tivesse sido privatizada. Talvez tenha sido essa a razão de 15 dias antes da eleição terem, a qualquer custo, vendido essa empresa.

camiseta da campanha de data-base deste ano da Celesc que define os cinco que lutaram, efetivamente, contra a privatização; também define o que é hoje o Mucap. Diz assim: ‘Sonhar, mais um sonho impossível / Lutar quando é fácil ceder / vencer um inimigo impossível / Negar quando a regra é vender’; Miguel de Servantes escreveu este pensamento para Dom Quixote de la Mancha. É como se fôssemos um pouco quixotescos e que estivéssemos lutando contra os moinhos de vento.

Agora seguro-me para não chorar, porque o dia da privatização da Gerasul foi o pior da minha vida. Enquanto o dia mais bonito da minha vida, no movimento, foi o abraço dado na Celesc pelo MST, o mais triste foi o dia 15 de setembro, porque perdemos aquela guerra. Ainda não consegui chorar meus mortos. Se eu vivesse mil anos, seria pouco para esquecer aquele dia. ‘Está vendo aquele edifício, moço, eu também trabalhei lá’, esta era a música que tocava naquela hora. Difícil olhar para o rosto de um por um, olhar para a Margarida, para o Dino, para o Arno, para o Glauco, para a Júlia, para o José Carlos que veio sozinho com seu guarda-chuva, olhar para o Buruca e para tantos outros companheiros. Naquele portão em que estávamos, apanhamos, batemos, teve gente que perdeu sangue e, agora, nós perdemos. Se eu tivesse mil vidas, elas não seriam suficientes para eu esquecer aquele dia. Se pudéssemos ter contado com o apoio efetivo da CUT, da Intersul e da diretoria deste sindicato, nós poderíamos ter revertido este quadro.” (Viviani)

“A privatização da Gerasul foi muito angustiante. Não acreditava que pudéssemos barrar, definitivamente, a privatização, mas que conseguíssemos protelar. Isto foi o que pensamos no planejamento: ‘Vamos empurrar a privatização, porque a conjuntura é muito dinâmica e pode vir nos favorecer.’ Foi um baque muito grande, fiquei muito chateado. Tivemos pouco tempo, precisávamos voltar o relógio, se isso fosse possível. Está mais que provado que o que fizemos foi corretíssimo. Nossa falha foi o tempo. Se tivéssemos conseguido implementar, há algum tempo, o que conseguimos com o Mucap, talvez hoje, não estivéssemos discutindo a reestatização da Empresa. Estaríamos discutindo o que é, de fato, ser uma empresa pública e como a sociedade deve se organizar para cobrar que ela, de fato, seja pública. Teríamos outra qualidade na categoria, na direção do Sindicato e no embate com estes vendilhões. Nós fomos uma florzinha no deserto. Conseguimos, em algum momento, fazer com que esta florzinha durasse um pouco mais de tempo.” (Dinovaldo)

“Fizemos o que tínhamos condições de elaborar e encaminhar para barrar esse processo de privatização da Gerasul. Teve tropa de choque, PM, bolsa de valores... Não

considero que tenhamos sido derrotados por esta causa, embora possa haver mais privatizações.

Não sinto-me derrotado mas foi um baque. Você passa 20 anos da vida trabalhando num determinado meio e tendo uma determinada discussão e compreensão, eles vêm e derrubam o que havíamos concebido. É triste ver um monte de companheiros, alguns não fazendo nada e procurando emprego, outros achando que não vale mais a pena, outros se entregando e indo para o outro lado. Mas não acho que isso seja o fim, não dá para se dar por vencido. Uma das mágoas, ao observar todo este processo, é de termos abandonado uma série de outras discussões sobre o modo de agir dos movimentos sociais.

Ficamos impotentes ao enfrentar, cara a cara, a repressão, seja direta com a PM, tropa de choque, cacetete, cavalo, cachorro; ou indireta com a canetada do ministro. Ficamos na resistência meio que institucional, mesmo quando se propõe uma mobilização. Precisamos pensar em outras resistências. É correto ter proposta de política de massa, mas em nível do que eles fazem conosco, isto deve estar acompanhado de uma série de outras atuações. Não que devamos ser iguais a eles, mas para que consigamos tocar nos seus pontos sensíveis. Quando vamos para uma mobilização eles nos cercam, nos dividem, prendem, fazem como querem, ou melhor, como são mandados. Enquanto isso, nós ficamos dando discurso, quando deveríamos identificar quem são os caras deles, quais os esquemas de repressão. Temos que neutralizar todas as questões, tendo outras ações com repercussão popular, atraindo a simpatia para o que estamos fazendo.” (Glauco)

### **As repercussões da privatização**

“Por quê parou, parou por quê? Parou porque a Gerasul foi privatizada. A prática não foi boa? Então, por quê não continuar? O país está numa merda, está quebrando. As direções sindicais estão acomodadas, ao contrário do pessoal dos sem-terra. O que o pessoal dos sem-terra faz? Eles vão para as ruas, sobem num caixote e falam, não têm medo. Isto os diferencia da pequena burguesia sindical. Eles não têm vergonha, não têm medo do ridículo de falar em cima de um tamborete na rua. É isto que nos falta, ir para as ruas, chamar a população e dizer: ‘Eu sou como vocês, sou povo’, e explicar o que está acontecendo.” (Cláudio)

“Após todo este trabalho forte, dinâmico e tenso, quando privatizou a Gerasul, nós baqueamos um pouco. Naquele momento não conseguimos estabelecer a reestatização como uma bandeira concreta. Estamos atrasados em fazer isso, caímos no refluxo. Tivemos

fôlego para chamar a luta contra a privatização da Casan, do Besc, mas não tivemos fôlego para chamar pela reestatização da Gerasul. O baque foi tão concreto que não tivemos força nem energia para vir com esta bandeira. Agora acredito que volte, temos que lutar por isso.” (Dinovaldo)

“Nas nossas outras organizações, Intersul, Intercel e Comando (CNE), há uma certa acomodação de boa parte dos dirigentes diante da nova realidade. Têm muitos que estão se acomodando ao novo padrão, passando a ser esta a sua lógica de atuação. Começam a priorizar os encaminhamentos da Gerasul, a valorizar quem é o presidente, quem é o diretor. Quando isto acontece vamos nos reduzindo. Nas próprias discussões do Sindicato, as pessoas convencidas de que esta é uma luta perene começam a ficar em minoria. Às vezes não basta ser cutista, não basta ser da esquerda. O camarada pode ser de esquerda, do Sindicato, da CUT, pode ser contra o FHC, contra a Reforma, mas onde vai o vento, ele vai buscar o seu quinhão.” (Mauro)

“Acredito que a geração de energia elétrica no Sul do país ainda volte a ser estatal, porque a desqualificação do serviço desta multinacional vai se aguçar. A grana é a intenção deles, nada mais que isto. O consumidor, principalmente o residencial, é um mero detalhe, só não pode ser inadimplente. Eles nem ligam se faltar energia na área rural ou na periferia da cidade, esses gastam pouco. O que importa é faturar. Este papo de que ‘sou um empresário bonzinho, faço para todo mundo, gero empregos, dou bons benefícios aos empregados’, pode funcionar na Europa, aqui não. Aqui, eles vêm para explorar o nosso quintal. Quando o sistema estiver ruim, as máquinas arruinadas, eles entregam a empresa ou dizem: ‘preciso de empréstimo; preciso de aumento de tarifa; preciso aumentar a fatura para poder investir em equipamento; equipamento custa caro’. A Tractebel já pediu aumento de 50% na tarifa depois que comprou a Gerasul.

Para a Eletrosul, a disponibilidade da usina sempre foi levada a sério. Mesmo não necessitando de todas as máquinas gerando, tinha disponível para quando fosse necessário. A Eletrosul trabalhava sob esta orientação porque tinha a questão social à frente. Se houvesse algum problema no sistema elétrico brasileiro, gerava imediatamente mais energia para enviar para onde faltava, na Gerasul não, a disponibilidade é mínima. Se há uma máquina pifada, ela será arrumada quando for necessário, porque o custo do conserto vai diminuir o lucro. Ela tem um compromisso de gerar ‘X’, se está gerando, está pouco ligando para o resto.

Gerar energia hidráulica é melhor que um veio de ouro. Segundo informações dos próprios trabalhadores, em Salto Santiago é assim, 540 mil reais por dia de faturamento de energia. No ano passado a despesa de manutenção dos equipamentos foi próxima a 2 milhões e meio de reais. Somando a isto, com exagero, o salário da turma, vai uns 500 mil reais por mês. Portanto, eles pagam a manutenção e os salários de um ano inteiro de todos os seus trabalhadores em 15 dias; o restante é lucro. Em Salto Osório o faturamento é um pouco menor, chega a 480 mil por dia. Em Passo Fundo chega a 80 mil reais por dia. O Complexo Jorge Lacerda tem deficiências, mas o faturamento das três outras usinas cobre, assim como cobre Charqueadas e Alegrete. Ainda assim o lucro é enorme.

Com a diminuição da qualidade de serviço prestado e a indisponibilidade de energia, este processo vai ter recurso. Espero que, até lá, a cabeça do Fernando Henrique esteja cortada. Mesmo que ele esteja no caixão, julguem-no de novo e cortem a cabeça dele, porque foi uma entrega deslavada. O leilão durou três minutos. Um único pretendente, a Tractebel, ofereceu a parte mínima nos dois segundos finais. Eles diminuíram o preço para vender, FHC tinha que ganhar no 1º turno para continuar dando a volta por cima.

Se tudo isso não bastasse, a direção da Gerasul agora está implementando um processo de reestruturação, o que é grave. Mas não vão fazer facilmente, estão aparecendo as safadezas que eles praticaram e praticam nas privatizações do país. No grupo das telecomunicações já apareceu, eles não conseguem esconder mais, a sujeira vem à tona. Um grava o telefone do outro e o culpado é quem gravou o telefone ilegalmente, não quem cometeu o crime. Para tirar do foco afastam todos os que estavam mais ou menos envolvidos. Limpam a área como se não houvesse nada; a merda continua a mesma. E no processo da Gerasul vai acabar aparecendo. Por quê não tinha mais ninguém interessado na compra da Gerasul? O que a Tractebel levou nisto? Além do preço baixíssimo, o BNDS propôs financiar 380 milhões de reais. Foi muito sujo. Na área judicial estamos, também, trabalhando para reverter este processo, para anular o leilão.

Até hoje não aceito a privatização da Gerasul. Como diretor do Sindicato tenho que tentar fazer um bom acordo com a Empresa. Representamos os trabalhadores que estão lá, é responsabilidade nossa. Mas, para nós que defendemos uma empresa pública com uma qualidade melhor, é muito ruim ter que ir discutir com aquela gente da Gerasul e da Eletrosul, que caga prepotência em todo mundo. Mas temos que engolir e tocar a campanha de data-base como deve ser tocada.

Conviver com isto é muito duro, não apenas pelo que houve mas pela forma como foi feita: os diretores se locupletando, encaminhando o processo para ficar bem na nova empresa, usando artifícios dos mais diversos, se aproveitam. Eles estão lá porque são o poder no país, o poder que está podre desde cima até neles.” (Arno)

“Foi difícil contar com a categoria durante o processo de privatização. Agora está sendo ainda mais difícil. Todas as atividades que temos feito neste sentido são descoladas. Isto é o mais complicado para um dirigente sindical. Quando houve a cisão, os trabalhadores que foram para a Gerasul ficaram abarrotados de trabalho, e parece que ficaram cegos. A Empresa faz isso de propósito para que os empregados não se envolvam com a luta sindical. Isto é uma prática do sistema. Como a empresa foi criada com poucos trabalhadores, tínhamos muito serviço, a categoria e os diretores de base.

Bem, mas o pessoal sabia que o movimento era importante. Até onde presencio, não há nenhum tipo de opinião que não viesse contribuir, embora tenham pessoas que, parece incrível, não conheçam o Mucap. Havia duas colegas nossas que sempre participaram das lutas do sindicato, mas que não conheciam o Movimento Unificado, mesmo com as matérias bastante divulgadas através dos nossos boletins e do Linha Viva. Além disso tantas vezes outros sindicalistas vieram participar de atividades aqui na empresa, e elas não associaram. Só pode ser intencional estas pessoas não terem absorvido a existência do movimento, talvez por medo.” (Albertina)

“Os celesquianos, de modo geral, sabem que existe o Mucap. Sempre que o sindicato faz concentração, traz pessoas estranhas que eles não conhecem, estes são dirigentes sindicais representando o Movimento e que discursam para o pessoal. Mas ainda tem algumas muitas áreas, mesmo na sede da Empresa, que ainda não sabem o que é o Mucap.” (Édio)

“Ainda tem gente na Celesc que pensa: ‘sou chefe, então também sou dono da empresa’; ‘sou amigo do chefe, logo também sou dono da empresa’. Estas pessoas não tem visão de classe. Também são acomodadas, acham que porque têm garantia de emprego, porque o Sindicato, o Mucap e uma parte da categoria fazem efetivamente uma luta, a privatização não vai chegar. Se acontecer, acham que não vão perder o emprego. Nós precisamos fazer um trabalho efetivo em relação a isso, mas não só pelo Linha Viva.

O nosso jornal desempenha um papel importante. Ele tem espaços para tratar desde a cultura até as questões mais políticas, trabalha a consciência política do trabalhador. Também informa sobre a data-base, privatização e tanto mais. É um trabalho de informação

e, num certo sentido, também de formação. Mas ele não é e não deve ser o único. Na medida do possível, nós devemos estar, constantemente, dentro das empresas. É lamentável que, em função da Campanha Contra a Privatização ter sido uma questão muito forte nestes últimos dois anos, não tivemos espaço para, por exemplo, organizar atividades de formação com a categoria. Não que as atividades do Mucap tenham priorizado tanto a atuação na sociedade, nas escolas, no calçadão que tenham afastado os dirigentes da categoria. E que, também, as atividades do Movimento Unificado não tenham sido formativas para a categoria, mas nada impedia que os liberados, que não estavam nestas atividades, estivessem dentro das empresas discutindo outras questões. O que impedia o diretor de base fazer discussões nos locais de trabalho? Os que estão lá dentro tinham por obrigação discutir, conversar mais. Eles estão sempre na defensiva, não cobram do trabalhador uma atuação mais ativa, caem no discurso que o pessoal é acomodado. Talvez por isto, as assembleias estejam tão esvaziadas. Entretanto, dentro da conjuntura que estávamos vivendo, fizemos a opção correta do que priorizar. Se a prioridade era lutar contra a privatização da Eletrosul, hoje nossa prioridade zero é reestatizar a Gerasul e evitar o desemprego.” (Viviani)

“Pode ser um sonho, mas acredito que o programa de privatização no Brasil vai ser revisto. Estou cada vez mais convencido disto. Um programa tão porco, tão inconseqüente, tão nefasto, um dia vai ter que ser revisto. Até lá teremos uma condição política mais favorável. Um dia podemos ter uma maioria no Congresso. A dificuldade do Suplicy<sup>34</sup> de pegar o número de assinaturas para uma CPI é porque somos minoria, senão já estaria em andamento e todo o programa sendo revisto. Um dia esta podridão vai aflorar. Precisamos estar politicamente em condições. Somos minoria, trabalhamos muito por uma cisão deles, de interesses que não estão sendo atendidos. Se a esquerda do Brasil tivesse a metade do Congresso, a Coppe, por exemplo, não ficaria discutindo o preço mínimo da Eletrosul. Os parlamentares é que estariam discutindo na Comissão de Energia.

Não estamos acompanhando estas ações, está lento e frouxo. Temos que associar todo o processo de privatização da Gerasul à questão do grampo das telecomunicações.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Refere-se ao Senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores.

<sup>35</sup> O editorial “Na Eletrosul foi diferente?” do Linha Viva n. 486, 26 nov. 1998, afirma que o processo de privatização é um jogo de cartas marcadas a partir das fitas gravadas com conversas íntimas entre ministro Mendonça de Barros e personagens do governo e empresas privadas, relacionando ao processo de privatização da Gerasul.

Será que não teve um grampo aqui? Será que não foi muito pior? Temos que dar estes sinais ou as pessoas vão achar que estamos nos entregando. Isto tem que estar, permanentemente, na pauta das reuniões de diretoria, temos que tensionar, temos que cobrar a posição do Laércio Dias, por exemplo. Temos que constranger este tipo de gente que não se acanha em fazer o que fazem com os empregados.” (Mauro)

“Para voltar a desempenharmos na Gerasul, temos que trabalhar na linha da reestatização. Temos o direito e dever de colaborar com os nossos deputados e senadores para que possam reverter este quadro. Os trabalhadores, com a reestruturação, ficam pensando: ‘O que vai ser de mim se me puserem na rua?’ Isto é violento, mexe com a cabeça de qualquer um, não há quem suporte. É como se enfiassem um ferro no coração.” (Édio)

“Eles fazem horrores com os trabalhadores, não têm respeito algum. Eu, sinceramente, não gosto de falar sobre a minha aposentadoria. Me considero uma pessoa nova, produtiva e não estou doente. Tenho boa formação e custei caro para a empresa. Esta sensação é terrível, abri mão de ser produtivo, de trabalhar, desenvolver a minha inteligência, o meu intelecto, o meu raciocínio, a minha força física, a minha paciência, tolerância, tudo o que podemos desenvolver num contato com as pessoas. Abri mão porque não tinha mais razão de ser, a tensão dentro da Gerasul é inimaginável. Gostaria que as pessoas fizessem idéia do que é viver trabalhando num lugar onde a dignidade não é um atributo. É péssimo, mata, arrasa, as pessoas são submetidas à situação de indignidade e violência. São covardes os que fazem isto, eles se aproveitam de um poder que não têm, mas que lhe é concedido. Os gerentes são os piores.” (Cláudio)

“O movimento de unificação é excelente, mesmo sendo mais de lideranças sindicais, mais de pessoas envolvidas no Sindicato. Era difícil nos juntarmos para determinados problemas comuns. Hoje o Mucap tem uma grande importância para nós, mas ele é embrionário, é restrito a poucos sindicatos, embora tenham outros que estão sendo atraídos. Somos conscientes de que nos aglutinando, podemos conseguir. No dia 17 de novembro conseguimos que não houvesse a Assembléia de cisão da Eletrosul. Em outro momento, enfrentamos uma situação mais séria, então, houve a Assembléia de cisão. Tiveram que colocar cães, 400 policiais com cavalo, polícia de choque, para nos impedir. Ao longo destes anos, conseguimos trazer o MST como um aliado nosso. Quando começou este movimento? 1983 ou 1984. São 14 anos de existência para ter a pungência que têm hoje. Trata-se de pessoas famintas, sem lugar para morar, sem ter o que comer, sem roupa, com

filho chorando de fome. Mesmo assim eles se organizam e são nossos aliados, nós que temos um salário médio de 1.500 reais. Até na véspera de Natal, eles vieram. Temos um certo referencial pela nossa prática, o Mucap se credenciou nisto. Até a CUT foi obrigada a reconhecer o Mucap, mesmo sendo um embrião de mobilização que pode se chocar com ela.” (Arno)

### **A CUT e a privatização**

“A CUT passou a ter uma corrente monolítica que não politiza. É uma central que se diz socialista, classista, de massa, mas não forma quadros porque tem medo de mexer na estrutura de poder interno. Nos congressos fica um chefe de torcida lá na frente, mostrando qual é a hora de levantar o crachá. Os congressos são completamente despolitizados, estão cheios de trabalhadores mas são esvaziados de discussão política. O que se vê é a briga de tendência. Isto é normal e tem que ter, mas em nível de discussão política, projeto político. Lá não é assim, há guerras de torcidas dentro da esquerda do movimento sindical e queimação de quem ousa pensar diferente. A oposição, por outro lado, patina e não consegue sair do nada. Unem-se antes do Congresso para formular tese, e logo desaglutinam; ou se juntam com determinado grupo somente para ganhar, usando uma expressão horrorosa, um aparelho, o que não significa ganhar um projeto.

Isto não é uma crise do movimento mas uma grande crise de direção. Não precisamos dos empecilhos do Fernando Henrique para nos destruir. Está se tornando um processo autofágico por falta de direção política, tanto de quem está à direita quanto dos que estão mais à esquerda do movimento. Os que têm trabalho efetivo estão ocupados demais em organizar e dar sustentação a este trabalho. Não conseguem pensar políticas para isto. Outros vão pelo oportunismo. Quanta coisa se conseguiria botando gente comprometida na CUT, com gás para trabalhar com outros setores, que unificasse e não ficasse com o rabo na cadeira.

Hoje boa parte dos que estão na CUT querem apenas minimizar as perdas, acham que o capitalismo está bom. O problema está em nível ideológico, de projeto político. Ficam dizendo: ‘A privatização é inevitável e as pessoas não querem fazer nada, só querem ir para o bar tomar café, cerveja’. Mas aqui nós íamos nas portas de ônibus falar do Apagão, entregar jornal e as pessoas vinham conversar conosco. Íamos no Zanelatto e as pessoas vinham; estávamos no calçadão e as pessoas conversavam. Esta realidade é somente nossa?

Os cinco diretores do Sinergia são diferentes? As pessoas que nos rodeiam são as únicas que não querem ir para o bar?” (Viviani)

“A CUT terá que tomar uma posição. Sua origem está ligada a estes movimentos de oposição sindical, hoje defendidos pelos sindicatos. Originou-se da efervescência de diversas correntes, mas, principalmente, dos embates em busca da liberdade e autonomia sindical. Gosto quando dizem que a CUT é radical, pena que agora dizem pouco.” (Arno)

### **Perspectivas para o Mucap**

“Quanto ao Sinergia, tenho algumas angústias pessoais. A partir do momento em que firmamos um compromisso de um movimento mais coletivo, o compromisso enquanto diretor do sindicato amplia. Estamos envolvidos numa luta que extrapola a questão corporativa, o que exige uma atenção maior. É angustiante ver que alguns diretores do Sindicato assumiram pouco a luta contra a privatização na sua empresa: Eletrosul, Gerasul ou Celesc. Passando uma peneira no Mucap, na primeira ficam aqueles envolvidos na lutinha corporativa. Víamos dificuldade até de algumas pessoas passarem o abaixo-assinado quando era relacionado com outra empresa que não a sua. Alguns queriam que a luta fosse só na sua empresa. Sentimos esta questão corporativa ainda muito forte. Numa segunda peneirada ficam aqueles que priorizam a questão mais coletiva. São poucos, o que exigiu um compromisso maior da nossa parte. Não tínhamos tempo para almoçar; ficávamos preocupados até nos finais de semana. As pessoas têm que ter tempo para respirar, para tentar criar. Em alguns momentos a adrenalina é importante para ficarmos com toda a energia; em outros momentos ela é complicada, porque acabamos não dando vazão para ações criativas. O Mucap fez várias atividades culturais, mas o Sinergia poderia estar contribuindo mais dentro da Campanha Contra a Privatização, no que tange à questão da Celesc, Eletrosul e Gerasul, se tivéssemos mais tempo.

Apesar de termos tido privatização na nossa base, o Sinergia ainda é o que tem segurado o Mucap. Alguns sindicatos têm dificuldade em transpor a questão corporativa. Talvez tenham medo de perderem espaço na medida em que o Mucap avança; ou têm medo de romper com a questão corporativa, quando a categoria vai começar a exigir outro tipo de demanda. Talvez seja mais tranquilo tocar somente as demandas que já possuem. É importante colocar algumas questões em ordem. O Movimento Unificado tem que ser um instrumento de luta e para a luta, mas para a luta coletiva. Não pode ser um instrumento utilitarista: “Vou para o Mucap porque é melhor para mim ou para minha categoria.” É

melhor, sim, estar no Mucap para engrossá-lo e fortalecer a luta coletiva. Esta compreensão ainda não está clara.” (Dinovaldo)

“O Sinergia está constantemente funcionando para que o Mucap esteja na rua. Além disso, estamos na coordenação política e financeira, organizamos os planejamentos, preparamos as reuniões, levamos as atividades culturais. Não que nós o mantenhemos vivo, mas tensionamos para que o Movimento Unificado seja construído e consolidado.” (Viviani)

“Muitas das entidades participantes do Mucap não o incorporaram. Ele representa sindicatos que são representados por sindicalistas, que reproduzem os nossos vícios de dirigentes. Existem dirigentes que apoiam, estão lá, mas não ajudam a construir, não participam de nada, só fazem críticas. Alguns que só ficam na retaguarda, esperando pelos frutos na hora da colheita. Pegar na enxada, o sol na cabeça, capinar, não é para eles. Os que vestem a camisa são meia dúzia.” (Dinovaldo)

“Havia entidades que vinham trabalhando pontualmente a questão da privatização, mas estavam adormecidas. Muitas vezes convidamos outras entidades para participarem de nossas plenárias. Pouquíssimas participaram. Vieram quando o Sinergia fez uma ação concreta de ocupação da Eletrosul. Unificamos o movimento na luta. O Mucap é diferente porque tem luta, tem resistência, tem mobilização. Parte das direções do movimento sindical não querem isto, tem medo de perder o poder. Mas tem uma parcela saudável do movimento que quer ocupar, resistir e produzir. O Mucap é uma espécie de MST da cidade. Não tenho a ilusão de que seja igual, mas ocupamos e resistimos, produzir o Fernando Henrique ainda nos impede.” (Viviani)

“No Mucap há oposições que são tão maléficas quanto as pessoas da situação, tão atrasadas quanto. São aquelas que fazem oposição só na teoria, que não constroem nada na prática. Fazem oposição usando os mesmos mecanismos antidemocráticos da direita. Digo oposição no sentido de uma postura, não de uma tendência. Esta é salutar, mas o Movimento Unificado não pode ser refém. A tendência é que deve ser refém de um projeto, disputar e consolidar o projeto. Ao mesmo tempo, é uma alegria ver pessoas do movimento sindical com uma visão de oposição à política que não nos interessa, com visão de enfrentamento e não de mediação. Acabamos conhecendo muitas destas pessoas no Mucap. Este não tem estrelas, não beneficia ninguém, só a oportunidade de fazermos algo juntos.” (Dinovaldo)

“De certa forma, o Mucap está construindo a solidariedade de classe, não faz lutas apenas. Também tem construído a consciência de classe entre os trabalhadores de setores menos explorados, como eletricitários, bancários, professores, porque muitos desses acham que fazem parte da burguesia.” (Viviani)

“O Mucap é um movimento histórico dos trabalhadores de Santa Catarina que serve de referência nacional. Se 50% das suas entidades estivessem realmente construindo coletivamente e participando, a luta contra a privatização teria uma qualidade tremenda. Mesmo assim, em pouco tempo, ele avançou, graças a algumas loucuras e sonhos exacerbados de alguns dirigentes sindicais.” (Dinovaldo)

“O Mucap é o que se pensou de mais importante nestes últimos 5 ou 6 anos. Ele se tornou algo prático. Às vezes se fica discutindo uma coisa durante anos e não se consegue pôr em prática. Ele foi pensado, criado e operacionalizado numa velocidade atípica para o movimento sindical e a organização de esquerda. Este é seu grande mérito. Outro é a questão da impessoalidade, deu condições para que a sociedade entendesse que esta não é uma luta de A, de B e de C. Conseguiu passar que existe um movimento orgânico que tem uma luta definida, bem objetiva, que serve tanto para a Casan, quanto para o Besc, Celesc ou Eletrosul. Foi a nossa bola de cristal. Como idéia, como proposta, o Mucap é 10.” (Mauro)

“O Mucap tende a crescer e ser referência. Terá que ser trabalhado por vários anos, senão é outro movimento que se esvai, como diversos outros fóruns criados em defesa do serviço público e que não deram em nada, só discurso. Este segundo terá que ser de afirmação, caso contrário, ele deixa de existir. Penso que também deve ser ampliado. Em vez de Movimento Unificado Contra a Privatização, poderia ser Movimento Urbano, ou qualquer outro nome. Temos que ampliar o leque para dar a noção exata do que se pretende.” (Arno)

## Avaliação do Mucap feita pelos sindicatos

Os dirigentes de doze entidades das que compõem do Movimento Unificado Contra a Privatização fazem a avaliação do trabalho desenvolvido em 1997/1998, visando a elaboração do planejamento das atividades para o próximo período, em 3 de dezembro de 1998, no SEEB, coordenado por Júlia Maris Latrônico de Souza, assessora da Diretoria de Cultura e de Formação Sindical do Sinergia.

Para que seja possível fazer um trabalho consistente, é proposto que cada entidade faça uma avaliação prévia na sua diretoria, baseada em cinco perguntas:

- 1- As atividades realizadas pelo Mucap potencializaram as ações e o debate sobre a privatização na sua entidade?
- 2- O Mucap tem conseguido construir, na prática, a unificação da luta?
- 3- A base do seu sindicato/entidade tem compreensão do objetivo do Mucap?
- 4- Até que ponto o Mucap tem contribuído para superação da ação meramente corporativa nas diretorias e nas categorias? Exemplifique
- 5- Como foi a participação da sua entidade nas atividades do Mucap?

### QUADRO 10 : PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO MUCAP

<b>Entidades</b>	<b>Dirigentes</b>
APUFSC	Albertina Dutra Freyleben
Associação Moradores do Jardim Zanelatto	Domingos Furtuna
MST	Agnor Bicalho (Parafuso)
Seeb	João Batista Nunes Marcelo Millnitz
Sindpd	Milton Pereira Monguilhott (Mitico)
Sinergia	Dinovaldo Gilioli Maria Margarida Sampaio Viviani Remor
Sintae	Gilmar Salgado
Sintect	Genésio Agenício da Silva Juliel Queiróz de Santana
Sintespe	Claudionor Veridiano da Costa
Sintrasen (*)	Marlene Febrona Alves de Souza (Lena)
Sinvac	Luis Carlos da Silva

(\*) Avaliação pessoal, não tendo sido previamente discutida em diretoria

QUADRO 11: AVALIAÇÃO DO MUCAP EM DEZEMBRO DE 1998

Entidades	As atividades realizadas pelo Mucap potencializaram as ações e o debate sobre a privatização na sua entidade?	O Mucap tem conseguido construir, na prática, a unificação da luta?	A base do sindicato/entidade compreensão do objetivo do Mucap?	Até que ponto o Mucap tem contribuído para superação da ação meramente corporativa nas diretorias e nas categorias? Exemplifique	Como foi a participação da sua entidade nas atividades do Mucap?
Apufsc	Não.	A integração junto a outras categorias é difícil, os professores têm uma postura muito autoritária e muito prepotente.	A inserção na base dos professores da universidade é zero, a grande maioria não sabe nem o que significa a sigla Mucap.	A universidade não só se isola, como ela está isolada da comunidade como todo.	Participação tem sido extremamente débil, apesar do esforço da diretoria da Apufsc, entendendo a importância que ele tem.
Zanelatto	Foi conseguida alguma conscientização na comunidade que é uma das mais conceituadas em termos de discussão política da grande Fpolis.	Até certo ponto.	Só as lideranças do sindicato, a base não.	Tem alguns diretores de sindicato que participam da Associação	A Associação tem uma preocupação grande com o desemprego, o índice na comunidade é muito grande. Participação na Eletrosul e, agora, acompanhando os portuários.
MST	Contribuiu em parte, motivou e deu mais coragem para discutir contra a privatização, o que foi muito importante.	Há falta de entrosamento entre as entidades, como exemplo, os sindicatos de eletricitários de Lages, Blumenau e Joinville não estão participando. Não conseguiu motivar a própria Central para poder construir junto, além de outras entidades de Fpolis.	A base ainda não tem consciência da dimensão do Mucap, está distante da realidade; a direção e os coordenadores têm, mas a nossa base ainda está bastante distante da realidade.	“Serve uma coisa, eu vou deixar como sugestão pra nós todos, não só pro pessoal da cidade. É nós começar a preparar a consciência ideológica do nosso povo, a gente faz muita reunião. Acaba é que precisa mobilizar gente, é sério. Tem umas experiências aqui em Floripa lá no Jardim Zanelatto que o Mucap começou, eu acho que foi um passo. Um passo muito bom que a gente poderia tentar	Nas decisões e nas discussões não tiveram muita participação, menos por falta de quadro do que por uma falha de todos juntos.

	<p>Seeb</p>	<p>Sim, mas ainda de forma muito tímida</p>	<p>Sim, mas nas lutas de consenso. O Mucap não foi criado só para dar conta das entidades que dele fazem parte, mas de comunidades carentes e outras.</p>	<p>Em parte, mais no Besc mas na Caixa Econômica, Banco do Brasil e outros bancos estaduais, ela ainda está muito tímida, então, por isso, em parte.</p>	<p>fazer com que cada entidade que está aqui assumisse um bairro de Florianópolis, para começar a dar essa formação. (...) senão a gente vai ficar discutindo entre essas 4 paredes sempre e quando precisar das massas não vai ter. E se logo a gente não começar a fazer isso, nós não vamos ter condições de superar os limites.</p>	<p>Menor do que deveria ser, infelizmente.</p>
<p>Sindpd</p>	<p>Sim, mesmo com uma participação rotativa nas atividades, obriga a discutir e ter uma posição para outro continuar participando.</p>	<p>No setor público temos um trabalho unificado; no setor privado ainda existe, tem muito a fazer; As atividades desenvolvidas, com ou sem o êxito esperado, só se viabilizam pela participação conjunta de várias entidades; se fosse por entidade não teríamos</p>	<p>Houve pouca participação das categorias nas ações implementadas; se o povo não vier junto, não adianta as lideranças ocuparem as empresas.</p>	<p>Na área pública é mais permanente a figura do Mucap através até dos próprios teatros que foram feitos, materiais de divulgação, ações; Enquanto Sindpd não conseguimos passar para</p>	<p>Com a participação conjunta com diversas categorias. Como complementação dos exemplos do Sinergia: a sustentação financeira para diversas atividades, não a quantidade da contribuição mas a qualidade, isso comprova a união; ação junto aos parlamentares, a aprovação do projeto de proibição da venda de estatais 6 meses antes e após a eleição; o Grito dos Excluídos com apoio fundamental do MST; e a luta principal que é pelo emprego, independente de categoria.</p>	<p>É 9, dentro dos limites é boa, tanto nas reuniões, nos atos, nas ações, como em outras atividades. No que foi possível participamos de quase todas as ações, tentamos contribuir de alguma maneira, porque estamos certos.</p>

		feito.		base as atividades desenvolvidas pelo Mucap Termos que ter material de divulgação e um trabalho permanente de abastecer os sindicatos com informações, com propostas e idéias.	
Sinergia	Sim, potencializaram, tanto que as atividades do Sinergia e do Mucap foram praticamente ou foram as mesmas. Potencializaram mas não mobilizaram, nós não tivemos a mobilização de acordo com o que a gente esperava, como a gente queria, mas vamos lutar prá Ter.	Tem feito a construção da luta no regional, no nacional infelizmente... Primeiro tentamos estadualizar, esbarramos em diversas barreiras, inclusive nas Intersindicais. A própria Cut, tanto estadual como nacional, não conseguiu juntar, não conseguiu levar essa luta do jeito que a gente queria. Em nível nacional não foram poucas as vezes que a gente foi até a Central para tentar articular um movimento, depois chamavam de novo, nós voltávamos prá outra reunião, discutia, e infelizmente não saiu do papel. Não é a toa que privatizaram a Vale, privatizaram a Telebrás e tudo mais.	Tem compreensão, sabe e participa, principalmente no que diz respeito à Celesc. Na Eletrosul e Gerasul, infelizmente, não foi como a gente gostaria. Agora, vale levantar e ressaltar que, embora muito poucos, alguns companheiros, em que pese a perda da estabilidade e o medo desemprego, estiveram com a gente em boa parte das vezes.	Tem estimulado a quebra do corporativismo nas visitas aos locais de trabalho, nas assembleias, com as atividades culturais, nas diversidades categoriais. Exemplos: esquete de verão, esquete de praias, percorridas nas categorias com atividades culturais, calendário unificado, 1ª e 2ª AGU (deveria estar sendo construída a 3ª), o vídeo do Mucap, jornal unificado, campanha unificada de mídia, atos no calçadão, como a comemoração de 1 ano do Mucap.	Nota 9, além da participação houve um grande crescimento e aprendizagem. Frase da avaliação de um diretor: "a maior parte do nosso tempo foi, de modo intenso, para as atividades do Mucap e por alguns, apaixonadamente, exclusivo para essas atividades."
Sintae	Sim, mas mais restrita à diretoria do sindicatos; deu mais abrangência, em função da unidade.	Uma parcela pequena, o que já considerado um avanço. Por Ter sido concentrada a maioria das atividades na Grande Fpolis, as regionais, espalhadas pelo estado, não têm a mesma compreensão	Contribuiu a nível sindical, precisa evoluir para movimento popular, associação de moradores e centros comunitários. Existia o discurso de unificação, o mérito do Mucap foi ter praticado. Os trabalhadores, mesmo no seu senso comum, têm a compreensão da unificação, porque sabem que a união contra o patrão é	Boa, apesar de algumas debilidades, devido a organização do próprio sindicato: outras atividades corporativas, pela pouca compreensão de alguns diretores. Depoimento pessoal: "Entrei no movimento sindical em 86 em Chapecó, numa conjuntura que era de mais mobilização, menos recessão e menos desemprego. De início já entrei em contato	

				fundamental em qualquer momento.	com vários companheiros que tinham a compreensão que nós temos hoje, da necessidade de unificar na prática todas as lutas da categoria. E é por isso que hoje, na minha opinião, nesses 12 anos de luta que tenho, o que mais me marcou foi esse início, era a compreensão geral da luta da classe trabalhadora local, estadual, nacional e internacional e também agora. O Mucap foi fundamental na minha opinião. (...) E a gente avalia que, com todos os nossos erros e debilidades, a gente fez muito pouco. Mas se a gente analisar durante o ano de 98, oh pessoal, nós fizemos um monte de coisas, nós merecemos parabéns.”
Sintect	Sim, na direção estadual e na base só em Fpolis, não estadualizou na restante da base.	Sim, pela ação conjunta dos sindicatos, MST, movimentos populares, partido e tal. Esta é uma função que cabe a Cut. A Central deveria ser o Mucap, e devia-se seguir a Central.	Na capital, não todo mundo mas boa parte; no restante do sindicato tem dificuldades.	O sindicato participa do Mucap mas, por decisão da maioria da direção, saiu com uma Campanha isolada contra a privatização, o que foi um erro	Deixou a desejar, a direção participava um pouco, mas atrasa pagamentos da mensalidade, pouco retorno na base, no boletim próprio agora é que começou a sair matéria sobre o Mucap
Sintesp	Sim, só para os 4 da diretoria liberada.	Sim.	Não, apesar de ter saído no jornal da entidade matéria sobre o Mucap	Acha que sim, porque os diretores liberados ajudam nas manifestações, entre outras.	Razoável. Na maioria não compareceu porque não ia nas reuniões. Na hora de participar um ficava empurrando para o outro O Sintesp está muito encolhido, tem que participar mais.

Sinrasen	<p>potencializa mas tem uma resistência de alguns diretores em participar, por não quererem ou só Quando "apertar dentro da minha entidade, para mudar a minha base"</p> <p>Dos 12 diretores liberados participam 3 ou 4 das questões do Mucap</p>	Tem unificado, está faltando um pouco mais de atividade com as comunidades	Se nem toda a diretoria tem, quanto mais a categoria, têm que ser trabalhar	Temos participado de atividades com outras entidades, como na Eletrosul, na Casan, na Telesc e etc; ainda com uma visão corporativa do movimento	Foi boa mas precisamos trazer um pouco mais a nossa base.
Sinvac	<p>A diretoria não está consciente do que significa privatizações de algumas empresas. A 1ª atitude é conscientizar as direções dos sindicatos para poderem mostrar para base a importância do Mucap.</p>	Sim, mas só nas empresas privatizáveis, nas quais o Mucap apareceu mais.	Muito pouco. Só as próprias entidades que estão participando é que têm um conhecimento geral, está faltando, apesar do pouco tempo do Mucap, fazer realmente um trabalho junto com as direções das entidades.	Não respondeu	Só um ou dois diretores, porque muitas entidades não estão participando, apesar de todas as atividades serem sempre importantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por onde caminham os sonhos?  
 Conheço as lâminas que cortam  
 A carne desse povo  
 Elas continuam tão afiadas  
 Como há muitos anos atrás

Talvez não fosse preciso tanto sangue  
 Nem o conflito dos homens  
 Mas é preciso que o corpo se exponha  
 Que a mente não seja absorvida  
 Por falsas verdades

Infinitas são as mãos que se unem  
 E não há espaço que não possamos preencher  
 Com a força de nosso peito sedento de justiça

Não estamos sós  
 A luz abriga nossos corações  
 E nossas mentes são iluminadas  
 Pela esperança que nos cerca

Vamos, caminhemos,  
 Está em nossas mãos  
 A construção de um país  
 Melhor para todos

Dinovaldo Gilioli  
 Boletim de convocação  
 1ª AGU do Mucap

Esta pesquisa, a partir dos depoimentos dos dirigentes sindicais, possibilita ao leitor a liberdade de chegar a uma ou a uma série de conclusões, que podem acompanhar as descritas nesta parte do trabalho ou serem totalmente diferentes. Esta gama de possibilidades talvez seja a maior riqueza desse desenho metodologia escolhido.

Desde 1987 participo do movimento sindical dos eletricitários de Florianópolis. Nesse final de 1980 vivia-se um período de grandes e intensas mobilizações, marcadas pela ampla participação dos trabalhadores. Então o movimento se encontrava vigoroso e em ascensão. A partir da década de 1990, os sindicatos passam a atuar de maneira defensiva, não só por uma conjuntura social e política adversa mas, sobretudo, por problemas estruturais do capitalismo, buscando saídas em nível institucional.

O questionamento inicial dessa pesquisa, portanto, busca entender o que leva o Sinergia a entrar num período de defensiva, apesar da trajetória de certa combatividade. Essa é explicada porque ele, se adaptando à estrutura sindical oficial, não consegue se contrapor às transformações sociais e às políticas neoliberais, não conjuga as lutas táticas a um plano estratégico. Suas lutas se fundamentam na perpetuação da classe trabalhadora e não na sua emancipação social.

Esse trabalho objetiva contribuir para uma análise do contexto de crise no sindicalismo combativo brasileiro, a partir do estudo de caso do Sinergia; além de construir, coletivamente, perspectivas de ação no sentido de superar esses impasses. Com isso, pretendemos estar colaborando com a formação dos dirigentes sindicais, indispensável àqueles que aspiram contribuir com a transformação da sociedade.

Iniciamos esta pesquisa com a reconstituição do setor elétrico, campo social no qual estão inseridos os eletricitários. Os primeiros experimentos com energia elétrica no Brasil ocorrem no final do Período Imperial, contemporâneos às experiências iniciais na Europa e nos Estados Unidos. A disseminação do seu uso porém somente é iniciada no período republicano. O sistema elétrico brasileiro começa a ser formado, predominantemente, por empresas privadas de capital internacional, atraídas pela possibilidade de investimentos rentáveis. A instalação dessas empresas é facilitada pelo estado que, embora não tenha política para o setor, fornece concessão para que essas explorem a geração e distribuição de energia elétrica no país.

A partir dos anos 1920 o setor se encontra praticamente desnacionalizado, dividido entre o grupo Light e Amforp. No Estado Novo constatamos um embrião estatal nesse setor. O crescimento industrial do país, aliado ao aumento e diversificação do consumo, exige volumosos recursos a serem aplicados na expansão da infra-estrutura necessária, no caso, a energia elétrica. Os grupos privados, nesse momento, não estão interessados em investir nas empresas elétricas, que implicam em elevados investimentos e retorno de médio a longo prazo. O governo brasileiro chama para si a tarefa de assegurar as condições necessárias para esse desenvolvimento. Com isso, o setor elétrico se expande e, fundamentalmente, após os anos 1960, torna-se estatal. Contudo, grande parte do capital necessário a esta ampliação é tomado pelo governo no exterior, através de expressivos empréstimos. Esses aumentam sobremaneira a dívida externa brasileira. É verdade que parte desse capital emprestado é desviado para o setor privado; o beneficiamento de empreiteiras é um exemplo. Assim, mesmo indiretamente, esse setor continua vinculado ao capital internacional.

Depois de todo o setor elétrico estar estruturado – construídas gigantescas usinas, diversas subestações, todo o sistema interligado por meio de infindáveis quilômetros de linhas de transmissão, tendo retorno dos fabulosos investimentos que a sociedade por muitos anos ainda vai pagar – torna-se novamente atraente ao capital privado. O governo dá início ao processo de privatização nos anos 1990, vendendo empresas, fazendo o desmonte do setor.

Em Santa Catarina as primeiras experiências com energia elétrica são realizadas no final do século, mas o setor elétrico, predominantemente explorado pela iniciativa privada, é desenvolvido de forma lenta. A partir da segunda metade do século XX o setor ganha impulso, passando a ser alvo de investimento do governo estadual. Este apostava no desenvolvimento da sociedade, baseado na expansão industrial, no progresso tecnológico e na ampliação do mercado de consumo. Entretanto, todo o desenvolvimento conseguido não representa ganhos para aqueles que o constroem, os trabalhadores.

Nesse contexto difícil para os que vivem da venda da sua força de trabalho, muito evidenciado através dos depoimentos, os eletricitários de Florianópolis se organizam, criando o seu sindicato. Este nasce a exemplo dos outros da época, primeiramente como associação. A prática desse sindicato desde a fundação, perdurando por todo período do regime militar, é assistencialista. Durante todo esse período, os eletricitários obtêm suas conquistas através de negociação, e a referência para os associados são os serviços assistencialistas prestados pelo sindicato. Não podemos caracterizar esses dirigentes como pelegos, têm como limite a sua compreensão sindical.

A partir de 1987 evidencia-se uma mudança de postura na direção do Sinergia, agora já composta por trabalhadores da Celesc e Eletrosul. Essa mudança se exprime no fim do assistencialismo, na criação do jornal Linha Viva, nas grandes mobilizações, na filiação à CUT, na devolução do imposto sindical, na solidariedade com outros movimentos. Vigorosas greves são realizadas obtendo-se aumentos salariais e ampliação de conquistas. Esse período é vivido com intensidade pelos dirigentes sindicais, era “uma elite fina muito preciosa do pensamento revolucionário na direção do sindicato”, como considera Vitor, um dos dirigentes principais da época, que percebem ter condições de provocar mudanças. A partir dessas redefinições de prática sindical, os trabalhadores também participam ativamente, mas, apesar de tudo isso, a luta não vai além das questões imediatas. Não são vinculadas a uma estratégia de transformação social.

Portanto, todas as mudanças e os questionamentos resultantes dos embates deste tempo não se concretizam em condições objetivas, não transformam os trabalhadores em sujeitos capazes de lutar pela emancipação social. É possível perceber, pelas entrevistas dos construtores dessa época, a herança do trabalhismo na qual a relação, intencionalmente construída, é de pai para filho, de hierarquia e poder, “povo/nação como uma grande família, em que Estado/Presidente é o pai/guia”. A relação construída entre dirigentes desse novo sindicalismo e os trabalhadores perpetua ainda hoje, na mesma base, como se fosse uma relação entre pai e filhos. Vieira corrobora essa formulação: “A nossa forma de fazer sindicato, desde o princípio, foi paternalista. Pode notar as Assembléias, sentam 200 a 300 trabalhadores, chega o sindicalista, fala grosso, dá discurso, naturalmente diz o que tem que ser feito, mas quando abre a palavra, as pessoas ficam com medo de falar. Sempre foi assim, existe uma relação de poder entre dirigentes sindicais e categoria.” O dirigente é o pai/guia e não um entre todos os demais.

A presença desse fato explica, juntamente com outros, a forma como assume a luta dos trabalhadores: o não-surgimento de lideranças comprometidas com a ruptura de sustentação do sindicalismo oficial; as lacunas teóricas, políticas e ideológicas dos dirigentes que perpetuam a lógica capitalista. Por todos esses limitadores, o novo sindicalismo, no embate com o capital, não vai além de um ensaio geral de autonomia, se contrapõe mas não consegue superá-lo. O capital, sim, responde temporariamente à sua crise estrutural: o processo de reestruturação produtiva e o projeto político ideológico, o neoliberalismo. O movimento sindical entra em crise, passa para a defensiva, perde sua feição anticapitalista, subordinando-se à lógica do capital.

O Sinergia, para enfrentar a crise da década de 1990, privilegia sua ação como Sindicato Cidadão, mais evidenciada na participação em vários fóruns governamentais. Elege a luta contra a privatização como a preocupação central da diretoria, desenvolvendo atividades que privilegiam o campo institucional. A luta implementada desse modo se resume a poucos dirigentes, representando a diretoria nas instâncias e fóruns; e dessa maneira tem muitos limites. Além disso, esse tipo de procedimento não permite o envolvimento dos trabalhadores, ficando na condição de telespectadores bem informados. Dessa maneira, impotente e passiva, a categoria delega aos dirigentes a atribuição de lutar por ela, elegendo o sindicato como seu salvador.

Nesse período defensivo, a relação hierárquica entre dirigentes e categoria ainda é de pai e filho. Com isso, os trabalhadores contraem uma dívida impagável com seus

representantes, que de tudo fazem para protegê-los; nem precisam lutar, só aguardar o desenrolar dos acontecimentos. O Sindicato Cidadão, que propõe como saída a cidadania, isto é, o resgate à vida digna e à emancipação da maioria da população, nesse período, não vai além das formulações aprovadas em Congresso.

Essa postura do Sinergia não difere muito dos demais sindicatos, nem da CUT, importante síntese da conquista dos trabalhadores brasileiros do final dos anos 1980. Nesse período de defensiva, direcionada pela corrente majoritária, a Articulação, a Central faz um pacto com a social-democracia; não existindo mais a busca do confronto mas a da conciliação, adota o recuo tático “para não perder tanto”. Suas ações não têm mais como orientação maior a recusa ao capitalismo mas a ação por dentro dele, na falsa expectativa de “melhorá-lo”, praticando um sindicalismo propositivo. Isso pode ser observado na concordância em diminuir jornada de trabalho e salários, flexibilização de direitos e também na falta de projeto contra a privatização.

Em 1997, o Plano Contra a Privatização da Celesc e Eletrosul, elaborado pela direção do Sinergia, marca a iniciativa no sentido de implementar a luta de maneira ofensiva. A via institucional não é mais a prioridade e em seu lugar diversas ações são realizadas em nível da categoria, que participa de maneira pontual, e da sociedade, marcando o retorno da disputa da população. A experiência junto às escolas públicas, pioneira em Santa Catarina, suscita um debate mais geral sobre a sociedade que queremos. O Plano demonstra ser possível envolver a categoria e a população, pondo por terra a afirmação (ou desculpa) predominante no movimento sindical de que as pessoas estão apáticas, portanto é perda de tempo querer fazer um trabalho com elas. Na avaliação dos entrevistados esta foi considerado uma opção correta, lamentam não terem se dado conta que a luta deveria ter sido feita desse modo há mais tempo. O Plano não fica indiferente à maioria dos sindicalistas de Florianópolis, passando a ser referência no movimento sindical da cidade.

Baseado na lógica de que “um mais um é sempre mais que dois”, o Plano vem a ser o alicerce do Movimento Unificado Contra a Privatização. O Mucap nasce da luta entre capital e trabalho, imediatamente integrado por mais de 40 entidades dos movimentos sindical, político e social, atraídas pelo seu viés combativo e por representar, de fato, uma proposta de confronto ao capital. O Movimento Unificado tomou amplitude e tem encontrado resistências não só de dirigentes de sindicatos, como também da Intersul, da FNU e da CUT. O corporativismo, o medo da perda de poder, o estreito limite da

compreensão sindical talvez sejam os maiores motivos e, por isso, insistem na atuação institucional, boicotam ou ignoram o Movimento. Por outro lado, o MST e MAB têm se mostrado parceiros solidários.

O Mucap tem realizado inúmeras atividades, em vários níveis, buscando se fortalecer. Tem atuado nas comunidades carentes, como no Jardim Zanelatto, assessorando na construção da associação de desempregados e na organização de atividades formativas para a associação de moradores. Tem procurado envolver a população, realizando diversas atividades nas ruas e pela campanha de mídia. Tem buscado seduzir as várias categorias, unificando o movimento, construindo identidade de classe; mas a participação ainda tem sido episódica. As atividades prioritárias têm sido barrar ou adiar a privatização das empresas, e, por isto, o Mucap tem sido tratado como caso de polícia.

A década de 1990, propagandeada como democrática, pautada no diálogo e na negociação, busca a conciliação das classes; o que na prática tem se desmascarado de imediato. O neoliberalismo deveria ser renomeado para neo-autoritarismo, como diz Petras. Na menor possibilidade de uma ação vir a concretizar-se como obstáculo ao capital, é exemplarmente punida por forte aparato de repressão policial, não faltando a polícia de choque, cacetetes, cachorros e cavalos. No entanto, a repressão desse período não se limita à ostensiva policial, tem sido a marca das administrações das empresas.

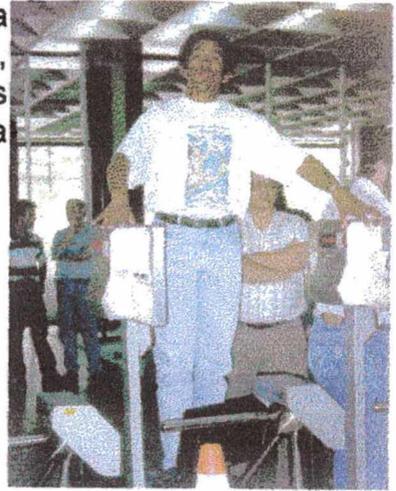
A Eletrosul é alardeada pela direção como a empresa modelo do setor elétrico, em termos de repressão realmente tem sido. O que pode ser comprovado pelas pressões feitas aos empregados no “incentivo” às demissões, no processo de privatização, no controle das catracas, nas câmeras instaladas em pontos estratégicos filmando as atividades sindicais, no cerceamento do trabalho sindical dentro da empresa, no interdito proibitório...

A Gerasul, depois de privatizada, reforçou as medidas repressivas. Implanta a reestruturação da empresa na qual os empregados são “convidados” a se demitirem recebendo como “compensação” um incentivo. O grupo belga Tractbel comprou essa empresa com um quadro enxuto de pessoal, 1.288 trabalhadores (nos 3 estados de atuação - SC, RS e PR - controlando três usinas hidrelétricas e duas termelétricas), com a reestruturação o quadro será reduzido para 850 no mês de outubro de 1999. A Gerasul tem estimulado ex-empregados a continuarem prestando seus serviços, mas por intermédio de empresas terceirizadas. Se isso não fosse pouco, ainda tem pressionado os trabalhadores a permutarem direitos há anos conquistados por pagamento de abonos, como no caso do anuênio. Tem se empenhado em atacar a organização sindical, ameaçando, implicitamente,

punir os trabalhadores que se manifestam ou participam de atividades convocadas pelo Sindicato; desconsidera a representatividade deste; oferece, particularmente, à dirigentes sindicais uma “recompensa” para pedirem demissão, 75% do tempo que ainda falta para completar o seu mandato sindical. A privatização tem imposto novos e grandes desafios ao movimento sindical.

Por tudo isso, o Movimento Unificado Contra a Privatização tem se revelado uma concreta possibilidade de confronto ao capital. Assim sendo, deve continuar implementando suas atividades contra a privatização, defendendo os empregados, organizando os desempregados, formando novas lideranças, rompendo com o corporativismo, disputando a população. Com isso, deixa às claras a falsa ilusão de que é possível encontrar boas condições de subsistir nessa sociedade, conseguindo, dessa maneira, transformar o que seriam derrotas em vitórias, combinando os interesses imediatos com a luta pela emancipação humana.

No dia 27/11/97 é feita segunda tentativa de cisão da Eletrosul e Vicentinho, presidente da CUT, conversa com os trabalhadores da empresa



Acima e ao lado manifestações do Mucap durante a terceira tentativa de cisão da Eletrosul, em 18/12/97

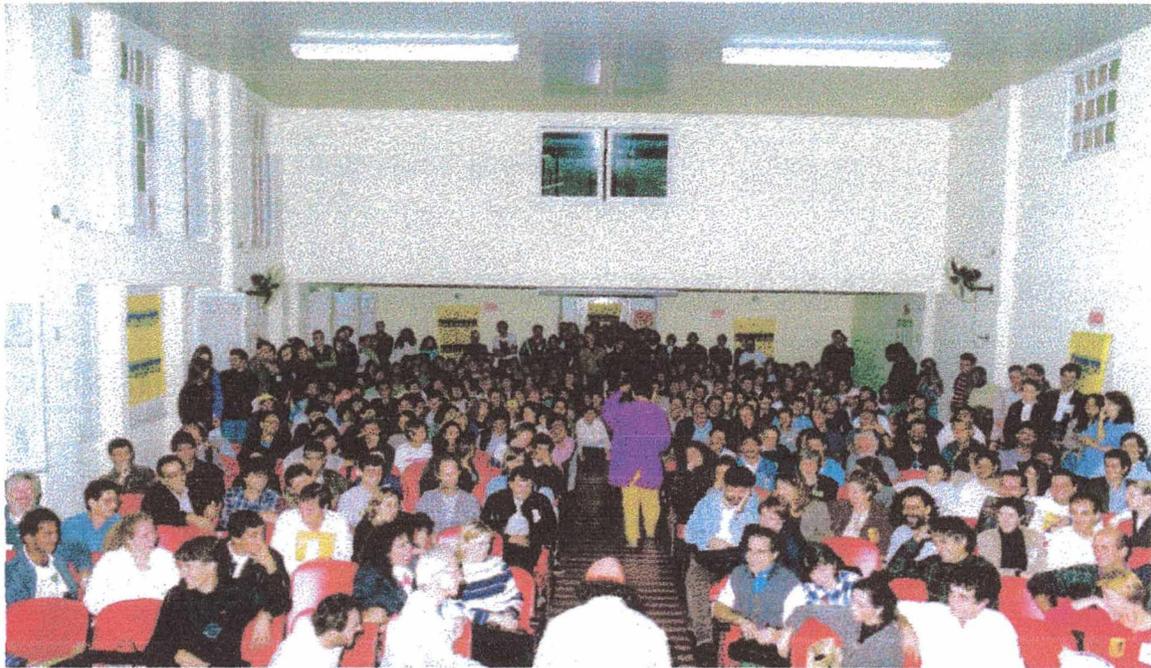


Ao lado e abaixo, ato do Mucap na cisão da Eletrosul em 23/12/97





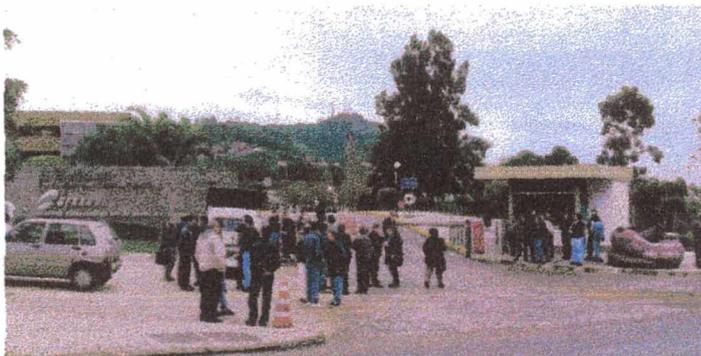
em abril de 98 acontece atividade contra privatização na Celesc, com apoio do MST



Primeira Assembléia Geral Unificada do Mucap em 28/05/98

Ao lado, uma das atividades culturais do Mucap na Celesc 18/5/98

Abaixo, dia do leilão da Eletrosul em 15/09/98



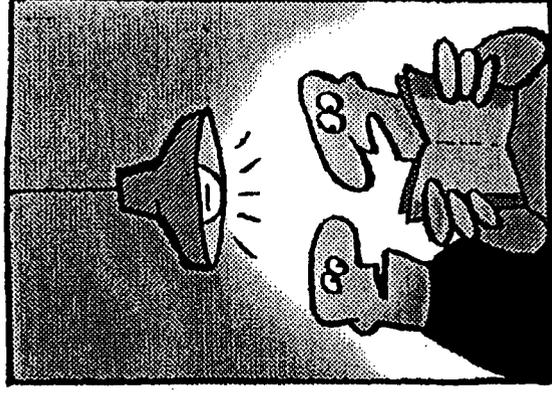
Líder do MST, João Pedro Stédile,  
na Eletrosul, apoiando atividade do  
Mucap, em setembro/98



Comemoração do primeiro ano de Mucap, na Esquina Democrática/  
Florianópolis, em 17/11/98

## **ANEXOS**





## Plenária

Mensalmente, é realizada uma plenária para avaliação e planejamento da campanha. Aberta à categoria, familiares e interessados, a plenária ocorre sempre aos sábados e é seguida de almoço (porque ninguém é de ferro!). A segunda plenária está marcada para o dia 23 de agosto, das 10h às 13h, na Escola Sul da CUT (Ponta das Canas). Inscreva-se já, com os dirigentes sindicais no seu local de trabalho.

## Reunião

Todas as segundas-feiras, às 18h30, na sede do Sinergia, a campanha é discutida e avaliada.

## Atividades

Os eventos (baile, esquete teatral, concentrações) e materiais (folheto da calculadora, carta aos familiares) da campanha são fruto da discussão coletiva da primeira plenária.

## Adesivos

Cole adesivos da campanha no vidro do carro, na janela da casa e no seu local de trabalho.

# No combate à privatização, cada um de nós é importante

A privatização da Celesc e da Eletrosul não é irreversível, não é um caminho sem volta. Fatores políticos e econômicos interferem neste processo. E quanto maior for a pressão contra a venda do patrimônio público, maior será o sentimento geral de que a privatização é um programa que deve ser suspenso. Por isso, todos nós somos importantes neste processo. Cada um de nós é uma peça chave na tarefa de convencer a população.

A Intercel e alguns eletricitários estão há quatro meses em campanha debatendo em Câmaras de Vereadores, tendo contatos com deputados, senadores e pequenos e micro empresários. Os resultados

começam a aparecer.

A Assembleia Legislativa está recebendo dezenas de milhões de prefeitos e vereadores contra a privatização dessas empresas e de outras estaduais de Santa Catarina. Em função disso, deputados e senadores catarinenses, numa reunião semana passada em Brasília com a Intercel, se mostraram sensíveis aos apelos da nossa campanha. Empresários começam a entender os perigos da energia privatizada para seus negócios.

Por isto, a contribuição de cada um é importante. Desta vez, a campanha busca extrapolar a ação sindical e deve ser um trabalho coletivo, para envolver a sociedade na nossa causa.

Converse com seus vizinhos, amigos e familiares. Convença-os de que privatizar é um risco que não podemos correr.

# Saiba como participar da campanha



*Florianópolis, 04 de setembro de 1997.*

***“Fé na vida, fé no homem,  
fé no que virá.  
Nós podemos tudo  
Nós podemos mais.  
Vamos lá fazer o que será”.***  
Gonzaguinha.

Foi muito importante contar com sua participação na 2ª Plenária da Campanha Contra a Privatização da CELESC e da ELETROSUL e lutarmos para que nossos sonhos tornem-se realidade.

Apesar de previsto, infelizmente, não tivemos tempo de avaliar a própria Plenária. Como para nós sua opinião é essencial estamos enviando o formulário anexo, que deverá ser preenchido e entregue a um dirigente sindical em seu local de trabalho, ou enviada para o SINERGIA pelo fax nº 224.9104.

Sua opinião, sugestões ou idéias ajudarão a construir a próxima plenária, tornando-a um espaço cada vez mais agradável, democrático e parecido com a gente. Pois, afinal, somos parceiros nesta luta e conseqüentemente ela têm pedacinhos de nós.

Enviamos também, a memória da plenária e a agenda da campanha, para que você possa se inteirar e participar conosco.

Contamos com você nas atividades da Campanha, afinal ficou claro a vontade de cada um de nós participarmos dela. Discuta no seu local de trabalho, na fila do banco, na ante-sala do dentista, na entrada da escola, na cervejinha com os amigos,... Afinal como já dizia o velho gaúcho “... não tá morto quem luta e quem pelega”.

Pense nisso, ligue para nós. Lembrando sempre que um mais um é sempre mais que dois!

Um abraço fraterno,





FNU, etc). A novidade deste Plano é priorizar as atividades por local de trabalho, objetivando envolver a categoria, além de coletivamente sensibilizarmos a sociedade.

Logo após foi feito o relato das atividades realizadas conforme as deliberações da 1ª plenária, ocorrida no dia 05 de julho/97.

### 3 - AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação objetivou possibilitar a todos os participantes da plenária expressar sua opinião a respeito das atividades e materiais da campanha até o momento (se tinham ou não atingido o objetivo proposto). Para isto foi utilizado o questionário abaixo, que está sendo apresentado com a sistematização das respostas:

#### 1. BOLETIM CALCULADORA

- Lançar a campanha nos locais de trabalho e sensibilizar os trabalhadores.

37 SIM                      41 REGULAR                      07 NÃO                      26 DESCONHECIDO

#### 2. ESQUETE TEATRAL

- Estimular a leitura da calculadora e despertar o trabalhador para reagir à realidade.

40 SIM                      27 REGULAR                      08 NÃO                      35 DESCONHECIDO

#### 3. ADESIVO PARA CARRO/PEITO

- Dar visibilidade a campanha com uso massivo pela categoria.

44 SIM                      31 REGULAR                      22 NÃO                      13 DESCONHECIDO

#### 4. 1ª CARTA AOS FAMILIARES/CONVITE

- Dar conhecimento da campanha aos familiares e convidá-los para o baile.

44 SIM                      31 REGULAR                      06 NÃO                      27 DESCONHECIDO

#### 5. BAILE DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA

- Marcar a campanha com alto astral envolvendo eletricitários/familiares.

58 SIM                      26 REGULAR                      06 NÃO                      19 DESCONHECIDO

#### 6. CARTILHA - "ENERGIA É UM BEM PÚBLICO"

- Dar subsídios aos eletricitários para discussão da campanha na comunidade.

58 SIM                      17 REGULAR                      06 NÃO                      29 DESCONHECIDO

#### 7. BOLETIM MOTIVADOR

- Estimular os eletricitários a se envolverem na campanha e participarem desta Plenária.

52 SIM                      30 REGULAR                      03 NÃO                      25 DESCONHECIDO

#### 8. CARTA AOS INSCRITOS NA 2ª PLENÁRIA

- Mostrar a satisfação de sua inscrição na Plenária e reforçar o compromisso da participação.

77 SIM                      08 REGULAR                      00 NÃO                      25 DESCONHECIDO

#### 9. JORNAL LINHA VIVA

- Informar, criticamente, os eletricitários sobre o processo de privatização, divulgar as atividades da campanha e sensibilizar à participação.

84 SIM                      17 REGULAR                      00 NÃO                      09 DESCONHECIDO

**10. CONCENTRAÇÕES E PERCORRIDAS NOS LOCAIS DE TRABALHO**

- Motivar os eletricitários a participarem dos eventos da campanha

42 SIM                      44 REGULAR                      06 NÃO                      18 DESCONHECIDO

**11. DEBATES NAS CÂMARAS DE VEREADORES**

- Divulgar a campanha e tirar moção de apoio, enviando à Assembléia Legislativa de S.C.

62 SIM                      14 REGULAR                      05 NÃO                      29 DESCONHECIDO

**12. O QUE MOTIVOU VOCÊ A PARTICIPAR DA 2ª PLENÁRIA:**

57 DIRIGENTE SINDICAL    23 COLEGA DE TRABALHO                      22 LINHA VIVA  
 19 FAMILIAR/AMIGO       23 MATERIAIS DA CAMPANHA                      19 EVENTOS DA CAMP.  
 05 OUTROS MOTIVOS

**13. VOCÊ LEU OS MATERIAIS DA CAMPANHA:**

68 BOLETIM CALCULADORA                      67 CARTA AOS INSCRITOS NA 2ª PLENÁRIA  
 48 1ª CARTA AOS FAMILIARES                      93 JORNAL LINHA VIVA  
 61 CARTILHA                      66 OUT-DOOR  
 03 NADA

**4 - PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES**

As atividades da campanha foram planejadas até a próxima Plenária. Foram apresentadas as propostas de atividades vindas da 1ª Plenária e das reuniões semanais de diretoria do Sinergia. Foram distribuídas tarjetas para que os participantes apresentassem outras propostas. Em função do tempo, foi decidido pela plenária que a coordenação do plano sistematizaria as propostas. Portanto nossas atividades até a próxima Plenária ficaram assim:

- Cada participante da plenária levará 3 adesivos para carro e 3 cartilhas para divulgar a Campanha.

Responsáveis: Todos os participante da Plenária

- Iniciar a discussão com sociedade (micros, pequenos e médios empresários) no Pantanal, Itacorubi e Capoeiras

Responsáveis: Cláudio (2317966); José Carlos (231-7542); Sandra Luz (231-6878); Albertina (231-7174); Clênio (281-1092); Fernando e José Antonio (224-9174).

- Promover curso rápido com o objetivo subsidiar os participantes com dados sobre privatização, objetivando a multiplicação da Campanha (período provável: 4ª semana de setembro).

Responsáveis: Viviani, Margarida e Julia.(224-9114).

- Divulgar agenda das atividades da campanha em cada local de trabalho, através de cartazes ou outros meios de divulgação.

Responsável no Sinergia: Dino (224-9114)

Responsáveis nos Locais de trabalho.:

CELESC	Sede	Édio	231-5273
		Fitti	231-5276
	Agência	Clênio	281-1092
	Cefa	Marcos Sumar	237-6111
		Trainotti	237-6111
	Almoxarifado	José Cláudio	242-3241
	SE's, Usinas e Escritórios	Marcelino	242- 1483
ELETROSUL	Sede	Vilma	231-7267
		Fábio	231-7533
	Sertão	Nazareno	247-1777 / 240
		Serginho	247-1777 /
	SE Palhoça	Sadi	242-1103
	SE Roçado	Lalau	246-1716

- Dia 27/9, aniversário do Sinergia, realizar evento esportivo, confraternizando com um almoço dançante.

Responsáveis: Cláudio Corrêa (242-1103); Marcos Sumar (237-6111); Sebastião (224-9114).

- Fazer contato com os eletricitários cadastrados, ligados ao teatro, buscando formar um grupo que atue na campanha.

Responsáveis: Dino e Julia (224-9114); Sandra Ouriques (231- 6848).

-Elaboração do questionário/mapeamento da categoria.

Responsável: Julio (231-7589); Margarida e Dino (2249114).

- Plastificação dos adesivos da campanha para uso permanente.

Responsável: Otávio (231-6204).

- Orçar bottom, cartaz, flâmula e adesivo para carro com o selo da campanha.

Responsáveis: Margarida e Dino (224-9114).

- Reuniões setoriais (operadores SE'S e usinas )

Responsáveis: Sadi (242-1103); Sebastião e Hélio (224-9114); Cláudio (242-1103); Glauco (231-7102)

- Inserir as Campanhas de Data-base Celesc e Eletrosul na Campanha Contra Privatização

Responsável: Celesc - João Paulo, Viviani e Sebastião (224-9114)  
Eletrosul - Vituri e Hélio (224-9114); Sadi (242-1103)

- Divulgação semanal das atividades da campanha no Linha Viva.

Responsáveis: Olga, Cristina e Alessandra. (224-9114)

- O Linha Viva deverá ser entregue com maior ênfase, estimulando a leitura das matérias da Campanha.

Responsável: Diretoria Colegiada.

- Discutir as matérias da Campanha veiculadas no Linha Viva nos locais de trabalho e que o mesmo seja levado para casa.

Responsável: Todos participantes da 2ª Plenária.

- Fazer matéria no Linha Viva esclarecendo: o que é a CRAB e qual o seu papel.

- Responsáveis:** Olga (224-9114) e Júlio (231-7589).
- Enviar os exemplares do Linha Viva para jornais dos municípios fora da grande Florianópolis.  
**Responsáveis:** Olga, Cristina e Alessandra. (224-9114).
  - Quem tiver contato com escolas, conselhos comunitários, APP's, associação de moradores, movimento de igreja, etc, procurar viabilizar reunião/debate para divulgação da campanha.  
**Responsáveis:** Dino, Janice e Viviani (224-9114); Fernando (224-9174).
  - Projeto "meia hora", atividade cultural sobre a Campanha nas escolas.  
**Responsáveis:** Dino, Júlia e Viviani (224-9114); Orivaldo (231-5475).
  - Programa de "economia de energia", ENERGIA PARA TODOS nas escolas.  
**Responsáveis:** Arno e Olga. (224-9114).
  - Discutir a campanha na reunião com representantes comunitários da grande Fpolis (ação da cidadania).  
**Responsáveis:** Ana Maria (231-7879) e Sandra (231-6848).
  - Articular debate com Associação de Micros e Pequenos Empresários.  
**Responsáveis :** Arno e Hélio (224-9114); José Antonio (224-9174).
  - Mapear associações de bairros buscando organizar cadastro para utilização na Campanha.  
**Responsáveis:** Mauro (224-9114); Fernando e José Antonio (224-9174).
  - Organizar a colocação em locais estratégicos e/ou de grande circulação de veículos/pessoas (residências, comércios, fachadas de edificios, etc) ao materiais da Campanha: placa, faixa, flâmula, bem como pintura de muros com o logotipo.  
**Responsáveis:** Sebastião e Terezinha. (224-9114).
  - Organizar a distribuição de materiais em condomínios, bairros e escolas.  
**Responsáveis:** Vilma (231-7267); Claudio (231-7966); Jucemar(231-5696).
  - Distribuição do panfleto "conta contra a privatização" (modelo da conta de luz) pelos leituristas.  
**Responsáveis:** Sebastião e Viviani (224-9114).
  - Divulgar nos meios de comunicação as atividades da campanha.  
**Responsáveis:** Olga, Cristina e Alessandra. (224-9114)
  - Esquetes na TV (15 dias, em programas de alta audiência)  
**Responsáveis:** Margarida e Dino (224-9114)
  - Lançamento público da campanha no calçadão: panfletagem, abaixo-assinado, 2 painéis (1- O que representam Celesc e Eletrosul para SC e 2- Posição dos Parlamentares sobre privatização), atividade cultural e conjunta com o Movimento Unificado em defesa do Serviço e Patrimônio Público - Contra a Privatização.  
**Responsáveis:** Dino, Olga, Viviani e Margarida (224-9114); Sandra Luz (231-6878); José Antonio e Fernando (224-9174).
  - Ampliar a campanha buscando atingir os 4 estados de atuação da Eletrosul, também divulgando em nível nacional.  
**Responsáveis:** Vituri e Arno (224-9114).

- Buscar articulação com as entidades que também lutam contra a privatização. (Já foi marcada reunião para 04/09/97, no Sinergia, às 19:00h)  
Responsáveis: Arno e Dino (224-9114).
- Marcar reunião Fórum Nacional Contra Privatização Setor Elétrico  
Responsáveis: Mauro e Vituri (224-9114).
- Articular pronunciamentos de parlamentares para 1ª semana de setembro.  
Responsáveis: Mauro, Vituri e Hélio (224-9114).
- Articular reunião com Parlamentares Eletricitários de SC.  
Responsáveis: Sari (222-8080) e José Antonio (224-9174).
- Organizar ato político na Câmara de Vereadores (1ª sem. out)  
Responsável: Mauro (224-9114).
- Aproveitar a 3ª Plenária Contra a Privatização da Celesc e Eletrosul para realizar um ato político.  
Sugestão: Plenária ser realizada junto com o Congresso do Sinergia  
Responsável: Viviani, Júlia, Margarida, Dino, Olga e Arno (224-9114).

## 5 - AVALIAÇÃO DA 2ª PLENÁRIA

A falta de tempo impossibilitou que a avaliação desta 2ª Plenária fosse realizada. Para nós é importantíssimo recebermos a sua avaliação, como proposta estamos enviando formulário em anexo.

## 6 - ENCAMINHAMENTOS

Todas as segundas nos encontramos no Sinergia, às 18 horas, para avaliarmos a Campanha, está aberto para quem quiser participar.

Nossa próxima plenária será na 1ª quinzena de outubro esperamos que voce participe novamente e leve mais um companheiro para este momento especial de nossa campanha.

Bom pessoal agora é hora de arregaçar as mangas e partir para a luta.

## SONHOS ACREDITE NELES

“ É preciso sonhar,  
mas com a condição de  
crer em nosso sonho.  
De encaminhar com atenção  
a vida real,  
de confrontar nossa  
observação  
com o nosso sonho,  
de realizar escrupulosamente  
nossa fantasia”.

Lênin

## **ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DA PLENÁRIA 23/08/97.**

- 1) A plenária conseguiu atingir seus objetivos? Por quê?*
- 2) Qual foi o momento mais marcante da Plenária para você?*
- 3) O que você achou da organização da Plenária em relação: participação, tempo, dinâmica, local, material, conteúdo, outros?*
- 4) A Plenária é um espaço importante no Plano contra a Privatização? Por quê?*
- 5) Quais as suas sugestões para que a Plenária, cada vez mais seja, um espaço de construção coletiva?*

**RESPOSTAS:**

# PROGRAMA-SE

<p><b>Segunda-feira</b>                      1º de Setembro</p> <p>18h 30min - discussão                      campanha/Sinergia</p> <p>Debates nas Câmaras                      de Vereadores Bom                      Retiro (18 horas) Paulo                      Lopes (19 horas) e                      Garopaba (20 horas)</p>	<p><b>Terça-feira</b>                      2 de Setembro</p>  <p>Começa discussão com                      comerciantes na região                      do Pantanal, Itacorubi e                      Capoeiras.</p>	<p><b>Quarta-feira</b>                      3 de Setembro</p> <p>Continua discussão                      com comerciantes</p> 
<p><b>Quinta-feira</b>                      4 de Setembro</p> <p>19 horas - Reunião do                      Movimento Sindical Unifi-                      cado em Defesa do Servi-                      ço e Patrimônio Público                      Contra as Privatizações                      Continua reuniões                      com comércio na                      região próxima às                      duas empresas.</p> 	<p><b>Sexta-feira</b>                      5 de Setembro</p> <p>14 horas - reunião                      pauta Linha Viva</p> <p>17 horas - Panfletagem                      para ato "Grito dos                      Excluídos", no terminal                      de Florianópolis</p> <p>10 horas - começa semi-                      nário "Celesc- Empresa                      Pública", na Escola Sul/                      CUT</p>	<p><b>Sábado</b>                      6 de Setembro</p> <p>19 horas - Debate                      Câmara de Vereadores                      de Imbituba</p> <p>Seminário "Celesc -                      Empresa Pública",                      todo dia, Escola                      Sul/CUT</p>

## Domingo - 7 de Setembro

3º Grito dos Excluídos - no final do desfile da Independência, na Beira Mar, desfilarão quatro blocos, um deles alusivo à defesa do serviço público e contra as privatizações. Concentração começa às 8h 30min, em frente à Pizza Hut.



# PROGRAMAÇÃO

3º Congresso dos  
ELETRICITÁRIOS de Florianópolis

## DIA 24 - Auditório da Justiça Federal (ex-Cine Cecontur)

18 HORAS - Credenciamento

19 HORAS - Abertura/Debate  
Tema: Conjuntura Nacional e Privatizações  
Palestrante: Gilmar Mauro (Coord. Nacional MST)

21H30MIN- Coquetel com música ao vivo

## DIA 25 - Escola Sul da CUT - Ponta das Canas

8H30MIN - Continuação do credenciamento

9 HORAS - 3ª Plenária Contra a Privatização  
(programação integrada ao Congresso,  
aberta a todos os interessados)

12H30MIN - Almoço

14H - Encerramento do Credenciamento

14H - Apresentação de teses

15H - Trabalho em grupos

16H30MIN - Plenária Final

18H - Encerramento

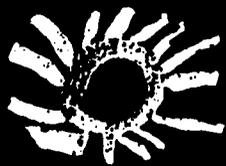
## 3ª Plenária Contra as privatizações



25 de outubro  
9 horas da manhã  
Escola Sul da CUT (Ponta das Canas)

A Campanha Contra a Privatização da Celesc e Eletrasul ganhou as ruas. Agora é preciso dar um impulso definitivo. É preciso debater a articulação desta campanha com as estratégias gerais de combate às demais privatizações.

Painel: "A Estratégia da CUT Frente as Privatizações"  
Painelistas: José Maria de Almeida, Pedro Ivô Batista e João Vacari (todos dirigentes nacionais na CUT)



São tão fortes  
as coisas.  
Mas eu não sou  
as coisas  
e me revolto.  
(Drummond)

3º Congresso dos  
ELETRICITÁRIOS de Florianópolis  
**ENERGIA**

sinergia

24 e 25 outubro

24 e 25 outubro . ABERTURA: 19h . Auditório da Justiça Federal

3º Congresso dos  
ELETRICITÁRIOS de Florianópolis



**ENERGIA**  
sinergia



NOSSOS NUMEROS DE TELEFONE E FAX MUDARAM PARA:  
 FONE: (048) 224-9114, (048) 224-9105, (048) 224-9106.  
 FAX: (048) 224-9104

Florianópolis, 14 de Outubro de 1997.



*" Os poderosos podem matar uma,  
 duas ou três rosas,  
 Mas não conseguirão  
 Deter a primavera "*  
 (anônimo)

A conjuntura nacional tem sido dura, e tem colocado sérios desafios aos cidadãos e ao Movimento Sindical. No entanto lamentar-se aos cantos não resolve, não aglutina e nem politiza.

O Sindicato dos eletricitários, com sua trajetória de luta e resistência, recusa-se a engrossar o coro dos desesperançados, e para tanto, estamos nestes últimos tempos, nos jogando de corpo e alma na luta contra o capitalismo e sua nova roupagem - o neoliberalismo - e suas consequências nefastas

Sabedores de sua trajetória e disposição para a luta, convidamos os companheiros(as) a participar da nossa 3ª Plenária Contra a Privatização e o 3º Congresso do SINERGIA, nos dias 24 e 25 de Outubro de 1997.

A abertura do Congresso será no dia 24/10/97 às 19hs no Auditório da Justiça Federal (antigo Cine Cecontur), com a participação do companheiro Gilmar Mauro da Coordenação Nacional do MST. Após o debate teremos coquetel com música ao vivo (mesmo porque ninguém é de ferro).

No dia 25/10/97, a partir das 09:00hs da manhã, teremos a 3ª Plenária Contra a Privatização, na Escola Sul da CUT em Ponta das Canas, com painel de abertura "Estratégias da CUT frente às privatizações do setor elétrico", tendo como painelistas os companheiros José Maria de Almeida, Pedro Ivo e João Vacari todos integrantes da direção Executiva da CUT Nacional. A tarde continuaremos com a programação do Congresso, conforme folder em anexo.

No mais, convidamos os companheiros(as), para que junto conosco, mantenham acesa a chama do sonho.

Saudações Cutistas, Socialistas e Felizes.

Viviani B. Remor  
 P/Diretoria Colegiada

Florianópolis, 29 de outubro de 1997.  
Correspondência nº 536/97.

**“Isso de querer ser  
exatamente aquilo  
que a gente é  
ainda vai  
nos levar além.”**

**Paulo Leminski**

Prezado(a) Companheiro(a):

É com profunda alegria que nos dirigimos a você para agradecer a sua presença e participação no 3º CONGRESSO DOS ELETRICITÁRIOS e 3ª PLENÁRIA CONTRA ÀS PRIVATIZAÇÕES.

Mais uma vez, percebemos a importância do caminhar juntos, de contar com o outro.

Ousamos construir um Congresso e uma Plenária, num momento de conjuntura extremamente difícil, mas se ousamos é porque sabíamos que podíamos contar com o(a) companheiro(a). Quando temos vontade política, e nos movemos por uma força ou desejo de mudança, por pior que seja o quadro, ele sempre poderá e deverá ser transformado.

Mantendo acesa a chama do sonho, despedimo-nos com

Saudações Sindicais,

**Viviani Bleyer Remor  
pela Diretoria Colegiada**

Florianópolis, 29 de outubro de 1997.  
Correspondência nº 537/97.

**“São tão fortes  
as coisas.**

**Mas eu não sou as coisas  
e me revolto.”**

**Carlos Drummond de Andrade**

A privatização da CELESC e da ELETROSUL não é irreversível, não é um caminho sem volta.

Fatores políticos e econômicos interferem neste processo. E quanto maior for a pressão contra a venda do patrimônio público, maior será o sentimento geral de que a privatização é um programa que deve ser suspenso,

Por isto, acreditando na força do trabalho coletivo, e com a crença de que juntos podemos muito, realizamos no final de semana passada (24 e 25/10) o 3º CONGRESSO DOS ELETRICITÁRIOS e 3ª PLENÁRIA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA CELESC E DA ELETROSUL.

Foi um evento muito importante e muito bom, mas não estava completo, faltou você. Sentimos sua falta e gostaríamos de contar com o(a) companheiro(a) nas próximas atividades; mesmo porque esta é uma luta conjunta, em que você também é responsável, e que não diz respeito tão somente a manutenção de emprego, mas da manutenção do patrimônio do povo brasileiro.

No mais, mantemos acesa a chama do sonho.

Saudações Sindicais,

**Viviani Bleyer Remor  
pela Diretoria Colegiada**



*Uma vitória  
de quem sempre acreditou  
que a organização e a união  
fazem o trabalhador forte*

**Boletim Unificado**  
**CUV/SC**  
**MOVIMENTO**  
**SINDICAL/SC**  
**MST/SC**

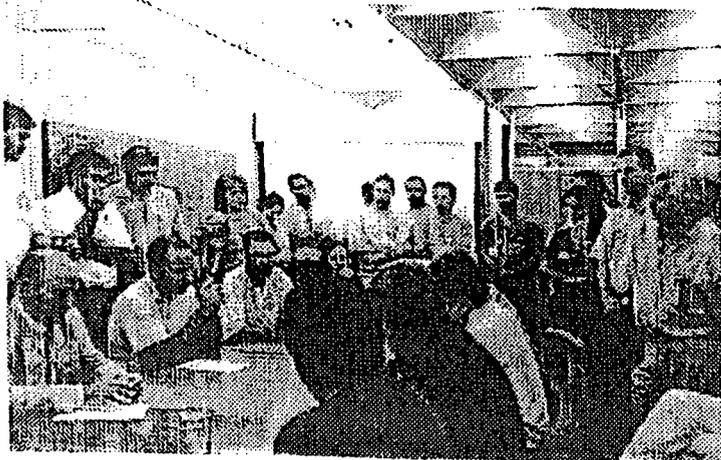
Maio de 97

## Solidariedade reverteu punições na Eletrosul

**O QUE ACONTECEU** - Em Florianópolis o MST/SC decidiu iniciar as manifestações do dia 17 de abril (realizadas por todo Brasil lembrando o massacre de Carajás), com um ato na frente da Eletrosul, que representava todas as estatais ameaçadas de venda pelo governo FHC. Assim os Sem terra demonstravam sua posição contrária às privatizações dos setores estratégicos para o país. Como os sem terra haviam viajado toda noite para chegar em Florianópolis, o Sindicato dos Eleticitários (Sinergia) ofereceu um café da manhã frente da Eletrosul para eles. Trabalhadores da Eletrosul solidários à luta do MST e que se opõem às privatizações também participaram do ato. Mas presidente da empresa, Cláudio Ávila, resolveu punir estes manifestantes. E, para não ter dúvidas de que alguém fosse de fora, contratou uma equipe que filmou e fotografou os empregados na manifestação.

**SOLIDARIEDADE** - A reação foi imediata. Quatro moções de solidariedade e repúdio foram redigidas (pelo Seminário de Revistas Marxistas, pelo Congresso de Direito Alternativo - que se realizavam em Florianópolis -, pelo Centro de Direitos Humanos e pelo MST). Parlamentares prestaram seu apoio aos punidos. O movimento sindical questionou a interferência de Ávila nos direitos à liberdade de expressão e na organização do trabalho sindical. O problema desencadeado pelo presidente da Eletrosul extrapolava os portões da empresa, atingia a liberdade do cidadão e por isso passou a ser problema de todo o movimento sindical. Inúmeros fax de repúdio de sindicatos de todo Brasil caíram na mesa de Cláudio Ávila.

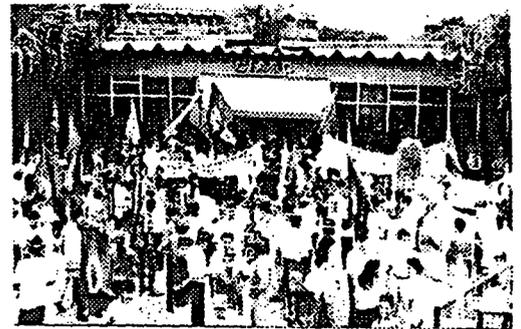
**DESCULPAS** - Em reunião ocorrida dia 7 de maio, convocada pelos que protestavam contra as punições, Ávila tentou tirar o caráter político do seu ato. Disse que estava cumprindo um interdito proibitório, desobedecido pelo Sinergia 37 vezes (mas só lembrado pela empresa nas manifestações do dia 17). A explicação não convenceu. Mais tarde ficou comprovada a mentira: dia 14 de maio estava se realizando em Florianópolis o *Grito da Terra*, e Ávila, temendo outra manifestação, mandou novamente fechar os portões da empresa. Pressionado, o presidente da Eletrosul, reverteu as punições. Mas continua mantendo em pleno funcionamento as câmeras e microfones instalados na empresa, que visam inibir o trabalhadores de participar de qualquer movimento, até aqueles em defesa dos seus empregos.



*Sindicalistas e parlamentares na audiência com diretoria da Eletrosul*

## NA CIASC

O movimento liderado pelo MST no dia 17 realizou um ato na Ciasc, onde dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados haviam sido punidos por terem distribuído um panfleto pelo o impeachment de Paulo Afonso. Por causa da manifestação de solidariedade as punições foram revistas.



*No dia 17, em frente à Ciasc*

## NOS CORREIOS

Mas a luta continua. Agora é pelos trabalhadores dos Correios. Um sindicalista foi punido semana passada por ter dado entrevista à imprensa denunciando a falta de pessoal na agência de Mafra. Também na semana passada os diretores do sindicato em Florianópolis foram proibidos de entregar um boletim para a categoria.



# ECONOMIA E MERCADO

nome → Fúscula Kênia do Silva  
dt → 29/09/97  
assunto → Paralisação recess. pelo. El. Presid.  
URMA → 2º. edim. ed

## Introdução

Este trabalho tem por finalidade apresentar os fatos que ocorreram com a privatização da Celsc, Eletrosul Uge.

• significa privatizar, é o que o povo sabe disso, quais as conseqüências que irão mudar nosso estado com a privatização?

## Privatização

Privatização é o ato de transformar uma empresa estatal pública em privada.

É isso que estão querendo fazer com a Celsa e a Eletrosul. Privatizar para que os poderes do governo estadual e federal possam obter seus benefícios para com as empresas que os compram. Mas o povo brasileiro nunca é pesquisado para que mude alguma coisa nesse país. Esse pessoal só pensa no povo no dia dos eleições. Na hora de ganhar um voto, daí então eles lembram que existe povo.

A privatização vai prejudicar e muito o nosso estado, pois a Eletrosul (centrais elétricas do Sul do Brasil) fornece 95% de energia distribuída pela Celsa (centrais elétricas de Santa Catarina) que leva essa energia à milhões de casas, no campo, na cidade.

O Neoliberalismo pretende transferir o patrimônio público para as mãos de alguns grandes empresários.

É descoberto que o governo federal por intermédio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento econômico social) já investiu bilhões de reais para as empresas nacionais e estrangeiras que compram as empresas públicas. Ou seja, o governo já vem com dinheiro público a venda do patrimônio do país.

O governo cria diversos argumentos para dizer à população que a privatização é um bom negócio, e que o dinheiro das privatizações será reinvestido na saúde, educação e

exigência do país.

Os proprietários que estão investindo na privatização estão interessados e no futuro das empresas de energia, que variam de 11 a 14 bilhões de dólares por ano.

Depois da privatização a população é que leva a pior, porque os empresários não estão dando a mínima para eles; porque não é o país deles. A população reclama do aumento do pagamento de energia e da má qualidade dos serviços. Daí isso que aconteceu com os estados do Brasil como Rio de Janeiro que privatizou a Light e a perf que distribuíam 99% de energia no estado.

Outros países também foram privatizados, em alguns lugares como Itália, França.

Foram feitas as energias porque "não precisavam", pois consumiam muito pouco.

Isso é uma criminalidade para com os países, pois elas não têm culpa de seus governos que vendem sem consultar a população.

Com a privatização da Alsea e do Brasil, não por desempregados várias pessoas.

Se sociedade fosse consultada seria possível defender da privatização estas empresas fundamentais para o desenvolvimento econômico e o sucesso de empregos, que pertencem ao povo de ponta fatouma e do Brasil.

## conclusões.

sem esse trabalho eu fiquei sabendo mais do que significa privatizar.

A privatização da celsc, e da Eletrosul é injusta para com o povo, porque o povo consome a energia paga, e não tem nem o direito de se manifestar.

Se houver mesmo a privatização o povo pode ser prejudicado, ficará pagando mais por algo que foi o possessa, que era público e hoje poderá ser privado.

O governo não está nem aí com o povo, eles só pensam em si próprios, enquanto que com a privatização eles ganham seus benefícios, e ficam cada vez mais ricos, o povo fica cada vez mais pobre e passando necessidades.

## PRIVATIZAÇÃO

Sobre o assunto discutido, entendi que Privatização só têm desvantagens para o povo. Vamos sofrer com isso, vamos perder o que nos pertence.

Muitas empresas estão sendo privatizadas e a desculpa do governo é a falta de recursos para investir nelas. E onde irá parar o dinheiro arrecadado com as privatizações? Ninguém sabe. O que se sabe é que estamos perdendo Patrimônios Públicos. Neste caso estou falando da CELESC e da ELETROSUL, que poderão ser vendidas por um preço muito inferior, como ocorreu com a Vale do Rio Doce e outras e povo não ser assistido devidamente.

As empresas de energia elétrica serão as próximas, darão lucros a quem comprá-las, pois são de qualidade. Essa qualidade poderá ser perdida quando elas passarem para as mãos de empresários ambiciosos, muita gente deixará de ser atendida e muitos perderão seus empregos.

Para que isso não ocorra, o povo tem que lutar para não deixar que um pequeno grupo de investidores ou empresários tome o que é nosso.

Com a privatização das empresas de energia elétrica, principalmente a CELESC e ELETROSUL que estão ligadas diretamente com Santa Catarina, é preciso que as pessoas conscientizem-se que quem vai perder com isso somos nós. Em vez do dinheiro entrar para o estado, vai acabar saindo.

Se estas empresas não forem mais nossas teremos que pagar mais caro pelo serviço que os "outros" irão nos fornecer. Temos que impedir que isto aconteça. Vamos nos unir e lutar juntos. **NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES.**

Karine Duarte.  
3º série de Contabilidade  
turno vespertino

Colégio Estadual Gov. Sro. Silveira  
 Professora: Miriam Wagner  
 Aluna: Fabíola Soares 2ª Contabilidades  
 Assunto: Privatização  
 matéria:

## Privatizar?!

Privatizar pra quê? Estomos lem assim. Mas o governo não acha isso. Os governantes acham que a gente tem cara de panaca, e que reagiremos de braços cruzados, só que o governo se esqueceu que a "ditadura" acabou e que estomos aqui para lutar contra isso.

Para defender a Celcel e a Eletrosul como empresas públicas é preciso mobilizar a sociedade, mas como se o único meio de chegarmos até a maioria da população é através do rádio e a televisão e essas já estão corrompidas com propagandas enganosas. Para convencer a população "desinformada" o governo diz que privatizar é o melhor negócio para o país, via argumentos falsos, diz que vai usar o dinheiro das privatizações em melhor infra-estrutura para a população enquanto os bilhões arrecadados servem para salvar os banqueiros, ou seja o governo financia con-

dinheiro público tudo o que o povo brasileiro construiu durante anos e entrega de mão-beijada aos empresários enquanto a maioria da população "tapa os olhos" diante da situação pois o brasileiro é muito acomodado mesmo.

Com a privatização da relex e da Eletrosul a tarifa seria mais alta, e com certeza a qualidade mais baixa pois a empresa privada estoria interessada somente na lucratividade e resto que se dane.

A energia é um caráter social, ninguém pode viver na cidade sem energia e o pequeno e médio consumidor não pode escolher a rede de energia, a qual quer estar ligado. A privatização é roubo, é "hora de ladrão" e caso de polícia, pois a energia elétrica é produto fundamental para a qualidade de vida da população e estão querendo roubar isto de nós, o povo.

O governo quer acabar com o "resto" do patrimônio público, vendendo-o a preço de banana.

Onde o dinheiro da vale? Como sempre ninguém viu, não sabe, não faz nada, não tem saída. O povo nunca dá palpite mesmo; pois o próprio estalhe na hora do voto: quais os ladrões e corruptos

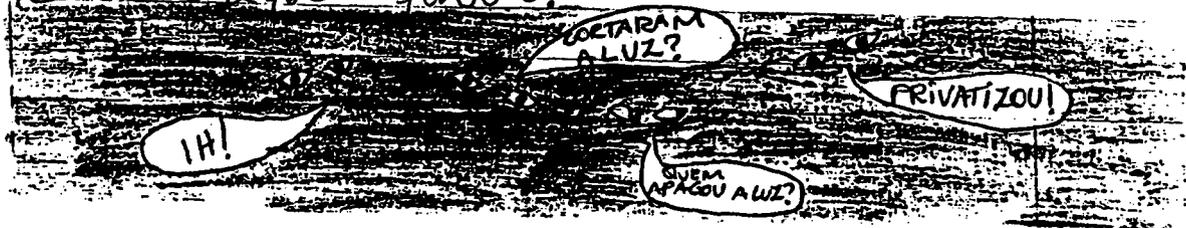
devem representar e dirigir a nação brasileira.

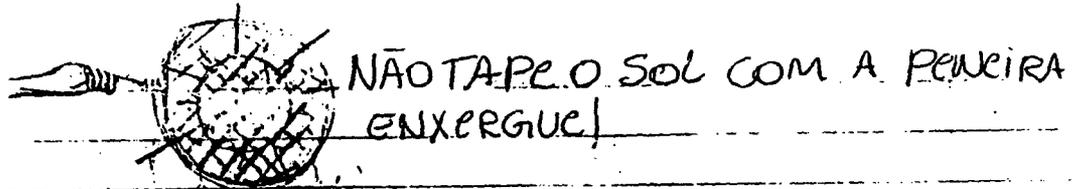
Chega de maracutaia! Fernando Henrique e Paulo Afonso que se cuidem pois se for preciso, nem que tenhamos que sair às ruas fazendo barulho e de cara pintada tentaremos reverter essa situação.

Chega de jogar o patrimônio público na lama podre! Com a participação da sociedade será possível defender da privatização a Celcel e a Eletrosul, estas duas empresas fundamentais para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos, que pertencem ao povo de Santa Catarina e do Brasil.

O Povo não tem escolha mesmo: ou diz não a privatização, ou corre o risco de pagar mais caro pela conta de luz e ainda ficar no escuro. Essa tristeza é tão escote, já estamos acostumados, mas nem por isso precisamos ficar de braços cruzados: O Brasil é o país do futuro, nem que seja um futuro decadente, resumindo o que podemos fazer é dizer NÃO a privatização.

É o bem contra o mal; em toda em qualquer situação... Brasil não cale-se por favor.

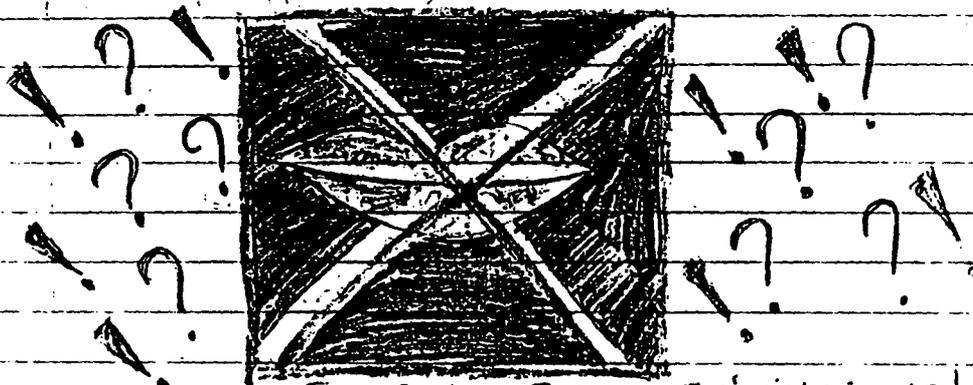




NÃO TAPPE O SOL COM A PENEIRA ENXERGUE!



NÃO CRUZE OS BRAÇOS, LUTE!



NÃO CALE-SE, REIVINDIQUE!  
QUESTIONE!

"POIS ISSO PODE APAGAR E  
É UM PATRIMÔNIO SEU!"

# Eletricitários contra privatizações



Calçada da Felipe Schmidt foi o local escolhido para a manifestação que quer esclarecer a população

## Juíza indefere liminar para ação no leilão do Besc

**Florianópolis** — A juíza Vânia Petermann indeferiu liminar em ação popular requerida pela bancada do PT contra o leilão das ações do Besc, realizado no dia 30 de setembro, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O leilão de 5,1 bilhões de ações classe B sem direito a voto rendeu R\$ 30,99 milhões para os cofres do Tesouro estadual, já encaminhados para o pagamento de dívidas. A bancada petista estuda recurso contra a decisão da juíza.

Os deputados do PT requereram o bloqueio dos recursos, alegando que o leilão foi realizado sem autorização da Assembleia Legislativa e vendeu as ações por preço inferior ao valor patrimonial. A liminar foi indeferida justamente pelo fato de não serem ações com direito a voto.

Logo, de acordo com a juíza, não necessitam de autorização legislativa para serem comercializadas. O fato de terem sido negociadas por valor inferior ao patrimonial também não foi considerado como fator determinante para a concessão da liminar.

### LEGAUDADE

Vânia Petermann argumenta que a venda das ações mereceu legislação específica e que a Bovespa atuou como fiscal na negociação. A Bovespa, de acordo com a juíza, "é responsável pela clareza e legalidade dos negócios por ela intermediados". Quanto à cotação das ações, Vânia Petermann afirma que ela "é oscilante, tudo a depender de diversos fatores do mercado

financeiro". Ainda de acordo com a decisão da juíza, inexistiu evidência de que "o preço mínimo de venda não repudiou a média da cotação nos últimos tempos, nem de que a venda se deu por preço vil".

Agora resta apenas uma ação contra a venda das ações do Besc, impetrada pela bancada do PPB, e que também foi distribuída para a 2ª Vara da Fazenda Pública. Vânia Petermann mandou citar os réus no processo - o governo do Estado, o Besc e a Codesc - que têm 20 dias para contestar a ação. A outra ação com pedido de liminar, de dirigentes do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, já havia sido indeferida pelo titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, juiz Volnei Ivo Carlin.

**Sinergia promove coleta de assinaturas e conversa com autoridades para impedir a venda de empresas estatais**

**Florianópolis** — Uma grande manifestação marcou o lançamento da campanha dos eletricitários contra a privatização da Eletrosul, Celesc e outras empresas estatais de Santa Catarina, como Casan e Besc. O slogan da campanha - Energia é um bem público. O povo contra a privatização - já vinha sendo divulgado em rádio e televisão. O Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (Sinergia) coletou assinaturas da população e armou um varal na rua Felipe Schmidt, principal via da Capital, com manifestações de prefeitos e vereadores de várias cidades do Estado, além de deputados estaduais, federais e senadores contrários à privatização.

Dois placares mostraram as posições dos 40 deputados estaduais na Assembleia Legislativa e dos três senadores e 16 deputados federais no Congresso Nacional com relação à privatização das estatais. Nenhum deles se posicionou abertamente a favor da privatização. No início da noite, uma sessão especial na Câmara de Vereadores da Capital reuniu parlamentares e representantes de várias entidades da sociedade civil organizada, que se manifestaram contra a privatização.

Antonio Vituri, diretor do Sinergia, afirmou que a expectativa é de o leilão da Eletrosul acontecer no dia 12 de fevereiro do ano que vem. "No final de setembro, reunião entre o presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila da Silva, diretores do BNDES e o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, definiu preliminarmente a data do leilão da empresa", lembrou o sindicalista. Vituri diz que o valor de venda da Eletrosul que está sendo comentado não ultrapassa os R\$ 2,5 bilhões, bem abaixo dos R\$ 6,5 bilhões de patrimônio da empresa. "Mesmo descontando R\$ 1 bilhão de dívida, ainda sobram R\$ 5 bilhões de valor patrimonial."

### - DOCUMENTOS

Durante o lançamento da campanha contra a privatização de estatais, documentos foram distribuídos para a população comentando a situação das empresas que estão sendo cotadas para privatização e as ações que o Sinergia pretende implementar. O sindicato deve atuar em três frentes - judicial, legislativa (já foram visitadas 50 Câmaras de Vereadores) e junto à população. Advogados estão acompanhando o andamento dos processos de privatização em Brasília e no Estado. "Se as empresas forem privatizadas, e principalmente da forma como o governo federal está defendendo, com a separação entre a geração e a distribuição, Santa Catarina ficará sem a Eletrosul", adverte Vituri.

# NOTA AOS CATARINENSES

## QUEREM ENTREGAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO



O Movimento Unificado Contra as Privatizações de Santa Catarina provocou a suspensão por tempo indeterminado da assembléia que iria justificar a cisão entre a geração e a transformação da Eletrosul. Esta assembléia é composta pelos acionistas, entre eles dois representantes do Sinergia e Aprosul.

Cerca de 50 pessoas do Movimento Negro Unificado, Movimento dos Sem-Terra, Sindicato dos Bancários, Sintrasem, Sinergia, Sintae, entre outros, participaram do ato e, depois de algumas horas, saíram pelos corredores da empresa para envolver os funcionários na defesa do patrimônio público.

O presidente da Celesc, que fazia parte da assembléia, foi embora sem perspectiva de retornar hoje. Mesmo sabendo que o governo é o acionista majoritário, os representantes do Movimento Unificado Contra as Privatizações não sairão da sede da empresa até que a Assembléia seja retomada ou adiada para outro dia.

Movimento Unificado Contra as Privatizações-SC  
17 de novembro de 1997

## CARTA DE SANTA CATARINA

Os parlamentares federais, estaduais e municipais, dirigentes de partidos políticos, dirigentes sindicais, dirigentes de associações e federações de entidades representativas da sociedade e os cidadãos participantes da sessão especial da Assembléia Legislativa realizada no auditório Osni Régis do Palácio Barriga Verde no dia 08 de dezembro de 1997, tendo analisado a situação em que se encontram as empresas públicas, dos setores: bancário; elétrico: telefonia e telecomunicações; correios; saneamento; agrícola e setores essenciais, estabelecidas neste Estado, bem como, o papel que elas desempenham no cenário social, econômico, político e cultural de Santa Catarina, ordenando os princípios e objetivos do desenvolvimento aos quais se alinham, resolveram manifestar-se através desta CARTA DE SANTA CATARINA, defendendo as empresas públicas aqui instaladas CONTRA A PRIVATIZAÇÃO, porque:

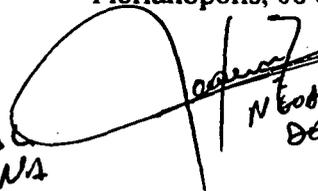
- a. Significa a perda do patrimônio público construído com o esforço de milhões de catarinenses;
- b. com o processo de privatização ocorrerá discriminação na prestação de serviços aos municípios de Santa Catarina;
- c. significa o fechamento de escritórios e agências pioneiros(as), tendo como conseqüência o desmantelamento das redes de atendimento direto às comunidades, principalmente nos pequenos municípios;
- d. a privatização provoca a precarização dos serviços públicos, que passam a ser prestados por terceiros, sem compromisso com a qualidade e a segurança da população;
- e. a privatização provoca a perda do papel social exercido pelas empresas públicas trazendo prejuízos a população urbana e rural, especialmente a de baixa renda;
- f. corremos o risco de perder o controle de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social para os monopólios e/ou cartéis privados;
- g. o aumento das tarifas públicas faz parte da estratégia de quem quer assumir o controle das estatais e terão impacto direto nas planilhas de custo dos produtos e serviços, conseqüentemente no bolso do cidadão;
- h. além do desemprego estrutural, teremos o desemprego pela desativação, terceirização e transferência de serviços e setores destas empresas públicas;
- i. perda de trabalhadores, qualificados, pelo esforço da ação pública com investimentos realizados durante longos anos, para a contratação de mão de obra flexibilizada sem a mesma qualificação com impactos diretos na qualidade dos serviços prestados;
- j. o desemprego trará impactos negativos ao nível da distribuição de renda nas localidades onde as empresas atuam devido a importância da massa salarial circulante;
- k. a transferência de comando trará prejuízos imediatos à economia do Estado em função da evasão de divisas e a não concretização de investimentos diretos;
- l. Santa Catarina já sente as conseqüências com a migração de outros setores nativos, como o têxtil, o agroindustrial e com a falência do setor carbonífero. A venda das estatais se constitui em mais uma grande perda para a economia e a sociedade catarinense;
- m. ao contrário do desenvolvimento que se anuncia, a mudança nas empresas, repercutirá negativamente no movimento econômico e social do estado e dos municípios na medida em que há riscos de os impostos não mais serem aqui arrecadados.

À partir destes motivos, os participantes da Sessão Especial da Assembléia Legislativa de Santa Catarina lutarão, conscientes de suas responsabilidades perante a população de Santa Catarina, razão de nossa força e nosso estímulo.

Florianópolis, 08 de dezembro de 1997.

Assinam  
  
 MILTON MENDES -  
 DEPUTADO FEDERAL  
 PT/SC

  
 José Riquelme  
 SECRETÁRIO GERAL  
 FETERS - ARBENTINA

  
 Néobi SARETTA  
 DEP. ESTADUAL

Waldemar José da Silva - Presidente do ML-SC



# Divisão da Eletrosul é adiada

## Movimento Unificado Contra a Privatização

Na manhã do dia 27/11/97 (quinta-feira), forte esquema de segurança integrado por guardas particulares e policiais militares estava montado na sede da Eletrosul, para assegurar que a aprovação da entrega daquele patrimônio público ao capital privado transcorresse na mais "perfeita ordem", sem a interferência do Movimento Unificado Contra a Privatização. Além disso, o clima de terrorismo foi constatado em todas as unidades de produção da empresa, com forte aparato policial, o que constrangeu os próprios funcionários que não entendiam o porquê de tanta preocupação da diretoria da empresa.

À tarde, quando se realizaria a assembleia dos acionistas que aprovaria a cisão da empresa, cerca de 50 integrantes do Movimento dirigiram-se à Eletrosul para promover uma mobilização contra a venda da estatal. Lá chegando, surpresa! Não havia mais a força policial, apenas alguns guardas particulares tentaram em vão impedir a passagem dos manifestantes para além das horrorosas catracas eletrônicas (herança de outro vendilhão - Gazaniga).

Um belo ato de protesto foi realizado, com a participação do presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva. Momentos de grande emoção e reflexão foram os poemas declamados pela atriz e professora de teatro da UFSC Carmem Fossari, e pelo poeta chileno Cristián Otrirep que, em verso, contou a situação que vive o Chile submetido à política neoliberal.

## Desculpa esfarrapada

Em comunicado aos acionistas, que chegou na Eletrosul às 13h11min via fax, o presidente do Conselho de Administração da Eletrosul e presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio Neto, cancelava a assembleia, sem mencionar sequer o motivo. Mas, à imprensa, alegou que o BNDES pediu uma revisão mais detalhada da documentação necessária para a deliberação do conselho. Na verdade, eles não quiseram foi correr o risco de ver todo o processo anulado, devido à ação impetrada pelo Sinergia - Sindicato dos Eletricistas da Grande Florianópolis e pela APROSUL - Associação dos Profissionais da Eletrosul, pedindo a anulação da assembleia do dia 17/11, que Cláudio Ávila, numa obscura manobra, tentou validar.

De acordo com o advogado dos acionistas minoritários

Paulo Marcondes Brincas, a ata não existe. "Se a assembleia daquele dia aconteceu, foi fora do local e do dia marcados, o que é suficiente para torná-la nula.

## Ávila é mentiroso

Cláudio Ávila declarou na imprensa que a assembleia do dia 17/11 aconteceu, inclusive com a assinatura da ata pelos representantes do Sinergia e da Aprosul. MENTIRA. Ao entrarem na sala onde se realizaria a assembleia, Arno Cugnier e Aldo Ferrari assinaram apenas o livro de presença. Com a entrada dos representantes do Movimento Unificado Contra a Privatização na sala, Ávila suspendeu a assembleia. Vencido o prazo para a realização da mesma (24 horas do dia 17/11) os representantes da Aprosul e do Sinergia, que permaneceram na sede da Eletrosul das 13 horas do dia 17 até a 00h45 do dia 18, sem ausentar-se por um só momento, entregaram um requerimento, devidamente assinado, solicitando uma cópia da ata da referida assembleia, que foi negada e até o dia 27/11 não foi publicada. Por que será? Portanto, se Cláudio Ávila tem assinatura dos representantes do Sinergia e da Aprosul na "ata", elas são falsas e aí Ávila não estará apenas mentindo.

Como é que eu vou explicar isso pros homei?



## A "democracia" do liberal

No dia 27 ao chegarem na sede da Eletrosul para participar da assembleia de acionistas, os representantes do Sinergia e Aprosul (acionistas minoritários), acompanhados do advogado Paulo Marcondes Brincas, é que ficaram sabendo do cancelamento da mesma. Tentaram subir até o local onde seria realizada, para saber o motivo do cancelamento, mas foram barrados pelos guardas. Esta é a "democracia" de Ávila: guardas na porta para barrar a entrada de acionistas da empresa.



Deise Freitas

# NÃO JOGUE FORA SEU SONHINHO

As privatizações no Brasil, ao contrário do discurso oficial, em nada tem contribuído para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. O que temos visto é o proposital sucateamento do serviço público, aumento do desemprego, a deterioração da vida do brasileiro e a falta de perspectiva para a juventude. Até o momento já foram vendidas cinquenta e sete empresas e nenhum real arrecadado com a privatização reverteu em benefício da população. Além disso grande parte

destas privatizações foi financiada com o dinheiro público, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES. Nos hospitais continuam as roletas da morte, para decidir quem vive e quem deixa de viver, as escolas públicas estão cada vez mais sucateadas e o povo mais empobrecido. Enquanto os grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, estão sendo beneficiados com a entrega do patrimônio público, a população brasileira paga a conta e sofre

com o precário e decadente atendimento nas áreas sociais e já começa a sentir as consequências imediatas da privatização: o aumento das tarifas, a queda na qualidade dos serviços prestados e as demissões em massa. Exemplos mais próximos são os da Light e Escelsa (empresas de energia elétrica do RJ e ES), empresa de Água e Saneamento em Limeira - SP e do Banerj no RJ. Não bastassem esses exemplos temos ainda a nossa vizinha Argentina onde os serviços públicos, agora prestados por empresas particulares, estão um caos, além do já conhecido aumento das contas de água, luz, telefone, tarifas bancárias e de correios, etc. E é por isto e muito mais que o Movimento Unificado Contra a Privatização ganha força e adesão da sociedade caraninense, que não quer ver suas empresas públicas: ELETROSUL, CELESC, BESS, CASAN, CORREIOS, CIASC, TELESC, COMCAP, ESTATAIS DA AGRICULTURA, ESCOLAS PÚBLICAS...) entregues para meia dúzia de grandes empresários que só visam o lucro e o enriquecimento fácil, sem nenhuma preocupação social.

Nas mais de setenta Câmaras visitadas, os setecentos vereadores caraninenses quase que por unanimidade são contra a privatização, nos debates em escolas, associações de moradores, com pequenos e micro empresários o apoio

ao Movimento tem impressionado, além de milhares de assinaturas em abaixo-assinados que estão percorrendo o Estado. Recentemente mais de cem expressivos produtores culturais de Santa Catarina, através do Manifesto da Cultura, também se posicionaram contra a privatização destas empresas.

Seria fácil ceder, não resistir, não sonhar. Porém, cremos na resistência, no sonho. Queremos um país melhor, um mundo melhor, uma vida melhor! Sonhe e lute conosco, participando das atividades promovidas pelo Movimento.

Para maiores informações contate com: CUT (048.224-6611), Sindicatos dos Trabalhadores Eletricistas (224-9114), Bancários (224-7113), Águas e Saneamento (224-3868), Correios (224-6997), Processamento de Dados (222-1392), Telefônicos (224-2471), Municipários (223-4149), Agricultura (224-0844), Educação (224-6257), Serviço Público (223-6097).

**Sonhar mais um sonho impossível  
Lutar quando é fácil ceder  
Vencer o inimigo invencível  
Negar quando a regra é vender.  
(Miguel de Cervantes)**



## MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

*Florianópolis, 19 de dezembro de 1997*

# Poder continua tratando trabalhador como caso de polícia

Dentro do seu perfil de capacho da ditadura FHC, Cláudio Ávila, presidente da Eletrosul ontem, 18 de dezembro, confirmou sua postura inconsequente e autoritária dentro do processo de privatização da Eletrosul.

A sociedade catarinense já se mostrou contrária a esta venda. Mais de 700 vereadores de Santa Catarina através de moções marcaram sua posição pela manutenção da empresa nos moldes atuais; estudantes e professores da rede pública e particular se solidarizaram ao movimento contra a privatização; pequenos e micro empresários também estão ajudando no processo e diversas associações de moradores se uniram à luta, assim como mais de 100 representantes produtores culturais de SC deram seu irrestrito apoio à campanha contra a privatização. Numa sessão especial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a maioria dos deputados deu seu voto contra a privatização. Além disto milhares de assinaturas em abaixo assinado dizem NÃO A PRIVATIZAÇÃO.

Mas nada disto conta para o já aposentado e subserviente Cláudio Ávila e de seus mandantes que acham que seus desejos são lei e que trabalhador tem que ser tratado como marginal.

Cavalos, cães, PM, policia particular, foram usados em todos cantos da Eletrosul ontem, contra pessoas que lutam para preservar a Eletrosul como empresa pública de qualidade atendendo a sociedade e trabalha-



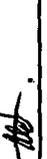
dores que brigam para manter seu emprego nestes tempos de tanto desemprego.

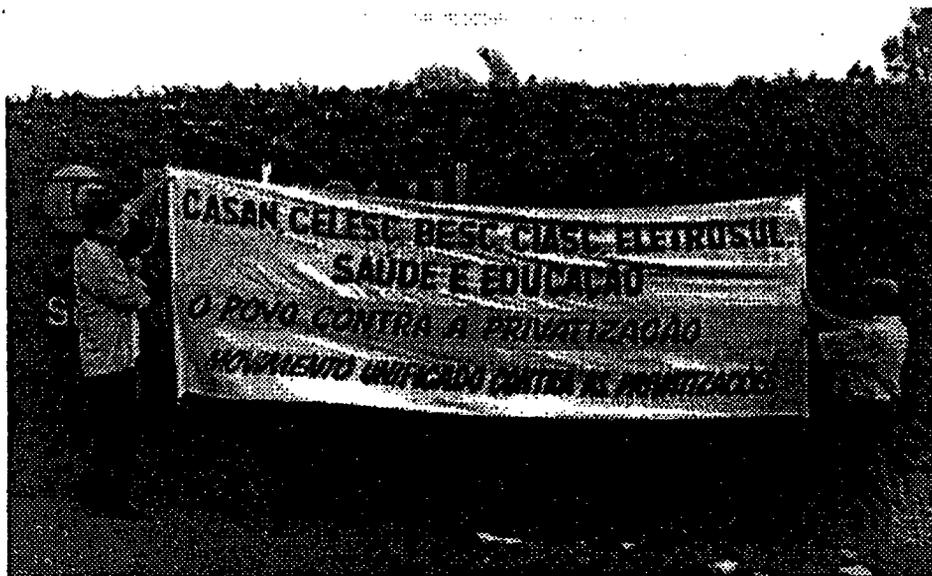
A hipocrisia do poder é cruel. Prova disto é que toda a segurança do estado foi mobilizada para impedir que os trabalhadores participassem da assembleia de cisão da empresa e garantir escolta àqueles que pretendem vender o patrimônio público. Numa operação de guerra Ávila foi carregado de sua casa até a sede da Eletrosul pela policia militar de Paulo Afonso. Uma cena vergonhosa até para quem nunca teve vergonha na cara.

# ABAIXO-ASSINADO

ANEXO XV B

Nós, abaixo-assinados, como cidadãos nos posicionamos contrários à privatização da ELETROSUL, CELESC, BESC, CASAN, CORREIOS, CIASC, TELESC, COMCAP, ESTATAIS DA AGRICULTURA e ESCOLAS PÚBLICAS, por entendermos a importância destas empresas e instituições Públicas para o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina e, em especial, da Grande Florianópolis.

NOME	DOC.IDENT.	ASSINATURA
ORLANDO MARTINS	3 466 125-5	
Orlando Marques	7.252.172-5	
RICARDO ESMY SERRAVAL	R/1 137500	
MARIA APARECIDA MAISTRO	9.348.803-3	
Rita A. Machado	4.819.380	
Cilda Correa mastros	3 829.570-9	
Raylene Carlos de Souza	3585204-7	
Maria Inês Cukunski		
Maria Antonia Klapp	1.073.842	
Sandra Mara Feneiro	M-552.718	
Mama da Silva Jeleader	1/2 2.301.488	
Galuxida da Silva Sobrinha	Estudante	
CARLOS ROBERTO BRISA	ECONOMISTA	
JOÃO B. COSTA	5770164	
J. Carlos A. Rocha	1092915364	



## **PARA TRABALHADOR DA ELETROSUL, AMANHÃ TAMBÉM É DIA DE TRABALHO!**

**Apesar do ponto facultativo, nesta terça-feira, dia 23/12, todo mundo em frente aos portões da Eletrosul defendendo o futuro do nosso emprego e da nossa empresa.**



# Eletrosul é tomada por manifestantes

*Ação é tentativa de impedir cisão da empresa para a privatização*

AMILCAR OLIVEIRA

**Florianópolis** — Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de várias organizações sindicais contrárias à privatização da Eletrosul surpreenderam ontem a direção da empresa. Por volta das 19 horas, pelo menos 80 manifestantes conseguiram furar o bloqueio da segurança da empresa e ocupar o andar térreo da sede. Outro contingente de número aproximado não conseguiu entrar, permanecendo do lado de fora dos portões. A Polícia Militar foi chamada e um grande efetivo entrou em formação, posicionando-se para retirar os iracundos. Até às 22h30, o comando da PM e a direção da empresa tentavam negociar

para obter a retirada dos manifestantes. Havia informações de que a PM aguardava decisão judicial determinando a liberação do local.

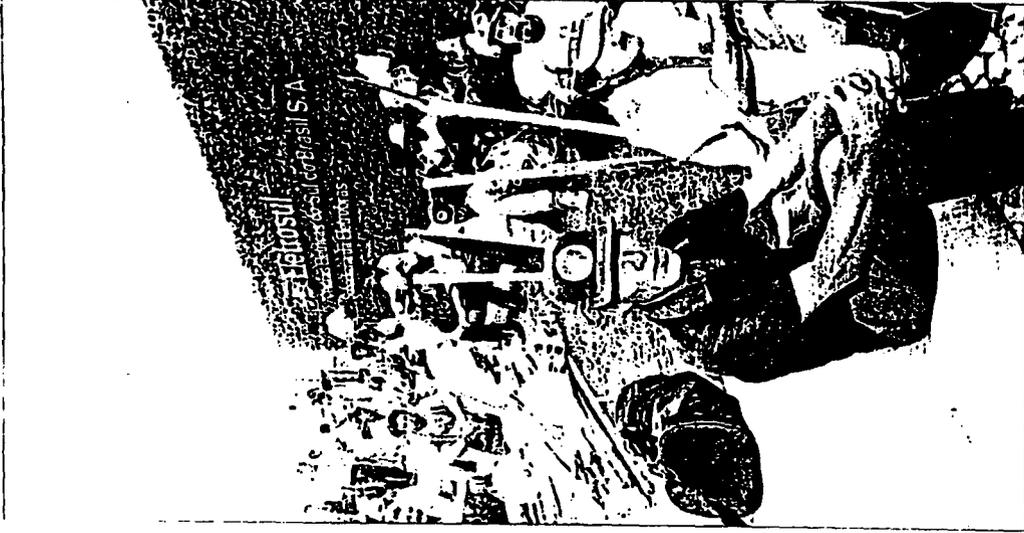
A ocupação do prédio ocorreu uma noite antes do fato que pode encaminhar definitivamente a privatização da Eletrosul. Hoje, a partir das 14 horas, a assembleia dos acionistas pode definir a cisão da empresa, uma das últimas etapas antes da privatização. Integrantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Eletricistas da Grande Florianópolis (Sinergia) e outras entidades já prometiam ocupar novamente a frente da sede da empresa para tentar impedir a realização da reunião. Na última quinta-feira, quando houve definição da justificação para o processo de cisão, confronto entre policiais e manifestantes deixou feridos. Os funcionários da empresa não trabalharão hoje.

## AVALIAÇÃO

Caso não haja impedimento para a assembleia, a tendência é a aprovação da cisão e a

criação de duas empresas - a Centrais Geradoras do Sul do Brasil SA, que será privatizada, e a Eletrosul Transmissora, que ficará em poder da Eletrobrás. Na reunião de hoje também será apreciado o laudo da consultora Artur Andersen com avaliação do patrimônio da empresa, a criação do estatuto social e a eleição dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal da Gerasul.

As ameaças à realização da assembleia da Eletrosul também virão pela via jurídica. Ontem, a assessoria jurídica do Sinergia entrou com ação para suspender a assembleia que determinará a cisão e anular a assembleia da última quinta-feira. O Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina (Serge/SC) entrou com representação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) acompanhe o processo de privatização. O Senge/SC está preocupado com a avaliação da empresa. Na representação, o sindicato quer que haja cuidado com a parte de geração e demonstra receio com relação do destino da Fundação Elos e seus segurados e aposentados.



Várias pessoas ficaram fora da sede da estatal

## Casan adia assembleia

Transferida para o dia 31, às 8 horas, a assembleia dos acionistas da Casan que pode definir a conversão de ações da empresa de ordinárias para preferenciais. A conversão será mais um passo para que as ações sejam negociadas em bolsas de valores. O governo do Estado solicitou em setembro inscrição na Comissão de Valores Imobiliários (CVM) para que as ações possam ser negociadas, o que significa que a estatal passaria a ser uma instituição de capital aberto.

Dezenas de manifestantes - entre funcionários da Casan, dirigentes sindicais e trabalhadores de outras categorias - ocuparam a Praça Getúlio Vargas, nas imediações da sede da empresa, ontem. Os trabalhadores estavam desconfiados de que as duas reuniões poderiam encaminhar a privatização da Casan, com a venda de ações ordinárias.

O momento mais tenso aconteceu às 15h30, pouco antes da realização da primeira assembleia do dia. Manifestantes e policiais ficaram perigosamente próximos, separados apenas pelas cordas. A intenção era realizar uma assembleia em frente à sede da empresa. No limite, os manifestantes recusaram, evitando o confronto.

Outra assembleia dos acionistas, realizada às 16 horas, serviu para a empresa analisar o relatório da auditoria realizada pela Artur Andersen com dados de setembro.

# Sem-terra invadem sede da Eletrosul

*Militantes do Movimento Sem-Terra ocupam sede; assembleia de acionistas define hoje privatização*

Um grupo de manifestantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiu ontem o edifício-sede da Eletrosul para protestar contra a privatização do setor elétrico. Está programada para hoje a assembleia de acionistas que irá definir a divisão entre os sistemas de geração e transmissão de energia, último passo antes do leilão da empresa que deverá acontecer em fevereiro ou março.

Os participantes do protesto alegam que a luta pela reforma agrária também envolve a manutenção do patrimônio público. Os manifestantes chegaram a Florianópolis de ônibus, perto das 17 horas. No fim da tarde, cerca de 30 sem-terra permaneceram acampados na frente do edifício enquanto outro grupo invadiu a sede. Segundo a Polícia Militar, dentro da sede havia 50 manifestantes. A direção da empresa entrou com um pedido de mandato de reintegração de posse, mas até o fechamento desta edição não havia nada definido.

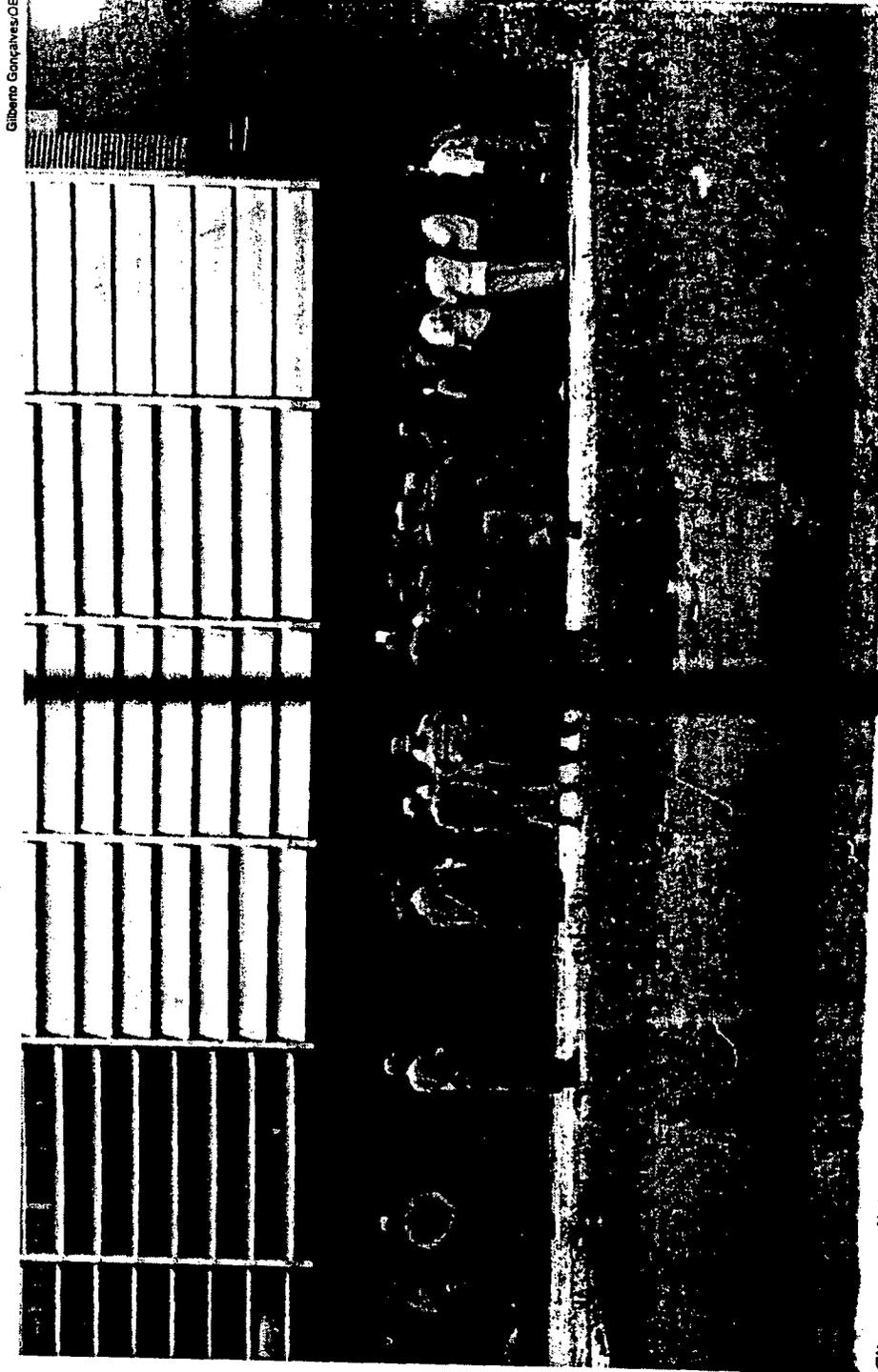
O clima foi tenso entre o MST e a polícia. A imprensa foi impedida durante mais de duas horas, por ordem da direção da Eletrosul, de passar do portão. Foi a mesma atitude que, na semana passada, provocou um choque

entre a PM e os sindicalistas de diversas categorias, que vinham protestar contra a assembleia que aprovou a justificativa da divisão. Os manifestantes entraram em conflito com os policiais para pedir que os jornalistas tivessem acesso. Terminaram feridos quatro sindicalistas e um policial.

O Sindicato dos Eletricitários da Grande Florianópolis defende que a divisão será prejudicial para o setor público, porque vai ficar com a parte de transmissão enquanto a geração, mais lucrativa, será transferida para a iniciativa privada. O maior protesto deve ocorrer hoje, quando será votada a separação de sistemas.

O tenente coronel da Polícia Militar da capital, Sérgio Wallner, informou que ontem de manhã foi interditado um ônibus que conduzia manifestantes do MST, em Lages, com 60 cassetetes e duas facas. Após a apreensão do material, o ônibus foi liberado.

**Sabotagem** - Um blecaute que atingiu um terço da área do Rio Grande do Sul no domingo e ontem, deixando cerca de três milhões de pessoas sem energia elétrica, pode ter sido provocado. A suspeita de sabotagem foi levantada por peritos da Eletrosul, após examinarem cadeias de isoladores das torres que sustentam as linhas de transmissão nas regiões Nordeste e Planalto Médio. Aparelhos, os isoladores foram danificados a tiros. "Temos indícios absolutamente claros de que foi vandalismo", disse o secretário Assis Roberto de Souza, de Energia, Minas e Comunicações (RS).



*Clima tenso: policiais vigiam entrada do prédio-sede da Eletrosul, ocupado por militantes do MST; empresa pede reintegração de posse na Justiça*

# Eletrosul é dividida em duas para a privatização

Assembléa de acionista cria nova estatal que possibilitará a venda ao setor privado até abril

Márcia Quartiero  
FLORIANÓPOLIS

A assembléa dos acionistas da Eletrosul aprovou na terça-feira a criação da nova estatal, Gerasul, responsável pela área de geração de energia e que ficará sob o controle da União até a sua privatização. A venda da empresa deve ficar para os meses de março ou abril, segundo o presidente da Eletrosul, Cláudio Avila da Silva, que ontem considerou praticamente impossível encerrar o processo de privatização até a data de 12 de fevereiro. A nova empresa ficou com 1.278 dos 2,7 mil funcionários da Eletrosul.

Na divisão do patrimônio líquido de R\$ 5 bilhões, coube à Gerasul cerca de 3,57 bilhões. Ficará sob a responsabilidade da Eletrosul apenas a área de transmissão, que não será privatizada.

A assembléa da empresa, aberta às 17h, terminou somente às 20h35min. Por duas vezes, o representante dos acionistas majoritários, a Eletrobrás, pediu a suspensão da reunião. Na primeira vez, assim que a assembléa foi aberta, por duas horas, alegando "motivos de foro íntimo". O misterioso adiamento quando às 19h, foi outro solicitado outro adiamento até às 20h.

Somente no final da reunião foi revelado o motivo dos dois pedidos: a Eletrobrás estava aguardando, via fax, documento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que qualificava o voto do controlador, autorizando-o a representar os interesses da União.

No final, o coordenador do Sindicato dos Eletricistas da Grande Florianópolis (Sinegria), Arno Cugnier, garantiu que a entidade irá entrar com uma ação para tentar anular a assembléa, alegando que não houve a publicação da ata da reunião anterior.

Durante todo o dia, sindicalistas e representantes do Movimento Sem Terra protestaram em frente aos portões da empresa. O clima, porém, foi de tranquilidade. Os manifestantes que tinham invadido o pátio interno da Eletrosul na segunda-feira à noite foram retirados sem violência pela Polícia Militar na madrugada de terça-feira.



DOIS PARA CÁ: Sem-terra, que aderiram ao protesto contra privatização, num momento de descontração na frente da Eletrosul

## Polícia já acredita que tiros provocaram o blecaute

AGÊNCIA RBS/PORTO ALEGRE

Três linhas poucas dúzias de que elas estão na origem do gigantesco curto-circuito que deixou mais de 70% do Rio Grande do Sul às escuras entre o último domingo e a segunda-feira. O delegado Antônio João Ruschel, que trabalha em Passo Fundo e foi encarregado pela Polícia Federal de investigar o caso, está praticamente convencido de que disparos de fuzil ou de espingarda foram os responsáveis pelo rompimento de peças que originaram a pane em quatro das cinco linhas mestras que abastecem o Rio Grande do Sul de energia elétrica.

Um raio ou outro fenômeno natural poderia quebrar uma das peças, mas não

quatro jogos de equipamentos num mesmo dia, como aconteceu", pondera o policial federal.

Cauteloso, Ruschel afirma que a palavra final sobre as causas dos incidentes só virá depois das perícias, que começaram na terça-feira e dentro de uma semana devem resultar em um laudo. Depoimentos informais de funcionários das Centrais Elétricas do Sul (Eletrosul), a empresa responsável pelas linhas rompidas, e indícios coletados nos locais atingidos já ajudam, no entanto, a furmar a convicção do delegado.

Ele acredita que são marcas de tiros as fraturas encontradas em isoladores, peças de cerâmica que impedem o contato do fio

com as torres de transmissão e evitam o curto-circuito. A Polícia Federal está no caso porque investiga atentados contra serviços essenciais à sua competência. A Polícia Civil também está na investigação, pois é sua missão coibir atos de vandalismo.

Centenas de cacos de isoladores foram coletados ontem por uma perita criminal da Polícia Federal e dois peritos do Departamento de Criminalística da Polícia Civil no município de Mato Castelhano, onde duas das quatro linhas da Eletrosul foram danificadas.

SUSPEITA: Uma estimativa dos funcionários da estatal energética indica que 45 isoladores se romperam em menos de 24

horas, nos quatro pontos. "É difícil, para não dizer impossível, que tantas peças tenham estragado em consequência de um fenômeno natural", adianta o delegado Ruschel. Os especialistas procuraram cápsulas de armas de fogo na estrada e na lavoura que circundam as torres, mas nada encontraram.

As linhas sustentadas pelas torres de Mato Castelhano, alvo prioritário nas investigações policiais, porque são as mais próximas de Passo Fundo, sede das delegacias, transportam 230 kilovolts de energia, cada uma. Os isoladores se romperam entre as 5h29min e as 5h49min de segunda-feira, provocando o blecaute que atingiu mais da metade do Estado.

# JORNAL DO MUCAP

Movimento Unificado Contra a Privatização



nº 1 - julho/98 - Florianópolis/SC

## Resistir é preciso

O dia 28 de maio de 1998 entrou para a história dos trabalhadores de Santa Catarina. Pela primeira vez homens e mulheres de diversas categorias reuniram-se num só lugar, unificados pela mesma luta, contra a privatização e o desemprego, na 1ª Assembléia Geral Unificada do MUCAP - Movimento Unificado Contra a Privatização. Esta Assembléia reuniu cerca de 500 cidadãos que não querem ver o patrimônio público "doado" às grandes corporações nacionais e internacionais, e conseguiu atingir seu maior objetivo, que era o de ampliar a luta anti-privatista entre as bases dos movimentos sociais de Santa Catarina.

O MUCAP, hoje constituído por mais de 30 entidades representativas da sociedade catarinense, nasceu das campanhas contra a privatização implementadas por diversos sindicatos junto às suas categorias e à sociedade civil, e foram encampadas por movimentos populares e sociais.

Este Movimento Unificado surgiu também da necessidade de reagir unitariamente ao processo de privatização, e logo após ser criado, em novembro de 1997, já demonstrava sua força. No dia 17 daquele mesmo mês, cinquenta sindicalistas impediram a realização da Assembléia de cisão da Eletrosul. Pela história oficial o leilão da Eletrosul ocorreria no dia 12 de fevereiro, mas o MUCAP mudou a história, bradando o grito de solidariedade "o eletricitário é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo".

Apesar do jogo duro, mais vitórias foram conquistadas na Casan, Telesc e Besc. E mais recentemente, na noite do dia 09 de junho, a pressão do MUCAP através da Assembléia Legislativa e de ações judiciais forçou o governo do Estado a suspender o leilão de 29,05% de ações da Celesc, que seria vendida no dia 10 de junho na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A intransigência e a violência dos governos de FHC e Paulo Afonso, representada por policiais militares fortemente armados, não tem intimidado a determinação, coragem, união e certeza dos que defendem os serviços públicos essenciais como sendo um patrimônio da sociedade.

Hoje, menos de um ano após ser criado, o MUCAP já é referência nacional e latino-americana pela unidade, solidariedade e resistência. Isso tem contribuído para que em Santa Catarina a privatização não tenha, de fato, ocorrido. Em função disso, a CUT Nacional propôs a criação de "Mucaps" em todo o país.

Agora é hora de ir além. É necessário que cada um seja construtor desta história. Que reaja. Que não se vergue nem se cale. Que faça de sua voz um grito de guerra, de união e de solidariedade da classe trabalhadora contra a privatização, o desemprego, a miséria, a fome, a exploração e a divisão de classes. É muito importante que a voz e a ação de cada um seja decisiva na construção de uma nova sociedade, de homens e mulheres individualmente livres e socialmente iguais.

Nos encontraremos na próxima atividade, pois "um mais um é sempre mais que dois". Até lá.



Se correr o bicho pega...

Se ficar o bicho come...



VERTE

Se unir o bicho foge!!



## BESC: um banco para todos

Por que não privatizar o BESC?

Porque o BESC é dos catarinenses. E isso não é apenas uma frase de marketing. O banco está presente em todos os municípios catarinenses, e em 136 deles é o único banco a prestar serviços à comunidade - são as chamadas agências pioneiras, que em alguns casos nem mesmo registram lucros, mas proporcionam aos munícipes o acesso ao banco para o uso dos serviços, poupança ou mesmo acesso ao crédito.

O BESC tem 90% das suas operações de crédito pulverizadas entre os pequenos tomadores, cumprindo uma função social de fomento aos micro e pequenos empresários e pequenos produtores.

O movimento sindical bancário possui uma proposta concreta de gestão participativa do banco, buscando acabar com a ingerência político-partidária na administração, democratizando e aprimorando ainda mais o papel social do BESC, fazendo com que, além de ser dos catarinenses, ele seja feito pelos catarinenses, para os catarinenses.



UNICE

## Educação: nova LDB tem caráter privatizante

A privatização é uma das principais metas do neoliberalismo, e o Ensino Público também é alvo desta política. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que estabelece os objetivos da Educação, tem um caráter privatizante na medida em que só garante gratuidade ao Ensino Fundamental (1º grau), deixando de fora o ensino pré-escolar, de 2º e de 3º graus. Além disso não prevê regulamentação e fiscalização de verbas públicas, bem como só garante acesso gratuito ao Ensino Superior a quem puder pagar um bom cursinho. A nova LDB também permite parceria com o setor privado e com organizações da sociedade civil, que receberiam o patrimônio e o pessoal das escolas públicas. Nesse caso os professores perderiam a estabilidade no emprego, o direito à aposentadoria integral, seriam contratados sem Concurso Público, entre outros ataques aos direitos dos Trabalhadores em Educação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, criado com base nas políticas neoliberais de FHC, também tem caráter privatizante, já que prevê a municipalização das Escolas Básicas. Isso significa transferir aos municípios a responsabilidade do Ensino Fundamental, ignorando se as prefeituras tem ou não condições físicas e financeiras para garantir qualidade do ensino e condições de trabalho adequadas.

O que os governos Federal e Estaduais pretendem é tirar os patrimônios do povo, pagos com muita luta e suor através de impostos. O que é do povo deve permanecer com o povo!

## CIASC detem informações estratégicas

O Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC - é o responsável pelo armazenamento de informações, desenvolvimento de sistemas e manutenção destas para permitir o gerenciamento do Estado, por parte do governo.

É através do CIASC que o governo tem condições de visualizar toda a máquina pública em termos de pessoal, recursos, despesas, receitas, necessidades de investimentos, disponibilidade de caixa, previsão de novas despesas, etc.

Qualquer governante que assuma o Estado hoje só poderá gerenciar os recursos e necessidades do Estado com base nas informações disponibilizadas pelo CIASC, de forma centralizada e interligadas.

É por isso que a privatização desta Empresa significa dar à iniciativa privada não só uma fonte de renda pelos serviços prestados, mas, e principalmente, entregar o mapa da mina. O CIASC não vende ferro, nem petróleo, nem água, nem luz, mas processa informações estratégicas que só deveriam estar a serviço dos interesses da sociedade na administração pública.

Nas mãos da iniciativa privada, tais informações certamente serão utilizadas para benefício de grupos econômicos que terão todo o tempo do mundo para se preparar para usufruir das "intenções" de investimentos do governo.

## Privatizar a EPAGRI é matar a agricultura familiar

A privatização é uma tendência deste modelo neoliberal que é nefasto aos interesses de todos os cidadãos, sejam urbanos ou do campo. A consequência maior da implantação deste modelo é deixar os serviços da extensão rural, assistência técnica, pesquisa e classificação vegetal e animal inacessíveis para os agricultores que trabalham em regime de economia familiar.

Como esses agricultores são responsáveis pela produção de 80% dos alimentos do país, dizer não à privatização é uma questão de segurança alimentar. Hoje a agricultura familiar já se encontra fragilizada e descapitalizada por conta da atual política neoliberal que está gerando a exclusão do campo. Manter esses serviços públicos, gratuitos e de qualidade é função social e papel do Estado.

## Correios atende toda Santa Catarina

Conforme orientação do Ministério das Comunicações, foi enviado para análise do Congresso Nacional a proposta de reformulação da atual lei postal, para possibilitar a abertura do capital da empresa, dando início ao processo de privatização do setor postal.

O Correios catarinense possui hoje 1.135 postos de atendimento espalhados pelos 297 municípios do Estado, prestando um serviço de grande valor social para estas localidades. Se este setor for entregue à iniciativa privada, corre-se o risco de que as agências de pequeno porte sejam fechadas por não possibilitarem lucro. Por isso a manutenção dos serviços postais públicos é essencial devido ao seu caráter social, que garante a cada cidadão o direito de se comunicar.

Pela importância que possui este setor para a população, é de extrema importância que ele continue a ser administrado pelo Estado. Só assim se garantirá que todos possam ter acesso a estes serviços.

## Telecomunicações: mina de ouro para a iniciativa privada

Vivemos hoje o que se chama de sociedade da informação. Saber como fazer as vezes vale mais do que a própria realização do ato. Desta forma, quem detém informações também detém poder e dinheiro.

E o que passam pelos cabos das empresas telefônicas? Informações, aos montes, principalmente no formato digital. Quem detém o controle de empresas de telecomunicação, atualmente, controla uma mina de dinheiro, pois imaginar o mundo atual sem informação é o mesmo que pensá-lo sem luz elétrica: pára tudol Do telefone comum às redes de computadores, passando pelo celular e pelo fax, todo o tipo de informação passa pelas companhias de telecomunicações, como é a nossa Telesc.

Se privatizada, todas essas informações, domiciliares, empresariais ou governamentais, passarão pelos cabos particulares de um determinado grupo empresarial. Grupo este que também decidirá quanto cobrar, e onde fornecer os serviços. Quem não puder pagar, que use "sinais de fumaça", pois a lógica privatista privilegia quem tem dinheiro. Regiões distantes dos grandes centros, o que não é incomum em nosso país de dimensões continentais, também poderão perder o contato com o resto do mundo, pois a iniciativa privada não atua com investimentos sociais, e só instalará a rede em locais remotos se puder ganhar dinheiro lá.

Para reverter estes perigos e impedir a tempo o pior, sociedade e trabalhadores tem compromissos e tarefas únicas. Mobilizar, pressionar o Governo, a Assembléia Legislativa e o Congresso Nacional, além de usar o voto no dia 3 de outubro próximo como instrumento de defesa do país e de seus filhos é a obrigação de cada brasileiro.

## Sem água ninguém vive

A Água é um bem essencial à vida e, por esta razão não pode ser tratada como uma mercadoria qualquer, utilizada para obtenção de lucro por uma empresa. Os recursos naturais essenciais à vida devem ser administrados e controlados pelo Estado. Esta é a única forma de garantir a todos o abastecimento social. Uma empresa privada tem por objetivo o lucro - esta é a razão de sua existência - e não o bem estar das pessoas.

Ao propor a privatização da água, FHC e Paulo Afonso não estão preocupados com a sociedade mas apenas com o pagamento da conta dos seus financiadores de campanha. Sendo um bem essencial - ninguém vive sem ela - a água pode ser uma fonte de lucro incessante e grandes grupos empresariais internacionais estão de olho nas empresas brasileiras.

Um desses Grupos, a multinacional Lyonnaise des Eaux, já está dentro da CASAN, fazendo uma auditoria, para depois comprar a empresa. Este grupo está envolvido em escândalos de corrupção na própria França onde ficou comprovado na Justiça que financiava campanhas políticas em troca da entrega das concessões de água depois da eleição. Um Ministro de Estado francês chegou a ser preso e cumprir pena por corrupção devido ao envolvimento com a Lyonnaise.

Os argumentos de que o monopólio estatal é mau para a sociedade não tem nenhum sentido. Absurdo é uma empresa privada controlar a distribuição de água, só vendendo para quem pagar seu preço. Concorrência não existe pois - se privatizada - cada cidade ou estado terá uma única empresa vendendo água a quem puder pagar, e as únicas opções de quem não gostar ou não puder pagar vão ser mudar-se de cidade ou ficar sem água.

Em TODOS os locais onde a água foi privatizada, os novos donos demitiram em massa, fazendo a qualidade dos serviços cair e o preço subir abusivamente, de forma a garantir um lucro fácil. Por isso, alertamos! Vamos impedir a privatização da CASAN antes que seja tarde. Depois ficará muito mais difícil.

## Energia: você mais sente quando falta

Os trabalhadores da Celesc e Eletrosul estão lutando contra a privatização dessas empresas há oito anos. A briga não é somente para impedir a sua venda - e a conseqüente redução de empregos - mas em defesa da empresa pública, patrimônio construído pela população e que tem direito de usufruir dos frutos deste esforço.

A Eletrosul, empresa de geração de energia atende a região Sul e Mato Grosso do Sul. Para Santa Catarina fornece 95% da energia consumida no estado. A Celesc, empresa de distribuição, leva essa energia gerada pela Eletrosul, para 95% dos catarinenses. Além de ser a empresa que mais arrecada ICMS no estado.

Com a venda das empresas haverá o fechamento de escritórios e agências e a conseqüente queda no atendimento à população, principalmente nos pequenos municípios. Os consumidores pagarão mais caro pela energia porque as tarifas perderão o seu caráter social e serão submetidas à lógica do lucro. Exemplo disto é o que vem acontecendo no Rio de Janeiro após a privatização da Light.

Sem a Eletrosul e a Celesc, o estado não será dono de seu futuro. Como comandar uma política de desenvolvimento econômico e social, para que indústrias se instalem por aqui se as duas empresas estiverem nas mãos da iniciativa privada? Perde-se empregos e arrecadação de impostos a serem usados na melhoria dos abalados serviços de educação, saúde e infra-estrutura.

Mas os governos de FHC e Paulo Afonso não pensam assim e insistem em privatizar essas duas importantes empresas. Privatização esta que até agora não aconteceu em função de várias medidas judiciais e políticas, da mobilização dos trabalhadores, de deputados e mais de 800 vereadores, além de milhares de catarinenses, que por meio de abaixo-assinados, manifestaram-se pela manutenção da Celesc e Eletrosul públicas. Tudo isto é fruto do trabalho do Movimento Unificado Contra a Privatização - Mucap.



## Terceirização na coleta de lixo provoca muitas reclamações

Centenas de reclamações! Este é o resultado da terceirização da coleta de lixo no sul da ilha, que está sendo realizado pela Casvig, no lugar da Comcap. O contrato da iniciativa privada para o serviço de coleta não faz sentido. A Comcap é considerada há anos um dos melhores serviços prestados pela prefeitura de Florianópolis. Em 97 e neste ano recebeu as melhores notas da população - 8 e 7.

A Comcap é referência para outros municípios na montagem de roteiros, formação de equipes e coleta seletiva porta-a-porta. Nas escadarias da Costeira (serviço agora terceirizado), a companhia fazia trabalho pioneiro de recolhimento do lixo, onde o gari subia com balaio. Agora os moradores descem e amontoam o lixo na rua principal, causando acúmulo e mau cheiro.

Não existe economia, desculpa bastante usada para justificar terceirizações e privatizações. Além disso, em todos os casos, a queda na qualidade do serviço é grotesca. Ao invés de dar dinheiro para a iniciativa privada, a Prefeitura Municipal de Florianópolis deveria investir para melhorar e ampliar cada vez mais a coleta de lixo.

## Paralisar para não privatizar

Na sexta-feira, 5 de junho, trabalhadores de diversas empresas estatais catarinenses realizaram uma hora de paralisação em protesto contra a ameaça de privatização. Esta foi mais uma mobilização proposta pelo MUCAP em sua 1ª Assembléia, e teve dois pontos de concentração em Florianópolis. No centro da cidade reuniram-se os trabalhadores da Casan e da Universidade Federal. No bairro do Itacorubi, uniram-se servidores da Celesc, Ciasc e Telesc. Também ocorreram manifestações em outros locais do Estado, como nas unidades da Celesc em Blumenau, Jonville e Lages e em todas as dez regionais da Casan.

Estas mobilizações unificadas e as ações suprapartidárias na Assembléia Legislativa vem tendo uma repercussão muito forte, no sentido de conseguir barrar as privatizações em Santa Catarina. O governador Paulo Afonso recentemente teve de enviar uma comitiva à Europa para "acalmar" os "sócios estratégicos". Além disso, algumas empresas interessadas na

Celesc desistiram da compra em função das mobilizações populares.

Isso é muito significativo, principalmente se unirmos a essa força o fato da população estar acordando para os problemas que a privatização vem trazendo. Recentemente o Jornal do Brasil divulgou que dois em cada três cidadãos cariocas são contra a privatização. Há um ano atrás, quando o governo federal ainda não havia vendido a Light - empresa fornecedora de energia elétrica para o estado do Rio -, pesquisa idêntica dizia que a maioria da população era favorável à privatização. Infelizmente, os cariocas só perceberam o tamanho do problema após terem deixado vender quase todo seu patrimônio público. Este é mais um exemplo de que a privatização prejudica a população, pois além de aumentar o desemprego e diminuir a qualidade dos serviços prestados, impossibilita o acesso a serviços essenciais como água, luz e comunicação, de todos aqueles que não tem renda suficiente para poder pagar o que as empresas privadas cobram.

## Governo insiste em vender estatais

Embora a população de Santa Catarina venha se manifestando contrária à privatização, o governo Paulo Afonso insiste em vender as estatais catarinenses. Nem com a derrubada do veto do governador ao projeto de lei 46/98, Paulo Afonso escuta a voz do povo. Este projeto proíbe o governo estadual de ceder o controle técnico-administrativo de suas empresas à iniciativa privada sem autorização da Assembléia Legislativa. Através de uma ação de inconstitucionalidade o governo conseguiu uma liminar junto ao Supremo Tribunal Federal que suspende temporariamente o projeto de lei. Com isso busca, a todo custo, vender as ações da Celesc, cujo leilão foi obrigado a suspender logo após a derrubada do veto governamental.

Isso demonstra claramente que o principal objetivo das empresas

que iriam participar do leilão dos 29,05% das ações da Celesc era deter o controle da gestão, e não o controle acionário. O governo Paulo Afonso tentou passar à população a imagem de que ao não transferir o controle acionário à iniciativa privada a empresa continuaria "pública", o que na prática é falso, pois quem passaria a mandar seria o chamado "sócio estratégico".

Independente do resultado do julgamento definitivo da ação de inconstitucionalidade movida pelo governo contra o projeto de lei 46/98, o povo catarinense não dará trégua àqueles que querem entregar o patrimônio público à iniciativa privada. Diversas outras ações tramitam atualmente na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional e no Judiciário para impedir a venda dessas empresas.



## Fim da Justiça do Trabalho dificultará luta por direitos

Um tema que poucos ainda conhecem, mas que afetará a vida de todos trabalhadores é a Proposta de Emenda Constitucional nº 43, que hoje tramita no Senado Federal, e que pura e simplesmente extingue a Justiça do Trabalho.

Isso significa que além de não termos mais uma Justiça especializada em matéria trabalhista, haverá um aumento da morosidade nos processos devido à sobrecarga do órgão que ficar encarregado de cuidar dos processos trabalhistas - que em uma primeira análise pode vir a ser a Justiça Federal.

Mas, para além da PEC43, vislumbra-se a possibilidade de privatização da arbitragem e mediação de questões trabalhistas. Isso significa a implantação de Tribunais de Arbitragem privados, como o que foi criado pela Fiesc aqui no Estado.

É importante constatar que essa "reforma" no Judiciário vem acompanhar as modificações da legislação trabalhista que o governo FHC vem implantando. Se os trabalhadores hoje já estão perdendo diversos direitos conquistados, sem a Justiça do Trabalho ficará mais difícil lutar por aqueles direitos que ainda nos restam.

## SC 401: Pedágio não!

Está cada vez mais forte o Movimento contra a cobrança de pedágio na rodovia SC401, que liga o centro de Florianópolis às praias do norte da ilha. Colando adesivos nos carros e discutindo com os amigos e vizinhos, a população da capital se mobiliza por entender que estrada deve ser pública, da mesma forma que a Casan, a Telesc, a Celesc, a Eletrosul, a Comcap ou o Besco.

O Movimento Florianópolis sem Pedágio luta contra mais esse imposto que está sendo enfiado goela abaixo da população. Afinal de contas, quem é que tem dinheiro sobrando para pagar R\$ 1,50 de pedágio pela manhã e mais R\$ 1,50 à noite, isso se não voltar para almoçar em casa? São R\$ 90,00 por mês, muito mais do que uma família com quatro pessoas gasta com água ou luz. Por ano esse gasto chegará a R\$ 1.095,00. Isso significa que durante os 25 anos de concessão da SC401 à Engespasa, cada cidadão irá desembolsar o equivalente a dois carros zero quilômetro. "Doados" a empresa privada, que não tem compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos, mas sim com seu próprio lucro. E sem deixar de pagar nenhum outro imposto.

Também nunca é demais lembrar que a Engespasa ganhou a concorrência para "exploração" de pedágio na SC401 por apresentar o preço mais baixo de cobrança individual (R\$ 0,78) e das obras de duplicação (R\$ 26 milhões). Hoje, após cortar a ciclovia e o canteiro central, que constavam do projeto original, a Engespasa já gastou quase R\$ 50 milhões, concluiu apenas cerca de metade da obra proposta e elevou o preço do pedágio para R\$ 1,50, sem contar que ela pegou dinheiro emprestado do Estado, a juros de 5% ao ano.

**NÃO DEIXE  
VENDER  
O BRASIL**

## JORNAL DO MUCAP

Movimento Unificado Contra a Privatização

Entidades integrantes do MUCAP - APC, Apecelesc, Aprosul, Apufsc, Centro Comunitário do Jardim Zanelatto, CUT/SC, MAB, MNU, MST, PCdoB, PSTU, PT, Saesc, Sec, Seef, Senergisul, Sindaspi, Sindifar, Sindimoc, Sindinorte, Sindiprevs, Sindpd, Sinergia, Sintae, Sintec, Sintespe, Sintevi, Sintrajusc, Sintrasem, Sintresc, Sinttel, Sintufsc, Sinvac, Sítel, UCE, UCES, UJS, Unegro

Endereço: Rua Felipe Schmidt, 321, sala 1002, 10º andar, Ed Carlos Meyer - 88010.000 - Florianópolis/SC - fone/fax (048) 224.6611

Jornalista Responsável: Sílvia da Costa Pereira - MTh. SC-0CRR1-JP

Tragem: 31.400 exemplares

## 5 de junho, sexta-feira, trabalhadores e estudantes vão parar por uma hora, contra a privatização em SC

Assembléia Geral Unificada - 28/05/98.  
Foto: Valdir Cachoeira



# Você faz parte desta história!

Dia 28 de maio de 1998 entrou para a história do movimento sindical catarinense. Cerca de 500 trabalhadores e estudantes dos setores público e privado, superlotaram o auditório da catedral de Florianópolis, naquela noite fria de quinta-feira, para participar da 1ª Assembléia Geral Unificada. Promovida pelo Movimento Unificado Contra a Privatização - MUCAP, os presentes discutiram e decidiram realizar ações conjuntas para fortalecer a luta contra a privatização e o desemprego. Várias atividades foram aprovadas. A primeira será a paralisação por uma hora nesta sexta-feira, dia 5 de junho. Cada sindicato vai discutir com sua base qual o melhor horário pela manhã para fazer esta manifestação. Foram aprovadas também a Carta dos Trabalhadores de Santa Catarina, que será enviada para diversas autoridades e a construção de uma

Greve Geral no Estado com data ainda não definida.

Santa Catarina é um dos poucos estados que não sofreu os efeitos deste processo, visto que nenhuma empresa estatal foi privatizada.

Mas o governo está esforçando-se para que isso aconteça o mais rápido possível. Está marcado para o dia 15 de junho o leilão de 29,05% das ações da Celes; uma assembleia de acionistas da Casan aprovou a venda de 49% das ações ordinárias; o Besc está a procura de um parceiro para sua capitalização mas vendendo ações também; o Ciasc (Centro de Informática e Automação de SC) está tendo atribuições reduzidas desde 94; na Telesc a situação não é diferente.

A ação privatista no Estado pode ser comparada a um rolo compressor. Todos os setores do serviço público estadual e federal estão sendo terceirizados, o governo quer

extinguir a Justiça do Trabalho e transferir todas as ações para a Justiça Federal, causando demissões e atrasando ainda mais os processos trabalhistas; nos Correios a intenção é passar à iniciativa privada os serviços de encomenda (os lucrativos). São estes serviços que mantêm o atendimento nas pequenas cidades. A Eletrosul, os setores de educação e saúde vêm sendo sucateados para facilitar a privatização. Na esfera municipal ocorre o mesmo. Em Florianópolis, por exemplo, a limpeza pública, saúde e vigilância também estão sendo terceirizados e motoristas de ônibus e cobradores, militantes grevistas, estão sendo perseguidos e demitidos.

As angústias dos trabalhadores são as mesmas. Mas para haver mais organização e unidade é fundamental a participação de cada um. Como diz a música: **UM MAIS UM É SEMPRE MAIS DO QUE DOIS**. A paralisação desta sexta-feira é mais do que um ato político: é uma questão de solidariedade.

**Juntos somos fortes e você faz parte desta história! Participe!**



Movimento Unificado Contra a Privatização





**HISTÓRIA DA IMPRENSA OPERÁRIA E  
SOCIAL NO BRASIL (1830/1930),**

Convidamos para a exposição  
**“HISTÓRIA DA IMPRENSA OPERÁRIA E  
SOCIAL NO BRASIL (1830/1930),**

a realizar-se nos seguintes locais e datas:

- Hall da Eletrosul, de 5 a 8 de maio.
- Hall do CFH/UFSC, de 11 a 15 de maio.
- Hall da CELESC, de 18 a 22 de maio.
- Hall da FAED/UDESC, de 25 a 29 de maio.

\*\*\*

CECCA-Centro de Estudos Cultura e Cidadania  
MUCAP-Movimento Unificado contra a Privatização

# POR ONDE CAMINHAM OS SONHOS?

Conheço as lâminas que cortam  
a carne desse povo  
elas continuam tão afiadas  
como há muitos anos atrás

Talvez não fosse preciso tanto sangue  
nem o conflito dos homens  
mas é preciso que o corpo se exponha  
que a mente não seja absorvida  
por falsas verdades

Unidades são as mãos que se unem  
e não há espaço que não possamos preencher  
com a força de nosso peito sedento de justiça

Não estamos sós  
a luz abriga nossos corações  
e nossas mentes são iluminadas  
pela esperança que nos cerca

Vamos, caminhemos,  
está em nossas mãos  
a construção de um país  
melhor para todos.

*Dino*

Que tal começarmos já, participando da  
**1ª ASSEMBLÉIA GERAL UNIFICADA**, com  
trabalhadores de diversas categorias do Estado? Será  
**dia 28 de maio, uma quinta-feira, às  
18h30** no auditório da Catedral Metropolitana de  
Florianópolis. Vamos falar sobre privatização e  
desemprego e, com a sua presença,  
encaminharemos ações que busquem garantir o  
emprego e principalmente, a qualidade de vida das  
nossas famílias. *Participe, você é essencial!*

Movimento Unificado Contra a Privatização



# 1ª ASSEMBLÉIA GERAL UNIFICADA

*A data 28 de maio de 1998 vai entrar para a história do movimento dos trabalhadores de Santa Catarina. Pela primeira vez, várias categorias estarão reunidas, discutindo estratégias de luta conjunta contra a destruição do patrimônio público e o desemprego. Este encontro inédito será a 1ª Assembléia Geral Unificada, que acontecerá no auditório da Catedral, às 18h30. Todos os segmentos da sociedade estão sendo convocados, já que o assunto diz respeito ao bem estar e às condições de vida de toda a população. Venha se engajar na luta contra a privatização e o desemprego.*

**28 de maio  
18h30**

**no auditório da Catedral**



**Movimento Unificado Contra a Privatização**



# A LUTA É DE TODOS



As privatizações no Brasil, ao contrário do discurso oficial, em nada têm contribuído para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. O que temos visto é o proposital sucateamento do serviço público, aumento do desemprego, a deteriorização da vida do brasileiro e a falta de perspectiva para a juventude. Até o momento já foram vendidas mais de cinquenta empresas e nenhum real arrecadado com a privatização reverteu em benefício da população. Além disso grande parte destas privatizações foi financiada com o dinheiro público, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

Enquanto os grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, estão sendo beneficiados com a entrega do patrimônio público, a população brasileira paga a conta e sofre com o precário e decadente atendimento nas áreas sociais e já começa a sentir as consequências imediatas da privatização: o aumento das tarifas, a queda na qualidade dos serviços prestados e as demissões em massa. Exemplos mais próximos são os da Light e Escelsa (empresas de energia elétrica do RJ e ES), empresa de Água e Saneamento em Limeira/SP e do Banerj no RJ. Não bastassem esses exemplos temos ainda a nossa vizinha Argentina onde os serviços públicos, agora prestados por empresas particulares, estão um caos, além do já conhecido aumento das contas de água, luz, telefone, tarifas bancárias e de correios etc.

**E é por isto e muito mais que o Movimento Unificado Contra a Privatização - MUCAP - ganha força e adesão**

**Movimento Unificado Contra a Privatização**



da sociedade catarinense, que não quer ver suas empresas e instituições públicas: Eletrosul, Celesc, Besc, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Casan, Correios, Ciaesc, Telesc, Comcap, Estatais da Agricultura, Escolas Públicas..., entregues para meia dúzia de grandes empresários que só visam o lucro e o enriquecimento fácil, sem nenhuma preocupação social.

**P**orém, mais do que simplesmente constatar e se indignar com tudo isto é preciso *reagir* e na luta coletiva e solidária os trabalhadores, desempregados e todos os marginalizados deste país, *dar um basta* no governo entreguista e irresponsável de FHC. Aqui em Santa Catarina o governo Paulo Afonso segue a mesma cartilha do projeto neoliberal que tem destruído a vida de muitas pessoas no mundo e colocado como única saída a selvagem concorrência e competitividade.

**P**or isso, mais do que nunca, a união dos trabalhadores e de todos os que querem um país melhor de se viver é necessária e urgente. Neste sentido o MUCAP, composto por mais de trinta entidades, vem desenvolvendo várias ações no Estado. Mas é preciso que você trabalhador (a) participe ativamente das ações que serão realizadas pelo movimento, pois só conseguiremos barrar este processo se rompermos com a lógica individualista e egoísta imposta pelo neoliberalismo.

**C**ontrapondo-se a esta lógica o MUCAP, na continuidade de suas ações, está percorrendo os locais de trabalho, buscando construir uma resistência coletiva, com a realização de uma **ASSEMBLEIA GERAL UNIFICADA** no mês de maio que discutirá com os trabalhadores de várias categorias a proposta de um ato estadual de protesto contra as privatizações.

**T**rabalhador(a), é preciso juntar nossas forças e construir uma saída coletiva. Participe das atividades do Movimento Unificado Contra a Privatização - MUCAP.

*O que as vitórias têm de ruim  
É que elas não são definitivas  
O que as derrotas têm de bom  
É que elas não são definitivas.  
(Saramago)*

**Movimento Unificado Contra a Privatização**



# Telesc é alvo de protesto contra leilão

Gilberto Gonçalves

*Privatização da Telebrás foi o motivo principal da manifestação organizada pelo Muicap e pela Sinttel*

Rubens Vargas

Dezenas de manifestantes do Movimento Unificado Contra a Privatização (Muicap) estiveram ontem, desde o início da manhã, no portão da sede da Telesc, com o objetivo de entregar uma carta e um abaixo-assinado, endereçado a autoridades federais e estaduais, protestando contra a privatização da Telebrás, já que o leilão da estatal está marcado para amanhã às 10 horas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O diretor administrativo da empresa, Carlos Guilherme Zigeli, recebeu os sindicalistas e autorizou o envio de fax a Brasília e Palácio Santa Catarina.

Policiais militares foram convocados para impedir qualquer incidente mais grave, o que acabou não acontecendo, pois às 9h40min foi autorizada a entrada no prédio dos manifestantes, que se dirigiram à diretoria da Telesc, no 1º andar. O presidente do Sindicato dos Telefônicos do estado (Sinttel), Sérgio Domingues da Silva, leu o documento do Muicap e a síntese do abaixo-assinado para Zigeli, que preferiu não se pronunciar a respeito de sua posição sobre a privatização do Sistema Telebrás. "Minha opinião é desnecessária, de foro ímimo. Não tenho compromisso de me pronunciar publicamente", enfatizou.

Questionado se poderia ligar, naquele momento, ao Ministério das Comunicações, ou enviar o fax na presença dos manifestantes, Zigeli declarou que isto não seria feito nas dependências da empresa, mudando em seguida de posicionamento ao autorizar um assessor para o envio do manifesto no Depar-

tamento de Administração, no térreo. O presidente do Sinttel/SC, Sérgio Domingues, disse acreditar que o leilão do sistema não venha a acontecer, devido às inúmeras ações que tramitam na área judiciária. "Espero que a Justiça tenha consciência e não autorize a entrega do patrimônio público, para que possamos atender de maneira satisfatória à sociedade. Do contrário, continuaremos lutando e denunciando as irregularidades da privatização".

**Parlamentares** - O coordenador do Muicap, Dinivaldo Gillioli, informou que a Carta de Santa Catarina foi aprovada em sessão especial da Assembleia Legislativa, no dia 8 de dezembro de 1997, quando deputados de todas as siglas partidárias posicionaram-se contra a privatização do estado, agravando a crise do desemprego, vintade expressa por 15 mil catarinenses no abaixo-assinado organizado pelo movimento.

Aumento de tarifas, queda da qualidade dos serviços e demissões em massa são as consequências da privatização no setor de telecomunicações na Argentina, segundo Gillioli. Ele frisou que a entidade que fiscaliza as empresas naquele país, função que será exercida no Brasil pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), tem criticado o descumprimento de regras pré-estabelecidas em contrato. "O pior é que estas empresas que não querem cumprir as normas lá, oriundas da Itália, França e Estados Unidos, estão entre as fortes concorrentes em se estabelecer por aqui".

**Casan** - No final da manifestação, ainda na sala de espera da diretoria da Telesc, um dos sindicalistas informou que o governo estadual cancelou o leilão de privatização da Casan para o dia 7 de agosto, notícia que recebeu aplausos dos presentes, quando foi marcado um ato para o dia anterior, em frente à sede da empresa, no centro.



Dezenas de manifestantes tentaram invadir a empresa para enviar um fax aos governos estadual e federal contra a privatização do patrimônio público



## **MUCAP lança cocô-móvel e convida população para 2ª AGU**

Nojento, horripilante; estas são algumas das expressões que as pessoas podem esboçar quando do primeiro contato com o cocô-móvel. Produzido pelo professor e artista plástico Flávio Marinho, a obra trata-se de um cocô gigante que simboliza esteticamente o processo de privatização no Brasil e busca estimular os cidadãos a refletirem sobre a situação do país.

O cocô-móvel será lançado nesta 4ª feira (12/08/98) às 10:00 horas, no calçadão da Felipe Schmidt, em Florianópolis, onde as entidades integrantes do Movimento Unificado Contra a Privatização – MUCAP, estarão convidando a população para a 2ª Assembléia Geral Unificada do Movimento.

Na 2ª AGU, que será realizada no dia 13/08, às 18h30min., no Auditório da Catedral, serão encaminhadas as próximas atividades para intensificar a luta contra a privatização.

Em Santa Catarina o governo Paulo Afonso pretende vender a CASAN, CELESC e BESC, e a nível federal o Governo FHC marcou o leilão da ELETROSUL para 01 de setembro de 1998.

# APAGUE A LUZ.

Sua opinião não vai ficar no escuro.

O governo Fernando Henrique quer vender a Eletrosul. E o governo Paulo Afonso quer vender a Celesc. Querem entregar um serviço essencial à vida da população para empresários interessados apenas em botar dinheiro no bolso. No Rio de Janeiro, onde isso já aconteceu, constantemente falta luz e a conta ficou muito mais cara.

Se você não quer que isso aconteça em SC, proteste. Dia 27, quinta-feira, desligue a chave geral de sua casa ou trabalho, às 8 da noite, por cinco minutos.

É uma ação da cidadania contra a privatização da energia.

# 27 de agosto

**Desligue o disjuntor de sua casa  
ou trabalho por cinco minutos**

# das 20h às 20h15

MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO



Protesto contra a privatização da Eletrosul

## APAGUE A LUZ

Sua opinião não vai ficar no escuro.

**27 de agosto**  
**Desligue o disjuntor de sua casa ou trabalho por cinco minutos.**  
**das 20h às 20h05**

**MOTIVOS:**

- o leilão da Eletrosul está marcado para 1º de setembro;
- a Eletrosul é a 1ª empresa de geração a ser privatizada;
- a Eletrosul gera energia para todos os Estados do sul do Brasil;
- perda da soberania nacional;
- aumento da concentração de renda;
- aumento do desemprego;
- contra a política de exclusão social;
- a privatização vai trazer o aumento das tarifas, a diminuição da qualidade do serviço e muitas demissões.

---

**DEFENDA A ELETROSUL PÚBLICA,  
DEFENDA O BRASIL**

---

Realização:  
**MUCAP - Movimento Unificado Contra a Privatização**

Apoio:



**SINDICATO DOS BANCÁRIOS  
DE SANTA MARIA E REGIÃO**

# Liquidação

# Total

A Eletrosul/Gerasul que fornece 95% da energia que os catarinenses usam foi dada de presente para uma empresa da Bélgica por menos de 1 bilhão de dólares quando valia mais de quatro bilhões. Ninguém se iluda, vem aí, como aconteceu depois da venda da Ligth no Rio, aumento de tarifa, piora nos serviços e demissões de trabalhadores. Isto não aconteceu por acaso. É fruto de uma política implementada por FHC e seus aliados em Santa Catarina: Paulo Afonso, Amin, Bornhausen, que utilizam o poder para se beneficiarem e pouco se importam com o cidadão. Todos eles estão vendendo o Brasil e, agora com a "turbulência" do capital internacional, fingem que a história não é com eles e mais uma vez nós vamos pagar a conta. Tudo isto é provocado pela política destes senhores. Pense nisto na hora de votar. Não se iluda com FHC, Paulo Afonso, Amin, Bornhausen e cia. Eles são todos da mesma turma e querem vender a Petrobrás, o Banco do Brasil, a CEF, o Besc, a Celesc, a Cusan, a universidade, saúde, etc., patrimônio do povo e não fonte de lucro para os bolsos dessa gente e seus amigos.



VOTE NO BRASIL  
**VOTE**  
CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Movimento Unificado Contra a Privatização



# LIQUIDAÇÃO TOTAL

De acordo com as leis de mercado, onde a cidadania está limitada ao mero poder de compra, o que importa é o consumidor e não o cidadão. Dessa forma cada um vale pelo que tem, pelo potencial de adquirir coisas. Daí podemos concluir que, por esta lógica, o exercício da cidadania restringe-se aos que tem dinheiro e poder. Aos pequenos consumidores resta o "consolo" de adquirir quinquilharias e aos pequenos empresários e comerciantes o desespero de fechar portas e administrar falências.



Nesse processo de inversão de valores, a onda neoliberal, (capitaneada no Brasil pelo governo FHC e em Santa Catarina por Paulo Afonso, Amim, Bornhausen e seus aliados), entra em turbulência e não consegue sequer dar respostas às necessidades básicas da população, como saúde, moradia, educação e emprego. Esses senhores, que têm utilizado o poder em benefício próprio e de uma minoria privilegiada, não têm compromisso algum com o cidadão e muito menos com o país.

Exemplo disso é que aos olhos de todos eles, que se dizem defensores do povo e do Brasil, acabou de ser liquidado um patrimônio de mais de 4 bilhões de dólares pela bagatela de menos de 1 bilhão de dólares. A Eletrosul/Gerasul responsável pela geração de energia elétrica para os estados da região sul e Mato Grosso do Sul, fornece para a Celesc cerca de 95% da energia consumida pelos catarinenses.

Com essa venda, não só pelo preço aviltante, todos saem perdendo. A partir de agora vale a lei de mercado, a energia elétrica considerada um bem social transforma-se numa mera mercadoria, gerando lucros astronômicos à *Tractebel*, empresa belga que com a ajuda do governo federal, 'comprou' a maior estatal do

sul do Brasil. Enquanto isso, nós brasileiros/catarinenses e o nosso país cada vez mais refêns do capital internacional, devemos amargar o que já está acontecendo no Rio de Janeiro. Com a privatização da Light, os cariocas estão pagando mais caro pela energia e (pasmem!) com serviços piores, além da demissão de milhares de trabalhadores; contribuindo para o aumento da exclusão social.

Todas essas coisas não ocorrem por acaso, por trás desses absurdos acontecimentos, existe uma política comandada por pessoas e partidos que dizem defender o seu interesse e o da coletividade, mas na prática fazem justamente o contrário. Não se iluda, todos esses candidatos: FHC, Paulo Afonso, Amim, Bornhausen fazem parte do mesmo projeto político e querem vender/privatizar a Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica, o Besc, a Celesc, a Casan, universidade, saúde, ..., patrimônios dos catarinenses e do povo brasileiro.



Movimento Unificado Contra a Privatização



**Pense nisto na hora de votar !**

# Em um ano, muita história para contar



**J**á faz um ano. Em novembro de 1997 surgiu um movimento novo, criativo, unificador, que mobiliza simpatizantes afim de impedir a entrega do patrimônio do povo brasileiro e lutar para manter os direitos essenciais dos trabalhadores.

É um movimento renovado, insistente, que busca, que cria, que faz e refaz. É ousado por carregar na sua história o sentimento de solidariedade, de paixão, de razão e porque acredita no sonho de uma sociedade melhor para todos.

São companheiras e companheiros, entidades sindicais, partidos de esquerda, movimento estudantil, dos trabalhadores sem terra, de negros,

de atingidos por barragens, associações comunitárias e profissionais, que atentos à sua consciência, defendem o patrimônio público e os trabalhadores - verdadeiros construtores e donos deste patrimônio. Um movimento que tem buscado o contato direto com a população: seja nas ruas, nas escolas, nas associações de moradores, câmaras de vereadores, assembléia legislativa e outras entidades representativas da sociedade, denunciando e alertando sobre a criminosa entrega do patrimônio público.

Comemorar conosco este primeiro ano do Movimento Unificado Contra a Privatização - MUCAP, é também se unir a esta luta para impedir o retrocesso que esta sendo implantado pelos governos federal e estadual trazendo como consequências imediatas o aumento de tarifas, a piora dos serviços prestados, o desemprego e a exclusão social de modo geral.. Serviços como fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, correios, educação, saúde e outros, são dever do Estado e não podem ser manipulados por especuladores que visam meramente o lucro, sem preocupação social.

Este primeiro ano do MUCAP valeu e valerá muito mais se contarmos com a sua participação.

Se muito já fizemos juntos, muito mais haveremos de fazer.

**Movimento Unificado Contra a Privatização**



## BIBLIOGRAFIA

- A história da eletricidade no Brasil. Ministério das Minas e Energia.* Rio de Janeiro Eletrobrás, Light, s/d.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E. e Gentili, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80.* São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1992.
- \_\_\_\_\_ *A crise e os sindicatos. Revista Teoria e Debate.* São Paulo, n.20, 1993.
- \_\_\_\_\_ *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1995.
- \_\_\_\_\_ *O novo sindicalismo no Brasil.* São Paulo: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_ *Notas sobre redução da jornada de trabalho e tempo livre. Praxis.* São Paulo, n.7, jun-out 1996.
- ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: Antunes (Org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.* São Paulo: Jinkings, 1997.
- AUED, B.W. *Histórias de profissões em Santa Catarina: ondas largas "civilizatórias".* Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BENEVIDES, M. V. *O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo:1954-1964.* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BIONDI, A.B. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do estado.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR, A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80.* Rio Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_ *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.* São Paulo: HUCITEC; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1991.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAPELETTO, G. J. e SELVERO, W. G. *A questão energética: o que todos precisamos saber.* Porto Alegre: Sagra, 1993.
- CARONE, E. *Movimento operário no Brasil (1945-1964).* São Paulo: Difel, v.II, 1981.
- CASTRO, N. A, GUIMARÃES, A. S. A. *Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho.* In: *RBCS*, n. 17, out. de 1991.

CATTANI, A. D. *A Ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SMCultura, 1991.

\_\_\_\_\_ Trajetórias sindicais - o esgotamento de um padrão de militância. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v.15, 1991/1992.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_ Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

DELGADO, M. B. G. Terceirização e trabalho feminino. In: Martins, H. E. *Terceirização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

DEL ROIO, J. L. *1º de Maio, cem anos de luta 1886-1986*. São Paulo: Global, 1986.

DÓRIA, P. R. *Energia no Brasil e dilemas do desenvolvimento: a crise mundial e o futuro*. Petrópolis: Vozes, 1976.

FIALHO, A.V. *A compra da Light: o que todo brasileiro deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FONTES, P. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FORMA & CONTEÚDO. *Revista da Secretaria Nacional de Formação*, n.6, São Paulo, maio/1994.

FREIRE, P. – CEDAL/CEDETIM. *Multinacionais e trabalhadores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1930*. São Paulo: Hucitec, 1995.

FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

\_\_\_\_\_ *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_ Brasil da República Oligárquica ao Estado Militar. IN: FURTADO, Celso (Coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, A. C. *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_ *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, H. (org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993.

HOBSEAWM, E. J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_ *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, O. Neoliberalismo e neo-socialismo. *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, n.65, 1996.

- JUNKES, I. J. *O Microcorporativismo no movimento sindical brasileiro: a trajetória dos trabalhadores do BESC*. Florianópolis: UFSC, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. 1995.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LARANGEIRA, S. M. G. *O trabalho em questão: transformações produtivas e a centralidade do trabalho no século XXI*. UFRGS, 1996. (mimeo)
- LEITE, A. D. *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LÉNINE, V.I. *A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo*. In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. v2. Lisboa: Avante, 1977.
- \_\_\_\_\_ *As tarefas imediatas do poder soviético*. In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. v2. Lisboa: Avante, 1977.
- LINHARES, H. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- MANGABEIRA, V. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- MARANHÃO, R. *Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARTINS, H. T. S. *O estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MARX, K. *A chamada acumulação primitiva*. O Capital. Liv. 1, v.2, cap. XXIV. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.
- \_\_\_\_\_ *Salário, preço e lucro*. In: *Os Pensadores*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, julho 1974.
- \_\_\_\_\_ *A fórmula tributária*. O capital. Liv.3, v.6, cap. XLVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- \_\_\_\_\_ *O capítulo inédito*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956.
- MENDONÇA, S. R. de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. São Paulo: Graal, 1988.
- MATTOSO, J. *Toyotismo: Um novo padrão mundial de produção*. In: *Rev. dos Metalúrgicos*. São Paulo, CUT/CNM, dezembro de 1993.
- \_\_\_\_\_ *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- O setor eletricidade no Brasil e a criação da Eletrobrás*. Centro da memória da eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Centro da memória da eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 1988.

- PEDRO, J. M. e FLORES, M. B. R. (Coord.). *(Re)inventando a cidadania: a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis*. Florianópolis: Sinergia, 1994.
- PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETRAS, J. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os Fundamentos do Neoliberalismo. In: Ouriques, Nildo Domingos e Rampinelli, Waldir José (Coord.). *No Fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.
- PINHEIRO, P. S. *A Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M., (Org.). *A classe operária no Brasil 1889-1930 - Documentos*. v1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- Relatório do Seminário Contra a Privatização. Florianópolis, 1997, mimeo.
- RODRIGUES, I. J. A questão da organização por local de trabalho: dilemas e perspectivas do sindicalismo-Cut. In: Martins, H S e Ramalho, J R (Coord). *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- RODRIGUES, L. M. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- \_\_\_\_\_. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996.
- ROSA, L. P. (Coord.). *Energia, tecnologia e desenvolvimento: a questão nuclear*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROSA, L.P, TOLMASQUIM, M.T., PIRES, J.C.L. *A reforma do setor: no Brasil e no mundo: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- SADER, E e GENTILI, P (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SCHERER, C R. *O emprego no setor elétrico diante da privatização*. DIEESE – Subseção Eletricitários SC, Florianópolis, setembro/1998, mimeo.
- SILVA, J. C. *Sindicalismo bancário em Santa Catarina: reforma e persistência da estrutura sindical de estado*. Florianópolis: UFSC, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). UFSC. 1995.
- SAMPAIO, M. M. *Plano de ação do Sinergia para 97*. Florianópolis, jan. 1997, mimeo
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: USP, 1968.
- SCHMITZ, S. *Planejamento governamental. Uma avaliação empírica do Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961/1965)*. Florianópolis: UFSC, 1982. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.
- SIMÃO, A. *Sindicato e estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa ação*. São Paulo, Cortez, 1985.

TOLEDO, C. N. A Modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? In: *Crítica Marxista*. São Paulo, v1, n.4, 1996.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WATANABE, B. Toyotismo: um novo padrão mundial de produção. In: *Revista dos Metalúrgicos*. São Paulo: CUT / CNM, dezembro de 1993.